

JOSÉ LÚCIO ALVES SILVEIRA
JOSÉ TAVARES BEZERRA JÚNIOR
HERIC SANTOS HOSSOÉ
JADSON PESSOA DA SILVA
TALITA DE SOUSA NASCIMENTO CARVALHO
(ORGANIZADORES)

GUERRA E PÓS PANDEMIA

III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA (EME)

REFLEXÕES PARA O BRASIL E MARANHÃO



EDUFMA

The background of the entire page is a light gray collage. It features several stylized virus particles with multiple spikes radiating from a central point. Interspersed among these are various currency symbols, including the Euro (€), the US Dollar (\$), the Japanese Yen (¥), the British Pound (£), and the Brazilian Real (R\$).

III Encontro Maranhense de Economia

GUERRA E PÓS-PANDEMIA: reflexões para o Brasil e Maranhão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



EDUFMA

EDITORA DA UFMA

Coordenadora Dra. Suênia Oliveira Mendes

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso

Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni

Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira

Prof. Dr. Márcio José Celeri

Profa. Dra. Diana Rocha da Silva

Profa. Dra. Gisélia Britodos Santos

Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues

Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro

Profa. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

Organizadores:

José Lúcio Alves Silveira

José Tavares Bezerra Júnior

Heric Santos Hossoe

Jadson Pessoa da Silva

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

**III Encontro Maranhense de
Economia**

**GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão**

São Luís



EDUFMA

2024

© 2024 EDUFMA - Todos os direitos reservados

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Silvestre Matos de Carvalho
Cínthia Pedroso de Souza

REVISÃO

José Tavares Bezerra Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Encontro Maranhense de Economia (3.: 2024: São Luís, MA).

III Encontro Maranhense de Economia [recurso eletrônico]: guerra e pós-pandemia - reflexões para o Brasil e Maranhão / Organizadores: José Lúcio Alves Silveira... [et al.] — São Luís: EDUFMA, 2024.

368 p.: il.

Modo de acesso: World Wide Web

<www.edufma.ufma.br>

ISBN: 978-65-5363-410-7

1. Economia – Encontro científico - Maranhão. 2. Guerra e pós-pandemia – Brasil e Maranhão. 3. Agronegócio – Pandemia Covid 19 – Brasil. 4. Economia mundial – BRICS. 5. Gasto público – Maranhão. I. Silveira, José Lúcio Alves. II. Bezerra Junior, José Tavares. III. Hosoe, Heric Santos. IV. Silva, Jadson Pessoa da. V. Carvalho, Talita de Sousa Nascimento. VI. Título.

CDD 330 812 1

Bibliotecária(o): Marcia Cristina da Cruz Pereira - CRB 13 / 418

PRODUZIDO NO BRASIL [2024]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra é fruto das discussões do III Encontro Maranhense de Economia (EME), realizado em outubro de 2023. O EME, cuja primeira edição ocorreu em 2019, surgiu de um grupo de professores do Departamento de Economia (DECON) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Esse detectou a necessidade histórica de discutir as condições socioeconômicas em que estão assentadas as bases produtivas e social do Estado do Maranhão.

Constatou-se também que a referida tarefa não é exclusiva das Universidades, tampouco do poder público estadual, mas é um processo de construção coletiva, na qual devem também inserir-se os empresários, estudantes, a sociedade civil e a classe política. Nesse sentido, ao longo das três edições, tivemos o apoio inestimável do Conselho Regional de Economia do Maranhão (CORECON-MA), bem como de importantes instituições do setor privado e público.

No caso específico do III EME, essa cooperação adveio dos seguintes parceiros:

- a) Associação dos Jovens Empresários do Maranhão (AJE/MA);
- b) Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (CORECON/RJ);
- c) Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP);
- d) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (FAEMA);
- e) Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal;
- f) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE);
- g) Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC);
- h) Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão (SEFAZ/MA);
- i) Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos do Maranhão (SEDEPE/MA);
- j) Universidade Estadual do Maranhão (UEMA);

- k) Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr);
- l) Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Quanto ao conteúdo do presente E-book, este tem dois objetivos. Primeiro, propiciar um espaço fecundo para a discussão de importantes temas que marcam a estrutura socioeconômica maranhense e brasileira. Segundo, contribuir para a divulgação e popularização da Ciência Econômica (Economia) no Estado do Maranhão. E para propiciar um debate plural, do ponto de vista metodológico e teórico, o livro está dividido nas seguintes áreas temáticas:

- a) Agropecuária, Território e Desenvolvimento Rural;
- b) História Econômica e Economia Política;
- c) Negócios, Turismo, Inovação e Sustentabilidade;
- d) Política Econômica e Finanças Públicas;
- e) Trabalho e Renda.

Desejamos, a todos, uma profícua leitura!

Prof. Dr. José Lúcio Alves Silveira
Coordenador do III EME

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6

Prof. Dr. José Lúcio Alves Silveira

CAPÍTULO 1

A INSERSÃO DOS BRICS NA ECONOMIA MUNDIAL: PARADIGMAS ESTRATÉGICOS PARA EMERGIR NA ECONOMIA MUNDIAL	12

Diêgo Henrique Matos Pinheiro

Jacqueline de Fátima Pinheiro Lima

CAPÍTULO 2

O BRASIL E OS BRICS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS DEMAIS PAÍSES DO BRICS NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2017-2022.....	34

Rodolfo Francisco Soares Nunes

Liana dos Santos Gonçalves de Souza

CAPÍTULO 3

ASPECTOS DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	44

Clelton dos Santos da Silva

Andresa Venancia Lima de Oliveira

CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIA: RECONSIDERAÇÕES CRÍTICAS A PARTIR DE MARX	62

Diêgo Henrique Matos Pinheiro

Jacqueline de Fátima Pinheiro Lima

CAPÍTULO 5

ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL: É POSSÍVEL MUDAR DE CLASSE SOCIAL NO BRASIL? 79

Orlando Guimarães Souza Silva

CAPÍTULO 6

RECONFIGURANDO A METRÓPOLE: A BANALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS E O CASO DO MARANHÃO 95

Angelo Eduardo Moraes Correia

João Lucas Lima Moraes

José Arthur Lima da Silva

Rodrigo da Cruz Campos

CAPÍTULO 7

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO: APRESENTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2008-2011 111

Diêgo Henrique Matos Pinheiro

Jacqueline de Fátima Pinheiro Lima

CAPÍTULO 8

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICAS DOS ASSENTAMENTOS FEDERAIS DO ESTADO DO MARANHÃO 126

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

César Augustus Labre Lemos de Freitas

Eduardo Miotto Flech

Dionatan Silva Carvalho

Carla Vanessa Santos Cutrim

CAPÍTULO 9

BANCOS E TERRITÓRIO: DINÂMICA DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO MARANHÃO DE 2000 A 2022 144

Cléa Nathanny Fonseca dos Santos

Leonardo Vinícius Cruz Moraes

Édila Fernandes Coelho

CAPÍTULO 10

GASTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO GASTO EM SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DO MARANHÃO ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015	165

Monique Barbosa Corrêa
João Gonsalo de Moura

CAPÍTULO 11

O PAPEL DA POLÍTICA FISCAL: IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO	188

Rodrigo Campos
Angelo Eduardo
Aline Ericeira
José Arthur

CAPÍTULO 12

GERAÇÃO DE RENDIMENTOS DO TRABALHO NOS MUNICÍPIOS MARANHENSES DURANTE OS ANOS 2012 E 2019.....	201

Letícia Ednê Tavares Pinto
João Gonsalo de Moura

CAPÍTULO 13

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPI/CPCE: BENEFÍCIOS DO PROGRAMA AUXÍLIO RESIDÊNCIA (AR)	224

Luciane Prudêncio de Sousa
Tomaz Santos Castro
Dryelle Patricia Silva e Silva
Rodrigo Gustavo de Souza

CAPÍTULO 14

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: OS IMPACTOS DURANTE E PÓS-PANDEMIA DA COVID-19.....	238

Camila Cristina Fernandes Seleiro
Isnara Cristina Moraes de Araújo
Letícia Escorcio de Araújo
Sophya Garcia Vale

CAPÍTULO 15

OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE CAPITAIS:
UM ESTUDO SOBRE O AGRONEGÓCIO EM EMPRESAS DO SETOR DE
CONSUMO NÃO CÍCLICO LISTADAS NA B3.....249

Acacio Mendes Pinheiro
Eduardo Mohana Silva Ferreira
Enaire de Maria Sousa da Silva
Railson Marques Garcês
Karenn Patrícia Silva Siqueira

CAPÍTULO 16

AGRICULTURA FAMILIAR E O FLEXITARIANISMO: UMA ALTERNATIVA
PARA A SOBERANIA ALIMENTAR 269

Orlando Guimarães Souza Silva

CAPÍTULO 17

ANÁLISE DA TRANSMISSÃO DE PREÇOS DO ALGODÃO EM PLUMA
ENTRE OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES BRASILEIROS 290

Yasmin Mara dos Santos Vieira
Tiago Sayão Rosa
Carolina Silva Ribeiro
José Armando de Sousa Neres
Tadeu da Silva Nogueira Moreira

CAPÍTULO 18

CARACTERIZAÇÃO E GARGALOS DA PISICULTURA NO
MARANHÃO.....323

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas
Haniel Ericeira Rodrigues
Matheus de Carvalho Oliveira
Rafael Thalysson Costa Silva

CAPÍTULO 19

COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MELANCIA
NO PERÍODO DE 2012 A 2022.....344

Yasmin Mara dos Santos Vieira
Tiago Sayão Rosa

CAPÍTULO 1

A INSERSÃO DOS BRICS NA ECONOMIA MUNDIAL: paradigmas estratégicos para emergir na economia mundial

Diêgo Henrique Matos Pinheiro¹
Jacqueline de Fátima Pinheiro Lima²

Resumo: Neste trabalho discute-se a importância do paradigma estabelecido pelos BRICS por intermédio do papel estratégico que estes cinco países possuem no ambiente da globalização. Serão estudados alguns aspectos para a aliança estratégica dos BRICS na agenda internacional. O objetivo deste trabalho está no enfoque na análise das evoluções estratégicas de crescimento internacional do grupo, sua contribuição para o desenvolvimento dos países inseridos e sua possível influência na elaboração de um novo bloco capaz de alterar as relações internacionais dando atenção especial às suas relações no comércio internacional e a possibilidade de criação efetiva do bloco. Elabora-se também uma discussão acerca das estratégias de desenvolvimento de cada uma das nações e suas dificuldades. Considerando estas discussões, são apresentadas algumas perspectivas futuras de cooperação e crescimento do grupo BRICS na nova ordem internacional que está emergindo no século XXI.

Palavras-chave: Globalização. Integração Econômica. Estratégias. Crescimento e Desenvolvimento.

Abstract: This paper discusses the importance of the paradigm established by the BRICS through the strategic role that these five countries have in the globalization environment. Some aspects will be studied for the strategic alliance of the BRICS on the international agenda. The objective of this work is the focus on the analysis of developments in international growth strategies of the group, its contribution to the development of the inserted countries and its possible influence on the development of a new block capable of changing international relations with special attention to its relations in international trade and the possibility of creating an effective block. It also draws up a discussion about the development strategies of each of the nations and their difficulties. Considering these discussions, we present some future prospects for cooperation and growth of the BRICS group in the new international order that is emerging in the twenty-first century.

Keywords: Globalization. Economic integration. Strategies. Growth and Development.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá - UNESA, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela UFMA (2018). MBA em Finanças (2014). Graduado em Administração (2013), Ciências Econômicas (2015) e Ciências Contábeis (2021). Graduando em Relações Internacionais.

² Professora do PPG em Educação da UNESA. Pós-Doutora do PPG em Cognição e Linguagem, na UENF (PDS-FAPERJ - 2019-2020). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (2006), tendo nos anos de 2003 e 2004 feito seu Doutorado Sanduíche no Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris XII. Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio (1999). Bacharel e Licenciada em História pela UERJ (1996).

1 INTRODUÇÃO

Com este artigo busca-se constituir uma análise acerca das estratégias de inserção dos países indicados como BRICS no contexto da globalização e das relações internacionais contemporâneas.

Globalização é um conceito utilizado para determinar a democratização das relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas e suas consequências. Grande parte dos países do mundo foram inseridos nesse processo sob a égide do neoliberalismo, caracterizado, principalmente pelo predomínio dos interesses financeiros, desregulamentação dos mercados e privatizações de empresas nacionais, e abandono da ideologia do estado de bem-estar social (Seitenfus, 2013).

De início constitui-se uma discussão acerca da globalização e seus aspectos importantes, alimentando a constituição de alianças internacionais capazes de prover a sustentabilidade dos investimentos e das relações de troca entre as nações.

A evolução da globalização e o acirramento da competitividade entre as nações fez emergir o que chamamos de blocos econômicos, estes, por sua vez, buscam estabelecer integração econômica e pactos comerciais entre nações, com vistas a prover o desenvolvimento simultâneo a partir de uma intensificação das relações de trocas entre os países (Machado, 2000).

Este mesmo processo fez nascer a ideologia dos BRICS, união de alguns países emergentes que possuem como objetivos, além e estreitar os laços entre eles, também propiciar uma maior competitividade entre os membros do grupo.

As mudanças na organização do mundo prevalecem na discussão, para que se compreenda a complexidade da distribuição dos recursos, investimentos e comportamento dos agentes econômicos em níveis regionais e globais. São apresentados os países membros do bloco e suas estratégias de desenvolvimento e crescimento econômico.

2 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DOS MERCADOS INTERNACIONAIS: FINANCEIRA, COMERCIAL E ECONÔMICA

De acordo com Seitenfus (2013, p. 55), “o fenecimento do sistema soviético e do terceiro mundo, deslocou o vetor do crescimento das relações internacionais para o mercado, com suas leis e princípios”. Não há nenhum outro assunto internacional que tenha merecido maior atenção nos últimos vinte anos.

Encontram-se nos vastos domínios da globalização motivos para júbilo ou decepção, como propõe Seitenfus (2013, p. 56):

Do ponto de vista econômico, encontramos a internacionalização da produção, a liberalização das trocas, a supremacia do capital financeiro; As comunicações permitem a eliminação das distâncias, os indivíduos e comunidades organizam-se em rede e a cultura é massificada, com a tendência ao desaparecimento das singularidades nacionais.

De toda forma, a globalização é entendida como um processo histórico e evolutivo do capitalismo, sobretudo na perspectiva financeira, cuja fase mais aguda evolui no final do século XX. As grandes empresas transnacionais impõem sua vontade aos Estados, que impotentes, assistem à redução de atributos fundamentais de sua soberania (Seitenfus, 2013).

De acordo com Angell (2002, p. 13):

As finanças internacionais estão a tal ponto interdependentes e vinculadas ao comércio e à indústria, que a potência militar e política não podem, realmente, nada fazer. A rapidez das comunicações, que engendra uma maior complexidade do sistema de crédito, implica os atuais problemas de política internacional sejam profunda e essencialmente diferentes do passado.

A globalização, tal como se apresenta atualmente, manifesta-se por seus aspectos financeiros, comerciais, culturais e de comunicações, conforme defendido acima.

De acordo com Seittenfus (2013, p. 147):

[...] o descolamento da circulação do capital em relação à produção de riquezas é alarmante, já que somente 2% das transações financeiras vinculam-se diretamente às operações de importações e exportações e aos investimentos reais. [...] isso significa que 98% do movimento financeiro internacional é de natureza especulativa e sua circulação é sessenta vezes superior à produção da riqueza.

Com exceção da indústria eletrônica (verdadeiramente globalizada), raras são as empresas que adotam uma estratégia universal. No setor automobilístico, por exemplo, mais de 85% dos carros consumidos nos Estados Unidos e mais de 90% nos países da União Europeia são fabricados em sua respectiva região. A adoção de padrões globais para produtos universalizados constitui ainda uma quimera e abrange escassos produtos (Angell, 2002).

Com o ingresso da China e Rússia, na OMC, elevou-se a 157 o número de Estados-membros e concedeu à organização um caráter verdadeiramente universal, submetendo a quase totalidade da população do planeta às suas regras. Mas pode-se concluir, portanto, que existem regras internacionais que garantam a estabilidade do sistema multilateral de comércio e respondam à expectativa da maior parte da humanidade (Seitenfus, 2013).

O sistema do comércio internacional, pedra de toque da globalização, enfrenta grave risco: trata-se da possibilidade de sofrer um processo de balconização em razão da multiplicação dos acordos e blocos comerciais regionais. Os processos de integração são de natureza econômica e, em um primeiro momento, essencialmente comercial. Todavia, eles podem atingir amplo leque de assuntos, redimensionando, inclusive, alguns elementos estruturais e dogmáticos da organização do Estado (Seitenfus, 2013).

A teoria da integração econômica explica o sucesso desse fenômeno em níveis mundiais. Segundo Sientenfus (2013, p.160):

Há integração entre diferentes países quando, de forma duradoura, são adotadas políticas econômicas comuns, mormente comerciais, com o objetivo de diminuir os entraves ao intercâmbio intrazona e diferenciá-lo dos vínculo estabelecidos com os estados que se situam extrazona.

Assim, o processo de integração no qual várias nações estão empenhadas em construir uma nova realidade entre si, implica a imposição de condições distintas entre eles e Estados terceiros que não fazem parte do bloco, esse processo se sustenta nas vantagens competitivas comerciais, onde, os Estados que dele participam podem continuar mantendo, ao mesmo tempo e de forma paralela relações externas bi e multilaterais de forma tradicional com outras nações.

O conceito de integração econômica é definido por Machado (2000, p. 20) como:

[...] um processo de eliminação de fronteiras e barreiras de natureza econômica entre dois ou mais países (mercados), de forma que o objetivo principal dos processos de integração é a criação de mercados maiores, adotando como paradigma, a sugestão clássica segundo a qual os mercados maiores são mais eficientes do que os mercados menores.

É nítida a necessidade de se estabelecer vínculos de cooperação entre os Estados, que visem minimizar a situação em que vive parte ponderável da população de alguns países, sobretudo, dos que mais a frente iremos discutir a partir de seu processo e de suas realidades (Seitenfus, 2013).

Em vistas ao forte desenvolvimento econômico mundial dado no final do século XX, cabe discutir sobre as dificuldades de algumas nações acompanharem esse progresso. O que se vê, e que em alguns países, os ditos “subdesenvolvidos”, grande parte de suas populações não conhecem os direitos sociais, econômicos e políticos fundamentais, essas populações encontra-se à margem do progresso (Angell, 2002).

Sendo assim, de acordo com Buarque (2005, p. 13), para acompanhar:

As rápidas mudanças econômicas e sociais que caracterizam o século passado e o atual requerem metodologia e recursos técnicos que não só contribuam para a compreensão do fenômeno das aglomerações no mundo como para definirem alternativas e caminhos que possibilitem a construção de cidades sustentáveis no futuro.

Razões endógenas explicam a amplidão das disparidades, os países emergentes possuem algumas particularidades que limitaram o avanço do seu desenvolvimento. Tal situação é agravada pelo desenvolvimento desigual e excludente oferecido pelo sistema capitalista, pelo fracasso da cooperação internacional como instrumento de diminuição das desigualdades entre as nações (Buarque, 2005).

2.1 Os BRICS: estratégias para transformação de emergentes à emersos no contexto internacional

No início da década de 2000, quando a economia global passava por uma suave recessão, foi lançada a sigla BRIC para designar um grupo de países de alto potencial de crescimento econômico no longo prazo, Brasil, Rússia, Índia e China (O'Niell, 2012). Nos dez anos seguintes, o acrônimo BRICS ganhou enorme popularidade tanto na mídia quanto na visão dos investidores. Dez anos depois, o grupo ganhou um novo componente, a África do Sul, se transformando num grupo efetivo de nações com interesses comuns, figurando como protagonistas na tomada das decisões econômicas mundiais. Com o crescimento dos BRICS surge a necessidade de investigação dos benefícios econômicos esperados dessa integração, em particular do lado brasileiro (Branco, 2005).

Figura 1 - Mapa dos BRICS



Fonte: BRICS (2016).

A demografia possui um caráter importante para que a política econômica dos países emergentes possa ser condutora de efeitos multiplicadores significativos, especialmente à população trabalhadora. Os países que compreendem tal grupo, detêm algo próximo à metade da população mundial, dessa forma, não há como não pensar que tais economias possam se tornar, potencialmente, as maiores economias do mundo (O’Niell, 2012).

Outro fator preponderante que pode encetar o desenvolvimento das economias emergentes é o crescimento da produtividade. Diferente dos países desenvolvidos onde a mão de obra já é altamente produtiva e a tecnologia empregada na produção é desenvolvida, nas nações emergentes, este ainda é um fator que dificulta seu desenvolvimento (O’Niell, 2012).

As projeções do crescimento dos BRICS para cada país são diferentes, considerando suas distintas demografias. O perfil e o tamanho de sua população economicamente ativa (PEA), (que de acordo com o IBGE (2016) é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa), mudarão com o tempo, e com isso a sua taxa de crescimento. Nenhum dos BRICS precisa manter seu crescimento no nível da última década para que eles possam juntos e rapidamente se tornar maiores que o G-7. Sobre esse crescimento da PEA, nota-se nos 5 países uma diminuição para os próximos anos, visto que suas populações estão envelhecendo e as taxas de fertilidade diminuindo gradativamente (Branco, 2002).

De acordo com O’Neill (2012) este fator “criará enormes desafios sociais que exigirão mudanças consideráveis: uma previdência social menos generosa, jornadas de trabalho mais longas e um aumento da idade mínima para aposentadoria”, esta discussão já é bastante frequente no Brasil.

Tabela 1 - Participação dos BRICS na demografia e economia mundial

	Território	População	PIB	Comércio internacional
BRICS	29,4%	42,92%	26,16%	15,8%
Brasil	6,3%	2,8%	2,9%	1,3%
Rússia	12,7%	2,2%	3%	2,6%
Índia	2,4%	17,6%	5,7%	1,9%
China	7,1%	19,6%	14,1%	9,4%
África do Sul	0,9%	0,72%	0,46%	0,6%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (2013).

Nota-se uma substancial participação dos BRICS na economia mundial, com cerca de 42,92% da população mundial e 26,16% do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, o que demonstra a grandeza dos BRICS no mercado internacional, e sua importância para os demais países do mundo.

A produtividade é um fator crucial para prover o crescimento sustentável aliado à elevação do bem-estar da população desses países. Considerando este fator, nota-se que essas nações têm priorizado a educação como fator indispensável para garantir que a população trabalhadora tenha maior produtividade, embora ainda falho em países como Brasil, Índia e África do Sul. Outra variável importante para o sucesso educacional é a tecnologia, que leva a ganhos de produtividade mais rápidos (O’Niell, 2012).

Segundo O’Niell (2012, p. 48):

O governo é outro fator evidente na determinação da capacidade de um país se tornar mais produtivo porque é o governo que provê a estrutura adequada e o sistema de apoio para o crescimento, bem como os incentivos. As nações cujos líderes constantemente enfrentam dificuldades para lidar com mudanças, geralmente são aquelas com baixo desempenho em termos de produtividade e com baixo crescimento. Estabilidade, credibilidade, o estado de direito e a ausência de corrupção também são elementos-chave para garantir que a economia cresça.

Existe uma forte discussão acerca do crescimento dos BRICS, algumas observações depositam seu resultado à circunstâncias inusitadas e difíceis de se repetir: rápido crescimento das exportações, *boom* das commodities e demanda insustentável dos Estados Unidos (O’Niell, 2012).

Na década de 2000, vimos o crescimento chinês deixando de ser apenas um fenômeno de mão de obra barata, seu povo está rapidamente ascendendo em termos de renda e consumo. A seguir vemos projeções acerca do crescimento das economias do mundo para 2030, nele, podemos ver a inclusão de 4 BRICS.

Figura 2 - Projeção das 20 maiores economias para 2030 (Trilhões de US\$)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (2015).

O papel dos BRICS no comércio mundial também está aumentando mais rápido do que foi pensado, e com certeza mais rápido que o comércio mundial como um todo. O comércio entre os BRICS acelerou sensivelmente, em especial porque o Brasil e a Rússia fornecem boa parte das commodities necessárias à China e Índia. Tal padrão sem dúvida continuará nas próximas décadas, com a inserção da África Sul como exportadora de commodities e matéria prima para enriquecimento tecnológico, este fator força um ajuste na política de comércio exterior desses países. Os líderes dos BRICS, já até discutem alternativas ao uso do dólar americano como principal moeda de troca (O'Niell, 2012).

De acordo com Souza (2009, p. 9):

Desde sua criação, o conceito de BRICS tem sofrido inúmeras críticas. Será que os cinco emergentes conseguirão realmente manter um ritmo sustentado de crescimento, apesar de suas inúmeras limitações em termos institucionais, políticos, demográficos, sociais e ecológicos? E qual a validade de previsões para um horizonte tão longínquo.

Os BRICS, principalmente China e Brasil, se tornaram poderosos imãs para investimento estrangeiro direto. Além disso, eles tem igualmente acumulado reservas estrangeiras. Segundo O’Niell (2012, p. 53) “em meados de 2011, a China sozinha detinha mais de US\$ 3 trilhões em reservas de moeda estrangeira” o que correspondeu aproximadamente 50% do seu PIB, provavelmente maior do que qualquer outro país.

Cabe sobrelevar que cada BRICS possui uma característica que impulsiona seu crescimento, cada um deles seguiu seu caminho, envolvidos por seus desafios e oportunidades próprios, guiados, sobretudo por suas ambições e atacados a cada passo por outras nações que temem, ou que simplesmente não poderiam vislumbrar sua ascensão (O’Niell, 2012).

2.1.1 O Brasil: da estabilização ao envolvimento na economia internacional

Nas duas últimas décadas do século XX, o país passou por um processo inflacionário que se tornara o grande vilão do desenvolvimento econômico do país. Os problemas de corrupção e ineficiência eram endêmicos. A partir dos anos 2000, no contexto latino-americano, o Brasil é visto como uma potência, nesse sentido, o que se tem visto é uma grande corrida de investidores a ativos brasileiros, sobretudo na última década. O país mostrou-se forte frente às crises internacionais da primeira década do século XXI, o que denota uma imponência e segurança aos investidores estrangeiros, isto é devido sua moeda e ao controle inflacionário encetado na década de 1990 com o Plano Real (Souza, 2009).

O Brasil possui um grande desafio a partir de 2011, prover um crescimento mais sustentável e conversão deste crescimento em melhoria da

qualidade de vida da população. O país tem uma macroestrutura, considerando ser a quinta maior população mundial e o segundo maior BRICS, apesar de considerar que a Índia deva ultrapassar o país em algum momento, mas dando continuidade ao potencial crescimento brasileiro (Souza, 2009).

Algo que possibilitou a sustentabilidade da economia brasileira frente ao cenário internacional foi a cultura política e o fim dos ciclos de supressão de políticas econômicas de governos anteriores, o que descreibilizava o país a partir de um cenário de maior incerteza (Silva, 2014).

O país ainda necessita de reformas em áreas que vão desde a tributação à infraestrutura. A democracia brasileira exigirá novos programas de grande escala para melhorar a qualidade das áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, como educação e saúde, por exemplo. Isto remonta o longo caminho que o Brasil ainda deve percorrer para ser considerado um país desenvolvido (O’Niell, 2012).

Cabe comentar que o país ainda necessita aumentar seu papel no comércio internacional e expandir investimentos no setor privado. Apesar do aumento no investimento estrangeiro direto, o Brasil ainda se mantém fechado ao comércio mundial, mais do que deveria (O’Niell, 2012). O governo precisa encorajar as empresas a explorar mais oportunidades internacionais. Estimular com mais vigor o investimento do setor privado será difícil, uma vez que as taxas de juros ainda estão extremamente altas, a despeito da longa batalha de sucesso para estabilizar a inflação, apesar disso, as taxas de juros elevadas não impediram que o Brasil crescesse. A reversão do crescimento nos gastos públicos deverá diminuir os juros e aliviar algumas pressões à alta da moeda (Souza, 2009).

2.1.2 A Rússia: o desafio demográfico e sua inserção capitalista

Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), toda imprecisão política que acompanha a história da Rússia, e além de tudo, uma demografia desfavorável, dependência energética e das matérias-primas e seu histórico ruim quanto à governança e à estrutura jurídica, fazem do país uma dúvida enquanto ao processo de integração aos BRICS (O’Niell, 2012).

Muitos economistas credenciam a baixa natalidade ao fim do sistema de bem-estar social soviético e a sua substituição pela liberalização dos mercados. Alguns incentivos tem sido encetados com vistas a elevar a taxa de nascimento do país, alguns programas são até engraçados frente o cenário internacional, como incentivos à trabalhadores, para ir à suas casas fazer sexo (Branco, 2015).

De acordo com O’Niell (2012, p. 70) se a Rússia conseguir resolver sua inversão demográfica, suas perspectivas econômicas melhorarão bastante, a exemplo, se a população russa deixar de cair, poderá ser tão grande quanto o Brasil.

A grande dependência russa ao petróleo e recursos naturais acaba por gerar grande preocupação por parte dos investidores, principalmente em tempos de commodities desvalorizadas. Em relação às expectativas dos investidores internacionais, a Rússia não é um mercado tão atraente, em razão de sua instabilidade política e autocracia, sempre criticada pelos países ocidentais, do seu líder Vladimir Putin. Por essa razão, o mercado russo opera com uma valorização pouco abaixo dos demais BRICS (O’Niell, 2012).

Outra limitação russa está no setor de infraestrutura, que necessita de investimentos com o objetivo de resolver os fatores contrariantes do desenvolvimento russo.

2.1.3 A Índia: gigante democracia com escalares problemas

De acordo com O’Niell (2012), a demografia indiana é seu grande trunfo, onde, observa-se que para os próximos anos, sua população economicamente

ativa irá crescer, num período entre vinte e cinco e trinta anos, o que será capaz de sustentar seu desenvolvimento econômico.

Um fator que potencializa negócios na Índia, diferente da Rússia, é a vantagem de um sistema jurídico confiável, além disso, o número de falantes do idioma inglês é impressionante, considerando esta, a língua utilizada nas transações internacionais. A Índia, entre os BRICS, é o que possui maior potencial de se tornar uma das 3 economias mais ricas do mundo, perdendo para China e Estados Unidos, nos próximos anos, isso, se deve, sobretudo, à sua vantajosa demografia (O’Niell, 2012).

A Índia, mesmo com essa vantagem frente aos demais BRICS, é um dos que apresenta as maiores disparidades socioeconômicas. A Índia ainda é uma nação muito desigual em termos de renda, com uma espantosa escala de pobreza. Algo assustador, na Índia, são suas gigantescas favelas, que acumulam desigualdades gritantes, algo muito mais cruel que a realidade das favelas brasileira. Apesar das contradições indianas, o estado vem promovendo uma série de investimentos no sentido de exterminar as favelas, não logrando tanto sucesso (Branco, 2015).

Algo sobre a Índia, é que ela não tem enfrentado crises econômicas no seu mercado interno, isso tem feito com que o país invista fortemente em infraestrutura e urbanização de suas cidades. O que torna a Índia um ambiente atrativo à investimentos internacionais, tanto pela sua disposição de mão de obra, quanto por incentivos dados pelo governo indiano, tornando o país num mercado mais competitivo e atrativo. Com isso, a Índia tem se constituído como uma possibilidade aos investidores do mercado financeiro internacional (O’Niell, 2012).

Por outro lado, a política macroeconômica indiana ainda remonta incertezas ao mercado mundial, por uma volatilidade das decisões dos formuladores de políticas econômicas. Além deste, a autonomia das regiões indianas também traz alguns contratempos à integração do país. Diferente da

China, a democracia indiana reserva uma série de divergências, que fazem com que não seja tão fácil promover estratégias de desenvolvimento unilaterais, como no seu vizinho (Silva, 2014).

Outro fator impeditivo ao desenvolvimento indiano é sua morosa burocracia, que faz com que, um alvará, por exemplo, demore meses para ser liberado. Sua produtividade ainda é baixa, com perdas gigantescas na produção, que poderiam ser resolvidas com uma abertura maior do seu mercado, que ainda é muito protecionista. Os dois setores mais dinâmicos em relação ao comércio exterior são os setores de serviços e manufatura indianos. A grande desconfiança indiana em relação ao livre comércio internacional, faz com que perca algumas oportunidades de explorar mercados vizinhos, como Bangladesh, Paquistão, apesar de suas divergências políticas e mesmo seu parceiro BRICS, a China, apesar de uma certa aproximação nos últimos anos (O’Niell, 2012).

A educação superior é o maior motor de investimentos indiano, sobretudo no que tange a área de tecnologia, o que tem feito com que o setor de serviços indiano cresça numa escala, muitas vezes maior que de países desenvolvidos, por outro lado, milhões de pessoas ainda não tem acesso à educação básica formal e de qualidade. O país possui a mais baixa taxa de alfabetização entre os BRICS (O’Niell, 2012).

De acordo com O’Niell (2012, p. 89):

Ainda há muito trabalho a ser feito na Índia. Ela ainda está muito mal classificada nos índices do Banco Mundial sobre a facilidade de se fazer negócios, o combate a corrupção e a transparência. De acordo com a classificação do Banco Mundial, quem quiser exportar bens a partir da Índia precisa preencher oito documentos numa média de dezessete dias para carregamento. Para efeito de comparação, tomemos Cingapura, onde só quatro documentos precisam ser preenchidos em cinco dias. A infraestrutura da Índia exige níveis colossais de investimentos e um mercado de títulos públicos e privados muito mais evoluído para banca-la. Ela também precisa derrubar barreiras contra as importações e o investimento estrangeiro direto.

A estratégia de desenvolvimento indiana deverá focalizar suas atenções à setores fundamentais ao desenvolvimento, saúde e infraestrutura, a exemplo dos

investimentos feitos na educação, apesar de ainda incipientes. Além disso, nota-se que as importações indianas prevalecem em alta, sobretudo na área de educação representado por uma aproximação com o Reino Unido (O’Niell, 2012).

Grandes empresas desejam ingressar no mercado indiano, como Carrefour, Tesco e Walmart, porém esbarram no protecionismo governamental do país. Setores como agricultura e varejo, poderiam se desenvolver fortemente e se tornar mais competitivos, produtivos e dinâmicos frente ao mercado internacional. Cabe uma reflexão, enquanto a China, teoricamente um país comunista progride largamente, a Índia, maior democracia do mundo, esperneia (O’Niell, 2012).

Contudo, grande parte dos problemas indianos, são decorrentes de sua complexidade política para avançar e mudar sua “mentalidade” frente aos desafios globais.

2.1.4 A China: conflituosa economia comunista

Diferente do comunismo que outrora assombrou a União Soviética, a China, ainda mantém, teoricamente, o comunismo como sistema econômico, porém, o que se observa é algo completamente diferente das relações comunistas do passado, nota-se que a China encontrou um “meio-termo” entre o abismo que separa o capitalismo do comunismo (O’Niell, 2012).

De acordo com O’Niell (2012, p. 92) “é simplesmente impossível não enfatizar a importância na China para todos nós [...]”. A economia chinesa foi a que mais cresceu no mundo, trazendo para si, a responsabilidade de dependência do restante do mundo. Diz-se que nos próximos 20 anos, a China tornar-se-á a maior economia mundial e centro do desenvolvimento capitalista.

As previsões sobre a China são recompostas também aos demais BRICS, uma vez que juntos representam boa parte dos consumidores mundiais, onde, quaisquer interjeições poderão conduzir a uma ameaça à supremacia econômica mundial e influência dos G-7 (Branco, 2015).

A China tem executado grandes obras de infraestrutura pelo país, com vistas a assegurar uma atração maior aos investimentos e sua multiplicação na melhoria da qualidade de vida da população, com geração de empregos, renda e consumo em massa. Essa estratégia é também uma proposta muito presente nos demais BRICS (O’Niell, 2012).

A China passou por um grande programa de controle de natalidade, hoje, observa-se uma maior flexibilidade enquanto a isso, enquanto no passado, dificilmente se encontrava uma família com mais de um filho, nos dias de hoje, se torna mais comum. Além deste fato, a população urbana da China vem crescimento de forma escalar, o que pode amenizar os problemas futuros do país, já que a urbanização contribui para a melhoria do bem-estar social e compartilhamento de conhecimentos mais rapidamente (O’Niell, 2012).

Os índices de qualificação chineses estão crescendo rapidamente, por exemplo, a cada ano, mais chineses possuem o ensino superior completo, contribuindo para a elevação da produtividade (Branco, 2015).

Sobre o domínio chinês como a próxima economia dominante, O’Niell (2012, p. 98) diz que:

[...] O mundo se tornou tão acostumado com o domínio americano que a ideia de um outro país, e ainda, comunista, tomar seu lugar é perturbador para muitos. Mas vale a pena perguntar: que diferença isso realmente faria? Faz tempo que a China tem a maior população mundial, logo não deveria ser tão surpreendente que ela também tivesse a maior economia. De fato ela não poderia ser novamente em algum momento do futuro? [...].

Algumas questões podem ser levantadas para sustentar estes questionamentos, o primeiro é o fator político, por se tratar de uma nação, onde se constitui um governo autoritário e não democrático, a segunda razão é a relutância da própria China se reconhecer como potência emergente, e em terceiro é pelo ocidente acreditar que o crescimento chinês pode representar um fracasso ocidental (Branco, 2015).

Sobre a relutância da China reconhecer sua grandeza internacional, O’Niell (2012, p. 99) coloca que:

Seus líderes estão tão focados em seus problemas internos que demonstram pouco interesse em participar dos problemas mundiais. Assim como as antigas potências coloniais, eles vão para a África para assinar acordos sobre commodities, mas não fazem isso porque se importam com os africanos. [...] Parece que hoje a China está mais focada nela mesma que em suas responsabilidades externas, o que talvez não seja o que os outros queiram.

Os desafios ao progresso chinês são enormes, como toda ela, a poluição ambiental, por exemplo, assusta e se torna um grande obstáculo ao desenvolvimento sustentável do país. Outro desafio está ligado ao tamanho dos gastos públicos, que em algum momento levarão a problemas insustentáveis (Branco, 2015).

A China tem sua estratégia de desenvolvimento focada na infraestrutura, o que potencializa uma política de crescimento sustentável e promotora de bem-estar social no longo prazo. Estradas, aeroportos, portos, hidroelétricas, dentre outras estão entre as grandes obras chinesas, porém, os investimentos governamentais costumam ser muito criticados por alguns considerarem que estes não são lucrativos, como por exemplo, estradas que possuem um baixo tráfego, ou aeroportos recém-ampliados que são pouco frequentados. Mas se pensarmos que uma estratégia de desenvolvimento se constitui de uma política de longo prazo, os investimentos chineses são muito promissores (O’Niell, 2012). Podemos afirmar que ainda constitui uma política valiosa, pelo fato de que o país não sucumbiu a uma alta inflação, nem mesmo a déficits no seu balanço de pagamentos.

Os formuladores de políticas econômicas chinesas estão projetando o futuro, neste sentido, estão adiante de sua população quanto à habitação e infraestrutura, conforme observa O’Neill (2012, p. 105). Assim, estes grandes projetos infraestruturais se justificam pelo fato de no futuro, não necessitarem

de investimentos tão elevados para prover o atendimento das necessidades da população chinesa.

O que se observa é que a China tem voltado sua atenção a garantir a sustentação de seu crescimento via consumo interno, aproveitando sua demografia para promovê-lo, diminuindo sua dependência das exportações e gastos públicos. Uma similaridade existente entre os BRICS é o fato de todos voltarem suas atenções a grandes projetos de infraestrutura, exportações, elevação dos gastos públicos e incentivos ao consumo interno (Branco, 2015).

De acordo com O’Niell (2012, p. 107) “a China está quase entrando numa fase de crescimento, mais ligada à qualidade e à sua sustentabilidade”, o que prova uma política sustentável e de longo prazo, que busca evitar investimentos desnecessários e que estes investimentos, acompanhem a elevação dos níveis de renda dos chineses. Por tal razão, talvez a China seja a nação mais ambiciosa por energia e tecnologia limpa, visto que, se propõe um crescimento que seja sustentável no longo prazo e garanta a perpetuidade. A China busca maneiras de diminuir o uso de combustíveis fósseis.

A inflação hoje é o maior desafio político dos formuladores de estratégias macroeconômicas, que se não controlada, pode trazer sérios problemas ao crescimento chinês e comprometer a sustentabilidade do bem-estar social da população (Silva, 2014). Os governantes chineses possuem uma maior facilidade em resolver problemas econômicos por não precisarem se preocupar com eleitores, eleições ou partidos rivais. Isto faz com que o governo resolva mais rapidamente os problemas econômicos, o que não se vê em uma democracia, onde este acaba se tornando uma limitação ao desenvolvimento da vizinha Índia (O’Niell, 2012).

Contudo, observa-se que assim como os demais BRICS, a China também precisa enfrentar desafios nesse caminho de emergente à emerso na economia mundial, porém, os chineses têm larga vantagem em relação aos demais países do bloco.

2.1.5 A África do Sul: estratégia africana para sustentabilidade dos BRICS

Em 2011, a África do Sul, o mais rico país africano foi convidado a fazer parte do até então BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), formando-se assim os BRICS. A economia sul-africana é também, assim como alguns dos BRICS, movida pela exportação de commodities, e além disso já mantinha laços consistentes com outros países do bloco (O’Niell, 2012).

Apesar de a África do Sul ainda está bem distante das promissoras economias precursoras do bloco, consiste num mercado extremamente potencial e estratégico para o desenvolvimento de todo o grupo (O’Niell, 2012). O ponto forte dos demais BRICS, a demografia, é uma deficiência sul-africana, então, considerando a demografia como um dos fatores que impulsionarão o crescimento das economias do bloco, a África do Sul encontrará um pouco mais de dificuldades para crescer e acompanhar o nível de seus irmãos BRICS (Branco, 2015).

Uma das justificativas de inserção do país no bloco é sua importância regional e representativa para as demais nações africanas, sendo ela o centro da economia do continente. Mas não se restringe a essa razão, a África do Sul vem seguindo a mesma tendência de crescimento dos demais BRICS, promovida, sobretudo por projetos de infraestrutura.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração econômica consiste numa forte estratégia dos países para protegerem-se dos aspectos negativos do processo de globalização. Essa estratégia não visa cessar com o progresso de globalização, mas uma alternativa ao desenvolvimento das nações menos competitivas frente ao mundo capitalista, eliminando fronteiras, por um lado e protegendo-as por outro.

Com o fim do ciclo de valorização das commodities, os reflexos das crises financeiras dos países desenvolvidos e as respostas de política econômica

contribuíram nos últimos quatro anos para a redução do ritmo do crescimento econômico dos BRICS.

O Brasil vem passando por uma crise econômica, que tem limitado seu crescimento econômico, os fundamentos macroeconômicos se deterioraram, o grau de incerteza econômica e política acompanharam e vimos surgimento de déficits e elevação das taxas de inflação. Está começando a ser encampada uma política fiscal dedicada à recuperação do equilíbrio orçamentário com ênfase na transparência, o que pode ajudar a diminuir a incerteza e desconfiança dos investidores.

A população da Rússia está em declínio, existe uma excessiva concentração em energia, grande concentração de empresas estatais na economia, fruto da reversão parcial da privatização. Adicionalmente, o isolamento internacional resultante de disputas geopolíticas é outro elemento que concorre para a diminuição do potencial de expansão econômica nos próximos anos, limitam a integração russa e seu crescimento econômico.

A Índia tem focalizado suas atenções para amenização das desigualdades sociais por meio de programas de infraestrutura e investimentos em diversas áreas, porém, o país ainda se encontra um passo atrás de Brasil e China, por exemplo, por possuir uma economia ainda insegura na visão dos investidores internacionais e também com uma falta de centralidade de sua política macroeconômica.

A grande China é o BRICS mais potencial e que possui as maiores chances de se tornar uma economia desenvolvida, porém, a segunda economia do mundo ainda enfrenta problemas de terceiro mundo, como desigualdades sociais ainda não corrigidas pelo Estado Chinês. Os chineses têm investido fortemente em infraestrutura e tem ela como sua maior referência e estratégia de crescimento sustentável e de longo prazo.

A África do Sul, promessa africana, é o país que possui as melhores condições do continente a que pertence, porém, entre os BRICS é o que ainda

engatinha no processo de integração à economia internacional. Apesar de ser um grande exportador de commodities, a África do Sul ainda é muito incipiente em programas de desenvolvimento econômico, sobretudo no que tange sua infraestrutura.

Nessa perspectiva, espera-se que China e Índia cresçam mais fortemente que os demais, considerando a demografia como fator relevante para prover tal crescimento, porém, mais lentamente no longo prazo, pela mudança na configuração e sua população.

Nota-se que o processo de constituição de um bloco econômico está em pleno vapor, uma vez que essas nações têm se mostrado, além de parceiras comerciais e estratégicas para desenvolvimento em conjunto.

Contudo, o desenvolvimento econômico continuará a provocar mudanças estruturais significativas para estas nações, que oferecerão oportunidades para exploração pelo Brasil e mutuamente. No entanto, no que tange especificamente a economia brasileira, a realização de reformas macro e microeconômicas são necessárias para viabilizem a materialização dos ganhos potenciais advindos dessas oportunidades.

REFERÊNCIAS

- ANGELL, N. **A grande ilusão**. Brasília, DF: Editora da UNB, 2002.
- BRANCO, R. C. **Os BRICS: oportunidades e desafios**. São Paulo: FGV, 2015.
- BRICS. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em: www.brics.itamaraty.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BUARQUE, S. C. **Manual de estratégia de desenvolvimento para aglomerações urbanas**. Brasília, DF: IPEA, 2005.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. [S.l.:s.n.], 2015. Disponível em: www.imf.org. Acesso em: 28 jul. 2016.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. [S.l.:s.n.], 2013. Disponível em: www.imf.org. Acesso em: 28 jul. 2016.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [S.l.]: IBGE, 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalho_ereendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm. Acesso em: 9 ago. 2016.
- MACHADO, J. B. M. **Mercosul: processo de integração – origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.
- O'NEILL, J. **O mapa do crescimento: oportunidades econômicas nos BRICS e além deles**. Tradução de Rafael Longo. São Paulo: Globo, 2012.
- SEITENFUS, R. **Relações Internacionais**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.
- SILVA, F. A. **Inflação, juros e crescimento no Governo Dilma: a nova matriz econômica brasileira no mundo pós-crise**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.
- SOUZA, J. M. **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

CAPÍTULO 2

O BRASIL E OS BRICS: uma análise da participação dos demais países do BRICS no comércio exterior brasileiro no período de 2017-2022

Rodolfo Francisco Soares Nunes¹
Liana dos Santos Gonçalves de Souza²

Resumo: O BRICS tem ganhado notoriedade na dinâmica da economia mundial devido o espaço que tem conquistado na configuração política e econômica nos últimos anos. Entendendo o comércio entre os países-membros como fator importante e não a pedra fundamental da organização, o presente artigo tem como objetivo analisar a participação e importância das relações comerciais que os demais membros possuem no comércio externo brasileiro. Através de um método histórico-dedutivo, buscou-se investigar as pautas exportadora e importadora brasileiras com vistas a comparar, compreender e analisar a importância da organização nesta variável da economia no Brasil durante o período de 2017 a 2022. Pode-se apontar que, o comércio internacional brasileiro tem sido influenciado cada vez mais pelas relações com os demais BRICS. Tal influência se dá pela maior participação relativa destes países nas exportações e importações do país frente às relações tradicionalmente majoritárias, como com os Estados Unidos e com a União Europeia.

Palavras-chave: BRICS. Comércio Internacional. Brasil.

Abstract: The BRICS has gained prominence in the dynamics of the world economy due to the space it has carved out in the political and economic landscape in recent years. Understanding trade among member countries as an important factor, rather than the cornerstone of the organization, this article aims to analyze the participation and significance of the trade relationships that other members have in Brazil's external trade. Through a historical-deductive method, we sought to investigate Brazil's export and import patterns in order to compare, comprehend, and analyze the organization's importance in this economic variable in Brazil from 2017 to 2022. It can be noted that Brazil's international trade has been increasingly influenced by its relations with other BRICS countries. This influence arises from these countries' greater relative participation in Brazil's exports and imports compared to traditionally dominant relationships, such as those with the United States and the European Union.

Keywords: BRICS. International Trade. Brazil.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico. Especialista em Contabilidade e Planejamento Tributário. Graduado em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. E-mail: rodolfofsnunes@gmail.com.

² Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Gestão de Projetos. Graduada em Ciências Econômicas. Analista Socioambiental. E-mail: liana.goncalves18@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Na complexa e dinâmica arena da economia global, o grupo conhecido como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) emergiu como um ator de destaque nos últimos anos. Este bloco de nações tem conquistado notoriedade não apenas como uma coalizão econômica, mas também como uma influência determinante na configuração política e econômica do cenário internacional. Embora o comércio entre os países-membros do BRICS não seja o alicerce primordial da organização, desempenha um papel fundamental em sua dinâmica.

O presente artigo se propõe a uma investigação minuciosa, focando especialmente na participação dos demais membros do BRICS nas relações comerciais do Brasil com o mundo exterior. Através da aplicação de um método histórico-dedutivo, nosso objetivo principal é analisar a complexa teia de importações e exportações brasileiras, buscando compreender e avaliar a relevância do BRICS nessa equação econômica específica no Brasil, no período compreendido entre 2017 e 2022.

Torna-se evidente que o panorama do comércio internacional do Brasil tem sido cada vez mais moldado pelas interações com os demais países do BRICS. Essa influência se manifesta de forma destacada pela crescente participação relativa dessas nações nas exportações e importações brasileiras. Em contraste com as parcerias econômicas mais tradicionais, como as estabelecidas com os Estados Unidos e a União Europeia, o BRICS tem desempenhado um papel significativo no delineamento da agenda comercial brasileira.

Nesta análise, adentraremos a intricada rede do comércio global, desvendando como as interações econômicas do Brasil com os membros do BRICS têm evoluído e quais implicações isso acarreta para a posição do país na arena econômica mundial. Por meio desta pesquisa, almejamos fornecer insights valiosos sobre a dinâmica de uma economia global em constante transformação,

na qual alianças construídas através da cooperação econômica exercem uma influência cada vez maior no cenário internacional.

2 NOTAS SOBRE O BRASIL E OS DEMAIS RICS

A organização que carrega o acrônimo de seus países partícipes - Brasil, Rússia, China, Índia e, ingressando posteriormente, África do Sul (BRICS) - tem ganhado notoriedade na dinâmica da economia mundial nos últimos anos. Parte desta significância tem relação com a criação de um fundo de reserva que têm sido aplicados sistematicamente em países alinhados à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Maia, 2020).

Inicialmente, partiu de uma liderança política russa e que contou com o aporte econômico e político chinês para que as relações partissem de uma reunião ministerial em 2006 e se efetivasse em uma organização em 2009 (Brics, 2023). Após o ingresso da África do Sul em 2011, a organização consolidou um montante de reservas internacionais a um valor próximo ao da metade das reservas mundiais em dólares (Maia, 2020).

Com o propósito distinto do que fora estabelecido para a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – o qual o Brasil é membro-fundador desde 1991 – que tinha como objetivo constituir uma relação entre países em torno de uma união aduaneira, o BRICS surge com uma função política e econômica que se traduz em relações que sobressaem às estritamente comercial (Maia, 2020).

Alçando o MERCOSUL ao horizonte de análise juntando-se à OCDE como signos do triunfo neoliberalismo na década de 1990, tem-se o período de 20 anos de uma hegemonia política e institucional conduzindo as políticas econômicas dos chamados “mercados emergentes”. Neste sentido, a criação do BRICS surge como um grande estabilizador da balança de poder global (Visentini, 2013a).

Outra diferença significativa e que distingue o BRICS de outras organizações econômicas supranacionais é seu caráter global e não estritamente regional (a exemplo do próprio MERCOSUL e da União Europeia). Sendo assim, a

dinâmica das relações perpassa das fronteiras dos continentes e ascendem à uma dinâmica próxima à estabelecida pela OCDE no cenário mundial (Gonçalves, 2016).

Ainda no campo histórico, ao passo que as organizações internacionais pautadas na eliminação de barreiras comerciais surgem no contexto do neoliberalismo, os países que pertencem ao BRICS ganharam uma relevância importantíssima no pós-crise de 2007. O crescimento econômico chinês, que desencadeou e fortaleceu o crescimento de outras nações como Rússia e Brasil, constituiu um elemento importantíssimo no cenário global (Visentini, 2013a). Ainda segundo o autor,

Os Brics, quando significavam apenas um conceito abstrato, eram enfocados como elementos positivos do crescimento mundial. Todavia, quando a recessão atingiu as duas margens do Atlântico Norte e a sigla ganhou vida política, surgiram crescentes críticas ao grupo (Visentini, 2013a, p. 8)

Isto posto, mesmo a relação comercial não tendo centralidade na constituição da Organização, esta possui relações de causa e efeito na dinâmica dos Estados-Nação. Uma vez constituídas alianças e instituições a nível internacional sob o guarda-chuva do BRICS, a proximidade política dos países pode estreitar as relações comerciais.

Do ponto de vista histórico e sob um olhar para as relações internacionais brasileiras, a participação do país na Organização não se manifestou de maneira linear. Com forte estímulo nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2015), a relação política tem um ponto de inflexão a partir de 2016 (Lessa et al, 2020). No que diz respeito à relação do governo de Lula e a crise financeira de 2008, Silva (2013, p. 123).

O Brasil conseguiu boas condições para enfrentar a crise financeira mundial, com o acúmulo de US\$ 200 bilhões de reservas e mercados internacionais diversificados, em especial nos países emergentes, que se revelaram fundamentais para o Brasil retomar a estratégia de crescimento.

Em consonante, Westmann (2023, p. 16) destaca a importância da estabilidade econômica brasileira no contexto das relações externas:

Econômica e politicamente estável, e com as principais variáveis macroeconômicas sob controle, foi possível implementar políticas sociais inovadoras e dar maior atenção às questões externas, que passaram crescentemente a influenciar os assuntos internos do país.

Desta maneira, *pari passu* à transição política ocorrida com o golpe de 2016, as relações comerciais entre o Brasil com os demais países do BRICS tornam-se passíveis de análise investigativa das causas e efeitos nas variáveis comerciais da economia brasileira. Com um horizonte temporal partindo do ano de 2017 e findando em 2018, busca-se captar os efeitos destas transformações políticas na dinâmica comercial.

A política externa sofre severas alterações, o que pode sujeitar a estabilidade econômica e a posição de destaque do Brasil a uma política interna voltada para dentro. Cabe ressaltar o que aponta Westmann (2023, p. 16):

Os processos de formulação da política externa continuaram, no entanto, envolvendo poucos atores e limitadas ferramentas de prestação de contas, deixando de se coadunar com a multiplicação de agendas e interesses para além das fronteiras nacionais.

Analisar o comércio entre os países membros constitui um caminho frutífero para se entender a dinâmica que envolve a balança comercial e as demais contas nacionais brasileiras. Não obstante, a participação do Brasil no BRICS envolve a participação em outros organismos, como explica Visentini (2013b, p. 199 e 200):

O Brics, por meio de seus integrantes, hoje abriga duas organizações de extrema importância mundial: a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e o Ibas, Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul [...]. Para o Brasil o Brics representa a formalização de uma estratégia que, ainda antes do grupo propiciar consistência a este conceito, encontrava-se implícita nos objetivos de sua política externa.

Levando em consideração o contexto apresentado, questiona-se como seguiram as variáveis de comércio internacional do Brasil durante o período e

como esta foi impactada e causou impacto nas relações com os demais países do BRICS frente as relações com o resto do mundo durante o período analisado.

A pesquisa teve como objetivo principal apresentar a dinâmica comercial brasileira com os demais membros do BRICS. Apoiando-se neste objetivo, sustentou-se a intenção de destacar a importância da relação para a pauta exportadora brasileira, uma vez que juntos constituem o maior mercado consumidor mundial. Também se buscou apresentar o comportamento da pauta importadora brasileira, uma vez que é uma questão-chave para entendermos a dinâmica produtiva e do consumo do país.

Para prosseguir com a investigação, utilizou-se o método histórico dedutivo, uma vez que dada a complexidade da dinâmica economia global, não se pode partir de simples pressupostos e de análises estáticas da situação (Bresser-Pereira, 2009). Justifica-se a utilização deste método por implicar uma análise em termos dialéticos, onde:

No caso das ciências sociais, é praticamente inevitável pensar não apenas historicamente mas também em termos dialéticos. Na esfera social, causas e consequências não se distinguem claramente, e a consequência quase sempre retroalimenta a causa presumida (Bresser-Pereira, 2009, p. 170)

No que concerne às técnicas de pesquisa, as pesquisas bibliográfica e documental foram utilizadas para trazer a luz os documentos que expõem os laços políticos da Organização. Para compor a análise, foram utilizados os dados coletados de fontes estatísticas oficiais, como o Comex Stats – portal oficial do governo federal que concentra as estatísticas de comércio exterior do Brasil – que foi procedida pela análise qualitativa e quantitativa dos resultados.

Dos resultados encontrados, o volume comercial do comércio exterior brasileiro com os demais países do BRICS (RICS) aumentou significativamente. Do total transacionado do Brasil com o resto do mundo, o país comercializou em 2017 cerca de 24% com os RICS tendo esta participação relativa em um constante crescimento, mesmo com a pandemia da Covid-19 – também por causa desta –, alcançando 29% do volume exportado em 2022.

Em termos de comparação, paralelo aos demais parceiros comerciais como os Estados Unidos, por exemplo, em 2017 para cada US\$ 1,00 transacionado pelo Brasil com os EUA, aproximadamente US\$ 1,65 era comercializado com os RICS. Em 2022 esta proporção aumentou para aproximadamente US\$ 2,00.

O mesmo ocorre quando se faz o comparativo com a relação comercial Brasil – União Europeia (UE). Em 2017, para cada US\$ 1,00 transacionado com a UE, cerca de US\$ 1,45 era comercializado com os RICS. Em 2022 esta proporção aumentou para aproximadamente US\$ 1,87. Tais valores demonstram o crescimento da relevância do BRICS frente aos tradicionais parceiros comerciais. Destaca-se que, destes valores, mais de $\frac{3}{4}$ são comercializados com a China.

Quando se desagrega o volume de transação e se observa as exportações e importações, percebe-se que o movimento ocorre de maneira semelhante nas duas variáveis. Isto é, o maior volume transacionado não pode ser explicado pela concentração em exportações ou em importações.

Isto posto, destaca-se que a proporção exportada pelo Brasil com os RICS, se comparado com os EUA, percebe-se uma maior variação. Em 2017, para cada US\$ 1,00 recebido pela exportação para os EUA, aproximadamente US\$ 1,65 foi recebido pelos RICS. Essa proporção alcançou, em 2020, a razão de US\$ 3,41. Em menor grau, ocorreu a mesma variação com as exportações para a União Europeia.

Uma característica do comércio exterior brasileiro é a manutenção da balança comercial favorável, isto é, as exportações superando as importações. No que se refere à análise, se observa que os termos de troca (exportações/importações) são positivos para a relação Brasil-RICS, mantendo-se em uma média de 1,6 durante o período. Tal fato não encontra paralelo na relação entre o Brasil com os Estados Unidos (onde se apresenta um déficit comercial médio de 0,8) e com a União Europeia (onde a balança comercial, em média, é nula).

Ao tratar das exportações, no entanto, alguns resultados que se apresentam merecem destaque. O primeiro é o alto grau de concentração das exportações do Brasil para os RICS. Aproximadamente 75% do total exportado é composto por produtos minerais e do reino vegetal. Se comparado às exportações para os EUA no mesmo período, verifica-se que o comércio para este destino se faz mais pulverizado, contendo itens com maior valor agregado, como máquinas e aparelhos elétricos e materiais de transportes, representando aproximadamente 12% da pauta, em média.

Movimento distinto vem acontecendo nas compras brasileiras do resto do mundo. Dos RICS, em específico, também se observa uma concentração da pauta de importação em torno de produtos de alto valor agregado, como máquinas e equipamentos elétricos e produtos das indústrias químicas, que orbitam na média de 65% da pauta.

No que se refere à relação com os EUA, por exemplo, nota-se uma tendência à concentração na importação de produtos minerais beneficiados, que alcança a marca de 44% das importações Brasil-EUA em 2022. Em segundo plano, tem-se também a importação de máquinas e equipamentos elétricos (que partem do Brasil e retornam beneficiados economicamente) e produtos da indústria química, na ordem de 37% da pauta de importação.

3 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, constata-se que, com o protagonismo chinês, o comércio Brasil-RICS tem se fortalecido ao longo do período, mesmo este não sendo o objetivo central da criação da Organização.

No entanto, o Brasil ainda se insere na organização econômica mundial de forma a fornecer itens de baixo valor adicionado e comprar máquinas e equipamentos para as suas indústrias.

Alguns ciclos são retroalimentados como, por exemplo, o da agroindústria. Para exportar grãos para a China o Brasil acaba importando

produtos químicos que são utilizados para o próprio cultivo de grãos. Outro ciclo que se retroalimenta é o de beneficiamento de matérias-primas no exterior como, por exemplo, da indústria do aço e do alumínio.

A participação brasileira no cenário econômico mundial sempre foi de ampla relevância. No entanto, com o fortalecimento (na década de 1970) e o declínio (na década de 2010) da hegemonia estadunidense, nota-se que a unipolaridade perseguida pelos Estados Unidos encontra-se ameaçada pelo poderio econômico e político Chinês.

Mesmo com a guinada política ocorrida no governo brasileiro com o intento de se aproximar e ingressar na OCDE, a participação comercial se manteve inabalada e, contraditoriamente, se fortaleceu. Surge a necessidade, então, de aprofundar o debate em torno de como as relações comerciais se estabeleceram durante esse período. E qual o papel desempenhado pela cúpula dos BRICS nas articulações comerciais.

Cabe destacar, também, que por ter fins econômicos (e não estritamente comerciais) o comércio entre os países precisa ser compreendido nas totalidades da rede. Ao utilizar o Banco de Investimento do BRICS para investimentos de capital em outros países, os membros podem se beneficiar de outras formas para além do comércio estrito.

Por fim, aponta-se a janela de oportunidades aberta pela retomada de uma política externa brasileira com enfoque no multilateralismo e na manutenção (ou restauração) do prestígio da posição brasileira frente a assuntos de interesse mundial, como a preservação ambiental e combate à fome.

REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Centro de Economia Política, v. 29, n. 2, 2009.
- BRICS. **History of BRICS**. [S.l.:s.n.], 2023. Disponível em: <http://infobrics.org/page/history-of-brics/>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- GONÇALVES, R. **Economia política internacional**. São Paulo: Grupo GEN, 2016.
- LESSA, A. C. *et al.* **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020.
- MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2020.
- SILVA, A. L. R. Brasil, potência emergente: desafios do desenvolvimento e da inserção internacional. In: VISENTINI, P. *et al.* **BRICS: as potências emergentes: China, Rússia, Índia e África do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- VISENTINI, P. Introdução. In: VISENTINI, P. *et al.* **BRICS: as potências emergentes: China, Rússia, Índia e África do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.
- VISENTINI, P. Brics, OCX e IBAS: as coalizões dos emergentes. In: VISENTINI, P. *et al.* **BRICS: as potências emergentes: China, Rússia, Índia e África do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.
- WESTMANN, G. **Pela democratização da política externa brasileira**. [S.l.]: Contexto, 2023. *E-book*.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Clelton dos Santos da Silva¹
Andresa Venancia Lima de Oliveira²

Resumo: Este artigo é resultado de uma revisão bibliográfica da obra “História do Pensamento Econômico: Pensamento Econômico Brasileiro”. Esta obra aborda principalmente a origem do pensamento econômico, introduzindo a visão metodológica da disciplina de História Econômica e possibilitando o entendimento da formação econômica brasileira. A pluralidade de visões e interpretações sobre a história econômica do Brasil é justificada pelas diversas circunstâncias e momentos cruciais de sua formação e transformação. A análise desses problemas históricos e teóricos requer uma sólida fundamentação empírica e considera perspectivas contraditórias, o que enriquece a compreensão do país em suas múltiplas particularidades.

Palavras-chave: Pensamento econômico. História econômica. Economia brasileira.

Abstract: This article is the result of a bibliographic review of the work “History of Economic Thought: Brazilian Economic Thought”. This work mainly addresses the origin of economic thought, introducing the methodological view of the subject of Economic History and enabling the understanding of the Brazilian economic formation. The plurality of visions and interpretations about the economic history of Brazil is justified by the different circumstances and crucial moments of its formation and transformation. The analysis of these historical and theoretical problems requires a solid empirical foundation and considers contradictory perspectives, which enriches the understanding of the country in its multiple particularities.

Keywords: Economic thinking. Economic history. Brazilian economy.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresentará a imersão da história econômica e ela emerge de um campo independente da história política, buscando romper com as narrativas centradas em heróis e políticos, e direcionando o foco para as dinâmicas sociais e econômicas. Ao longo do seu desenvolvimento, diversas correntes de pensamento entraram em disputa, incluindo uma perspectiva

¹ Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão. Bacharel em Administração pela Universidade Ceuma. Graduando em ciências econômicas pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: clelton.silva@discente.ufma.br

² Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão. Assistente Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: andresa.venancia@discente.ufma

historicista enaltecendo o Estado Nacional, uma abordagem liberal valorizando o indivíduo e as instituições econômicas, e a corrente marxista, focada nas lutas de classes e movimentos sociais.

No contexto brasileiro, o pensamento econômico foi fortemente influenciado pelas correntes internacionais, mas gradualmente adquiriu sua própria identidade. Autores e instituições nacionais tornaram-se evidências do surgimento de um genuíno e autônomo pensamento econômico brasileiro que inicia sua trajetória com o pensamento econômico no Brasil moldado por influências externas, mas ao longo do tempo, desenvolveu uma identidade própria, impulsionada pelo projeto de industrialização sob o comando estatal. Esse percurso culminou na consolidação do campo da História do pensamento econômico na sociedade brasileira, especialmente com a criação de cursos de pós-graduação em Economia e eventos acadêmicos que disseminaram as ideias econômicas pelo país. Um marco importante na história econômica brasileira foi a chegada da corte portuguesa em 1808 e a tentativa de criação da aula de Economia Política, apesar de nunca ter sido efetivada. Esse episódio revela a relevância atribuída ao conhecimento econômico para embasar uma ação governamental eficaz, buscando o progresso e a modernização econômica e social do país. A inclusão da história do pensamento econômico nas diretrizes curriculares do bacharelado em ciências econômicas contribuiu para que o Brasil se destacasse no cenário internacional, oferecendo um amplo espectro de disciplinas de graduação nesse campo. Essa evolução do pensamento econômico brasileiro é fundamental para entendermos como a economia do país tem sido moldada e influenciada ao longo do tempo.

A história do pensamento econômico teve seu marco inicial com a criação da aula de Economia Política no Brasil em 1808, quando a corte portuguesa chegou ao país. Embora a cadeira nunca tenha sido implementada, sua concepção revela a importância atribuída à educação econômica para o progresso e modernização da vida econômica e social. Atualmente, o Brasil é um

dos países que mais oferecem disciplinas de graduação em história do pensamento econômico, impulsionando a atuação de cientistas sociais e contribuindo para o desenvolvimento da historiografia nacional.

Essa pluralidade de visões e interpretações sobre a história econômica do Brasil é justificada pelas diversas circunstâncias e momentos cruciais de sua formação e transformação. A análise desses problemas históricos e teóricos requer fundamentação empírica sólida e considera perspectivas contraditórias, o que enriquece a compreensão do país em suas múltiplas particularidades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceito de história econômica

De acordo com Barbosa (2009) a história econômica surgiu com o propósito de criar um espaço independente da história política, que até então focava em heróis, grandes homens, estadistas e políticos, bem como no controle estatal. Essa nova perspectiva histórica, aliada a biografias, poderia ser considerada uma forma mais abrangente de narrativa social em comparação com a antiga história influenciada pelos padres nos séculos XVII e XVIII, que foi criticada pela ilustração. Ao longo do desenvolvimento da história econômica, desde seus primórdios em 1820-1840 até sua fase adulta em 1850-1914, emergiram diversas correntes de pensamento que travaram disputas entre si.

Entre essas correntes, destacam-se: (I) Uma perspectiva historicidade que defende e enaltece o Estado Nacional e o conceito de povo nação; (II) Uma abordagem liberal que valorizava o indivíduo, o burguês, o empresário e as instituições econômicas, como portos, ferrovias e grandes empresas, com especial destaque para os bancos; (III) Uma outra corrente conhecida como marxista, que se dedicava a construir uma história das lutas de classes sociais e dos movimentos sociais, enfatizando não os indivíduos notáveis, mas sim as ações dos grandes coletivos.

‘O que tornou a História Econômica fascinante foi o seu poder de corroer, destruir explicações fantasiosas’. O que a tornou desagradável, indesejável até, foi este mesmo ‘poder metodológico’. Ele ‘não interessa’, numa sociedade de massas controlada pela mídia. Com forte associação metodológica com a chamada ‘Teoria do Desenvolvimento Econômico’, a História Econômica como disciplina tornou-se independente da Economia Política no período 1870-1930. Como se sabe, a ‘Teoria do Desenvolvimento Econômico’ apareceu como uma disciplina independente um pouco defasada em relação à História Econômica, ou seja, no período 1905-1945. A História Econômica em sua expressão moderna consolidou-se a partir da publicação do primeiro volume do livro ‘O Capital’, de Karl Marx. O historiador e filósofo alemão reuniu em sua versão metodológica da História Econômica os ingredientes básicos que ela possui até hoje: (a) uma doutrina econômica definida; (b) uma doutrina histórica definida; (c) a problematização destas doutrinas através de um modelo bem específico; e (d) a formulação de hipóteses claras, a partir deste modelo, com vistas a enriquecer ou reformular as doutrinas básicas. Este roteiro baconiano e cartesiano de Marx, ao contrário do que possa parecer, não se constituiu um ‘engessamento’ da História Econômica, mas, de fato, o caminho para sua expressão como ‘ciência social, ou seja, uma disciplina que permite a diferentes observadores lançarem mão de suas ferramentas de trabalho’ (Barbosa 1988, p. 2).

A História Econômica é cativante por sua habilidade de dismantelar explicações fantasiosas. Contudo, essa mesma capacidade metodológica tornou-se indesejável numa sociedade de massa dominada pela mídia. Durante o período de 1870 a 1930, a História Econômica estabeleceu uma forte conexão metodológica com a chamada “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, tornando-se independente da Economia Política. Contrariamente ao que possa parecer, esse roteiro baconiano e cartesiano de Marx não limitou a História Econômica, mas, de fato, permitiu que ela se afirmasse como uma “ciência social”. Isso significa que se tornou uma disciplina que possibilita que diferentes observadores utilizem suas ferramentas de trabalho para compreender os fenômenos econômicos históricos.

2.1.1 História econômica e o surgimento do pensamento econômico brasileiro

Para Cosentino e Gambi (2019) o crescimento da área de História do Pensamento Econômico assume uma importância tão relevante quanto a reflexão sobre os motivos que mantiveram essa disciplina 'submergida' por tanto tempo, inserida nas esferas da Economia e da História. De um lado, a História Econômica era considerada a ciência responsável por investigar as formas de produção, distribuição e consumo das sociedades humanas ao longo do tempo, excluindo, assim, as análises específicas sobre o pensamento econômico em si. Por outro lado, é notório que, em inúmeras sociedades humanas do passado, antes do surgimento da economia capitalista e mesmo em comunidades que ainda não se encontram completamente subjugadas por sua lógica o que agora chamamos de fenômenos econômicos eram impregnados de valores culturais, os quais exerciam uma influência direta no que hoje reconhecemos como uma Economia de Mercado. Dessa maneira, o pensamento econômico se disseminava por meio de textos de natureza moral, religiosa e política, não constituindo, portanto, um campo de estudo independente.

No entanto no surgimento do pensamento econômico existia um forte questionamento sobre sua existência. A tese de Amaury Gremaud aborda a relação entre os problemas do desenvolvimento econômico tardio do Brasil e a falta de um pensamento econômico próprio durante o século XIX. Ele destaca que diversos economistas acreditam que o subdesenvolvimento do país está diretamente ligado à ausência de uma reflexão concreta sobre a realidade brasileira naquela época. Gremaud argumenta que figuras como Furtado e Peláez perceberam que as concepções econômicas do Brasil do século XIX eram fortemente influenciadas pelo pensamento econômico de economias mais desenvolvidas. Isso levou a uma carência de originalidade e à incapacidade de transformar efetivamente a situação econômica do Brasil (Gremaud, 1997).

‘Mesmo partindo de matrizes teóricas europeias existe alguma originalidade no pensamento econômico brasileiro, se não no sentido de formular novos avanços teóricos, pelo menos em termos de reflexões sobre a nossa realidade e da adequação destas teorias a ela. Além do que, esta realidade era ponto importante na escolha feita pelos analistas nacionais dentro do leque de possibilidades teóricas apresentado pela Economia Política dos países centrais. Mesmo porque as pessoas envolvidas reconheciam os efeitos distributivos envolvidos na adoção das medidas preconizadas pelas diferentes teorias. E justamente a partir destes efeitos que se delineiam as alianças entre os diferentes grupos no que concerte a determinação da política econômica ao longo deste período. Novamente, pode-se até não concordar com as análises ou as adaptações das teorias à realidade nacional feitas quando da determinação da política econômica, porém não foi a falta delas que marcou política econômica no Segundo Reinado e na Primeira República’ (Gremaud, 1997, p. 3-4).

O autor aponta como uma das principais causas desse cenário a falta de instituições especializadas na formação de economistas com conhecimentos técnicos adequados para compreender as particularidades e os desafios enfrentados pela economia brasileira. Essa falta de preparo específico acabou por limitar o desenvolvimento de uma abordagem econômica mais original e adaptada à realidade nacional.

Em resumo, a tese de Amaury Gremaud destaca a relação entre o subdesenvolvimento econômico do Brasil no século XIX e a influência excessiva de ideias estrangeiras, apontando a falta de instituições formadoras de economistas especializados como um dos fatores que contribuíram para essa situação.

No século XIX, não eram distantes os questionamentos referentes a existência do pensamento econômico no Brasil. João Antonio de Paula aborda o tema de forma eloquente ao afirmar que não apenas existe um pensamento econômico do Brasil, mas também defende que sua existência e história representam uma afirmação de identidade, uma negação da dominação e do colonialismo, e uma possibilidade de emancipação com uma perspectiva cultural e intelectual diversa e alternativa em relação ao cânone tradicional. Além disso, “o próprio autor, valendo-se da filosofia, expõe que a mera indagação sobre a

existência da filosofia no Brasil, suas fragilidades ou inconsistências, são, por si só, problemas filosóficos. Respondê-las de alguma forma equivale a filosofar” (Paula, 2017, p. 446). Por tanto se a história do pensamento econômico é tributária:

E um ponto de vista, que, tomado como referência, organiza não só a exposição do tema, mas seus significados [...] de um núcleo inegociável de sentido, que explicitamente ou não, a um tempo, seleciona, organiza, hierarquiza, valora, qualifica, desqualifica, sendo, na verdade, a elaboração de uma história do pensamento econômico, um capítulo de uma disputa ideológica, teórica, política e social e cultural, cuja motivação básica é fazer soar, alta e potentemente, as várias vozes que a homofonia do capital tenta interditar, desqualificar, ignorar (Paula, 2017, p. 442-3).

De acordo com os autores Cosentino e Gambi (2019) de forma singular, o campo de estudo do pensamento econômico brasileiro enfrentou um embate direto com as questões referentes à inserção periférica de nossa economia. Economia agroexportadora com forte pilar escravista, de acordo com diversos analistas o Brasil não teria um pensamento econômico próprio e original, porém existiram autores responsáveis por introduzir o pensamento liberal em nosso meio, assim o fez o visconde do Cairu. O processo de desenvolvimento de uma escola de economistas no Brasil ocorreu de forma tardia, por conta do nosso passado escravista e agroexportador, bem definido no ciclo do café, a escola de economista surge em meados do século XX.

Segundo Loureiro (1997), ao longo do século XIX até meados do século XX, o pensamento econômico brasileiro era amplamente influenciado pelas grandes correntes do pensamento econômico mundial, especialmente aquelas oriundas do mundo anglo-saxão e, em menor escala, de alguns pensadores franceses e alemães. Esses discípulos, ao introduzirem ou adaptarem as ideias econômicas ao contexto nacional, nem sempre obtinham resultados satisfatórios. A partir de meados do século XX, conforme já mencionado, o pensamento econômico brasileiro adquiriria uma notável 'concretude', impulsionado pelo projeto de industrialização sob a tutela estatal do Brasil. Autores como Roberto

Simonsen, Valentim Bouças, Celso Furtado e outros, assim como instituições como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), constituíam a “evidência” do surgimento de um genuíno e autônomo pensamento econômico de cunho nacional.

Pode-se dizer de forma clara e objetiva que o campo da História do pensamento econômico fomenta sua consolidação na sociedade brasileira de forma sistêmica e não de forma imatura, com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Economia, ao final dos anos 1960 e 1970. E foi o primeiro evento da ABPHE, em 1993, que foi o responsável pela importância e sobretudo da solidificação e difusão do pensamento econômico no Brasil, onde o mesmo pode ser apreciado nas revistas da Associação, a História Econômica e História de Empresas desde (1998) até (2019.1) contendo 253 artigos com temas referentes ao pensamento Econômico.

2.1.2 Pensamento econômico no Brasil colônia

As origens do pensamento econômico no Brasil colônia de Portugal é evidenciado pela chegada da teoria econômica internacional e como ela se difunde por todo território brasileiro. Segundo Cardoso (2009), a disseminação do pensamento econômico em âmbito internacional se configura como uma espécie de condição para a viabilidade do pensamento econômico nacional.

Nessa perspectiva, nota-se a existência de uma hierarquia internacional no que diz respeito à produção do conhecimento econômico, emanando de centros de produção e disseminação de conhecimento para periferias que o recebem. Ainda que essa abordagem possa ser discutida, ela se fundamenta na inegável constatação da existência de distintos níveis de desenvolvimento entre as nações e na relação centro-periferia que emerge entre as nações mais ricas e as mais pobres. Portanto, sem nos aprofundarmos demasiadamente nessa discussão, é válido ressaltar que, sob esse ponto de vista, qualquer esforço de reflexão acerca do pensamento econômico brasileiro deve se concentrar na

forma como a teoria econômica internacional foi interpretada, traduzida, assimilada, adaptada e influenciou as ideias produzidas no Brasil.

Logo a intensificação da história econômica se deu pelo contato da elite intelectual brasileira com a vanguarda do pensamento econômico em meados do século XIX.

Um marco para tal discussão é a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808. Quando a família real chegou ao Brasil, José da Silva Lisboa acompanhou D. João até o Rio de Janeiro com a incumbência de auxiliá-lo na estruturação do Império a começar do Brasil, tendo sido designado para assumir a recém-criada aula de Economia Política, no que foi a segunda medida legislativa decretada em 28 de fevereiro pelo príncipe-regente quando chegou ao Brasil ainda em Salvador. A criação da cadeira visava proporcionar conhecimento erudito e prático, assim como fundamentar uma boa ação de governo ancorada no estudo da ciência que poderia contribuir para o progresso e a modernização da vida econômica e social do espaço colonial. Esse episódio é um dos mais interessantes na história da difusão da economia política no Brasil. A cadeira nunca chegou a se efetivar, contudo, a sua criação reflete diversas questões. Tivesse sido efetivada a aula de Economia Política no Brasil, teria antecedido não só a da metrópole portuguesa (implementada em 1836 em Coimbra, sob a responsabilidade de Adriano Pereira Forjaz Sampaio), bem como da França (sob a regência de Jean Baptiste Say, em 1816 para Hugon, em 1819 para Rocha e em 1824 para Nogueira de Paula) e da Inglaterra (de 1825, tendo como titular Nassau Sênior) (Cosentino; Gambi, 2019, p. 35).

O texto aborda um marco significativo na história da economia política no Brasil: a chegada da corte portuguesa em 1808 e a criação da aula de Economia Política, cuja função era auxiliar na estruturação do Império brasileiro. A iniciativa visava proporcionar conhecimento erudito e prático para embasar uma ação governamental eficaz, contribuindo para o progresso e modernização da vida econômica e social no contexto colonial. Apesar de a cadeira nunca ter sido implementada, sua concepção revela questões relevantes. Se tivesse sido efetivada, teria precedido o ensino da economia política tanto na metrópole portuguesa como em outros países, como França e Inglaterra. Esse episódio é considerado um dos mais interessantes na difusão desse campo de estudo no Brasil.

2.1.3 A metodologia e estruturação do pensamento econômico no ensino brasileiro

Segundo Cosentino e Gambi (2019) considerando o tamanho e a densidade do sistema brasileiro de ensino superior, a inclusão da história do pensamento econômico como parte das diretrizes curriculares do bacharelado em ciências econômicas resulta em um efeito inequívoco: em termos absolutos, o Brasil é um dos países que mais oferecem disciplinas de graduação em história do pensamento econômico em todo o mundo. Para obter uma compreensão mais aprofundada do tipo de treinamento atualmente fornecido aos estudantes de Economia no país, foi coletada uma amostra de programas e ementas de cursos ministrados em instituições de ensino superior em todo o território nacional.

No total, conseguimos recolher 127 programas e ementas, referentes a disciplinas de graduação lecionadas em instituições públicas e privadas, nas cinco regiões do país. A amostra cobre todos os estados da federação, embora a quantidade de programas por estado varie significativamente, acompanhando as densidades dos respectivos sistemas universitários. Acre, Alagoas, Sergipe e Tocantins contribuíram com apenas um programa cada, ao passo que São Paulo (16), Minas Gerais (15) e Paraná (13) encabeçam a lista dos estados mais bem representados na amostra. As instituições públicas, que costumam funcionar como polos regionais de liderança acadêmica, também estão sobre representadas, contribuindo com um total de 98 programas contra 29 programas de instituições privadas. Para além dos critérios de abrangência e representatividade, a seleção da amostra foi determinada essencialmente pela disponibilidade da informação - não devendo, portanto, ser interpretada como um exercício estatístico rigoroso (Cosentino; Gambi, 2019, p. 35).

É importante ressaltar que, além dos critérios de abrangência e representatividade. É essencial destacar que a seleção da amostra foi baseada na disponibilidade de informações, não constituindo um exercício estatístico rigoroso e absoluto. Dessa forma, embora forneça uma visão ampla do panorama atual da história do pensamento econômico no ensino superior brasileiro, a análise pode não ser completamente abrangente ou representativa. A pesquisa enfatiza a relevância da inclusão da história do pensamento econômico no

currículo do bacharelado em ciências econômicas, visto que o Brasil se coloca como um dos principais fornecedores dessas disciplinas no mundo.

A metodologia adotada dentro da abordagem das disciplinas de graduação em história do pensamento econômico no Brasil, utiliza a revisão de bibliografias, consolidando o ensino, de maneira que inicia-se com a discussão reflexiva da economia durante o período moderno, em seguida discute pautas das escolas dos fisiocratas e a escola Clássica e não menos importante as contribuições e pensamentos de Adam Smith e Marx que deram margem para avanços das discussões da conhecida revolução marginalista, concluindo assim com doutrina keynesiana. Cosentino e Gambi (2019). No entanto, é fundamental o contínuo aprimoramento e ampliação da oferta desses conteúdos, de modo a enriquecer a formação dos futuros economistas e fortalecer a compreensão do desenvolvimento da teoria econômica ao longo do tempo.

2.1.4 A pluralidade da história econômica na formação dos pensadores econômicos brasileiros

A existência de peculiaridades na história do Brasil, sendo um país que se pensa continuamente ao longo do tempo. Octavio Ianni (2000, p. 55) destaca que essa característica tem impulsionado a atuação de diversos cientistas sociais, os quais têm se dedicado a analisar a história do país em suas múltiplas particularidades. A contribuição desses intérpretes brasileiros é fundamental para o desenvolvimento da historiografia nacional. Logo o autor menciona obras que abordam problemas históricos e teóricos a partir de rupturas históricas, momentos cruciais para a formação e transformação da sociedade brasileira. Essas circunstâncias levantam questionamentos que requerem análise embasada em ampla fundamentação empírica, sempre sujeita a perspectivas contraditórias. A presença de diversas explicações, interpretações e teses que se complementam e polemizam é justificada, resultando na pluralidade de visões do Brasil e na identificação de múltiplos "Brasis" (Ianni, 2000).

A política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (Fonseca, 2015, p. 28).

Diversos autores abordam o conceito de desenvolvimentismo como política econômica no Brasil. Onde destaca-se diferentes perspectivas sobre o tema, considerando-o como uma ideologia, uma estratégia ou um fenômeno inerente à ação humana. Essas definições complexas levaram à utilização dos três conceitos ao longo do trabalho, evidenciando a pluralidade do fenômeno.

Segundo Cosentino e Gambi (2019), o desenvolvimentismo surgiu no final do século XIX, em meio a mudanças políticas e econômicas que marcaram o fim do regime imperial brasileiro. Nesse contexto, diversos autores passaram a refletir sobre a situação do Brasil e as formas de superar os desafios enfrentados por uma nação em formação. O desenvolvimentismo é considerado um fenômeno histórico de grande importância para a configuração social, política e econômica atual do país. Investigar suas origens requer uma análise detalhada, não apenas por interesse histórico, mas principalmente para aprofundar o debate sobre essa ideologia que teve papel fundamental na construção do Brasil contemporâneo.

Personagens como Serzedello Correa, Antônio Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Benjamin Constant, Rui Barbosa, entre outros, encabeçaram o grupo de homens, os quais, de forma precoce, passaram a patrocinar as ideias que viriam a compor o chamado 'núcleo duro' do desenvolvimentismo. Ainda que difusa e não sistematizada, a defesa de tais causas - a saber, a industrialização, o nacionalismo e o intervencionismo pró-crescimento - precedeu a concepção da política a qual, adotada por sucessivos governantes, tornou-se notadamente responsável pelo acelerado crescimento econômico ao longo das cinco décadas de sua vigência (Cosentino; Gambi, 2019).

Embora não sejam chamados de "intérpretes" do Brasil, os atores e autores da época não se limitaram a teorizar sobre as alternativas políticas disponíveis na jovem República. Eles estavam engajados em construir um novo

país após o fim da Monarquia, e cada interpretação trazia propostas concretas de ação, sendo influenciada pelo positivismo na formação do desenvolvimentismo (Cosentino; Gambi, 2019).

Sendo assim, os analistas simpáticos a essa tese argumentam que a gênese das ideias, as quais forjaram a estrutura do desenvolvimentismo, não se deu de forma súbita. Resultado de um processo de condicionantes históricos e de amadurecimento intelectual, não apenas antecedeu a sua prática consciente e deliberada, como também foi concebido em um período de pleno exercício do liberalismo econômico (Cosentino; Gambi, 2019, p. 228-229).

Pedro Cezar Dutra Fonseca é um autor com vasta produção acadêmica sobre o desenvolvimentismo. Em suas pesquisas, ele reforça a importância de três vertentes, sendo elas nacionalismo, industrialização e intervencionismo pró-crescimento - que constituem o “núcleo duro” dessa doutrina. O autor argumenta que a concepção do desenvolvimentismo remonta a décadas anteriores à sua implementação como política econômica, enfatizando que os elementos desse núcleo nem sempre estiveram associados historicamente (Fonseca, 2004).

De acordo com Fonseca (2004) o desenvolvimentismo não surgiu de maneira espontânea e repentina, mas foi resultado de um processo gradual de construção política e intelectual na realidade brasileira. A elite do país percebeu a necessidade de superar o atraso econômico e social, e, ao assumir o poder em 1930, já tinha algum conhecimento sobre as ideias desenvolvimentistas, que foram posteriormente aprimoradas e ampliadas. A política desenvolvimentista adotada no Brasil foi vista como uma necessidade histórica e estratégica para o desenvolvimento econômico do país.

Segundo a definição de Bresser-Pereira (2011), a adoção desse modelo econômico refletiu uma “estratégia de desenvolvimento” que buscou impulsionar o crescimento e superar os desafios enfrentados pela nação. O pensamento inovador de Pedro Cezar Dutra Fonseca apresenta uma perspectiva histórica e contextualizada do desenvolvimentismo no Brasil, destacando sua

relevância e impacto na construção do país como um ator econômico significativo no cenário mundial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, em suma, a história econômica surgiu como uma disciplina independente para ampliar a compreensão da sociedade, afastando-se do foco exclusivo nos heróis e líderes políticos, que dominava a história política anteriormente. Ao longo do seu desenvolvimento, diversas correntes de pensamento surgiram, incluindo perspectivas historicistas, liberais e marxistas, cada uma contribuindo para uma compreensão mais completa da dinâmica econômica e social. Torna-se evidente que o desenvolvimento do campo de estudo do pensamento econômico brasileiro também enfrentou desafios singulares. A economia agroexportadora com base escravista moldou parte do pensamento econômico nacional, levando alguns analistas a questionar a existência de uma abordagem econômica própria e original no Brasil. No entanto, figuras como o visconde do Cairu contribuíram para a introdução do pensamento liberal em nosso país, porém foi a partir de meados do século XX que o pensamento econômico brasileiro ganhou notável concretude, impulsionado pelo projeto de industrialização sob a tutela estatal. Autores e instituições como Roberto Simonsen, Valentim Bouças, Celso Furtado, a Cepal e o Iseb representam o surgimento de um genuíno e autônomo pensamento econômico de cunho nacional.

O crescimento da área de História do Pensamento Econômico é de suma importância, especialmente ao refletirmos sobre os motivos que mantiveram essa disciplina submergida nas esferas da Economia e da História por tanto tempo. A História Econômica, até então, priorizava a análise das formas de produção, distribuição e consumo das sociedades ao longo do tempo, deixando de lado as análises específicas sobre o pensamento econômico em si por outro lado, é evidente que, em muitas sociedades passadas e até em comunidades não

totalmente subjugadas pela lógica capitalista, os fenômenos econômicos eram profundamente influenciados por valores culturais, o que moldava o que hoje reconhecemos como uma Economia de Mercado.

Concluimos que no caso específico do Brasil, o pensamento econômico foi inicialmente influenciado por correntes internacionais, mas com o passar do tempo, ele adquiriu uma identidade própria, impulsionado pelo projeto de industrialização sob a tutela estatal. Esse desenvolvimento culminou na consolidação do campo da História do pensamento econômico na sociedade brasileira, especialmente através da criação de cursos de pós-graduação em Economia e eventos acadêmicos que promoveram a difusão do pensamento econômico no país. Um marco significativo na história econômica do Brasil foi a chegada da corte portuguesa em 1808 e a criação da aula de Economia Política, mesmo que nunca tenha sido efetivada. Esse episódio revela a importância atribuída ao conhecimento econômico para embasar uma ação governamental eficaz, visando o progresso e a modernização econômica e social do país. A inclusão da história do pensamento econômico nas diretrizes curriculares do bacharelado em ciências econômicas contribuiu para que o Brasil se destacasse no cenário internacional, oferecendo um amplo espectro de disciplinas de graduação nesse campo.

Em síntese conclusiva, o desenvolvimentismo no Brasil não foi apenas uma mera resposta a uma conjuntura específica, mas sim uma construção sólida e gradual de ideias e políticas ao longo do tempo. A elite brasileira percebeu a necessidade de superar o atraso socioeconômico do país e, ao assumir o poder em 1930, já possuía conhecimento sobre as ideias desenvolvimentistas, que foram posteriormente aprimoradas e ampliadas. Essa política desenvolvimentista foi vista como uma necessidade histórica e estratégica para impulsionar o crescimento e enfrentar os desafios enfrentados pela nação, conforme apontado pela definição de Bresser-Pereira (2011). Nesse sentido, o desenvolvimentismo

refletiu uma verdadeira “estratégia de desenvolvimento” que almejava colocar o Brasil como um ator econômico relevante no cenário mundial.

A perspectiva histórica e contextualizada de Pedro Cezar Dutra Fonseca oferece insights valiosos sobre como o desenvolvimentismo se tornou um fator-chave na construção do país. Ao analisar suas ideias, fica claro que o desenvolvimentismo não surgiu do nada, mas sim como resultado de um processo contínuo de construção política e intelectual na realidade brasileira.

Assim, ao compreendermos a relevância e o impacto do desenvolvimentismo na trajetória do Brasil, podemos reconhecer a importância de políticas econômicas voltadas para o crescimento sustentável e o desenvolvimento social. A adoção dessas estratégias proporcionou avanços significativos ao país, tornando-o capaz de enfrentar os desafios globais com maior preparo e confiança. Em última análise, o desenvolvimentismo se consolida como uma peça-chave no quebra-cabeça da história econômica e social do Brasil, demonstrando que, ao buscar aprimorar suas políticas e se adaptar às mudanças, o país pode trilhar um caminho rumo a um futuro próspero e promissor.

A pluralidade de visões sobre a história econômica do Brasil é enriquecedora, pois diversos cientistas sociais se dedicam a analisar o país em suas particularidades, proporcionando uma historiografia nacional diversificada e aprofundada. O estudo de rupturas históricas e momentos cruciais para a formação da sociedade brasileira é essencial para entender a sua evolução e transformação ao longo do tempo. Essas diferentes perspectivas e análises embasadas em fundamentação empírica são valiosas para uma compreensão abrangente do Brasil e a identificação de caminhos futuros para o desenvolvimento econômico e social. Que se torna relevante não apenas para entendermos como a História econômica permaneceu submersa por tanto tempo, mas também para apreciarmos a formação singular do pensamento econômico brasileiro e sua contribuição no desenvolvimento do país. A



III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão



valorização desse campo de estudo é essencial para compreendermos melhor as raízes de nossa economia e os desafios enfrentados ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 18, ago. 2009.
- CARDOSO, J. L. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. **Nova Economia**, v. 19, n.2, maio/set. 2009.
- CONSENTINO, D. V.; GAMBI, T. **História do pensamento econômico – pensamento econômico brasileiro**. [S.l.:s.n.], 2019.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004a.
- GREMAUD, A. P. **Das controvérsias teóricas à política econômica**. 1997. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade de São Paulo, 1997.
- IANNI, O. Tendências do pensamento econômico brasileiro. **Tempo Social**, São paulo, v. 12, n. 2, p. 55-74, nov. 2000.
- LOUREIRO, M. R. G; BIANCHI, A. M.; NETTO, A. D. **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. [S.l.]: Editora Vozes, 1997.
- PAULA, J. A.; CERQUEIRA, H. E. A. G.; ALBUQUERQUE, E. M. Nações e estilos de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3, jul./set. 2007.

CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIA: reconsiderações críticas a partir de Marx

Diêgo Henrique Matos Pinheiro¹
Jacqueline de Fátima Pinheiro Lima²

Resumo: O objetivo deste trabalho é promover uma discussão teórica acerca do tema desenvolvimento numa perspectiva crítica. Este é um trabalho voltado para a análise do desenvolvimento econômico, o seu principal objetivo é estabelecer uma comparação entre a teoria marxista e os padrões atuais que regem o sistema econômico na atualidade. Constitui-se uma discussão teórica sobre desenvolvimento, com pensamento heterodoxo. Posteriormente constitui-se uma discussão sobre estratégias de desenvolvimento e sua complexidade frente ao enfrentamento das contradições do desenvolvimento. Por fim são apresentadas as considerações finais do trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Estratégias de Desenvolvimento. Economia política.

Abstract: The objective of this work is to promote a theoretical discussion on the subject developing a critical perspective. This is a work focused on the analysis of economic development, its main objective is to establish a comparison between Marxist theory and the current standards governing the economic system today. a theoretical discussion of development, with unorthodox thinking is constituted. Later is a discussion on development strategies and complexity across the face of the contradictions of development. Finally presents the final considerations.

Keywords: Development. Development Strategies. Political Economy.

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva do desenvolvimento sempre se fez presente nas discussões, porém, após a segunda metade do século XX, a palavra desenvolvimento marcou definitivamente as pautas econômicas.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá - UNESA, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela UFMA (2018). MBA em Finanças (2014). Graduado em Administração (2013), Ciências Econômicas (2015) e Ciências Contábeis (2021). Graduando em Relações Internacionais.

² Professora do PPG em Educação da UNESA. Pós-Doutora do PPG em Cognição e Linguagem, na UENF (PDS-FAPERJ - 2019-2020). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (2006), tendo nos anos de 2003 e 2004 feito seu Doutorado Sanduíche no Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris XII. Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio (1999). Bacharel e Licenciada em História pela UERJ (1996).

Na primeira seção, trazemos algumas referências à existência em Marx de uma concepção sobre o desenvolvimento das sociedades. Assim, Marx veria as distintas formações sociais como integrantes de uma mesma linha de desenvolvimento, se diferenciando umas das outras apenas do ponto de vista da posição que ocupam nesta linearidade.

Na segunda seção, discute-se o tema estratégia e sua dinamicidade na compreensão ao desenvolvimento, além de importância da constituição de estratégias de desenvolvimento capazes de prover o desenvolvimento socioeconômico.

Nas considerações finais, constroem-se as últimas discussões acerca do tema.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Desenvolvimento: aspectos teóricos

A abordagem do desenvolvimento sob a teoria do capital remonta a visão da expansão capitalista e sua ralação com o subdesenvolvimento, esta refletida a partir da ideia de atraso, porém, quando analisada a fundo, nem mesmo na análise marxiana percebe-se sustentação. Marx aponta a expansão capitalista como um processo desigual e contraditório.

A análise de Marx (1983, p. 162-163) sobre diversos casos de insucesso da expansão capitalista:

A população toda de tal região, como por exemplo, Michigan, está de início ocupada quase exclusivamente com a agricultura, sobretudo com a de produtos de massa, os únicos que pode trocar por mercadorias industriais e produtos tropicais. Todo o seu produto excedente aparece, por isso, na forma de grãos. Isso distingue, de antemão, os Estados coloniais criados com base no moderno mercado mundial em face dos antigos, especialmente os da época antiga. Recebem já prontos, através do mercado mundial, produtos que, sob outras circunstâncias, eles próprios teriam de produzir: vestuário, ferramentas, etc. Só com base nisso é que os Estados do Sul da União puderam fazer do algodão seu produto principal. A divisão do trabalho no mercado mundial permite-lhes isso.

De acordo com Marx (1983, p. 63-64):

Cria-se uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial.

De acordo com De Paula (2015, p. 15):

O que Marx está afirmando é que a instalação de ferrovias nos países sem uma indústria desenvolvida, ou seja, em especial no caso dos países exportadores de produtos primários, acaba tendo como consequência a aceleração da subordinação da economia destes países à lógica da exportação ou, em outras palavras, aos processos de acumulação de capital das economias industrializadas que comprou estes produtos, e, ainda que favorecesse o comércio exterior, fosse útil para os comerciantes, banqueiros e para as próprias companhias ferroviárias, levava a miséria das massas, retirada dos produtos do consumo local, e prejuízo para os produtores. Aqui já existe a indicação de uma diferenciação entre os países líderes do capitalismo e aqueles que exportam principalmente produtos primários, e uma diferenciação qualitativa, onde o mesmo processo a instalação de ferrovias leva a resultados opostos.

Os principais estudiosos que discutiram tais temáticas foram: Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschman (1958) propuseram discussões sobre os fenômenos do crescimento desigual na década de 1950, onde surgiram alguns estudos clássicos sobre a teoria do desenvolvimento. A partir dessas análises, os governos puderam sustentar suas políticas de intervenção no sentido de minimizar as desigualdades socioeconômicas. Porém, segundo Oreiro (2016, p. 04), estas teorias também recaem sobre estudos, objetivando explicar o crescimento das economias desenvolvidas ou industrializadas.

A partir desses estudos, muitas políticas de desenvolvimento foram empreendidas, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, porém, as estratégias propostas não alcançaram o sucesso esperado pela não difusão de inovações tecnológicas, o que conduziu a críticas a este modelo.

Podemos empregar este insucesso ao que defende Hirschman (1961, p. 276):

[...] passam muito tempo especulando em volta de um polo de desenvolvimento e negligenciam aqueles que podem ter surgido, ou que poderiam ter sido feitos surgir, em outro lugar qualquer. O que parece acontecer é que as economias externas, devidas aos polos, embora reais, são asseguradamente superestimadas pelos operadores econômicos.

Existe a possibilidade de existência de etapas de desenvolvimento. De acordo com Prado Júnior (2006; p. 39-41):

A ideia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estanha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca as suas conclusões acerca das fases históricas percorridas por aqueles países e povos. Analisaram a eclosão e desenvolvimento do capitalismo que, na Europa, emergiu do feudalismo que o precedeu, procurando nessa dialética da história moderna e contemporânea as premissas do socialismo que, revolucionários que eram, eles visavam de fato realizar e de fato se realizou pelo seu ensinamento e ação. Mas não estenderam nunca essa interpretação do que vinha ocorrendo nos países europeus, a saber, a germinação, no seio da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a consequente e paralela decadência e destruição do antigo regime, não estenderam essa análise e interpretação a todas as demais partes do mundo, que aliás não os interessavam diretamente. Tratava-se de fatos específicos da evolução histórica dos países europeus. E assim foram considerados. É certo que tais fatos poderiam ter ocorrido em outros lugares, mas não necessariamente e como fatalidade histórica, como se pretendeu, e que por isso se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da consciência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhanças, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança.

Assemelha-se assim, de acordo com Prado Júnior, que é necessária a construção de programas capazes de reconhecer as realidades do ambiente a que se destina. Hirschman (1961, p. 21) defende que “planejar o desenvolvimento consiste então primordialmente no assentamento sistemático

de uma série de planos de desenvolvimento”, onde, tais planos são as estratégias empreendidas pelo Estado.

Conforme De Paula (2015, p.16):

[...] uma vez que os problemas sociais a serem enfrentados possuem sua origem nos elementos centrais da dinâmica capitalista, os quais se originam do modo de produção, a tentativa de resolvê-los apostando na expansão do Capitalismo e de sua influência ao mesmo tempo em que se busca desviar recursos do capital para a sociedade não passa de perfumaria, mesmo que possa obter melhores indicadores sociais em determinados momentos. Mesmo aqueles autores que possam, por vezes, estarem dispostos a sacrificar o desempenho econômico em favor de melhores condições de distribuição não poderão produzir nada além do que Marx chamou de um melhor assalariamento do escravo uma vez que mesmo a luta por uma melhor distribuição ignora a origem do problema.

Converge a relação de que existe dentro de um mesmo território, uma distinção espacial dada a partir de uma distribuição natural de recursos, sendo uns menos beneficiados por estes, além da existência de uma imperfeita mobilidade de fatores, causadas, muitas vezes, graças às restrições físicas, legais e mercadológicas ou simplesmente pela escassez dos mesmos, ou demais causas que não colaboram para sua fluidez.

Existe uma separação socioespacial entre os mercados consumidores, entre os fatores de produção, fontes de recursos e seus locais de produção. Os recursos, os mercados e as produções não são distribuídos igualitariamente no espaço, não só pela sua imperfeita mobilidade, como também pela sua desigual distribuição natural de recursos e estoques primários. Como as áreas não são simultaneamente exploradas, as que primeiro o são, tendem a adquirir vantagem competitiva sobre as demais. Corroborando com a defesa dos investimentos como multiplicadores, De Paula (2015, p. 13), retificam que:

Desta forma, a defesa da indústria possui, sob a ótica da reprodução do capital, dois efeitos imediatos. Por um lado, permite o aumento da quantidade de valor-capital que pode ser realizada internamente à produção. Em outras palavras, com o aumento da quantidade relativa de capital constante (máquinas, equipamentos, matéria-prima, etc.) envolvida na produção de novas mercarias (no processo de acumulação), amplia-se a quantidade de valor cuja realização (cuja conversão de mercadoria em dinheiro) se dá em função do processo

produtivo de outro capital, e não da decisão de consumo pessoal de algum indivíduo. E, por outro lado, incentiva a expansão de setores da economia aonde o tempo da jornada de trabalho (a quantidade de valor novo produzido) perdido em consumo (em salário) e, desta forma, não convertido em novo capital (reduzindo a acumulação possível) é menor em função da menor participação relativa do capital variável no montante de valor.

Conforme Hirschman (1961, p. 48-49):

Deduz-se, geralmente, de tais análises que, através da remoção de um ou mais obstáculos, as forças que favorecem o desenvolvimento se desprendem, de como muito semelhante aos cavalos de corrida, no páreo, ao sinal de partida.

Desta forma, fica claro que para que desenvolvimento econômico ocorra, é necessário que se empreenda formas de remoção de obstáculos que impedem sua realização. Hirschman (1961, p. 48) explica que se esta distribuição desigual se dá:

[...] devido à insuficiência numérica, ao ritmo das decisões de desenvolvimento e à realização inadequada das tarefas desenvolvimentistas, então, o problema fundamental do desenvolvimento consiste em gerar e revigorar a ação humana em determinado sentido [...]

Tal defesa não se sustenta, pois,

[...] se preocupou imensamente com o identificar vários obstáculos ao progresso econômico, sejam eles os sistemas de posse de terra, a família numerosa, a instabilidade administrativa, a carência de educação técnica ou a ausência de poupança, ou qualquer outro fator (Hirschman, 1961, p. 48).

Uma outra maneira de enxergar a necessidade do desenvolvimento seria exatamente pela natureza das relações produtivas que demandaria movimentos no capital. Segundo Marx e Engels (1882, p. 70-1) sobre a lei da oferta e demanda:

A oferta segue sempre imediatamente à procura, mas não chega nunca a satisfazê-la completamente; esta é ou demasiado grande ou demasiado pequena, nunca corresponde à oferta, porque neste estado de inconsciência da humanidade ninguém sabe qual é a dimensão de uma ou de outra. Se a procura excede a oferta, o preço sobe e deste modo a procura, de certa maneira, é perturbada; logo que isto se manifesta no mercado, os preços caem e quando a queda

da procura se acentua, a baixa dos preços é tão significativa que a procura se sente de novo estimulada. E isto continua assim, sem cessar: nunca um estado salutar, mas uma constante alternância de excitação e abatimento que exclui todo progresso, uma eterna oscilação sem que nunca se atinja o fim. Esta lei, com sua permanente compensação, pela com aquilo que é perdido agora volta se ganhar depois, o economista julga-a admirável. É a sua glória principal - nunca se cansa de contemplar-se nela e considera-a sob todos os prismas possíveis e imaginários. E, no entanto, é evidente que esta lei é puramente natural e não uma lei do espírito. Uma bela lei que engendra a revolução. O economista deixa-se levar com sua bela teoria da oferta e da procura e demonstrar-nos que "nunca se pode produzir demais" - e a prática responde com as crises comerciais que aparecem tão regularmente como os cometas e de tal modo que, hoje, temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Mais crises produzem-se há vinte anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora, e trouxeram mais miséria e imoralidade que elas [...]. Naturalmente, estas revoluções comerciais confirmam a lei: confirmam-na ao seu nível mais alto, mas de maneira diversa daquela que o economista queria fazer crer. Que pensar de uma lei que só se pode estabelecer através de revoluções periódicas? É justamente uma lei natural que se baseia na ausência da consciência dos interesses. Se os produtores como tais soubessem de quanto precisam os consumidores, se organizassem a produção, se a repartissem entre si, a flutuação da concorrência sua tendência para a crise seriam impossíveis. Produzam com consciência, como homens e não como átomos dispersos, ignorantes da sua espécie, e escaparão a todas estas oposições artificiais e insustentáveis. Mas por tanto tempo quanto continuarem a produzir como hoje, de forma inconsciente e irrefletida, abandonada aos caprichos da sorte, as crises subsistirão; e cada uma delas que vier deverá ser mais universal e, pois, pior do que a precedente: devem pauperizar maior número de pequenos capitalistas e aumentar progressivamente o efetivo da classe que só vive do trabalho, e, portanto, aumentar visivelmente a massa de trabalho a ocupar (o que é o principal problema dos nossos economistas) e provocar por fim uma revolução social tal que a sabedoria escolar dos economistas jamais sonhou.

Com tais contradições, faz-se necessária a implementação de estratégias capazes de corrigir esses problemas.

Perroux (1967, p.194) explica que:

Um crescimento e um desenvolvimento de um conjunto de territórios e de populações não serão, por conseguinte, realizados senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos do polo de desenvolvimento.

Entretanto, para se alcançar o desenvolvimento econômico é preciso incitar transformações de ordem social na população. Os países em

desenvolvimento, por serem caracterizados como economias sub-articuladas e duais, onde grande parcela da população não tem acesso à educação, saúde, moradia, saneamento básico, etc, são fundamentais que se estimule a propensão a poupar, o investimento público com objetivo de gerar mais empregos, a inovação e a elaboração de estratégias de desenvolvimento.

De acordo com Hirschman (1961, p. 276) “o desenvolvimento é necessariamente não equilibrado, ou seja”, será necessário a construção de estratégias capazes de debelar tais desigualdades.

O investimento público é crucial para o emprego dos planos de desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas, pois, de acordo com Hirschman (1961, p. 71) “o investimento é um ator multifário na cena econômica. O seu desempenho simultâneo, como gerador de renda e criador de capacidade, constitui a base da moderna teoria do desenvolvimento” assim, Hirschman (1961, p. 73) complementa:

O efeito completo do investimento é, portanto, o mecanismo essencial através do qual novas energias são canalizadas para o processo de desenvolvimento e pelo qual o círculo vicioso, que parece confina-lo, pode ser desfeito. Dar o máximo de desempenho a este efeito deve ser por isso o primeiro objetivo da política desenvolvimentista.

Contudo, a problemática do desenvolvimento é muito discutida nas mais diversas vertentes do pensamento econômico, em alguns momentos, confunde-se com a noção de crescimento, embora, por muitos, segredada do conceito de desenvolvimento.

2.2 Desenvolvimento por meio de estratégias

De acordo com Sen (2010, p. 16) “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. A construção de estratégias devem ser constituídas respeitando as liberdades individuais. Uma estratégia bem formulada é a chave para o desenvolvimento, por esta razão, é importante que seus gestores conheçam e entendam todo o

processo estratégico, seus planos de ação e suas metas, além das particularidades de cada município ou região. No entanto, outros aspectos podem ser verificados nas definições de estratégia, uma vez que tais definições em geral têm em comum a relação das decisões com o futuro e com o longo prazo.

Alday (2000, p. 28), defende que:

Com a mudança constante dos cenários econômicos no mundo, inclusive no Brasil, surgem alguns fatores negativos sobre os quais deverá se concentrar a atenção dos gestores. Questões como reduzido crescimento econômico, globalização, regulamentação governamental, inflação, escassez de alguns recursos, alto custo do petróleo e protecionismo internacional deverão alertar as organizações para a utilização e aperfeiçoamento do planejamento.

A construção de estratégias de desenvolvimento é crucial para o andamento de uma economia, pois, com o estabelecimento de um plano estratégico de gestão pública, os agentes econômicos poderão investir nas diferentes esferas de produção, calçados por uma política econômica capaz de multiplicar os investimentos.

De acordo com Singer (2004, p. 2):

Entendemos por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

Desenvolvimento é a mudança ou alteração no cenário econômico, propiciando uma reestruturação capaz de elevar o nível de qualidade de vida dos entes envolvidos no processo. “A estratégia de desenvolvimento depende do momento histórico, pois ela resulta do acúmulo de experiências de desenvolvimento e das instituições econômicas, sociais e políticas vigentes” (Singer, 2004, p. 03), assim, a estratégia de desenvolvimento está ligada à pauta governista empregada durante um período, com vistas a livrar-se da dualidade do crescimento econômico desigual.

Hirschman (1961, p. 121), diz que o desenvolvimento:

[...] requer o empreendimento de uma série de projetos, que produzem efeitos favoráveis no fluxo do rendimento de uma variedade ampla de setores: administração pública, educação, saúde, transporte, energia, agricultura, indústria, crescimento urbano, etc. A limitação de recursos, sejam eles economias disponíveis para investimento ou a nossa habilidade para investimento, obriga a uma escolha entre tais projetos.

Assim, para que haja desenvolvimento, é necessário que certas estratégias sejam preconizadas pelo estado nos mais diversos setores de aplicabilidade pública, entretanto, quando há escassez de alguns recursos será necessário a escolha de alguns projetos mais condizentes a realidade da região.

De acordo com Sachs (2008, p. 35):

O desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da autorrealização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos [...].

Assim, de acordo com o autor, percebe-se a necessidade de envolvimento de todos nos programas de desenvolvimento, para que estes possam cumprir com seus objetivos planejados.

De acordo com Hilhorst (1891, p. 109), “na discussão desses problemas, serão levantadas implicações de políticas alternativas, não apenas econômica e socialmente desejáveis ou indesejáveis, mas, também às implicações políticas”, neste sentido, é fundamental não esboçar dissociação do que é economia ou política, e sim, passá-las a enxergar como entes que incorporados, assimilam de forma mais consistente a construção de uma estratégia de desenvolvimento.

Muitas vezes, pode ser interessante ao governo promover um desenvolvimento socioeconômico em uma ou mais regiões, no entanto, poderá ser desfavorável a outras com uma significativa perda de sustentação política.

Hilhorst (1981, p. 109) remonta que:

No caso em que se tenha como sustentar no poder sem amparo dessas regiões, o governo concluirá que a estratégia socioeconomicamente desejável não é politicamente factível e irá, em consequência, abster-se de adotá-la.

Neste sentido, que em alguns casos, a adoção de estratégias de desenvolvimento parte do interesse político por determinadas regiões, de acordo com Hilhorst (1981, p. 110):

Uma estratégia socioeconômica refletirá o sistema de valores de grupos de interesse em sua escolha, o que remete à visão de que a concepção de estratégias de desenvolvimento reflete o grau de dominação interna no país.

Os governos tendem a concentrar esforços de desenvolvimento, em uma ou outra região, voltado para aquela que apresenta um elevado grau de integração política. Nesta ótica, cabe observar que “o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento” (Sachs, 2008, p. 71), uma vez que, grande parte dos governos focalizam os esforços no crescimento econômico.

Segundo Hilhorst (1981), existem alguns fatores que limitam o esforço do estado em investimentos públicos que levarão ao desenvolvimento socioeconômico:

- a) Amplitude das mudanças que impede o desenvolvimento global simultâneo;
- b) Escassez de mão de obra qualificada;
- c) Falta de recursos de capital para manter investimentos;
- d) Incapacidade de uma estrutura administrativa para implementar tal programa de desenvolvimento.

A adoção de estratégias socioeconômicas de desenvolvimento será direcionada às regiões que concentrem algumas condições estruturais que garantirão a eficiência dos modelos de desenvolvimento concebidos, além de contar com um forte apelo político, no sentido de garantir subsistência das estratégias pautadas.

Considerando a relação socioespacial, se o foco estiver no crescimento econômico, “a maximização da taxa de crescimento da renda nacional será mais fortemente evidenciada, e os argumentos em favor da equalização da renda per

capita das regiões, raramente pronunciados” (Hilhorst, 1981, p. 111). Pois, em estratégias que focalizem as taxas relativas a crescimento, equidade de renda e paridade na distribuição, não serão interessantes, pois, o mais importante, neste contexto, será a elevação do montante de renda. Para Sachs (2008, p. 86) “o planejamento será mais do que nunca, necessário para acelerar o crescimento econômico e fazê-lo socialmente responsável”, o que vemos como necessário para a eficácia das estratégias de desenvolvimento.

Segundo Sicsú e Castelar (2009, p. 20) o objetivo geral de uma estratégia de desenvolvimento [...]:

[...] deve ser a construção de uma sociedade democrática, tecnologicamente avançada, com emprego e moradia dignos para todos, ambientalmente planejada, com uma justa distribuição de renda e da riqueza, com igualdade plena de oportunidades e com um sistema de seguridade social de máxima qualidade e universal cujas partes imprescindíveis devem ser sistemas gratuitos de saúde e educação para todos os níveis e necessidades.

O objetivo da estratégia de desenvolvimento como política econômica, é induzir o fortalecimento do estado de bem estar social. Além disso, Sicsú e Castelar (2009, p. 25), uma estratégia de desenvolvimento deve ser capaz de “implementar políticas macroeconômicas capazes de gerar a sensação de segurança” - parte constituinte da estratégia de desenvolvimento – “para que os empresários se sintam estimulados a empreender grandes investimentos, que sejam lucrativos e geradores de renda e empregos”, assim, a estratégia de desenvolvimento deverá fortalecer o investimento privado.

De acordo com Hirschman (1961, p. 285) “a maneira mais óbvia pela qual a política econômica afeta os índices de desenvolvimento de diferentes partes de um país é através da dotação regional das verbas do investimento público”. Sendo assim, deve-se pautar uma política capaz de motivar o emprego, pois, este é visto como “a força motriz do desenvolvimento a partir de dentro” (Sachs, 2008, p. 90).

De acordo com Marx e Engels (1982, p. 28-29):

As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral reconhecido. Entretanto não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda a estrutura interna desta mesma nação, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de maneira clara pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. Na medida em que não se trata de simples extensão quantitativa de forças já conhecidas (arroteamento de terras, por exemplo), cada nova força produtiva tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho.

Há de se relacionar a equidade existente entre o máximo crescimento da economia nacional ser quase idêntico ao crescimento da economia do centro. Muitas vezes, o crescimento regional está intimamente ligado ao crescimento do centro, assim, investimentos na periferia, ou em regiões menos dotadas de condições produtivas, dar-se-á à relação existente deste com o crescimento do centro. Nesta condição, a região desenvolvida apoiará investimentos públicos nas periferias, argumentando que se busca um estado de equidade social amplo entre as regiões.

Hirschman (1961, p. 18) enfatiza que:

[...] quando a oportunidade econômica se apresentar, será percebida e explorada, em primeiro lugar, pelos empreendedores por natureza ou pelas minorias transviadas, a depender de se os valores tradicionais da sociedade se mostram ou não favoráveis à transformação.

Quando o crescimento econômico de um país depende dos investimentos na periferia, o governo fará investimentos necessários para estabelecer uma melhor infraestrutura social e econômica nas regiões periféricas, com investimentos em infraestrutura, educação, saúde, facilidade creditícia, etc. Entende-se que estes investimentos constituem efeitos multiplicadores em toda a economia.

Hirschman (1961, p. 277) confirma:

A capacidade ou tendência do desenvolvimento de se expandir em volta de um subgrupo, uma região ou um país, por muito tempo,

enquanto o atraso impera em outra parte qualquer, foi muitas vezes observada. Se essa tendência se manifesta em torno de limites geográficos nitidamente demarcados, o resultado é a divisão [...] em regiões progressistas e atrasadas. Por outro lado, o progresso e a tradição podem coexistir numa grande proximidade espacial, cingindo, simplesmente, os diferentes grupos humanos e as atividades econômicas que convivem lado a lado. Esse estado de coisas, frequentemente em contradição nos países em desenvolvimento, foi, com muita propriedade, denominado dualismo [...]

Assim, é necessário o emprego de estratégias, uma vez que o subdesenvolvimento é condição *sine qua non* para a existência do desenvolvimento econômico, pois, o crescimento acontece de forma dual.

De acordo com Hilhorst (1981, p. 112):

Essas decisões relacionam-se com pelo menos seis conjuntos de problemas: os relativos ao desenvolvimento da região de recursos, os das regiões velhas, os que incluem um certo tipo de área sem recursos, os da região metropolitana nacional, os que tenham relação com a criação de unidade cultural, e os relacionados com a defesa da integridade territorial do país. Estes seis conjuntos de problemas podem ser considerados de importância nacional e fazem parte do estágio de planejamento interregional.

Contudo, para um efetivo planejamento de uma estratégia de desenvolvimento regional, será necessário considerar os aspectos socioespaciais para que tal processo possa contemplar as características endógenas da região.

3 CONCLUSÃO

Com este estudo, pudemos perceber que independente da escola do pensamento econômico, a perspectiva do desenvolvimento sempre se fez presente. Desde Marx, até os dias de hoje, constituem-se avaliações e propõem-se estratégias que visem equacionar os problemas da desigualdade econômica.

Neste trabalho, foi possível visualizar que as estratégias de desenvolvimento possuem ligações íntimas com as teorias do desenvolvimento econômico, porém, uma estratégia pronta ou um caminho traçado, talvez não consigam conduzir uma região ao desenvolvimento socioeconômico. Com isso, é



III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão



necessário que se constituam estratégias de desenvolvimento particulares a cada região.

Contudo, tais considerações sobre o desenvolvimento, são importantes por possibilitar se pensar estratégias de desenvolvimento socioeconômico que elevem as condições de vida das famílias e promovam crescimento sustentado, includente e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALDAY, H. E. Contreras. O planejamento estratégico dentro do conceito de Administração Estratégica. **Revista FAE**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 09-16, maio-ago. 2000.
- BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.
- CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: [s.n.], 1988.
- CARCANHOLO, M.; AUGUSTO, A.G. Ainda sobre a teoria da história em Marx. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2013, Niterói. **Anais** [...].Niterói: NIEP-MARX/UFF, 2013.
- DE PAULA, P.G. **Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento**: considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx. 2014 Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento - PPED) - Instituto de Economia (IE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.
- DE PAULA, P. G. Os escritos de Marx sobre a Irlanda nos anos 1860 e sua relevância para a compreensão do subdesenvolvimento. *In*: ENCONTRO DA SEP, 19., 2014, [S.l.]. **Anais** [...]. [S.l.:s.n.], 2014.
- DE PAULA, P. G. Duas interpretações sobre a noção marxiana de desenvolvimento: uma avaliação crítica. *In*: ENCONTRO DA SEP, 18., 2013, [S.l.]. **Anais** [...]. [S.l.:s.n.], 2013.
- DUBEY, V. Definição de economia regional: textos escolhidos. *In*: SCHWARTZMAN. [S.l.:s.n.], 1982.
- HILHORST, J. **Planejamento regional**: enfoque sobre sistemas. Tradução de Haydn Coutinho Pimenta. Rio de Janeiro: Ed. Zahan, 1981.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1961.
- HIRSCHMAN, A. Ascensão e declínio da economia do desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 1, 1982.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 3.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1982.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed Rio de Janeiro: SAGA, 1968.

OREIRO, J. L. C. **Macroeconomia do desenvolvimento**: uma perspectiva keynesiana. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

PERROUX, F. **Economia do Século XX**. Porto: Herder, 1967.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SICSÚ, J.; CASTELAR, A. **A construção de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2009.

SINGER, P. **Desenvolvimento**: significado e estratégia. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004.

CAPÍTULO 5

ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL: é possível mudar de classe social no Brasil?

Orlando Guimarães Souza Silva¹

Resumo: O presente estudo tem como objetivo apresentar o conceito de estratificação e mobilidade social e as suas respectivas variações. Os sociólogos do século XIX e XX abordam que a desigualdade social seria algo momentâneo no sistema do capitalismo. Diante dessas informações, pensadores econômicos já trazem novas abordagens sobre o problema, e inclusive trazem propostas de maior fluidez de mobilidade social. As correntes de pensamentos mais aceitas são as que a desigualdade social é inevitável, mas é possível melhorar a fluidez de mobilidade social com educação e políticas públicas.

Palavras-chave: Estratificação. Mobilidade Social. Políticas Públicas. Educação.

Abstract: This study aims to present stratification and social mobility's concept and its respective variations. The sociologists of the 19th and 20th centuries who addressed social inequality would be something momentary in the system of capitalism. In the face of these information, economic thinkers already bring new approaches to the problem, and even bring proposals for greater fluidity of social mobility. The most accepted currents of thoughts are those that social inequality is inevitable, but it is possible to improve the fluidity of social mobility with education and public policies.

Keywords: Stratification. Social mobility. Public Policy. Education.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é relatar sucintamente a estratificação da sociedade e questionar se há possibilidade de haver mobilidade social entre as classes. Não se entende como desenvolvimento social apenas melhor acesso a recursos financeiros ou um maior montante de salário, de acordo com Sen (2010), o desenvolvimento está diretamente ligado à liberdade individual.

Dessa forma, pretendeu-se citar quais são os tipos de mobilidade social existentes e quais são os caminhos viáveis para o indivíduo alcançar ascensão e subir de classe social. Assim, esse estudo tem um ponto de vista socioeconômico. Com base nisso, foi listado três autores que falam que classes sociais e seus

¹ Mestrando em Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico pela UFMA. E-mail: orlando.silva@discente.ufma.br

respectivos tipos de relações sociais podem chegar a uma visão mais fidedigna do que é entendido como ascensão individual, os autores Marx, Weber e Wright.

Desta maneira, também listamos autores que têm uma visão do capitalismo como ótimo produtor de riqueza, porém ainda muito falho no quesito concentração de renda, logo esses autores trazem possíveis soluções para suavizar a desigualdade social, como Piketty, Sen e Langoni.

Vale ressaltar que a segunda parte deste estudo tem um foco maior na região do Brasil. Mesmo sendo um país historicamente agroexportador, apenas a exportação de *commodities* não é considerada suficiente para que haja desenvolvimento econômico de acordo com Celso Furtado. É preciso que haja mudança na estrutura produtiva. Outros autores como Ricardo Hausmann e Paulo Gala defendem que a complexidade econômica é o principal fator para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e redução das desigualdades sociais, logo a diversificação de produção está diretamente ligada à agregação de valor, e tem como efeitos o desenvolvimento (Hausmann *et al.*, 2011; Gala 2017).

Por fim, a proposta do estudo é responder se é possível mudar de classe social no Brasil e quais são os métodos mais prováveis de que isso aconteça.

2 ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

2.1 Conceito de estratificação e mobilidade social

De acordo com Giddens (2004), pode-se resumir estratificação social na existência de indivíduos ou grupos nas sociedades ao redor do mundo. Em outras palavras, esses mesmos indivíduos e grupos têm acesso às recompensas de acordo com a sua posição social dentro da sociedade (estratificação).

Assim, a condição social que o indivíduo está incluído tem influência direta no seu estilo de vida, logo o indivíduo que está inserido na sociedade tem fortes semelhanças nos quesitos de recursos econômicos aos demais indivíduos

que possuem a mesma quantidade de recursos, formando um conjunto de grupos, que é popularmente chamado de classe social, pode ser também denominado estratificação social. Para Giddens (2004), estratificação é um gênero de “sistema de desigualdades estruturadas entre diversos agrupamentos de pessoas”.

Há diversos tipos de estratificação das sociedades, entre elas o sistema escravagista, o sistema de cotas e o estatal. Esta segregação da sociedade pode ocorrer por diversos termos, entre esses podem ter pobreza, propriedade, gênero, filiação religiosa e patente militar (Giddens, 2004).

Dessa forma, no sistema de classes é aceito como verdade que há a possibilidade de mobilidade social, isto é, uma locomoção entre as classes sociais, pois essas fronteiras não são rígidas, contudo, também não é uma regra que haverá essa mobilidade. Com a mobilidade social, não é o cargo religioso, ou posição herdada por lei ou costume que o indivíduo nasce que vai determinar a sua classe permanentemente, mas o próprio indivíduo pode alterá-la, possibilitando assim a fluidez entre as classes. Um exemplo do contrário será o sistema de castas indiano em que a posição de um indivíduo é determinada à nascença por uma lei religiosa a qual não contempla a passagem de um estrato para o outro, pois:

Qualquer indivíduo nascido numa determinada casta pertence a essa casta ao longo de toda a sua vida. Isto acontece por a definição do sistema de castas ser determinado segundo um pressuposto religioso rígido que não prevê a mobilidade entre castas (Quaresma, 2014, p. 3).

Outro fator importante para ser mencionado são as sociedades de castas na Índia, embora que depois da independência a Índia passou por mudanças e por uma constituição que teoricamente aboliu o sistema de castas, ainda é possível ver uma estruturação da sociedade com o fator religioso o elemento mais determinante, como no topo da sociedade indiana o Brâmanes que dominam os textos religiosos, e como na base os Dalits, que são os impuros e prática é discriminada, ademais são considerados impuros no ponto de vista

religioso, lidam com cadáveres e com fósseis e são vistos como cidadãos de segunda categoria, então o ponto economicamente não é importante nesse caso, sendo possível ver Dalits com uma melhor condição econômica.

No sistema de castas indiano, a posição de um indivíduo é determinada por sua nascerça, por uma lei religiosa a qual não contempla a passagem de classe para a outra. De acordo com Mascarenhas (1994), Índia não foi a única organização que utilizou o regime das castas, há outros países que também adotaram esse regime como Egito e na Pérsia, além de outras regiões invadidas pelos povos arianos.

Não há possibilidade de falar de classes sociais sem mencionar Karl Marx. Para o autor, a infraestrutura da sociedade é dividida em proletariado e burguesia pela relação de produção, essa relação está ligada diretamente pela produção de mais-valia, em que o proletariado produz todo o valor produzido pelo trabalho (mais-valia) e que a maior parte significativa desse valor gerado por esse trabalho é apropriado pela burguesia, isso acontece devido a burguesia possuir o capital e os meios de produção.

Essa relação entre proletariado e burguesia é uma relação de exploração, pois a mais- valia que o proletariado produz, vale mais que o salário que ele recebe. Como Marx (1978, p. 93) afirma:

A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe, apenas estabeleceu novas classes, novas formas de opressão, novas formas de luta, em lugar das velhas. No entanto, a nossa época, a da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam: a burguesia e o proletariado.

Do mesmo modo, Weber tem uma análise sobre a estratificação baseada em Marx, pois Weber concorda que na sociedade há o conflito pelo poder e pelos recursos, contudo Weber construiu uma visão de múltiplas dimensões que vai além do elemento econômico. Para Weber tem elemento sociocultural, de *status* e de elemento político. Enquanto para Weber as classes

são definidas pela relação de produção, para Weber as classes são definidas pelas chances na vida pela relação de troca, ou seja, são pelos dominadores e dominados e não por exploradores e explorados.

Assim, Weber vai defender que o indivíduo vai definir a sua classe “face ao mercado”, essa expressão pode ser lida com o poder do indivíduo de negociar as suas condições de trabalho. A estratificação de Weber vai além da posição de posse dos meios de produção, mas se assenta na ação da estrutura e na posição face ao mercado (Quaresma, 2014).

Isto posto, outro sociólogo importante para entreter a estratificação é Orik Olin Wright. Wright é considerado neomarxista que concorda sobre duas classes antagônicas, assim como Marx: a burguesia e proletariado são os extremos das classes; contudo, também vai acrescentar as classes intermediárias em que há profissionais especialistas, como gerentes, supervisores e na área da educação vão surgindo. Essas profissões poderiam ser denominadas, popularmente, como de classe média, mas não se encaixam em uma classe de proletariado, pois nesse caso o indivíduo tem algo a mais para vender que sua força de trabalho: ativo diferencial qualificacional e organizacional.

Dessa maneira, ao conjugar a teoria de meios de produção de Marx e posição face ao mercado de Weber, Wright identifica três dimensões de controle sobre os recursos económicos na produção capitalista moderna: controle sobre os investimentos ou capital monetário; controle sobre os meios físicos de produção (terras ou fábricas e escritórios); e controle sobre a força de trabalho (Giddens, 2004; Quaresma, 2014).

2.2 Tipos de mobilidade social

Já entendido que mobilidade social é a possibilidade de se movimentar perante essa estrutura social solidificada, há uma caracterização dos tipos de

mobilidade, sendo elas: mobilidade intergeracional², mobilidade intrageracional³, mobilidade horizontal⁴, mobilidade vertical ascendente e descendente⁵.

Um economista francês Piketty, autor da obra chamada “O capital no século XXI”, em que tal obra vai discursar sobre a desigualdade social no mundo e sobre a mobilidade social no sistema capitalista. Questionamentos são levantados como “a estrutura do capitalismo elimina a desigualdade ou a reforça?”. A obra analisa o papel que o capitalismo possui na desigualdade global. Por anos, a maioria dos economistas acreditava que o capitalismo reduzia a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres a longo prazo. Por exemplo, a hipótese de da curva de Kuznets sugere que a desigualdade aumenta quando os países se industrializam, contudo com o passar do tempo essa desigualdade diminuiria. Piketty defende em sua obra que o capitalismo cria uma desigualdade econômica maior, já que a curva de Kuznets foi construída usando dados sobre riqueza e rendimentos coletados do fim do século 19 e início do século 20. Entretanto, Piketty se beneficiou de um século inteiro de dados extras até o começo do século 21. Com uma maior quantidade de dados, Piketty faz dois principais argumentos: os dados de Kuznets são enganosos, pois foram tirados de que mostrou ser um período muito incomum da História; e cria uma teoria que ele chama de “a contradição central do capitalismo”.

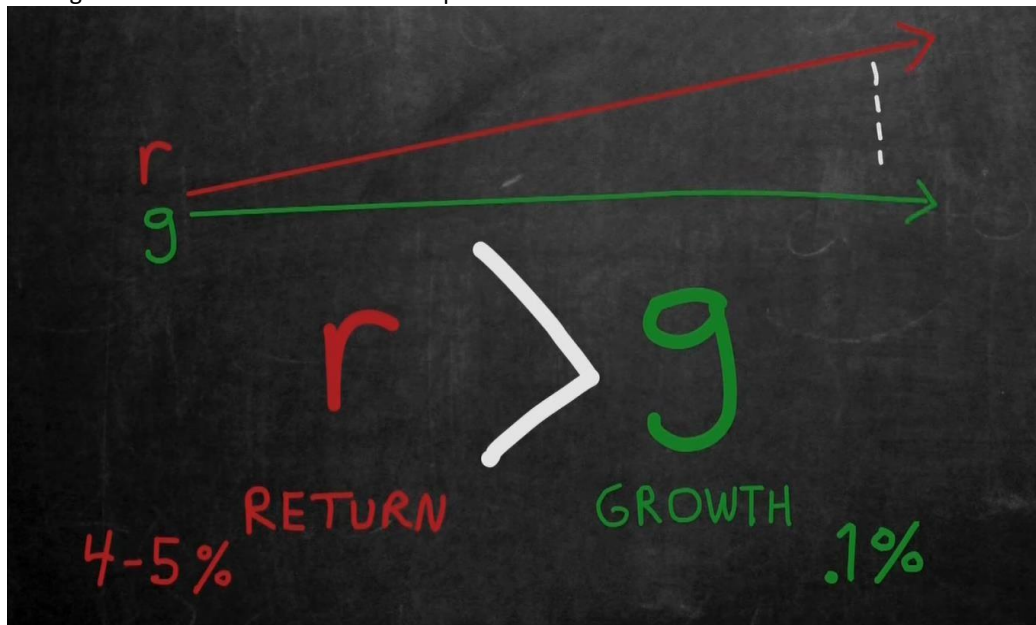
² É a comparação da posição social entre as gerações passadas e a geração atual.

³ Compara-se o desempenho social de uma determinada pessoa ou grupo de pessoas com características comuns, durante um período.

⁴ Não implica mudança de classe social, mobilidade dentro da mesma classe.

⁵ É quando o indivíduo por algum motivo consegue mudar de classe social, tanto para uma posição maior ou posição menor.

Figura 1 - Taxa de retorno sobre o capital anual e taxa de crescimento da economia anual



Fonte: Página do PBS New Hour.⁶

Como observa-se na Figura 1, a contradição central do capitalismo pode ser explicada da seguinte maneira: no curso da História, a taxa anual de retorno sobre o capital (r), que são os lucros ou juros que ganham ao investir seu dinheiro, geralmente excede a taxa de crescimento anual da economia global (g). O retorno sobre o capital (r) permaneceu relativamente constante em cerca de 5%, apesar das mudanças radicais em que controla o capital: são os ricos e os indivíduos que herdaram essas riquezas que continuam usufruindo do capital, seja mantido como ouro, títulos terras ou carteira de investimentos. Em contraste a isso, o crescimento anual de uma economia (g) permaneceu quase sempre perto de zero. Foi somente nos últimos dois séculos que atingiu o nível de 1-2% (Piketty, 2013).

Não há muito, fora uma revolução, que os indivíduos que dependem exclusivamente do trabalho para ganhar a vida possam fazer para mudar isso. Pode-se elaborar um exemplo hipotético com duas pessoas: os dois ganham 100 mil reais por ano, mas o indivíduo nº 1 também tem uma herança de 10 milhões

⁶ Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/nation/how-piketys-inequality-theory-explains-mr-darcys-wealth>. Acesso em: 3 de jan. 2023.

de reais, que ele investe anualmente no mercado de ações, ganhando assim um retorno anual de 5%, enquanto indivíduo nº 2 não tem poupança. Os dois gastam todos os seus respectivos salários anuais. Depois de um ano, o indivíduo nº 2 continuará sem poupança enquanto indivíduo nº 1 terá ganhado 500 mil reais pelos seus investimentos. Depois de 10 anos, o indivíduo nº 2 provavelmente não terá boas economias, enquanto os 10 milhões reais do indivíduo nº 1 irão valer 16 milhões. Esse exemplo hipotético pode demonstrar o argumento de Piketty que a diferença de lucros entre a taxa r e g pode levar a aumentar a desigualdade com o tempo⁷.

Outro ponto a se destacar é que Neves (2018) compartilha a ideia de Piketty que defende que a educação é o fator central da estratificação social para a população na sociedade moderna. No início do século XX, por volta de 1930, surgiram as duas grandes hipóteses de mobilidade social na Universidade de Harvard: Talcott Parsons e Pitirim Sorokin. Parsons propôs a teoria da industrialização (ou teoria da modernização), pois com essa industrialização iria permitir maior fluidez e teria uma proporção maior de pessoas que vieram de família com menores níveis econômicos subirem para níveis mais elevados, assim “o fenômeno descrito por Parsons transformaria as sociedades no que depois passou a ser denominado de sistema meritocrático” (Neves, 2018, p. 26).

Isto posto, Sorokin já propôs uma hipótese que acredita que o processo de estratificação social e de reprodução da desigualdade é estável e constante. Ao desaparecer um mecanismo de desigualdade, a tendência é surgir outro no lugar, havendo assim apenas a substituição dos mecanismos de reprodução antigos por mecanismos novos. Assim, de acordo com Sorokin, “a expansão dos sistemas educacionais públicos que decorre da modernização não levaria a uma sociedade mais fluida, mas apenas criaria um mecanismo diferente de reprodução social intergeracional” (Neves, 2018, p. 26).

⁷ Como solução para tal problema, Piketty propõe um imposto global sobre a riqueza que efetivamente diminuiria a taxa de retorno sobre o capital.

2.2 Educação como mobilidade social no Brasil

Como mencionado anteriormente, a mobilidade social é uma possibilidade, contudo não é uma regra. Logo surgem novas questões, o que determina o aumento da renda? Poderia ser a qualificação? Poderia ser a educação?

Um primeiro ponto a ser analisado é o conceito mais abrangente que a economia ortodoxa defende é que o crescimento econômico acontece com o aumento da renda *per capita* e do Produto Interno Bruto (PIB), mas o Amartya Sen fala que essas variáveis econômicas são importantes para o sistema econômico, mas ele engloba acesso à educação, alimentação, saúde, trabalho e saneamento básico como desenvolvimento econômico. Para Sen (2010, p. 18), o desenvolvimento está diretamente associado à remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, falta de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, serviços públicos não efetivos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

De acordo com Sen (2010, p. 29), o acúmulo de capital tem um papel crucial para que se alcance o desenvolvimento, o objetivo de uma economia não deve ser apenas a maximização da renda ou da riqueza. Assim, o crescimento econômico “não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. Chega-se à conclusão que para Sen, pobreza não é sinônimo de ter pouca renda, mas ter privação de capacidades.

Assim, Sen (2010) associa desenvolvimento diretamente com liberdade, por exemplo: não há liberdade política em países em que a ditadura é implementada, então em lugares como Nigéria e Coreia do Norte, que independente da sua condição financeira, não haverá liberdade política. Outro ponto, seria liberdade sexual, temos como exemplo o Afeganistão em que o homoafetivo é discriminado na região, então a renda do indivíduo não vai

solucionar o seu problema. Inserindo o Brasil dentro da liberdade como desenvolvimento, pode-se citar o saneamento básico, em que indivíduos, mesmo que com poder aquisitivo alto, estão propícios a ser contaminados com dengue. Em seu livro chamado “Desenvolvimento como liberdade”, Sen vai defender que o investimento na educação, vai gerar funcionários mais produtivos, e como resultado terá profissionais com maior capacidade de fazer gestão da renda de maneira mais eficiente, alcançando assim o crescimento econômico com liberdade.

Outro ponto a se destacar é que Sen também menciona a função do governo, pois o autor defende que o maior investimento do governo na educação vai resultar em indivíduos que irão ler melhor, raciocinar melhor, argumentar melhor e assim o debate público como um todo eleva o seu nível com melhor ideias, além disso, com melhor acesso à educação de qualidade, o indivíduo consegue aproveitar melhor as oportunidades sociais que surgem, ocasionando um aumento da renda, e como consequência consegue reinvestir em saúde e educação, formando um ciclo virtuoso, havendo assim de fato desenvolvimento e não apenas crescimento do PIB.

De acordo com Ribeiro (2000, p. 180-181):

O caso brasileiro confirma a hipótese de que, em sociedades industriais, as taxas de mobilidade relativa tendem a ser estáveis ao longo do tempo - hipótese proposta por Featherman, Jones e Hauser (1975) e reformulada por Erickson e Goldthorpe (1993). Dizer que as taxas de mobilidade relativa ficaram estáveis significa dizer, por exemplo, que entre 1973 e 1996 as chances de um filho cujo pai era do grupo de status alto permanecer no mesmo grupo do pai continuaram muito maiores do que as chances de um filho cujo pai era do grupo de status baixo-inferior alcançar o grupo de status mais alto. Em outras palavras, as chances do filho de um profissional liberal seguir os passos do pai são muito maiores do que as chances de um filho de trabalhador rural se tornar um profissional liberal.

Rota Júnior (2013) observa junto com outros autores como Dedecca, Trovão e Souza (2014), que o período pós-guerra no Brasil, caracterizado por uma sociedade industrial não obteve resultados sociais positivos, mas sim por período caracterizado por pobreza e elevada desigualdade social e econômica. Com o

crescimento econômico no Brasil a partir de 1960 não foi acompanhado por maior fluidez de mobilidade social ou maior igualdade social (Silva, 2021).

De acordo com Barrozo (2004, p. 133):

A mobilidade intrafamiliar transgeracional ascendente de educação e renda no Brasil é minúscula, no que reflete tendência mundial. A inércia da parca educação e da pobreza entre gerações da mesma família marca, com cicatriz brutal, a sociedade brasileira.

O que é aceito como verdade neste artigo, é o pensamento de Rota Júnior que ao questionar que o crescimento da economia e a diminuição das desigualdades não são proporcionais, a educação seria a chave dessa resposta passar assim poder evidenciar uma maior mobilidade social. Alon e Tienda (2007), vão especificar o acesso ao ensino superior como o melhor meio de ter a mobilidade social.

Um estudo realizado por Marginson (2017) em que o autor fez um comparativo com diversos países de língua inglesa e na Europa Ocidental, chegou à conclusão que o ensino superior contribui para a mobilidade social, contudo isso depende de certas condições, sendo a principal citada por Marginson (2017) é o financiamento, facilitando assim famílias de classes sociais menos elevadas não utilizarem seus recursos econômicos escassos. Essa diferença de recursos se mostra uma competitividade não justa, pois os desprovidos de capital não tem como acompanhar os que possuem capital em abundância.

Como paliativo, Marginson (2017) aponta o financiamento público como uma forma de amenizar essa competitividade, e tal posicionamento é válido, pois de acordo com Rota Júnior (2013), é notório que no Brasil as políticas públicas nacionais possibilitaram o acesso à educação para famílias menos privilegiadas.

Isto não impede de o setor privado também desempenhar um papel importante para reduzir o potencial de diferenciação social, visto que em 2021 a rede privada A ofertou 96,4% do total de vagas em cursos de graduação. A rede pública correspondeu a 3,6% das vagas ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior (Brasil, 2022).

Os estudantes com menor volume de capital, seja econômico, cultural ou social, possuem mais dificuldade de acessar cargos de classe média de Wright, que são os cargos de gerenciamento de grandes empresas, por não possuírem acesso à IES de primeira linha (Silva, 2015). Outros autores adotam o posicionamento de que a educação, especialmente o acesso ao ensino superior, é capaz de proporcionar mobilidade social ascendente, como Langoni (1973), Ribeiro (2006), Carnevale e Strohl (2013).

Dessa forma Carnevale e Strohl (2013) observam estudos que defendem que há outras variáveis envolvidas para o processo de mobilidade social, mas educação e acesso às escolas continuam a ser uma variável importante para tal ato social.

De acordo com Langoni (1973, p. 5):

[...]educação é não apenas uma variável fim, mas também uma variável meio. Em outras palavras, ela é um importante mecanismo de transmissão da influência do status familiar, não tendo muito sentido tentar isolar a contribuição na margem de cada uma dessas funções. Por outro lado, a evidência empírica de outros estudos sugere que, mesmo levando-se em consideração o impacto dessas outras variáveis, educação continua sendo a variável mais significativa na determinação da renda individual.

Para Langoni (1973), a educação é o principal fator para aumento da renda individual. O acesso à escolaridade mais alta, como um diploma no ensino superior, é o único meio de se obter uma mobilidade social ascendente e por sequência mudar de classe social.

Dessa forma Ribeiro (2006) concorda com os conceitos de Langoni (1973) em defender que o acesso à educação é o principal mecanismo de alcançar a mobilidade social da sociedade contemporânea. Ademais, Ribeiro (2006) traz um exemplo bem sucinto, ao falar que ser filho de juiz não torna o indivíduo juiz, em outras palavras, é necessário a qualificação educacional oferecida pelo ensino superior. Mesmo que no caso do filho do juiz, o indivíduo terá muito mais capital para poder investir em sua educação.

Por fim, é notório que o capitalismo é um ótimo sistema para produção de riqueza, mas não se pode dizer o mesmo sobre distribuição e justiça social. O sistema capitalista é um sistema de retornos crescentes, logo quem possui mais capital e riquezas tem a tendência a ficar mais rico, porém o pobre continua na sua classe social por falta de oportunidades, pode-se dizer que é um sistema que reforça o *status quo*. Logo, o Estado tem como função de nivelador, reequilibrador do sistema, ou de promotor das oportunidades⁸⁸ com políticas de distribuição de renda. Por meio dos arranjos produtivos criativos, inovadores e complexos podem favorecer o avanço em produtividade, adicionado com maior qualificação dos indivíduos por meio da educação poderão ter uma qualidade de vida melhor e mudar de classesocial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi colocado, entende-se estratificação social com posição do indivíduo inserido na sociedade, logo a classe social hoje é entendida como características econômicas e sociais comuns de diversos indivíduos, formando assim determinada classe social. A segregação da sociedade pode ocorrer por diversos motivos, sendo estes: pobreza, propriedade, gênero, filiação religiosa e patente militar.

Conclui-se que não é somente a questão financeira que vai determinar sua a classe social do indivíduo, mas que a mudança de classe social no capitalismo é possível, contudo, não é uma regra. Diferente do sistema de castas na Índia, em que essa mobilidade não acontece.

Wright identifica uma ramificação das classes sociais de Marx, pois para Wright as classes são além de Proletariado e Burguesia, pois aparecem classes intermediárias como gestores, supervisores ou cargos na área da educação. Esses indivíduos têm um diferencial para vender que é o ativo diferencial de

⁸⁸ Ver “Princípios de Economia Política – Stuart Mill (2019).

qualificação ou organizacional, logo somente o recurso econômico não define a classe do indivíduo.

Sen sustenta que o avanço na qualidade de vida não é mais diretamente ligado somente à recursos financeiros, mas também à liberdade individual. O artigo trouxe alguns exemplos de que o acesso à capital não resulta em melhor qualidade de vida em determinada região. Temos como, por exemplo, a liberdade política na Coreia do Norte, liberdade religiosa no Afeganistão e liberdade sexual e questões de saúde no Brasil.

Dessa maneira, o capitalismo se mostra um sistema eficaz em produzir riquezas, mas com muita desigualdade social e concentração de renda. Uma expressão usada “*rich get richer*” é aceita como fato, pois no capitalismo os processos distribuem uma quantidade composta por poucos indivíduos muito ricos e vários significativamente menos ricos.⁹

Langoni, Rota Júnior e Ribeiro mostram que a qualificação pela educação é uma ótima ferramenta para ascensão financeira, pois o indivíduo qualificado poderá ter uma maior especialização e poderá vender o seu diferencial por um valor maior de recompensa (salário). Como consequência, com maior acesso a recursos financeiros, terá um melhor acesso à saúde e educação e qualidade de vida.

Por fim, Marginson vai falar sobre a importância do Estado como equalizador e reequilibrador dessa desigualdade social, em que países de primeiro mundo puderam se desenvolver diante a complexidade de produção aliado com o financiamento da educação para pessoas com menos recursos econômicos.

⁹ Ver Oliveira (2017).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**: uma reafirmação. [S.n.]: Ensaios Econômicos da EPGE, 1973.
- MEDEIROS, M. Piketty e nós. **Revista Piauí**, v. 92, 2014.
- MILL, J. S. **Princípios de economia Política-Stuart Mill**. [S.l.]: LeBooks Editora, 2019.
- NEVES, J. A. B. **Modelo de equações estruturais**: uma introdução aplicada. [S.l.:s.n.], 2018.
- NEVES, J.; LIMA, L. **Industrialização, políticas de bem estar e fluidez social no Brasil**: de 1973 a 2014. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017 Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017.
- OLIVEIRA, M. **Rich get richer?**. 2017. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- PIKETTY, T. **Uma breve história da igualdade**. [S.l.]: Editora Intrínseca, 2022.
- QUARESMA, L. **Religião e mobilidade social**: disposições e práticas. [S.l.:s.n.], 2023.
- RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 833–873, 2006.
- RIBEIRO, C. A. C. **Dois estudos de mobilidade social no Brasil**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 178-183, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300011>. Acesso em: 1 jan. 2023.
- RIBEIRO, C. A. C. Mobilidade e estrutura de classes no Brasil contemporâneo. **Sociologias**, p. 178–217, 2014.



III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão



18 e 19 de outubro de 2023

ROTA JÚNIOR, C. Educação e mobilidade social: um estudo sobre a legislação educacional brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, p. 169–184, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, L. F. O. A. **Políticas públicas de cotas**: um estudo de caso sobre a influência da educação superior na mobilidade social. [S.l.:s.n.], 2021.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAPÍTULO 6

RECONFIGURANDO A METRÓPOLE: a banalização da criação de Regiões Metropolitanas e o caso do Maranhão

Angelo Eduardo Morais Correia¹

João Lucas Lima Moraes²

José Arthur Lima da Silva³

Rodrigo da Cruz Campos⁴

Resumo: O texto aborda a proposta de "território usado" como a entrada para as redes de atenção da metrópole. Apesar de seu uso generalizado, falta reflexão e crítica sobre o conceito, proposto por Milton Santos há mais de uma década. O crescimento populacional nas áreas metropolitanas e as transformações urbanas representam desafios para os governos, exigindo ações efetivas para um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável. O uso "metrópoles de papel" é utilizado para descrever regiões que possuem infraestrutura e estrutura administrativa de metrópole, mas não correspondem a uma realidade de desenvolvimento e influência econômica, sendo resultados de decisões políticas que criam uma imagem de grande cidade sem uma base sólida de desenvolvimento, ou regiões que não conseguiram o objetivo de se tornarem importantes centros urbanos. Sendo fundamental analisar as consequências do Estatuto da Metrópole, que busca promover o desenvolvimento urbano integrado nas Regiões Metropolitanas no Brasil.

Palavras-chave: Estatuto da Metrópole. Desenvolvimento Urbano. Áreas Metropolitanas.

Abstract: The text addresses the proposal of "used territory" as the entrance to the metropolis' care networks. Despite its widespread use, there is a lack of reflection and criticism on the concept, proposed by Milton Santos more than a decade ago. Population growth in metropolitan areas and urban transformations represent challenges for governments, requiring effective actions for balanced and sustainable urban development. The use of "Paper Metropolises" is used to describe regions that have the infrastructure and administrative structure of a metropolis, but do not correspond to a reality of development and economic influence, being the result of political decisions that create an image of a large city without a solid foundation of development, or regions that have not achieved the objective of becoming important urban centers. It is essential to analyze the consequences of the Metropolis Statute, which seeks to promote integrated urban development in metropolitan regions in Brazil.

Keywords: Metropolis Statute. Urban Development. Metropolitan Areas.

¹ Discente do 8º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: angelo.morais@discente.ufma.br

² Discente do 8º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: joao.llm@discente.ufma.br

³ Discente do 8º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: jose.als@discente.ufma.br

⁴ Discente do 8º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: rodrigo.campos1@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

A proposta, que se baseia na ideia de “território usado”, serve como definição da porta de entrada para as redes de atenção da metrópole. O conceito foi adotado e seu uso generalizado, mas falta reflexão e crítica, e depois de mais de uma década desde que Milton Santos propôs pela primeira vez a ideia de “voltar ao território”, fica evidente a importância de revisitar o arcabouço teórico do conceito.

Assim, nota-se que as transformações urbanas e a crescente concentração populacional nas áreas metropolitanas têm se tornado desafios significativos para os governos e gestores públicos, demandando ações efetivas para a promoção de um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável. Sendo assim, no contexto brasileiro, as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano e a Lei nº 13.089/2015, conhecida como Estatuto da Metrópole, surgem como instrumentos legais e diretrizes essenciais para a governança e o planejamento dessas áreas urbanas, que buscam implementar o ordenamento territorial.

O termo "metrópoles de papel" surge quando, como veremos adiante, a maioria das regiões são espaços sem configuração metropolitana. Desse modo, o termo passa a ser utilizado para descrever regiões que possuem uma infraestrutura e uma estrutura administrativa de metrópole, mas que não correspondem efetivamente a uma realidade de desenvolvimento e influência econômica. Essas "metrópoles de papel" podem ser resultado de decisões políticas ou administrativas que buscam criar uma imagem ou status de grande cidade ou centro urbano importante, mesmo que não haja uma base sólida de desenvolvimento econômico, social e demográfico que justifique esse status. O termo também pode ser aplicado a regiões ou áreas metropolitanas que foram planejadas com a intenção de se tornarem importantes centros urbanos, mas que, por diversas razões, não conseguiram atingir esse objetivo.

Por meio de uma análise abrangente, este artigo busca fornecer uma compreensão mais clara do conceito de Regiões Metropolitanas (RM), examinando suas características e particularidades, como a interdependência socioeconômica e territorial entre os municípios envolvidos. Além disso, o artigo também tem como fim explorar os objetivos e diretrizes políticas disponíveis para a promoção do desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Assim, foi adotado uma abordagem de revisão de literatura para explorar o conceito de Regiões Metropolitanas e analisar os instrumentos legais para o desenvolvimento dessas áreas. A pesquisa foi conduzida por meio de consultas a leis, sites, artigos acadêmicos e outras fontes relevantes relacionadas ao tema.

Foi selecionado para análise e estudo o caso das Regiões Metropolitanas do Maranhão, pois o caso maranhense mostra como a legislação estaria passível de ser violada antes do Estatuto da Metrópole, tanto que somente duas das RMs do Maranhão atendem aos critérios mínimos para serem reconhecidas como tais pela União.

Para análise dos dados também foi utilizado o conceito de Regiões de Influência das Cidades (REGIC), que é uma metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) utilizada para analisar a hierarquia urbana e as interações entre as cidades, auxiliando, assim, na identificação de centros urbanos e na definição de políticas públicas que visam promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável das regiões.

2 RECONFIGURANDO A METRÓPOLE: A BANALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS E O CASO DO MARANHÃO

2.1 Território

Na segunda metade do século XX, o estudo das relações espaciais e da sociedade produziu resultados que podem ser considerados significativos nas

ciências e na discussão teórica e conceitual do Estatuto da Metrópole, trazendo destaque para as várias formulações fundamentais da *teoria do espaço* que servirá de balizadores para uma análise posterior. Dito de outra forma, Santos vê a área como um território aproveitável. Além de ser um espaço utilizado, um território tem também uma materialidade que se expressa na sua configuração geográfica e conjuga-se com a vida que lhe dá sentido (Santos, 1994). Usando esta terminologia, o autor desloca o foco para as relações societárias e o uso do território por diversos atores. Isso torna relevantes as seguintes questões sobre o espaço: usado como, onde, por quem e para quê? (Steinberger, 2006).

Haesbaert (2002) apresenta ao menos três enfoques para o conceito de território: *materialista*, onde o território é recurso natural, distância física ou no limite um abrigo; *idealista*, associando território e cultura, campo do simbólico e dos poderes invisíveis; e um enfoque *integrador entre as diferentes dimensões sociais*: naturalista ou biológica, relações de poder (Estado-Nação Moderno) e econômica. O território para Haesbaert (2002) é relacional, ligado ao movimento e às conexões e engloba as dimensões biológica ou natural, política (das relações de poder), cultural-simbólica e econômica.

A forma como o espaço é utilizado em sua totalidade é por meio da formação socioespacial (Steinberger, 2006). Aquilo que não é apenas a soma de suas partes e que está em constante movimento, em um processo incessante de totalização, o movimento permite compreendê-lo em dois níveis: como integral, algo singular e abstrato, e como diferencial, em suas manifestações únicas e concretas.

A vertente teórica colocada por Haesbaert (2002, 2004) percebe o território de forma a não dicotomizar as dimensões sociais (política, econômica e cultural). Ou seja, dependendo do eixo temático que se quer abordar (com a ação de empresas em rede na sociedade contemporânea) privilegia-se a dimensão social (no exemplo das empresas, a dimensão econômica), mas tem-se a consciência que as outras dimensões também possuem a mesma importância.

Na década de 1960, o IBGE desenvolveu estudos para classificar e definir aglomerações populosas e metropolitanas. Três critérios principais historicamente usados para definir as Regiões Metropolitanas foram: população, atividade e integração. Fundada em 1969 com o objetivo de definir com precisão os termos “metrópole” e “região metropolitana”, sendo utilizados critérios demográficos (pessoas ocupadas na atividade industrial, movimento pendular e produção industrial) e critérios de integração (viagens diárias intermunicipais).

Para Santos (1994), essa nova realidade inclui também limites territoriais e modos de operação conhecidos como horizontalidades e verticalidades, além da tradicional categoria de região, composta de pontos separados entre si e conectados por todos os tipos de processos sociais. Além da nova realidade das redes, o autor defende a retomada da noção corriqueira de espaço de François Perroux, ou seja, o espaço de todos os espaços. Como resultado das suas análises e proposições, tem-se, hoje, um conceito de território que pode ser constituído tanto por localidades remotas quanto por localidades conectadas. Os locais são sempre os mesmos, embora contendo diversas funcionalizações, às vezes até opostas. Segundo o autor, só é possível falar da “idade” geográfica de um lugar se utilizarmos meios técnicos para datar a sua materialização artificial, pois a idade de uma técnica não seria determinada pela data de sua concepção científica, mas sim pela história de como ela foi integrada (e colocada em uso por) em uma sociedade, como o tempo do *lugar* é feito.

2.2 O conceito de Região Metropolitana (RM)

A partir da década de 1960, o Brasil passa por uma transformação em seu território, no sentido de uma grande expansão das regiões metropolitanas, causando a necessidade de um novo olhar em direção às políticas referentes à tais condições. Assim, o texto que define as Regiões Metropolitanas diz que estas são áreas “constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integram a mesma comunidade socioeconômica,

visando a realização de serviços de interesses comum” (Bittencourt, 2011, p.41). Dessa forma: “As nove primeiras regiões metropolitanas brasileiras foram definidas pelas Leis Complementares n. 14/1973 e n. 20/1974. Sua delimitação esteve vinculada a critérios de natureza política, motivada, sobretudo, por razões de prestígio regional” (Peres *et al.*, 2018, p. 269).

Assim, de acordo com o IBGE (2020), no ano de 2020, no Brasil existiam 74 Regiões Metropolitanas, sendo a Paraíba o estado com o maior quantitativo de RMs (12), seguido Santa Catarina (11), Alagoas (9) e Paraná (8).

2.3 Políticas de gestão das regiões metropolitanas

Na década de 1970, se instaurou a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que constou o direcionamento da organização das Regiões Metropolitanas de forma a ser hierarquizada, visando reduzir as desigualdades na escala interurbana e, dessa forma, “o centro mais dinâmico das RMs, no caso as capitais, acabaram por adquirir preponderância nas decisões e na absorção dos investimentos, nos moldes da teoria dos polos de desenvolvimento” (Schvarsberg; Lopes, 2011). Com isso, se desenvolveram, ao longo do final da década de 80 e início dos anos 2000, mais duas Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de promover um desenvolvimento urbano sustentável, e a promoção de uma reforma urbana, respectivamente.

Contudo, na década de 1980, com uma crise fiscal, a questão interurbana perdeu força na agenda governamental, com a implantação de uma política de maior austeridade; dessa forma, ficou a cargo do governo estadual, sem muitos detalhamentos adicionais. De acordo com Peres *et al.* (2018):

O processo de tramitação da Lei Federal n. 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, que regulamentaria o capítulo constitucional referente à questão urbana levou 13 anos até sua aprovação e foi marcado pela incipiente participação do governo federal.

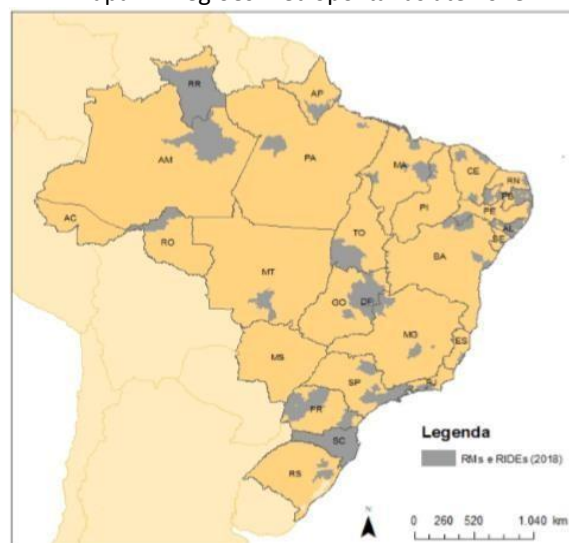
Destarte, foi em 2015, com a Lei nº 13089, que foi estabelecida diretrizes gerais para o planejamento, execução e gestão das funções públicas, em vista de superar as diferentes políticas que geravam uma ineficácia urbanística.

2.4 A banalização da criação das regiões metropolitanas no Brasil

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a competência para a criação de Regiões Metropolitanas passou para os estados, resultando em um aumento significativo no número de RMs formais no país. No entanto, é importante destacar que essa expansão não necessariamente reflete a realidade dos espaços metropolitanos brasileiros, conforme demonstram estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

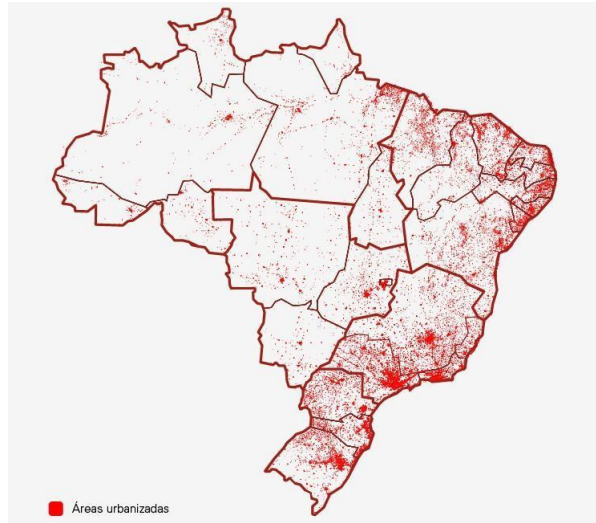
A falta de critérios claros e específicos para a definição das regiões metropolitanas tem gerado indefinições constitucionais e controvérsias políticas e jurídicas. Isso permite que regiões que não correspondem aos espaços metropolitanos reais sejam criadas, contribuindo para a banalização do processo, não tendo, em diversos casos, uma faixa de urbanização dentro da RM, como é o caso das compreendidas no estado de Roraima, Amazonas, Maranhão, Santa Catarina, dentre outros, conforme ilustrado nos dois mapas a seguir.

Mapa 1 - Regiões metropolitanas até 2018



Fonte: Cordeiro (2019).

Mapa 2 - Distribuição das grandes concentrações urbanas até 2010



Fonte: IBGE (2019).

A banalização da criação de Regiões Metropolitanas no Brasil traz consigo uma série de desafios e reflexões. Primeiramente, é necessário repensar o papel e a função das regiões metropolitanas no contexto do desenvolvimento urbano. Essas instituições devem ser capazes de promover uma governança efetiva, integrando a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Para isso, é fundamental que as RMs correspondam à realidade espacial dos espaços metropolitanos e contemplem critérios técnicos e socioeconômicos consistentes.

Outro ponto de reflexão diz respeito à necessidade de aprimorar a capacidade técnica e administrativa das regiões metropolitanas. É fundamental investir em planejamento urbano integrado, gestão de recursos e infraestrutura adequada para enfrentar os desafios da urbanização acelerada nas Regiões Metropolitanas.

2.4 Lei nº 13089/2015 – O Estatuto da MetrÓpole

O Estatuto da MetrÓpole traz a definição de aglomeração urbanas como: “unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de dois ou mais municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e

integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas”
(Lei nº 13089/2015, art. 2, inciso I).

Já em relação à metrópole, o estatuto define como:

[...] espaço urbano com continuidade territorial que, em razão da sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Lei nº 13089/2015, art. 2, inciso V)

Com isso, o Estatuto da Metrópole veio como contraponto da Lei nº 11.107/2005, que tratava apenas dos consórcios públicos em geral, se concentrando nas questões relacionadas às áreas metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; promovendo o desenvolvimento urbano sustentável dessas áreas, buscando a integração das políticas e ações dos municípios envolvidos. Além disso, são estabelecidas diretrizes para a criação de instrumentos de governança interfederativa, como a elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado e a criação de consórcios públicos, e a articulação de políticas setoriais e cooperação entre os entes federativos envolvidos, fornecendo um arcabouço legal para a gestão compartilhada das Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável nessas áreas.

De acordo com Peres *et al.* (2018), ainda, “a aprovação do estatuto não ocorreu, porém, sem percalços e solavancos”, passando por diversas emendas e vetos, como exemplo do veto ao artigo 19.

2.5 A Configuração das regiões metropolitanas do Maranhão

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, na publicação Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento, no ano de 2022, existiam no estado do Maranhão três RMs: Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), Região Metropolitana do

Sudoeste Maranhense (RMSM) e Região Metropolitana do Leste do Estado do Maranhão (RMLEM).

A regulamentação da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), que abrange aspectos como sua organização, suas responsabilidades e sua área de abrangência, só se efetuou no ano de 1998, por meio da Lei Complementar Estadual nº 38. No princípio, a RMGSL era formada pelos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa e, evidentemente, São Luís. Mas, ao longo dos anos e com mudanças na legislação, foram adicionados nove municípios. Atualmente, a composição territorial da região é definida pela Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015, que abrange treze municípios: Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís.

A RMGSL abrange uma extensão territorial de cerca de 9.300 quilômetros quadrados, localizando-se na parte setentrional do estado do Maranhão, junto às margens da Baía de São Marcos e do Oceano Atlântico. Sua posição estratégica faz dela um ponto de convergência de importantes rotas comerciais e de transporte, o que desempenha um papel crucial em seu desenvolvimento econômico.

No que tange à sua população, a RMGSL é habitada por uma estimativa de mais de 1,6 milhão de residentes, o que a posiciona como uma das regiões metropolitanas mais densamente povoadas da região Nordeste do Brasil. Enquanto São Luís, na qualidade de sua capital, concentra a maior parcela da população, é relevante ressaltar que municípios como São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa também contribuem de maneira substancial para esse contingente populacional.

Quanto à sua economia, a RMGSL apresenta uma notável diversificação nos setores econômicos, englobando atividades industriais, comerciais, de serviços e agrícolas. O Porto do Itaqui, que figura como um dos maiores do país, assume um papel central na movimentação de mercadorias e no comércio

internacional, consolidando-se como um importante motor econômico regional. Além disso, a exploração de recursos naturais, a exemplo de minérios e petróleo, tem conferido um significativo impulso ao crescimento econômico da região.

Entretanto, apesar de seu inegável potencial econômico, a RMGSL enfrenta desafios consideráveis, que englobam desigualdades sociais, carências na infraestrutura urbana, questões relacionadas à mobilidade urbana e impactos ambientais. Para superar esses obstáculos e promover um desenvolvimento sustentável na região, torna-se imperativo um planejamento urbano eficaz e uma gestão pública competente.

Mapa 3 - Localização da região metropolitana da Grande São Luís



Fonte: IMESC (2017).

Após a aprovação do Estatuto da Metrópole, que estabeleceu como requisito para acessar recursos financeiros, humanos e materiais a necessidade de ter uma gestão plena com uma estrutura de governança própria, o governo do estado do Maranhão submeteu à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 4/2015. Esse projeto resultou na aprovação da Lei Complementar Estadual (LCE) nº 174/2015, que trata da criação e administração da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL).

Com a promulgação dessa lei, e diante da ausência de regulamentação, juntamente com a intenção de coordenar os interesses públicos, as condições políticas e os planos para o desenvolvimento regional, a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), por meio da Secretaria Adjunta de Assuntos Metropolitanos, conduziu um estudo técnico abrangente sobre a Grande São Luís, abarcando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Após a conclusão desse levantamento de informações, a Secretaria Adjunta de Assuntos Metropolitanos deu início à definição dos critérios para a contratação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI).

Nesse processo, ocorreu a promulgação da Medida Provisória (MP) nº 229, datada de 2 de fevereiro de 2017, que estabeleceu a criação da Agência Executiva Metropolitana (Agem) e atribuiu ao Colegiado da RMGSL a responsabilidade pela elaboração, acompanhamento e aprovação do PDDI.

A elaboração do PDDI foi dividida em diferentes fases, cada uma com atividades específicas e resultados a serem alcançados. A primeira etapa envolveu a instalação do processo, definição do plano de trabalho, comunicação e mobilização social. Na segunda etapa, foi conduzido o diagnóstico participativo da Grande São Luís. A terceira etapa abrangeu a formulação das macrodiretrizes de desenvolvimento metropolitano. A quarta etapa concentrou-se na definição do macrozoneamento da Grande São Luís. Por fim, a quinta etapa consistiu na elaboração do anteprojeto de lei do PDDI.

Partindo para a próxima RM, a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM), criada e regulada pela Lei Complementar nº 089 do ano de 2005, abrangia, inicialmente, os municípios de Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Buritirana, Ribamar Fiquene, Senador La Rocque, João Lisboa e Montes Altos. Possui uma extensão territorial de, aproximadamente, 45.000 quilômetros quadrados e uma população equivalente a 714 mil pessoas (IBGE, 2021). No ano de 2017, a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, por meio de Lei Complementar nº 204, aprovou a inclusão de mais 14 municípios na RMSM, sendo eles: Vila Nova dos Martírios, São Francisco do Brejão, Porto Franco, Amarante do Maranhão, Sítio Novo, Carolina, Itinga do Maranhão, São Pedro da Água Branca, Açailândia, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Lajeado Novo, São João do Paraíso e Estreito. Dessa forma, a RMSM passa a ter 22 municípios na sua composição.

Também por meio da Lei Complementar nº 204, foi estabelecido o *Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense* e promovidas alterações na legislação que define a estrutura institucional da referida região. As modificações adaptam a organização da região para seguir o mesmo modelo já existente na Grande São Luís, incluindo sua estrutura e responsabilidades.

Dessa forma, o artigo 5º da LC nº 180 sofreu modificações para listar a chamada "estrutura de governança interfederativa", a qual é composta pelo Colegiado Metropolitano, Conferência e Conselho Participativo, a Agência Executiva Metropolitana (com competências consultivas, executivas e de apoio aos demais órgãos colegiados da região) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Por último, a Região Metropolitana do Leste do Estado do Maranhão (RMLEM) foi instituída por meio da LC nº 180, de janeiro de 2016. Ela abrange os municípios de Parnarama, Matões, Caxias, Timon, São João do Sóter, Aldeias Altas e Codó. A criação da Região Metropolitana do Leste Maranhense espelha,

em grande medida, o modelo estabelecido para a RMGSL pela Lei Complementar nº 069/2003. Nesse sentido, a legislação definiu treze serviços que são considerados compartilhados entre os municípios abrangidos, estabeleceu a criação de um colegiado interfederativa e previu a elaboração de um plano de ordenamento territorial para a região.

O colegiado responsável pela governança da RMLEM, conforme estipulado pelo artigo 5º da lei, recebe a denominação de "Conselho de Administração e Desenvolvimento da Região Metropolitana da Zona Leste Maranhense," sendo abreviado como COADEGS. No entanto, ao contrário do que foi estabelecido na LC nº 069/2003, a composição desse colegiado na RMLEM não segue o princípio de igualdade na participação dos municípios.

3 CONCLUSÃO

Este artigo explorou o conceito de Regiões Metropolitanas e analisou os instrumentos legais destinados a promover o desenvolvimento dessas áreas urbanas. Destarte, foi evidente os desafios e interdependências socioeconômicas nestas regiões, requerendo uma abordagem integrada e coordenada, como foi exemplificada na discussão das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano.

Além disso, a análise do Estatuto da Metrópole demonstrou sua relevância como um instrumento legal e integrado para a execução das funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas, que leva a cooperação federativa como ponto chave para a busca de soluções para os desafios urbanos.

O objetivo aqui não foi traduzir com precisão o que é território e espaço, mas sim discutir como esses conceitos se relacionam e são produzidos dentro de um grupo de ideias, que é onde surgem os problemas. Um conceito é mais do que uma representação; também é uma realidade no sentido de que cria realidades da mesma forma que traduz ou representa outras realidades. discutido e mencionado anteriormente, o Estatuto abre as portas para a geração de tais conflitos e, com isso, impossibilita um alívio real no território. Isso ocorre

porque falha em conceituar espaço e território e falha em reconhecer a existência óbvia de conflitos, de relações de poder entre atores heterogêneos e de interesses divergentes. Nesse sentido, acredita-se que o direito perdeu uma oportunidade significativa de inovar tanto teórica quanto conceitualmente.

Finalmente, por meio da investigação e pesquisa sobre a implementação e os impactos do Estatuto da Metrópole em Regiões Metropolitanas, tornou-se possível identificar os principais desafios enfrentados pelas RMs na implementação do Estatuto da Metrópole, avaliar os mecanismos de governança e a cooperação entre os entes federativos. Além disso, possibilitou também a análise dos impactos das políticas urbanas decorrentes do estatuto nas condições de vida da população. Sendo assim, ficam mais evidentes os problemas e desafios que são as consequências da ineficiência de uma gestão metropolitana que refletem não só na Região Metropolitana da Grande São Luís, como foi o caso analisado, mas também em grande parte das Regiões Metropolitanas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, J. L. **O metropolitano na agenda governamental**: uma história recente. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.
- PERES, J. L. P. *et al.* O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórica -conceitual à luz do conceito miltoniano de “território usado”. **Cadernos Metrópole**, v. 20, n. 41, p. 267–288, abr. 2018.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR. **política nacional de desenvolvimento urbano**. [S.l.:s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/politica-nacional-de-desenvolvimento-urbano>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **IBGE atualiza a lista dos municípios que integram os recortes territoriais brasileiros**. [S.l.]: IBGE, 2013. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29465-ibge-atualiza-a-lista-dos-municipios-que-integram-os-recortes-territoriais-brasileiros2>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 13.089/2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- CORDEIRO, E. C. Da banalização das regiões metropolitanas ao estatuto da metrópole: será o fim das “metrópoles de papel”? **Geousp – Espaço e Tempo**, v. 23, n. 1, p. 040-058, abr. 2019.
- MOREIRA, T. S. Gestão **Metropolitana**: a região metropolitana da grande São Luís e desafios das políticas urbanas. [S.l.:s.n.], 2013.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2020.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

CAPÍTULO 7

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO: apresentação do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011

Diêgo Henrique Matos Pinheiro¹
Jacqueline de Fátima Pinheiro Lima²

Resumo: Neste artigo constrói-se a apresentação do Plano Plurianual 2008-2011. A partir disto, discorre-se sobre seus objetivos e programas estratégicos. Inicialmente, faz-se um breve resumo sobre a importância e os desdobramentos da questão do planejamento governamental no Brasil até chegar ao PPA, o cerne da discussão, apresentando a sua definição e objetivos gerais. Posteriormente, trazendo para a realidade atual, na qual o PPA 2008-2011 é vigente, é feita uma exposição do plano e dos seus objetivos específicos. Por fim, é realizada uma apresentação do Plano Plurianual 2008-2011, observando seus pontos fortes, como a ênfase no campo educacional e inclusão social, e pontos fracos, dentre os quais se destacam algumas incoerências entre as ações do governo e previsões contidas no plano. Constata-se que o PPA vigente emerge como um caminho para a excelência do planejamento do governo, dando continuidade às estratégias de desenvolvimento de governos pregressos. E expõe-se a descontinuidade do plano e das estratégias nele programadas.

Palavras-chave: Planejamento Econômico. Estratégias de Desenvolvimento. Plano Plurianual.

Abstract: In this article we build the presentation of the Multiannual Plan 2008-2011. From this, there is disagreement about its strategic objectives and programs. Initially, a brief summary is made of the importance and developments of the issue of government planning in Brazil until reaching the PPA, the core of the discussion, presenting its definition and general objectives. Subsequently, bringing to the current reality, in which the 2008-2011 PPA is in force, the plan and its specific objectives are explained. Finally, a presentation of the 2008-2011 Multi-Year Plan is made, observing its strengths, such as the emphasis on the educational field and social inclusion, and weaknesses, among which some inconsistencies stand out between the government's actions and the restrictions contained in the flat. It appears that the current PPA emerges as a path to excellence in government planning, continuing the development strategies of previous governments. And it exposes the discontinuity of the plan and the strategies programmed in it.

Keywords: Economic Planning. Development Strategies. Multiannual Plan.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá - UNESA, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela UFMA (2018). MBA em Finanças (2014). Graduado em Administração (2013), Ciências Econômicas (2015) e Ciências Contábeis (2021). Graduando em Relações Internacionais. dh.henri@hotmail.com

² Professora do PPG em Educação da UNESA. Pós-Doutora do PPG em Cognição e Linguagem, na UENF (PDS-FAPERJ - 2019-2020). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (2006), tendo nos anos de 2003 e 2004 feito seu Doutorado Sanduíche no Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris XII. Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio (1999). Bacharel e Licenciada em História pela UERJ (1996).

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução da sociedade a partir da constante acumulação do capital e também do avanço tecnológico, evidenciados pelo capitalismo, tem-se notado cada vez mais, que um distanciamento entre as classes sociais partes desse processo.

Para conciliar os antagonismos intrínsecos às fases de desenvolvimento de cada sociedade, o Estado emerge em parceria com a sua atividade típica: o planejamento. Partindo da ideia de que o Estado tem como finalidade promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico, o planejamento surge como um guia da atividade estatal, elencando estratégias associadas às necessidades do contexto considerado, focando em prioridades e agindo de acordo com o orçamento disponível em receitas oriundas de tributos.

Trazendo para a realidade brasileira vigente, encontra-se no Plano Plurianual (PPA) uma alternativa para a intervenção do Estado, tendo como objetivos principais a estabilidade do sistema econômico, o crescimento e a repartição ou distribuição. Com uma vigência de quatro anos, o PPA traça as ações que devem ser desenvolvidas durante um mandato, induzindo a sua continuidade no governo posterior (Brasil, 1988). É seguindo esta lógica que o Plano Plurianual 2008-2011 do Maranhão foi proposto para dinamizar a economia e buscar um desenvolvimento sustentável e social, com foco na elevação da renda e motivação ao consumo para produzir o efeito multiplicador que se espera.

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise do desempenho do PPA vigente, e a concretização dos objetivos iniciais e parciais. Para tanto, o texto está organizado da seguinte forma: Na seção 2 é realizada uma breve contextualização histórica do planejamento no Brasil, expondo a sua importância e desenvolvimento, como também a definição e características principais do sistema de planejamento atual, o PPA. Em seguida, na seção 3 é

apresentado o Plano Plurianual 2008-2011 e seus objetivos específicos. Por fim, a seção 4 apresenta as considerações finais do trabalho realizado.

2 PLANEJAMENTO ECONÔMICO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O contraponto entre as necessidades socioeconômicas e recursos disponíveis protagoniza uma discussão fundamental presente na ciência econômica. Em um contexto em que a quantidade de recursos é sempre inferior às infinitas demandas da sociedade, uma alocação e funcionamento eficientes se tornam um desafio a ser enfrentando. Nesse sentido, considera-se imprescindível a adoção de um planejamento estratégico, por parte do Estado, para que a distribuição dos recursos ocorra da maneira mais eficiente possível.

Por meio da aplicação de um planejamento, é possível modificar o padrão de uma economia. A realidade aponta que, a partir do momento em que os investimentos governamentais são executados de maneira eficiente e planejada, as externalidades positivas geradas beneficiam o desempenho da economia como um todo, tanto na dinamização da produção quanto no âmbito social, dirimindo as desigualdades, por exemplo. Por outro lado, a sua ausência gera efeitos negativos comprometendo todo o funcionamento econômico do contexto considerado (Pares; Valle, 2006).

A elaboração de um plano ocorre em etapas. A formulação requer alguns dados prévios, como por exemplo, os objetivos dessa economia e o investimento necessário para que ele seja alcançado, assim, esse momento caracteriza a primeira etapa. Em seguida, deve ser feito um diagnóstico do atual estado dessa economia, a partir do qual deve ser elaborado um programa, com base no estudo dos setores de atividade, levando em conta os gargalos da economia em questão e as suas prioridades. Após reunir os programas em um plano global, finalmente, é proposta uma intervenção.

A busca pela estabilização, o foco no desenvolvimento econômico, a mitigação da desigualdade e, principalmente, o controle da inflação, dentre

outros, fazem parte do quadro de objetivos a serem alcançados a partir da implantação de um planejamento e sua viabilização (Mereiles, 2001).

O planejamento governamental estratégico foi um marco na trajetória econômica brasileira. Uma vez presente, a experiência aprimorou-se ao longo de várias décadas, tornando-se um aliado uno à atividade do Estado, impulsionando o desenvolvimento nacional. O período posterior à Segunda Guerra Mundial marcou o despontar dessa experiência no Brasil, quando o planejamento efetivo se apresentou como um caminho alternativo à grande depressão econômica que o país vivenciava. Nos anos 50, foi instituído o Plano SALTE, que tinha como prioridades o atendimento às necessidades relacionadas à saúde, alimentação, transporte e energia; perpassando, anos depois, pelo Plano de Metas que buscava, através do Estado, estimular a indústria e dinamizar a atividade econômica interna. Posteriormente, durante o governo militar, o planejamento governamental se formaliza e institucionaliza. Emergiram, em seguida, os Planos Nacionais de Desenvolvimento que enfatizaram o investimento nas indústrias de base e promover infraestrutura; em meio a diversos outros, foram esses os planos que mais se destacaram na história econômica do país, chegando, após décadas, aos planos plurianuais (PPA's), foco principal deste estudo (Pares; Valle, 2006).

O Plano Plurianual é definido como um mecanismo de planejamento regionalizado utilizado pelo governo. Previsto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, o plano é responsável por estabelecer diretrizes, objetivos e metas que deverão ser cumpridas pela Administração Pública, para as despesas de capital, que são investimentos do governo, e outras decorrentes delas, dentre as quais se enquadram despesas com a manutenção desses investimentos, e para as destinadas aos programas de duração continuada, que viriam a ser aquelas que não são interrompidas com o tempo, enquadram-se nessa categoria os serviços básicos, por exemplo (Matus, 1993). O instrumental utilizado para este fim compõe-se de políticas públicas que, a partir de medidas e programas

desenvolvidos pelo governo, possibilitam um acesso maior aos bens e serviços, por parte da população. Visando administrar e prover as demandas da sociedade, os planos em questão traçam as estratégias a serem adotadas pelo governo, considerando as prioridades da região, e analisam a viabilidade orçamentária para a implantação da medida (Navarro; Santos; Franke, 2012).

O PPA subdivide-se em planos de ação, que devem conter, separadamente, objetivo definido, um órgão ao qual a sua execução será delegada, orçamento e fontes de financiamento, prazo para ser finalizado, indicador que comprove a situação a ser solucionada por meio do plano, bens e serviços necessários para a sua efetivação, regionalização do plano (Matus, 1993). A vigência de um PPA é de quatro anos, contabilizados de modo a firmar um compromisso político que ultrapassa o mandato presidencial, pois se inicia no segundo ano de um mandato e finaliza ao final do primeiro ano do mandato subsequente.

O PPA conta com alguns princípios que guiam a sua execução, são eles: identificação clara dos objetivos e prioridades do Governo: deve ser esclarecido o foco do governo na economia considerada, bem como os pontos fracos e outras questões a serem colocadas à frente para que o objetivo seja alcançado; integração do planejamento e do orçamento: deve ser assegurada a consonância das medidas elencadas no planejamento e o seu financiamento; garantia da transparência: de modo a ampliar o diálogo e a relação de confiança com a sociedade; e organização das ações de Governo em programas: em conformidade com a Constituição, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, devem ser elaborados de acordo com o que é apresentado no plano plurianual (Garcia, 2012).

O planejamento é uma esquematização, por meio da definição de metas globais, às quais a organização dos fatores econômicos é direcionada ou controlada por um órgão central. É possível reconhecer a importância da

intervenção estatal em benefício do desenvolvimento, a partir do entendimento do plano (Matus, 1993).

O Estado apresenta-se como responsável pela promoção do bem-estar social. Observa-se que a função principal do PPA é nortear a ação estatal, estabelecendo uma relação entre os objetivos de longo prazo do Estado e as políticas de governo de médio prazo e, por fim, compatibilizá-los com a realização dos gastos previstos pelo planejamento anual. Isso quer dizer que o PPA desempenha um papel intermediário de racionalizar a atividade do Estado, otimizando os gastos públicos, a partir de estratégias definidas e viabilidade fiscal para a implementação das medidas elaboradas (Garcia, 2012).

É imprescindível que as políticas públicas estejam ajustadas à heterogeneidade do público-alvo, de modo que a intervenção do Estado ocorra de maneira articulada e consistente.

3 APRESENTAÇÃO DO PPA 2008-2011 DO MARANHÃO

O PPA 2008-2011 foi elaborado conscientemente pelo desenvolvimentismo, numa perspectiva de sustentabilidade, com foco no bem comum da população. O plano reconhece que a assimetria do desenvolvimento socioeconômico entre os municípios e as regiões do território maranhense é, em larga escala, um dos fatores responsáveis pelas disparidades de renda e de acesso aos serviços essenciais. Essa visão sistêmica torna o plano um projeto de desenvolvimento do Maranhão como um todo e não apenas de suas áreas mais dinâmicas. As políticas propostas assentam-se corretamente nos investimentos em infraestrutura e na criação de emprego e renda segundo as potencialidades econômicas locais e regionais.

De acordo com Maranhão (2007, p. 20):

O princípio básico que alimenta o PPA 2008-2011 é o do desenvolvimento solidário entre os municípios e as regiões dentro de políticas de convergência no que diz respeito à dinamização da economia, à infraestrutura, educação e tecnologia e extensão dos serviços essenciais, devendo ser incentivadas políticas que levam em

conta as potencialidades contidas na diversidade local. Neste PPA o desenvolvimento é visto como sustentável porque combina crescimento econômico com conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais, com desenvolvimento de novas economias, com padrões de consumo e desperdício no sentido de se evitar a degradação ambiental, que penaliza as populações mais pobres, pela disseminação de doenças e insalubridade, pela imposição de custos diretamente aos indivíduos e famílias e indiretamente às finanças públicas.

Os programas e ações propostos neste PPA buscavam um desenvolvimento municipal e regional mais homogêneo, refutando propostas de crescimento ortodoxas e subordinadas. Ao optar pelo incentivo aos grandes projetos agropecuários e industriais, as políticas econômicas do passado recente não foram capazes de desenvolver a economia e os mercados internos e regionais, antes, pelo contrário, acabaram estimulando as desigualdades e a concentração em reduzidos números de pólos regionais. Neste contexto, tornou-se quase impossível falar de solidariedade municipal, ou de convergência e homogeneização coordenada dos desenvolvimentos regionais dentro do território estadual.

Além disso, a manutenção de uma política macroeconômica ortodoxa, com baixo crescimento econômico e arrocho fiscal e monetário, afeta de maneira decisiva a capacidade dos estados federados de cumprir a função de promotores ativos do desenvolvimento sustentável e solidário, tornando difícil a implementação de projetos que se proponham mudar o padrão assimétrico do desenvolvimento econômico e social maranhense.

Conforme descrito por Maranhão (2007), o centro nevralgico do PPA ora apresentado está no tratamento dado à questão socioeconômica. A lógica da abordagem não é ortodoxa e é economicamente consistente: destina-se mais recursos para investimento em infraestrutura e para o aumento da renda e do consumo das classes mais pobres, dadas algumas condições pré-existentes da sociedade maranhense, como o tamanho do mercado potencial, a força de trabalho, o desenvolvimento técnico e científico alcançado, os recursos naturais e a base produtiva existente.

O sentido é desenvolver no Maranhão um mercado de consumo de massa, começando por induzir um crescimento do PIB a taxas anuais acima de 5%, média que deverá ser superior à média do Nordeste nos próximos quatro anos. Este foco nas questões socioeconômicas, eleitas não apenas como um campo ao qual se destinarão mais verbas, é visto, mas como uma variável, ou um conjunto de variáveis, que, se modificadas, terão efeitos de fertilização e de estruturação sobre o contexto interno, no curto prazo, e sobre as variáveis do contexto externo, no longo prazo. Não se trata apenas de definir uma prioridade e de cuidar melhor de uma carência injetando novos recursos, mas da eleição de estratégias, que em seu conjunto se constituem em um projeto de desenvolvimento para o Maranhão.

Assim, em sua dimensão social o PPA prevê ações de caráter estrutural e emergencial sob os conceitos amplos da inclusão social e redistribuição de renda. De imediato, para se criar um mercado de consumo de massa e, através dele, induzir o crescimento da economia, a inclusão social será alcançada com o aumento da renda pelo emprego, redução dos preços de bens e serviços essenciais, progressividade tributária e diferenciação das tarifas, estímulo à concorrência para baixar preços, reforma agrária e acesso à moradia, educação para a conquista do emprego e da produtividade, programas emergenciais para a população mais vulnerável.

O enfoque econômico do plano, por outro lado, não pretende reduzir a importância da transformação social pela consciência e educação, pela participação do cidadão num conjunto de valores baseados na solidariedade, justiça social e sentimento de pertencer a uma comunidade organizada sob um conjunto de direitos e deveres afetivos. Acredita-se que, uma vez incluído na economia de mercado, o indivíduo alcançará novos complementos a esse tipo de cidadania consumidora, que em si mesma é insuficiente. Como o quadro de carências é enorme, os resultados quantitativos terão que vir a curto prazo como fundamento dos resultados qualitativos de longo prazo.

O PPA 2008-2011 reserva à dimensão cultural um peso determinante pelo seu significado na economia, na educação global do cidadão, e na sua inclusão social geral. As dimensões cultural, educacional e de cidadania estão bem acomodadas no plano e são colocadas como os requisitos estruturantes das mudanças políticas pretendidas e consideradas vitais para um Maranhão democrático, desenvolvido e solidário (Sousa, 2010).

A dimensão cultural tem aspectos pelos quais recebem no plano uma atenção especial. A dinâmica ou a cadeia produtiva desta economia da cultura é bastante significativa para a geração de um sem número de produtos limpos, circulação de dinheiro e recolhimento de impostos, fertilidade na criação e na manutenção de empregos. Nela estão contidas as realizações da indústria fonográfica e cinematográfica, editoras e livrarias, meios de comunicação impressa, falada e televisada, artes e artesanato, shows e espetáculos, conhecimento, pesquisa e informação e, também o lazer, os esportes e o turismo. Do ponto de vista do PPA, a cultura, como várias outras atividades econômicas, também está afeita a um mercado de consumo de massa que poderá alavancar o crescimento do PIB, e, portanto, deve merecer análises da fertilidade de cada campo da atividade cultural no modelo proposto.

O segundo aspecto é o de que os bens culturais contêm valores intangíveis e de caráter simbólico. São dotados de um alto grau de transmissão de valores de solidariedade, coesão social, promovem a identidade cultural, suscitam sentimentos de pertencer a uma comunidade ou grupo social, comprometem o indivíduo com o destino de seu país e dos grupos a que pertence, estimulam o respeito à diversidade, transmitem tradições e conhecimentos e mudam comportamentos.

Vale destacar que o PPA 2008-2011 é a inauguração de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo: inclusão social e desconcentração de renda com crescimento do produto e do emprego. Crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de

consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade, na direção do crescimento sustentado. Esta articulação possibilita que através do PPA se retome a necessária discussão pública sobre o projeto de estado para o novo período histórico em construção (Sousa, 2010).

Cabe, portanto o resgate do papel decisivo do Estado na implantação deste novo modelo de desenvolvimento, assumindo o papel de condutor do desenvolvimento social e regional e indutor do crescimento econômico. Esta postura constitui uma clara diferenciação em relação à ótica patrimonialista vigente nas últimas décadas. Além disso, há o reconhecimento da atuação estratégica da sociedade civil para assegurar a implementação de tal projeto. Desta perspectiva é que o plano concebe a Reforma do Estado, a fim de torná-lo capaz de promover a descentralização da gestão das políticas, que, neste novo desenho, permitirá a incorporação da participação cidadã, enfrentando sua atual estrutura centralizada, hierárquica, vertical, que vem demonstrando ser um obstáculo à integração das políticas sociais, assim como a uma maior contribuição da sociedade civil.

De acordo com Maranhão (2008):

As práticas participativas geradas tanto a partir das organizações da sociedade civil como da ação indutora do Estado, criarão uma sinergia capaz de alterar substantivamente a relação entre ambos atores. Neste processo de redefinição das relações entre Estado e Sociedade Civil, opera-se também uma redefinição das relações entre o público e o privado, apontando para uma nova compreensão da constituição de espaços públicos.

Em sua formulação o PPA incorpora a ideia de que as políticas e programas que darão substância a esta estratégia de desenvolvimento estão distribuídas em dimensões consideradas vitais para a superação do atraso: a econômica, a educacional, a social, a regional, a ambiental e a democrática. Isto reflete a busca de um modelo de desenvolvimento integral e sustentado que será essencial no sentido de enfrentar o desafio de construir um conteúdo social para a economia e a democracia no contexto estadual.

A combinação de políticas de caráter estrutural com políticas emergenciais como método para enfrentar a pobreza e superar as desigualdades sociais é outra estratégia do PPA. Essa combinação deverá significar importantes decisões políticas em prol da cidadania e em termos da organização da ação governamental, irá também requerer uma integração das políticas no campo social. Esse método deve servir inclusive como referência para o acompanhamento e monitoramento das políticas públicas. A dispersão de ações na área social pode até criar uma melhoria episódica na condição de vida de setores da população, mas trará sempre o risco do que já acontece: irregularidade, descontinuidade e, sobretudo, não constrói a viabilidade que lhe permita tornar-se estrutural na dinâmica da reprodução social.

Para o enfrentamento do quadro geral de violência em que se encontra o Maranhão o PPA é claro e direto, deixando explícitas políticas concretas de ação. Apresenta uma linha de intervenção calcada nos princípios da segurança cidadã, que se caracteriza no envolvimento pleno da sociedade no enfrentamento dos problemas. A violência cada vez mais rouba a liberdade de ir e vir, e a vida cotidiana está povoada de medos e tragédias como uma dimensão incontornável. Não é possível o desenvolvimento humano quando a barbárie se banaliza e impregna a cultura e os espaços de sociabilidade. Assim, nexos são criados entre os vários tipos e espaços da violência: a violência no espaço público, no espaço privado, a violência do tráfico de drogas e do crime organizado em geral e a violência sexual e doméstica etc. Há um entrelaçamento de relações na produção da violência que transita também da sociedade para o Estado e vice-versa. Ao governo cabe liderar processos e instituir políticas públicas que tragam para a população maranhense a possibilidade de viver em paz (Maranhão, 2008).

Por outro lado, o sobre as políticas de gênero e demais categorias sociais e culturais, o PPA propõe um leque de políticas públicas no sentido de uma sociedade que respeita as diferenças e as valoriza. As mulheres constituem um pouco mais de 50% da população maranhense e se forem agregadas às

categorias pobres e negras a esta categoria, obtém-se o contingente de seres humanos mais discriminados do Maranhão. Por outro lado, são também as mulheres que sustentam, nos contextos de pobreza, a reprodução cotidiana da vida através dos meios mais precários que estão ao seu alcance.

Este aspecto ganha relevância por considerar que a promoção das políticas sociais assistencialistas dentro do esquema do ajuste estrutural tem sido basicamente sustentada pela utilização do trabalho das mulheres, sem garantir-lhes qualquer direito de cidadania. Há um déficit de direitos nos campos econômico, político e social. Persiste na cultura elementos de uma ordem patriarcal que alimenta a reprodução da discriminação, da violência contra as mulheres e a desigualdade de gênero. Colocar a questão da igualdade das mulheres a partir de uma perspectiva da justiça social é um ponto estratégico deste plano governamental, comprometido com a construção de uma sociedade e de um estado justo e democrático (Maranhão, 2007).

Contudo, para concretização dessa prioridade requer a incorporação da perspectiva de gênero, raça e etnia no planejamento e no orçamento, para que os impactos das políticas econômicas e sociais e os resultados dos gastos públicos sejam capazes de reduzir as desigualdades de gênero, propiciando a melhoria das condições de vida e a alteração de situação de poder das mulheres, no tocante à autonomia econômica e financeira, aos direitos, à participação política e às relações interpessoais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões feitas nas seções anteriores deste artigo serviram de base para analisar criticamente a elaboração do Planejamento Estratégico do Estado via utilização de um Planejamento Plurianual. As seções mostraram os antecedentes históricos que levaram à elaboração de um plano, as ponderações e comparações entre diferentes instrumentos e as estratégias políticas de

diferentes governos ao longo dos anos na tentativa de tornar mais eficiente a gestão do Estado frente às demandas sociais.

Neste artigo, também foram vistos os objetivos gerais e específicos de um PPA, seus pontos fortes e fracos e, sobretudo aquilo que deve ser melhorado para que o referido plano cumpra seus objetivos de servir como base para facilitar diagnósticos, estabelecer diretrizes, objetivos e metas que deverão ser cumpridas pela Administração Pública no planejamento governamental.

Entretanto, vários autores destacam a necessidade de que o PPA dialogue com outras áreas da ciência, tais como Política e Ciências Sociais para facilitar que o planejamento seja capaz de atender aos novos desafios do país. Para tanto, é fundamental que o plano seja efetivamente aplicado, de modo a evitar que o instrumento caia em desuso e a ação do Estado se perca diante da complexidade de objetivos do país.

A promoção do crescimento da economia mediante expansão do mercado interno via inclusão de classes de níveis inferiores; parcerias comerciais e o fomento da expansão do mercado de trabalho por meio de pacotes de investimentos em infraestrutura são hoje, para não citar todas, estratégias do governo para uma melhoria da repartição econômica e a diminuição das desigualdades gritantes que há no país. No entanto, sem uma correta estratégia devidamente planejada por parte da ação do Estado e uma eficiente utilização dos meios que o governo dispõe para fazer frente a estes cenários, não seria possível diminuir tais desigualdades.

O PPA 2008-2011 do Estado do Maranhão foi construído para ser um meio oportuno na busca pela excelência do planejamento governamental visando auxiliar a correta ação do Estado de forma deliberada, sustentada, sustentável e buscando a equidade social a partir da distribuição de renda.

Todavia, a carência de maior rigor lógico e coerência entre as medidas previstas, e mesmo a discrepância existente entre as ações do governo, principalmente quando do ruptura do Governo Jackson Lago para a governança

de Roseana Sarney, com uma estratégia mais neoliberal e ortodoxa (Sousa, 2010). Logo, o previsto pela peça estudada, não foi cumprido conforme proposto para além do mero cumprimento de uma exigência burocrática uma inequívoca formalização de uma estratégia de desenvolvimento estadual, que a rigor, inexistia de modo sistemático no âmbito do Governo Roseana.

Ademais, no presente trabalho constatou-se que embora o PPA 2008-2011 tenha experimentado evoluções no que se refere ao seu aspecto formal-estrutural, não restam dúvidas de que a peça em vigência estabelece certa relação de continuidade com o modelo de desenvolvimento previsto no documento anterior. Não obstante, permaneça sem constituir um plano integrado e coeso de estratégia estadual com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico do estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

- BELLO FILHO, W. B. **História do planejamento econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento**. 1998. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.
- BORGES, A. Eleições 2006 e mudança política no Maranhão: alternância de governo e cenários para a alternância de políticas. *In*: SIMPÓSIO – NORDESTE 2006: os sentidos do voto, 8., 2006, Recife. **Anais [...]**. Recife: Fundaj, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CORE, F. G. **Reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento**. Brasília, DF: ENAP, out. 2001.
- GARCIA, R. C. PPA: o que não é e o que pode ser. *In*: IPEA. **Boletim de Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, DF: IPEA, 2012. v. 1. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_a_rtigospecial.pdf Acesso em: 1 dez. 2016.
- MARANHÃO (Estado). **Plano de metas**: um Maranhão democrático e solidário. São Luís: SEPLAN, 2007.
- MARANHÃO (Estado). **Plano plurianual 2008-2011**. São Luís: SEPLAN, 2007.
- MARANHÃO (Estado). **Planejamento estratégico governamental**: Maranhão democrático e solidário. São Luís: SEPLAN, 2008.
- MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1993.
- MEREILES, M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- NAVARRO, C.; SANTOS, E.; FRANKE, F. A estrutura do PPA 2012-2015. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 24-47, 2012. Disponível em: <http://www.assecor.org.br/index.php/rbpo/vol-2-numero-1-2012/>. Acesso em: 2 dez. 2016.
- PARES, A.; VALLE, B. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. *In*: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Org.). **Planejamento e orçamento governamental**: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006.
- SOUSA, J. U. Desafios ao desenvolvimento do Maranhão no âmbito do planejamento público recente (2007-2009). **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 17, n. 1, p. 65-76, jan./abr. 2010.

CAPÍTULO 8

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICAS DOS ASSENTAMENTOS FEDERAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

Talita de Sousa Nascimento Carvalho¹
César Augustus Labre Lemos de Freitas²
Eduardo Miotto Flech³
Dionatan Silva Carvalho⁴
Carla Vanessa Santos Cutrim⁵

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de fazer uma caracterização socioeconômica dos assentamentos do estado do Maranhão, a partir dos dados do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO), do INCRA. No ano de 2021, existiam 9.375 assentamentos no Brasil, de acordo com o INCRA, com predominância de Projetos de Assentamentos Federais. Os Estados do Pará e do Maranhão possuem as maiores quantidades de assentamento do país. No período de 2018 a 2021, foram catalogados 1.028 assentamentos no Maranhão, sendo a maior parte constituída de PAs e de PEs. Foi realizada a supervisão ocupacional em 107 assentamentos. A maior parte dos lotes possui duas moradias e aproximadamente 97% dos assentados não trabalhavam fora do lote. Sobre a produção agrícola, foram identificados o cultivo de 56 produtos. A maior parte das famílias produzem para o autoconsumo e mais da metade realizam algum tipo de comercialização.

Palavras-chave: Maranhão. Assentamento. Caracterização socioeconômica.

Abstract: The present work aims to provide a socioeconomic characterization of the settlements in the state of Maranhão, based on data from the National Occupational Supervision System (SNSO), from INCRA. In 2021, there were 9,375 settlements in Brazil, according to INCRA, with a predominance of Federal Settlement Projects. The states of Pará and Maranhão have the largest number of settlements in the country. In the period from 2018 to 2021, 1,028 settlements were cataloged in Maranhão, with the majority consisting of PAs and PEs. Occupational supervision was carried out in 107 settlements. Most of the lots have two houses and approximately 97% of the settlers did not work outside the lot. Regarding agricultural production, the cultivation of 56 products was identified. Most families produce for self-consumption and more than half carry out some type of commercialization.

Keywords: Maranhão. Settlement. Socioeconomic characterization.

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Departamento de Economia. E-mail: talita.sousa@ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor do Departamento de Economia. E-mail: labre.cesar@ufma.br

³ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Políticas Públicas. E-mail: eduardoflech@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em Políticas Públicas. E-mail: dionatan.carvalho@uol.com.br

⁵ Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Discente do Curso de Ciências Econômicas. E-mail: carla.vanessa@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Capítulo III, IV, da Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, um Projeto de Assentamento:

Consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

Um assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo INCRA em um imóvel rural que foi desapropriado para fins de reforma agrária e destinada a agricultores familiares ou trabalhador rural que não têm condições de adquirir um imóvel rural. As unidades agrícolas são chamadas de parcelas ou lotes.

A família beneficiada deve residir e explorar produtivamente o lote, com o desenvolvimento de atividades diversas, a fim de torná-lo uma área produtiva. Os beneficiários da reforma agrária podem participar dos programas de compras institucionais voltados à agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no âmbito federal, mas podem participar, também, de programas estaduais, bem como comercializar a produção em canais curtos de comercialização.

A quantidade de lotes ou parcelas varia de acordo com cada assentamento e é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda do imóvel. O estudo aponta quais as possibilidades de destinação agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de água e outras condições com impacto na capacidade produtiva. A determinação do tamanho e a localização de cada lote é feita a partir da geografia do terreno e das condições produtivas que o local

oferece. Os Lotes em assentamentos do Incra não podem ser vendidos, arrendados, alugados, emprestados ou cedidos para particulares sem autorização da autarquia.

No que se refere às áreas destinadas às habitações, essas podem no lote ou em área coletiva denominadas agrovilas. O assentamento tem também áreas de uso comunitário destinadas para construção de estruturas coletivas (escolas, unidades de saúde, igrejas, centros comunitários, áreas esportivas, agroindústrias, dentre outras). É importante destacar que os assentamentos, assim como quaisquer áreas rurais produtivas, têm locais de preservação ambiental (reserva legal e área de proteção permanente, por exemplo).

Cada lote do assentamento se configura como uma unidade familiar do seu município, por isso, demanda benefícios de todas as esferas de governo (municipal, estadual, federal, dependendo da demanda).

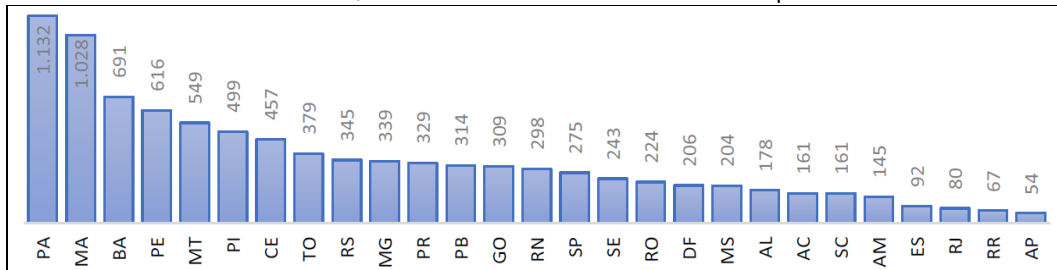
As modalidades de projetos criados pelo INCRA atualmente são: Projetos de Assentamentos Federais (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Reconhecimentos de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF), Projeto de Assentamento Casulo (PCA), Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). Além dessas modalidades, o Incra já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso.

As modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA são: Projetos de Assentamentos Estaduais (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Reservas Extrativistas (RESEX), Território Remanescentes Quilombola (TRQ), Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Reassentamentos de

Barragem (PRB), Floresta Nacional (FLONA), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS),

No ano de 2021, existiam 9.375 assentamentos no Brasil, de acordo com o INCRA. As maiores quantidades são: Projetos de Assentamentos Federais (PA), que representam 76,2% do total (7.141); seguido dos Projetos de Assentamentos Estaduais (PE), que representam 12,1% (1.139). Logo após, já em proporções bem menores estão os Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), (413), os Reconhecimentos de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), os Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), os Projeto de Assentamento Casulo (PCA); os Reassentamentos de Barragem (PRB) e as Reservas Extrativistas (RESEX). Os Estados do Pará (1.1320) e do Maranhão (1.028) possuem as maiores quantidades de assentamento do país, com 12,1% e 11% do total, respectivamente. Os estados com menores concentrações são: Amapá (54), Roraima (67), Rio de Janeiro (80) e Espírito Santo (92) (Gráfico 1).

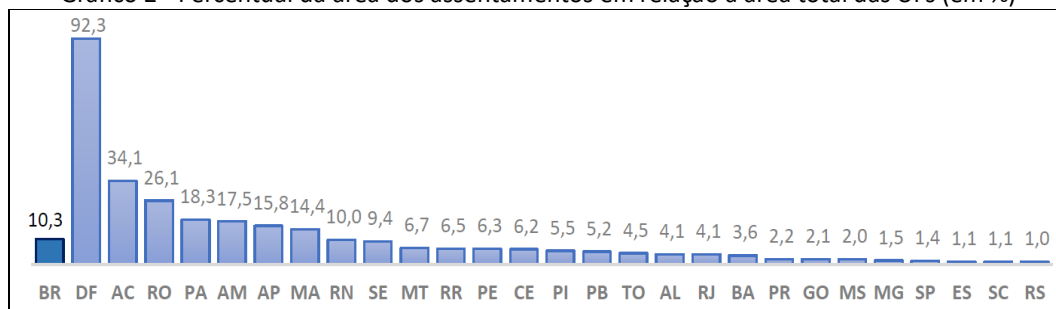
Gráfico 1 - Quantidade de assentamentos do Brasil por UF



Fonte: INCRA, Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão (DEA).

Em termos de área, os 9.375 assentamentos totalizam 88 milhões de hectares, o que representa 10,3% do território brasileiro. O Distrito Federal tem 92,3% do seu território composto por área de assentamento. O estado do Acre é o segundo maior, proporcionalmente, em termos de área, com 34,1%, seguido de Roraima (26,1%), Pará (18,3%), Amapá (17,5%), Maranhão (14,4%) e Rio Grande do Norte (10%). Os demais estados possuem menos de 10% da sua área territorial com assentamentos (Gráfico 2).

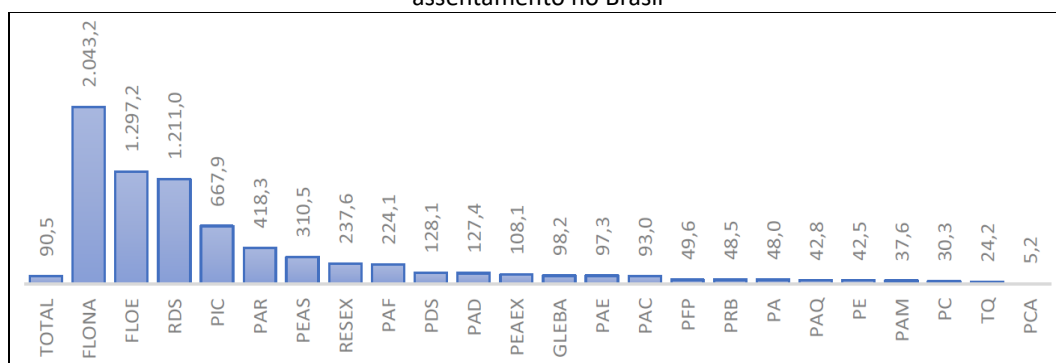
Gráfico 2 - Percentual da área dos assentamentos em relação à área total das UFs (em %)



Fonte: INCRA, Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão (DEA); IBGE (2022).

Em se tratando de famílias assentadas, os 9.375 assentamentos do Brasil têm capacidade para 1.179.058 famílias e a quantidade de famílias assentadas é de 972.329 famílias (82,5% do total da capacidade). Fazendo uma relação de terras por famílias (hectare por família), chega-se a uma média de 90,5 ha/fam no Brasil. No Amazonas a média é de 476,8; a segunda maior relação é no Acre (171,6 ha/fam) e a menor é em Alagoas (8,7 ha/fam). Ao observar essa relação área por famílias em cada tipo de assentamento, observa-se que os assentamentos relacionados à projetos florestais têm a maior relação. Os PAs (48 ha/fam) e os PEs (42,5 ha/fam) apresentam números semelhantes (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Relação de terras por famílias assentadas (hectare por família), por tipo de assentamento no Brasil



Fonte: INCRA, Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão (DEA).

Traçado esse panorama dos assentamentos no Brasil, tem-se a dimensão da relevância deles na estrutura territorial do Brasil e do Maranhão. É importante a implementação de políticas públicas nos assentamentos para que eles se desenvolvam em sua totalidade e não fique restrito apenas à distribuição de

terras. Nesse sentido, o presente trabalho tem a finalidade de traçar o perfil socioeconômico dos Assentamentos do estado do Maranhão para de dimensionar e analisar a situação socioeconômica que eles apresentam.

O presente trabalho é resultado é um dos resultados (ainda preliminares) do Projeto “APOIO À ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE AGROINDÚSTRIAS: geração de emprego e renda em Áreas de Reforma Agrária nas regiões Norte e Nordeste - Brasil” resulta de demandas de cooperativas de Projetos de Assentamentos - PAs localizados nas regiões Norte e Nordeste, e mais especificamente nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Piauí e Ceará. O Projeto tem como objetivo de estimular e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico das áreas de assentamentos de reforma agrária, fomentando a geração de emprego e renda, a partir da elaboração de projetos, acompanhamento de implantação e operacionalização de agroindústrias, assessoria técnica e formativa à gestão de cooperativas. Para a execução do referido Projeto, foi firmada uma parceria entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED).

2 METODOLOGIA

Para analisar a situação socioeconômica dos Assentamentos Federais do Estado do Maranhão, foi utilizada a base de dados do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Estado do Maranhão, realizado entre os anos de 2018 e 2021. A supervisão ocupacional é um processo executado pelo INCRA para validar, em campo, os pressupostos iniciais da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tanto para a manutenção do beneficiário dentro do Programa quanto para sua titulação e posterior consolidação do assentamento.

Nesse período, foram realizadas vistorias de Supervisão ocupacional em 107 Projetos de Assentamento Federais (PA) do Maranhão. Nesses 107 PAs foram

identificados 9.382 lotes ocupados (9.367 unidades familiares que estavam presentes em suas residências e aceitaram participar da atividade e 15 unidades familiares que estavam presentes, mas não aceitaram participar) e 759 lotes vagos (491 ocupados e com destinação e 268 não ocupados e sem destinação). Dentre as unidades familiares que estavam presentes e aceitaram a vistoria, 74,7% eram beneficiários e 25,3% eram ocupantes (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Quantidade de lotes desagregada por forma e tipo de ocupação



Fonte: INCRA, Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão (DEA); INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

É importante destacar que nem todos os lotes dos PAs em questão foram alvo da supervisão ocupacional, o que fica evidente quando cruzamos os dados do SNSO com os dados do Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA do INCRA. O Gráfico 5 mostra que o total de lotes registrados nas vistorias equivale a apenas 51,5% da capacidade e a 56,9% do total de assentados dos 107 PAs em que houve supervisão ocupacional.

Gráfico 5 - Capacidade, quantidade de famílias assentadas e quantidade de famílias que aceitaram vistoria dos 107 assentamentos em que foi realizada a supervisão ocupacional



Fonte: INCRA, Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão (DEA). INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

É importante destacar que, nem todas as informações analisadas não estão disponíveis para todos os 107 PAs. Mas, ao analisar cada variável, será expressa a quantidade de PAs que contém a informação.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ASSENTAMENTOS FEDERAIS DO MARANHÃO

No período de 2018 a 2021, foram catalogados 1.028 assentamentos no estado do Maranhão, de acordo com o INCRA. Os PA representam 65,9% do total (677) e os PEs 28 % (288), representado quando a totalidade dos assentamentos do estado. Há projetos de assentamentos em 163 dos 217 municípios do Maranhão, sendo que: os Projetos de Assentamentos Federais estão presentes em 136 municípios, os PEs em 77, os PCAs em 27, os PAE em 6, os PDSs em 5, as RESEXs em 4, os PAQs em 2, e os PICs e PAM em 1 município, cada.

Em se tratando apenas dos PAs, tem-se os seguintes destaques: Os municípios com maiores quantidades de PAs: Zé doca (39), Pedro do Rosário (36), Bom Jesus das Selvas (21), Coroatá (20); os municípios com maiores percentuais de áreas ocupadas por PAs Maracaçumé (105,1%), Cândido Mendes (86,1%), Governador Nunes Freire (73,3%), Esperantinópolis (73,1%); os municípios com maiores áreas de PAs: Santa Luzia (199 ha), Cândido Mendes (140,8 ha), Bom Jesus das Selvas (133,0 ha), Centro Novo do Maranhão (111,8 ha); os municípios com maiores quantidades de famílias assentadas: Santa Luzia (5.313), Cândido Mendes (3.319), Bom Jesus das Selvas (3.218), Buriticupu (2.918), Caxias (2.284) (Figua 1).

Serão analisados, a seguir, os dados referentes a à moradia, trabalho, áreas produtivas (pastagem, pecuária, exploração granjeira, produção agrícola), destino da produção e agroindústrias nos 107 PAs em que se realizou a supervisão ocupacional no Maranhão.

Os dados do SNSO apontam para uma quantidade de 10.133 lotes nos 107 assentamentos federais pesquisados no Maranhão. Desses, um total de 9.374

estavam ocupados, dos quais 9.359 foram vistoriados e em 6.216 deles havia residência. O total de moradias contabilizado nos 6.216 lotes vistoriados foi de 12.661. A maior parte dos lotes (86,3%) possui duas moradias, 6,9% possui apenas uma e 6,1% possuem três casas.

Em se tratando ao acesso à energia elétrica e à água, os dados demonstram que, dentre os 6.216 lotes que possuem moradias, 95,3% tem acesso à energia elétrica, 95% à água e 92,4% tem acesso simultâneo à energia e água. Dentre as outras formas de abastecimento e armazenamento de água, considerando os 10.133 lotes, tem-se: poço (acessadas por 14% dos assentados), cacimba (6%) e cisterna (0,8%) (Tabela 1).

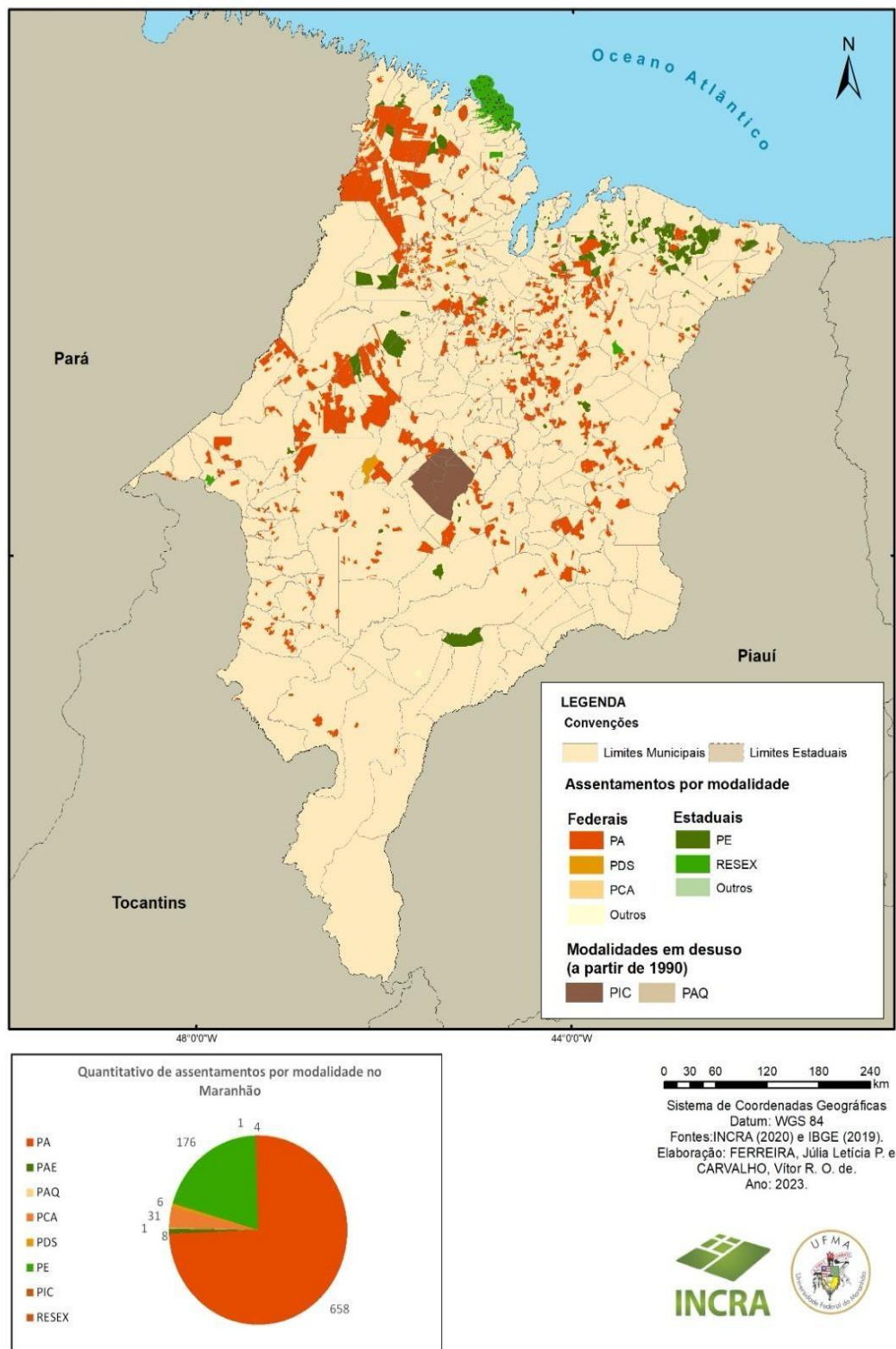
Tabela 1 - Acesso a energia elétrica e água nos PAs do Maranhão

Acesso	Energia elétrica	Possui água	Possui energia e água	Rede distribuição	Poço	Cisterna	Cacimba
Sim	95,3%	95,0%	92,4%	40,4%	14,0%	0,8%	6,0%
Não	4,7%	5,0%	7,6%	59,6%	86,0%	99,2%	94,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

No que se refere às formas de trabalho mapeadas, dentre os 6.995 beneficiários identificados nos 107 assentamentos pesquisados no SNSO, em 96,5% os titulares 1 ou 2 não trabalham fora do lote. Considerando apenas o titular 1, chega-se a um percentual de 64,9% que não trabalha fora do lote. Evidenciando que a maioria dos assentados exercem atividades apenas no próprio lote.

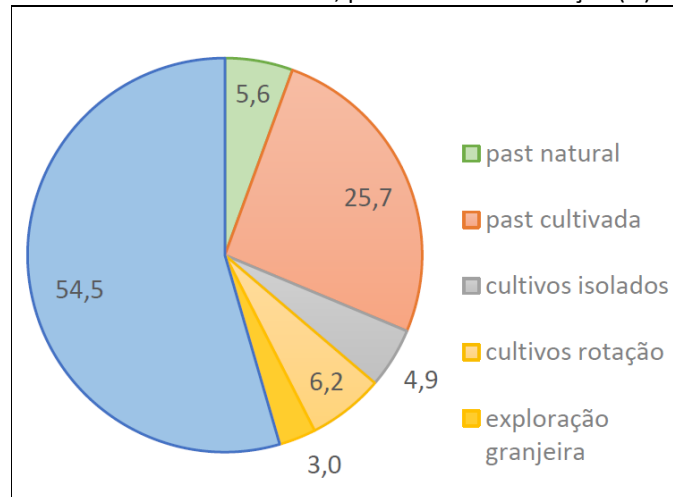
Figura 1 - Assentamentos por modalidade no Maranhão



Fonte: INCRA, Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão (DEA).

O Gráfico 6 mostra o percentual de áreas produtivas de 82 PAs em que foram identificadas a existências de áreas de pastagens, de áreas de produção e de exploração granjeira. As áreas dos lotes que foram vistoriados somaram uma área de 269,7 mil ha, assim distribuídas: 3,15,6% pastagem natural, 14,525,7% pastagem cultivada, 4,9% cultivos isolados, 6,2% cultivos de rotação, 3% exploração granjeira e 54,5% demais áreas. Dessa forma, a área útil desses PAs é de 122,8 mil ha, apenas 45,5% do total. Dentre os 82 PAs analisados, 49 possuíam mais de 50% de áreas destinadas à produção agropecuária.

Gráfico 6 - Área dos 80 PAs, por forma de destinação (%)



Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

Os dados do SNSO trazem dados de pastagens para os 9.367 lotes pesquisados nos 107 assentamentos, que totalizam uma área de pastagem de 90.578 ha, distribuído em 15.472 ha de pastagem natural (17,1%) e 75.106,1 ha de pastagem cultivada (82,9%).

Do total da área destinada à pastagem, 23,3% estava em área sem restrição, 9,8% em reserva legal e 66,5% em área não identificada. As passagens em Unidades de Conservação compreendem 31,6 ha, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Áreas de pastagens, por tipo de restrição legal

Total	Área sem restrição	Área de reserva legal	Área de preservação permanente	UC de proteção ambiental	Outras UCs de uso sustentável	%
Pastagem natural						
15.472,0	12.396,5	3.059,9	1,6	6,0	8,0	-
100,0	80,1	19,8	0,0	0,0	0,1	-
Pastagem cultivada						
75.106,1	8.964,2	5.861,6	30,0	8,0	-	60.242,3
100,0	11,9	7,8	0,0	0,0	-	80,2
Pastagem total						
90.578,0	21.360,7	8.921,4	31,6	14,0	8,0	60.242,3
100,0	23,6	9,8	0,0	0,0	0,0	66,5

Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

Os dados do SNSO mostram um rebanho de 99.590 cabeças em 107 PAs, sendo 90,8% de bovino (Tabela 3). O PA Açaí, localizado no município de Açailândia, apresenta o maior rebanho, com 13.025 cabeças (13,1% do total dos 107 PAs com informação).

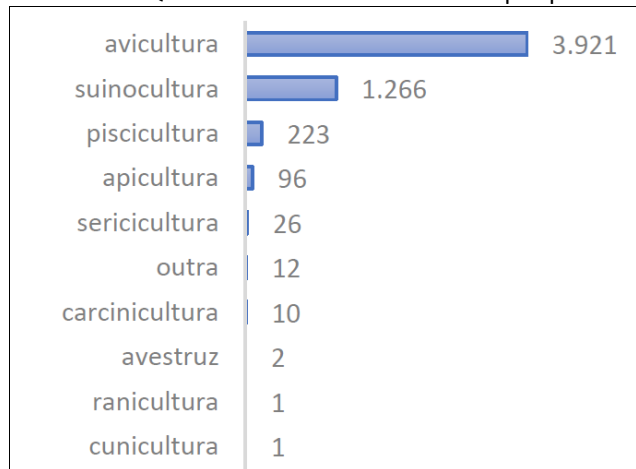
Tabela 3 - Produção pecuárias, por tipo de animais

	Total	Bubalinos	Asininos	Muare	Caprinos	Ovinos	Equinos	Bovino
Total	99.590	90	787	1.103	1.656	2.008	3.508	90.438
Perc (%)	100,0	0,1	0,8	1,1	1,7	2,0	3,5	90,8

Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

Os dados do SNSO mostram dados de exploração granjeira em 107 PAs. Foram identificadas nove atividades nas famílias entrevistadas. No total, 4.125 famílias tinham alguma exploração, com destaque para avicultura (3.921 famílias) e suinocultura (1.266) (Gráfico 7). Dentre as 4.125 famílias com alguma atividade granjeira, 2.773 (27,3%) explorava uma atividade, 1.269 (12,5%) três, 82 (0,8%) duas e apenas uma família possuía quatro atividades. E, dentre os PAs analisados, 15 não apresentaram atividade granjeira.

Gráfico 7 - Quantidade de criadores nos PAs pesquisados



Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

No que se refere à produção agrícola nos PAs analisados, na base de dados do SNSO foram identificados o cultivo isolado de 56 produtos: abacate, abacaxi, abóbora, acácia negra, açaí-extrativismo (frutos), açaí-plantado (frutos), acerola, alfafa, alho, ameixa, amendoim (em casca), amoreira (folhas), arroz de sequeiro (em casca), arroz de várzea (em casca), aveia, azeitona, azevém (forragem), babaçu-extrativismo, banana, bata inglesa, batata doce, buriti-extrativismo, caju (frutos), cana forrageira, cana-de-açúcar, castanha de caju (em casca), cebola, coco da bahia, cupuaçu-extrativismo (frutos), cupuaçu-plantado (frutos), erva mate-plantado (folhas), fava, feijão, gergelim, goiaba, inhame, laranja, lima, limão, mamão, mamona (sementes), mandioca ou aipim, mandioca ou aipim (forragem), manga, maracujá, melancia, milho (em grão), nectarina, olericultura, palmito-extrativismo, pimenta do reino, soja (em grão), tangerina, bergamota, mexerica ou poncã, tomate, urucum-extrativismo (sementes), urucum-plantado (sementes). Seis produtos se diferenciam pela forma de cultivo: açaí-extrativismo (frutos), açaí-plantado (frutos), arroz de sequeiro (em casca), arroz de várzea (em casca), cana forrageira, cana-de-açúcar, cupuaçu-extrativismo (frutos), cupuaçu-plantado (frutos), mandioca ou aipim, mandioca ou aipim (forragem), urucum-extrativismo (sementes), urucum-plantado (sementes).

Foram identificados o cultivo isolado de 5.313 famílias em 91 PAs, o que representa 58,1% das famílias vistoriadas desses PAs. Os produtos mais cultivados são: milho (em grão) (1.399 produtores), feijão (1.099), mandioca ou aipim (1.076), arroz de sequeiro (em casca) (835). Esses três produtos são cultivados por 83% das famílias entrevistadas (Tabela 4).

A área dos cultivos isolados compreende uma área 13.799,5 ha, segundo declaração das famílias assentadas nos 91 PAs, o que representa 5,1% da área desses PAs. As maiores produções em termos de área plantada: milho (em grão) (6.312,8 ha), soja (em grão) (2.584,5 ha), babaçu-extrativismo (1.536,8 ha), arroz de sequeiro (em casca) (945,4 ha), mandioca ou aipim (815,0 ha), feijão (688,4 ha). Essas seis culturas representam 93,4% do total da área plantada.

Volume produzido: milho (em grão) (23.596.783,3 kg), soja (em grão) (8.086.583,8 kg), mandioca ou aipim (2.321.445,0 kg), arroz de sequeiro (em casca) (1.496.820,0), abóbora (842.424,5 kg), melancia (693.421,0 kg). Essas seis culturas representam 93,8% do total da produção.

Tabela 4 - Área plantada (há), volume produzido (kg) e quantidade de produtores

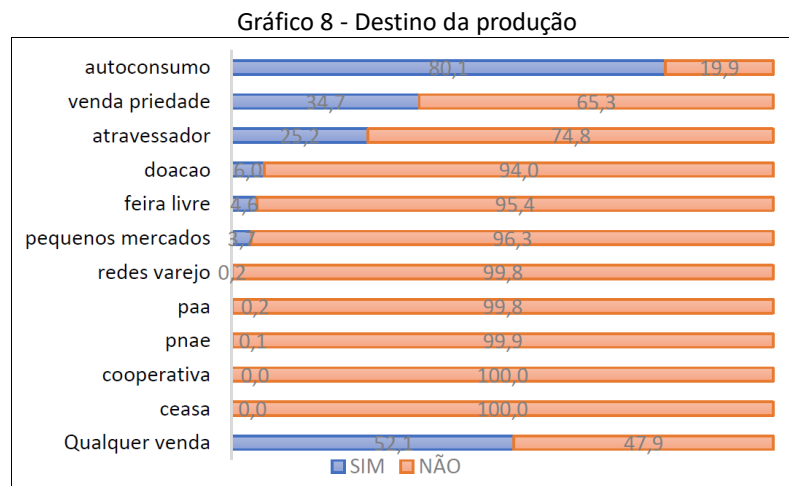
Área Plantada (Ha)			Volume produzido (KG)			Quantidade de produtores		
TOTAL	13.799,5	100,0	TOTAL	39.478.815,2	100,0	TOTAL	5.313	100,0
Milho	6.312,8	45,7	Milho	23.596.783,3	59,8	Milho	1.399	26,3
Soja	2.584,5	18,7	Soja	8.086.583,8	20,5	Feijão	1.099	20,7
Babaçu-extrativismo	1.536,8	11,1	Mandioca ou aipim	2.321.445,0	5,9	Mandioca ou aipim	1.076	20,3
Arroz de sequeiro*	945,4	6,9	Arroz de sequeiro*	1.496.820,0	3,8	Arroz de sequeiro*	835	15,7
Mandioca ou aipim	815,0	5,9	Abóbora	842.424,5	2,1	Demais	904	17,0
Feijão	688,4	5,0	Melancia	693.421,0	1,8			
Demais	916,6	6,6	Demais	2.441.337,6	6,2			

* (em casca)

Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

Nos dados do SNSO há informações sobre destino da produção de 107 PAs e 10.142 famílias. O principal destino é o autoconsumo, 80,1% das famílias responderam que o destinam sua produção para subsistência. A segunda maior participação é a venda na propriedade (34,7%) e o atravessador (25,2%). Feira livre (4,5%) e os pequenos mercados perfazem menos e 5% do destino da

produção das famílias. Os programas de compras institucionais não chegam a 1%: 16 famílias fornecem para o PAA, 15 para o PNAE e seis para o PAA e PNAE simultaneamente. As cooperativas chegam a ser irrelevantes, apenas 4 famílias informaram que tem esse destino: uma do PA Açaí, uma do Buriti/Rio Bonito e duas do Diamante Negro/Jutahy (Gráfico 8).



Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO (2018-2021).

Considerando as famílias que realizam algum tipo de comercialização (venda propriedade, atravessador, feira livre, pequenos mercados, redes varejo, PNAE, PAA, cooperativa, Ceasa), tem-se um percentual de 52,1%.

Com relação às outras atividades investigadas, que compreendem a agroindústria e o artesanato, poucas famílias declaram desenvolver alguma delas. Das 10.141 famílias entrevistadas, apenas 76 declaram ter agroindústria, 22 declaram artesanato e 1.336 (86,8%) disseram ter outra atividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de iniciar, é importante ressaltar que a análise realizada neste trabalho foi produzida a partir das vistorias realizadas nos Assentamentos Federais, no período de 2018 e a 2021 e que nem todos os lotes foram

vistoriados, apenas os que estavam ocupados e que o morador se disponibilizou a responder o questionário da supervisão ocupacional.

A partir das informações disponibilizadas no Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) do INCRA, pode ter acesso a informações sobre moradia, trabalho, áreas produtivas (pastagem, pecuária, exploração granjeira, produção agrícola), destino da produção e agroindústrias nos 107 PAs do Maranhão.

No período de 2018 a 2021, foram catalogados 1.028 assentamentos no estado do Maranhão, de acordo com o INCRA, sendo a maior parte constituída de PA (65,9%) e de PEs 28%. Foram realizadas supervisão ocupacional em 107 assentamentos. Desses, um total de 9.374 estavam ocupados, dos quais 9.359 foram vistoriados e em 6.216 deles havia residência. O total de moradias contabilizado nos 6.216 lotes vistoriados foi de 12.661. A maior parte dos lotes (86,3%) possui duas moradias, 6,9% possui apenas uma e 6,1% possuem três casas. Em se tratando ao acesso à energia elétrica e à água, os dados demonstram que, dentre os 6.216 lotes que possuem moradias, 95,3% tem acesso à energia elétrica, 95% à água e 92,4% tem acesso simultâneo à energia e água.

Considerando o local de trabalho, dentre os 6.995 beneficiários identificados nos 107 assentamentos pesquisados no SNSO, em 96,5% os titulares 1 ou 2 não trabalham fora do lote. Sobre as áreas produtivas, dentre os 82 PAs em se dispunhas informações simultâneas áreas de pastagens, de áreas de produção e de exploração granjeira, identificou-se uma área útil de 122,8 mil ha, apenas 45,5% do total.

Em se tratando da produção agropecuárias, os dados do SNSO mostram um rebanho de 99.590 cabeças em 107 PAs, sendo 90,8% de bovino, e uma exploração granjeira com maioria de avicultura e suinocultura. No que se refere à produção agrícola, foram identificados o cultivo isolado de 56 produtos e produtos mais cultivados são: milho (em grão) (1.399 produtores), feijão

(1.099), mandioca ou aipim (1.076), arroz de sequeiro (em casca) (835). Esses três produtos são cultivados por 83% das famílias entrevistadas.

Sobre destino da produção, o mais declarado nas respostas foi autoconsumo, 80,1% das famílias responderam que o destinam sua produção para subsistência. A segunda maior participação é a venda na propriedade (34,7%) e o atravessador (25,2%). Considerando as famílias que realizam algum tipo de comercialização (venda propriedade, atravessador, feira livre, pequenos mercados, redes varejo, PNAE, PAA, cooperativa, Ceasa), tem-se um percentual de 52,1%.

Com relação às outras atividades investigadas, que compreendem a agroindústria e o artesanato, poucas famílias declaram desenvolver alguma delas.

Em suma, pode-se notar que a situação socioeconômica nos assentamentos não apresenta um grau de desenvolvimento favorável, uma vez que, apesar de a maioria dos moradores declararem que trabalharão no lote, a área produtiva da totalidade dos lotes analisados não chega a 50%. Situação que também é corroborada pelo fato de que apenas um pouco mais da metade das famílias terem informado que comercializam parte da produção.

Dessa forma, chama-se atenção para a necessidade uma maior acompanhamento e assistência às famílias para que elas tenham condições de desenvolver atividades produtivas e, assim, promover o desenvolvimento socioeconômico de seus assentamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004.** [S.l.]: INCRA, 2004. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=75894>. Acesso em: 1 out. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial - Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios.** [S.l.]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. **Diretoria de Gestão Estratégica (DE).** [S.l.]: INCRA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/composicao/diretoria/gestao-estrategica>. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. **Assentamentos.** [S.l.]: INCRA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos> . Acesso em: 1 out. 2023.

CAPÍTULO 9

BANCOS E TERRITÓRIO: dinâmica das instituições bancárias no Maranhão de 2000 a 2022

Cléa Nathanny Fonseca dos Santos¹

Leonardo Vinícius Cruz Moraes²

Édila Fernandes Coelho³

Resumo: Os bancos são instituições com centenas de anos de existência e de importância para a economia mundial. Serviços como poupança, crédito, câmbio etc., contribuíram com o crescimento econômico de diversas localidades, sendo uma das causas, como apontado por alguns estudos. Porém, a presença das instituições bancárias por si só não implica em ganhos para a economia da região. Deste modo, é necessário conhecer a realidade na qual elas estão inseridas, a fim de otimizar suas atuações e consequentemente contribuir para o crescimento econômico da localidade. Nesse sentido, o presente artigo buscou conhecer e analisar a rede bancária do Maranhão sob a ótica do estado e das microrregiões. Constatou-se que o Maranhão possui uma rede bancária consolidada, que vem sofrendo as transformações ocorridas à nível nacional no setor. Identificou-se também que as microrregiões com cidades mais representativas em termo de população e produção concentram os principais pontos de atendimento.

Palavras-chave: Bancos. Maranhão. Finanças.

Abstract: Banks are institutions with hundreds of years of existence and importance for the world economy. Services such as savings, credit, exchange, etc., contributed to the economic growth of several locations, being one of the causes, as pointed out by some studies. However, the presence of banking institutions alone does not imply gains for the region's economy. Therefore, it is necessary to know the reality in which they are inserted, in order to optimize their actions and consequently contribute to the economic growth of the location. In this sense, this article sought to understand and analyze the banking network in Maranhão from the perspective of the state and micro-regions. It was found that Maranhão has a consolidated banking network, which has been undergoing the transformations that have occurred at national level in the sector. It was also identified that the micro-regions with more representative cities in terms of population and production concentrate the main service points.

Keywords: Banks. Maranhão. Finance.

¹ Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão. Email: cleanafonseca@gmail.com. Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

² Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão. Email: leomoraes5462@gmail.com. Pesquisador do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Email: edilafernandes7@gmail.com. Estagiária do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

1 INTRODUÇÃO

Os bancos são instituições importantes e imprescindíveis na sociedade atual, de forma que é praticamente impossível imaginar o mundo sem os seus serviços. Eles podem ser definidos como:

[...] a instituição financeira especializada em intermediar o dinheiro entre poupadores e aqueles que precisam de empréstimos, além de custodiar (guardar) esse dinheiro. Ele providencia serviços financeiros para os clientes (saques, empréstimos, investimentos, entre outros) (BCB, 2023).

Os serviços mencionados acima são característicos dos bancos comerciais, mas existem outros tipos com funções específicas: bancos de câmbio, que realizam a compra e venda de moeda estrangeira; bancos de desenvolvimento, que financiam projetos de desenvolvimento socioeconômico; bancos de investimento, que concedem empréstimo de capital fixo ou de giro; e bancos múltiplos, que ofertam serviços dos bancos comerciais combinado com os de bancos de câmbio ou investimento (BCB, 2023).

A variedade de bancos evidencia o quanto as instituições bancárias estão atreladas à economia, uma vez que os serviços ofertados estão relacionados com a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços. Para Goldsmith (1969) e Edward (1973), a eficiência do sistema financeiro é tão importante que ajuda a explicar a diferença de crescimento econômico entre os países. Já King e Levine (1993) concluíram que: “[...] os serviços financeiros estimulam o crescimento econômico, aumentando a taxa de acumulação de capital e melhorando a eficiência com que as economias utilizam esse capital”⁴.

A história dos bancos corrobora com essa visão, haja visto que os protótipos de instituições bancárias surgiram com a expansão do comércio

⁴ Os autores realizaram um estudo no qual foi analisado a relação entre o crescimento real do PIB per capita a longo prazo e quatro indicadores do nível de desenvolvimento do setor financeiro (a dimensão do setor intermediário financeiro formal em relação ao PIB, a importância dos bancos em relação ao banco central, a percentagem de crédito atribuída a empresas privadas e a razão de crédito emitidos para empresas privadas) em relação ao PIB de 80 países entre 1960 e 1989.

global, retroalimentando esse processo por meio dos serviços ofertados. Os casos mais emblemáticos que podem ser citados são o da Itália na Idade Média e da Inglaterra na Idade Moderna, na qual os bancos desempenharam uma função importante não só na economia, como também na política local.

No caso do Brasil, somente dois séculos após seu descobrimento que o país viria a ter um banco. Até então, o arcaico sistema administrativo e o fraco mercado interno fraco tornavam o ambiente difícil para o surgimento ou instalação de instituições bancárias. Conforme Furtado (1959), nesse período o crescimento econômico do país se restringiu a alguns *booms* ocorridos em regiões específicas com impactos locais e de curtas durações.

Em 1808, diante da necessidade de desenvolver a indústria manufatureira nacional, o rei Dom João VI criou o Banco do Brasil, embora não tenha demorado para que a instituição viesse a ser liquidada em 1829. Ainda assim, seu surgimento foi um marco para o sistema financeiro nacional, que hoje conta com uma consolidada rede bancária de instituições tanto públicas quanto privadas que atuam em diversos segmentos e localidades do país.

Considerando a ligação entre os bancos e o crescimento econômico, é importante conhecer a estrutura do setor e sua relação com o local em que estão inseridos. A existência de instituições bancárias em uma localidade não garante que ela terá maiores ganhos na economia. Isto pode ser observado no caso do Maranhão, estado com o 17º maior PIB dentre as 27 Unidades Federativas e o mais pobre do país (IBGE, 2022), mas que conta com uma rede bancária considerável.

Sendo assim, este artigo se propõe a analisar a rede bancária do Maranhão entre os anos 2000 e 2022, como forma de visualizar a evolução e a distribuição das instituições bancárias no estado nesse período. Para isso, adotou-se a regionalização de microrregiões do IBGE, visando eliminar discrepâncias entre os municípios. Todos os dados utilizados foram obtidos no portal de dados abertos do Banco Central do Brasil.

2 BREVE HISTÓRIA BANCÁRIA DO MARANHÃO

A tentativa mais remota de instalar um estabelecimento bancário no Maranhão foi em 1799, de acordo com Viveiros (1954). O objetivo principal era a oferta de crédito para a agricultura, mas os juros sobre as ações não foram atrativos para a formação de uma sociedade no ramo. Outras tentativas foram realizadas, em 1827 e depois em 1833, porém frustradas.

A ideia da criação de um banco chegou a ser concretizada em forma de lei em 1841. Cinco anos depois, em 1846, foi organizada uma comissão para estudar a ideia da fundação de uma instituição bancária, a partir dos estatutos do Banco da Bahia e de um projeto do negociante Joaquim José de Siqueira de São Luís. Nesse mesmo ano, foram reunidos acionistas e a comissão para a formação da primeira Assembleia Geral do Banco. A criação do banco representava um progresso para o comércio maranhense (Viveiros, 1954).

Ainda segundo Viveiros (1954), em 1847, o primeiro Banco Comercial era composto por 124 acionistas. Entretanto, em 1855, uma decisão do Governo Imperial ordenou a dissolução e fusão do Banco com a Caixa filial do Banco do Brasil. A fusão durou cerca de 15 anos e, em 1870, por entender que a instituição não preenchia as necessidades da Província, o Governo Central determinou a liquidação da Caixa Filial do Banco do Brasil no Maranhão.

Com a extinção do estabelecimento bancário, em 1857 foi promovido um novo instituto de crédito, o Banco do Maranhão, com o objetivo de operar depósitos, descontos e comissões. Em 1859 foi autorizado o requerimento para a instalação de uma filial em Caxias. Um decênio depois surgiu o terceiro com o nome de Banco Comercial, autorizado a funcionar em 1869. O quarto instituto de crédito foi o Banco Hipotecário, em 1877. Além das instituições Banco do Maranhão, Banco Comercial e Banco Hipotecário, existiam pelo Maranhão as caixas econômicas e os Montes de Socorro da Província (Viveiros, 1954).

Em 1939, foi fundado no Estado, por meio do Decreto Lei nº 200, o Banco do Estado do Maranhão (BEM), com o objetivo de desenvolver a economia local. Além das operações legais atribuídas ao estabelecimento bancário, o BEM concentrava as contas do funcionalismo público, bem como centralizava a arrecadação dos impostos, estaduais e municipais.

Com elevado volume de operações com o Governo do Estado, passou a apresentar baixa liquidez e elevado risco, diante do baixo montante de reservas bancárias. Em 1987, o BEM passou a ter problemas no funcionamento e, como medida emergencial, o Banco Central decretou o Regime de Administração Especial Temporária (RAET). No entanto, os problemas se agravaram por excessivos saques de resgate de CDI, elevadas aplicações em crédito rural, agências deficitárias e cobranças ineficazes dos empréstimos (Acórdão/TCU, 2004).

Em 1988 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a transferência dos ativos e passivos do Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão. E, em 1989, foi homologada a transferência das coligadas BEM Financeira S.A, BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e BEM Crédito Imobiliário S.A. Dessa forma, passou a atuar como banco múltiplo, operando com a carteira comercial, de desenvolvimento, de crédito imobiliário, crédito, financiamento e investimento. O BEM também controlava também as empresas Bem Vigilância e Transporte de Valores S.A e a Bem Serviços Gerais Ltda (Acórdão/TCU, 2004).

De acordo com o Relatório do TCU (2004), nessa mesma época, para evitar outro decreto do RAET, o Governo do Estado realizou o saneamento do banco, reduziu o quadro funcional, extinguiu departamentos e informatizou as agências. Em 1998, o Governo do Maranhão alienou o controle acionário do banco e em seguida firmou contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações com a União que concedeu créditos ao Estado para a recomposição patrimonial e capitalização do BEM. Apesar dos investimentos, em 2000, a

instituição foi levada a leilão na Bolsa de Valores, mas com a primeira tentativa frustrada. Isso resultou no repasse do controle acionário do BEM para a União que logo o incluiu no plano de desestatização. Por fim, em 2004 foi comprada pelo Bradesco por R\$ 78 milhões.

Naquele momento, o BEM possuía um total de 377 mil contas ativas, sendo 59% contas de depósitos à vista, 13% de poupança e 26% de depósitos a prazo. Além disso, o Banco tinha 523 funcionários e contava com 76 agências com 9 na capital, além de 18 postos de atendimento, 19 postos de atendimento avançado e 87 pontos de atendimento eletrônico. Na época, o Bradesco já operava no Maranhão com uma rede de 25 agências, 6 em São Luís e 19 distribuídas no interior. Era a terceira aquisição de um banco público, tendo adquirido o Banco do Estado da Bahia em 1999 e o Banco do Estado do Amazonas em 2002 (Acórdão/TCU, 2004).

3 REDE BANCÁRIA NO MARANHÃO

Bancos e caixas econômicas são partes que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e são supervisionados pelo Banco Central (BC). Apesar de ambos constituírem instituições financeiras, os bancos são especializados na intermediação do dinheiro entre aqueles que poupam e aqueles que precisam de empréstimos, oferecendo também, serviços financeiros que incluem saques, empréstimos, investimentos e outros. Já as caixas econômicas que são empresas públicas que exercem atividades de banco comercial com prioridades para a concessão de empréstimos e financiamentos de projetos sociais.

De acordo com a Resolução nº 4.072 de 2012, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil podem instalar as seguintes dependências⁵: Agências, Postos de Atendimento (PA) e Postos de Atendimento Eletrônico (PAE), além de Unidades Administrativas Desmembrada (UAD), destinadas à execução de atividades administrativas da instituição.

⁵ Pela Resolução nº 4.072 de 2012, as antigas dependências Posto de Atendimento Bancário (PAB), Posto de Atendimento Cooperativo (PAC), Posto de Atendimento Avançado (PAA), Posto de Atendimento Transitório (PAT), Posto de Compra de Ouro (PCO), Posto de Microcrédito (PAM), Posto de Arrecadação e Pagamento (PAP), Postos de Cambio Permanente (PCP) e Posto de Câmbio Transitório (PCT) passam a ser inseridas como PA.

As Agências caracterizam-se por serem destinadas ao atendimento aos clientes e ao público em geral, no referente às atividades da instituição, não podendo ser móvel ou transitória. Os Postos de Atendimento estão subordinados à agência da instituição e possuem uma estrutura mais simples e flexível, podendo ser móveis ou fixos. Já os Postos de Atendimento Eletrônico são constituídos por um ou mais terminais de autoatendimento, subordinados às agências ou instituições, podendo ser fixos, móveis, permanentes ou transitórios e destinam-se à prestação de serviços por meio eletrônico.

A Tabela 1 mostra que, em 2022, o Estado do Maranhão possuía o total de 303 agências, representando um crescimento de 25,7% em relação ao ano 2000. Em relação aos Postos de Atendimento, diminuíram de 623 em 2007 para 278 dependências em 2022, significando uma redução de 55,3% no mesmo período de comparação. Por fim, os Postos de Atendimento Eletrônico correspondiam ao total de 537 instalações em 2022, número inferior ao ano de 2016 quando chegou a 712 pontos.

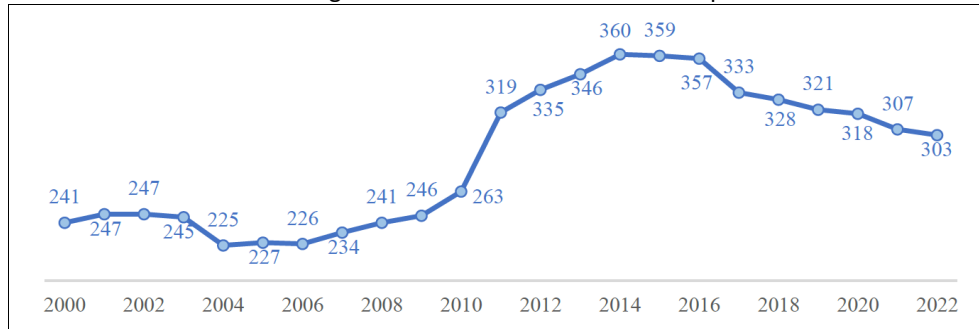
Tabela 1 - Total de dependências bancárias no Maranhão entre 2000 a 2022

DEPENDÊNCIAS	2000	2007	2016	2022
Agências	241	234	357	303
Postos de Atendimento (PA)	-	623	215	278
Postos de Atendimento Eletrônico (PAE)	-	-	712	537

Fonte: BCB.

Como se pode observar no Gráfico 1, o número de agências bancárias no Maranhão teve crescimento contínuo e elevado entre os anos de 2007 até 2014, quando esse número começou a decrescer significativamente, passando de 360 agências em 2014 para 303 instalações em 2022.

Gráfico 1 - Quantidade de agências bancárias no Maranhão do período de 2000 a 2022



Fonte: Estban-BCB.

A Tabela 2 mostra as agências em atividades no Maranhão, conforme o segmento atuante. Em 2022, 248 agências atuavam no Maranhão como banco múltiplo, incluindo o Banco do Brasil, representando 81,57% do segmento bancário. Em relação às caixas econômicas, 43 agências atuavam no Estado, configurando 14,1% de participação, enquanto os Bancos Comerciais somavam 12 instalações, representando 3,9% do total. Já a Associação de Poupança e Empréstimo⁶ possui uma única instalação na capital do Estado.

Tabela 2 - Quantidade de agências por segmentos de atividades no Maranhão em 2007 e 2022

SEGMENTO DE ATIVIDADE	2007	2022	%
Banco Múltiplo	105	158	51,9
Banco do Brasil - Banco Múltiplo	90	90	29,6
Caixa Econômica Federal	26	43	14,1
Banco Comercial	13	12	3,9
Associação de Poupança e Empréstimo*	-	1	0,3
TOTAL GERAL	234	304	100

*Na relação de agência do BCB, inclui-se o segmento de Associação de Poupança e Empréstimo, diferente da base da ESTBAN

Fonte: BCB.

⁶ A APE é uma instituição criada para facilitar aos associados a aquisição da casa própria e captar, incentivar e disseminar a poupança. Os depositantes tornam-se associados da instituição. Ao longo do tempo perderam representatividade no Sistema Financeiro, restando apenas a Pouplex - Associação de Poupança e Empréstimo. As APEs têm âmbito de atuação regional. Ela é gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) (BCB, 2023).

Em relação aos postos de atendimento, a Tabela 3 mostra a distribuição por segmento e por microrregião. Em 2022 foram fechados 345 postos no Maranhão, na comparação com 2007. Em todo o Estado estão distribuídos pelos seguintes segmentos: 10 postos com direcionamento ao Microcrédito em 8 das 21 microrregiões, 37 destinados à Cooperativa de Crédito em 12 microrregiões, 17 Caixas Econômicas em 10 microrregiões e 1 Corretora de Câmbio sediada na capital.

Tabela 3 - Dependências de postos de atendimento por segmento e microrregião em 2022

Região	Bancos Múltiplos	Caixa Econômica Federal	Cooperativa de Crédito	Sociedade Corretora de Câmbio	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	Total
Aglomeração Urbana de São Luís	31	7	10	1	0	49
Médio Mearim	20	0	3	0	2	25
Imperatriz	19	2	6	0	0	27
Baixada Maranhense	15	1	1	0	2	19
Chapadas do Alto Itapecuru	14	0	0	0	1	15
Pindaré	14	1	3	0	1	19
Litoral Ocidental Maranhense	11	0	0	0	0	11
Presidente Dutra	11	0	2	0	1	14
Codó	10	0	2	0	1	13
Caxias	9	1	2	0	0	12
Gurupi	9	0	0	0	1	10
Alto Mearim e Grajaú	8	1	5	0	0	14
Itapecuru Mirim	7	1	1	0	1	10
Lençóis Maranhenses	6	1	0	0	0	7
Rosário	6	0	0	0	0	6
Chapadinha	5	0	1	0	0	6
Gerais de Balsas	4	1	0	0	0	5
Chapadas das Mangabeiras	4	1	0	0	0	5
Baixo Parnaíba	4	0	0	0	0	4
Maranhense	4	0	0	0	0	4
Coelho Neto	3	0	0	0	0	3
Porto Franco	3	0	1	0	0	4
TOTAL	213	17	37	1	10	278

Fonte: BCB.

Quanto às instituições bancárias, no ano 2000, 25 estavam em funcionamento no Maranhão e, nos anos seguintes, 13 encerraram atividades ou foram incorporados a outros bancos⁷, enquanto outras 6 instituições passaram a operar no Estado, a saber: Safra S.A, Santander (Brasil) S.A, Rabobank Intl Brasil S.A, Daycoval S.A, Banco Inter e BMG S.A.

Tabela 4 - Quantidade de agências no Maranhão, por instituição bancária em 2000 e 2022

INSTITUIÇÃO	2000	2022
BCO DO BRASIL S.A.	73	90
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	21	43
KIRTON BANK*	6	0
BCO DA AMAZONIA S.A.	11	12
BCO BBI S.A.*	76	0
BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	14	29
BCO BRADESCO S.A.	23	94
BCO ABN AMRO REAL S.A.*	2	0
BCO ALVORADA S.A.*	3	0
ITAÚ UNIBANCO S.A.	4	15
BCO MERCANTIL DE SP*	2	0
BCO RURAL S.A.*	1	0
UNIBANCO-UNIAO BCOS BRAS S.A.*	2	0
BCO BCN S.A.*	1	0
BCO SUDAMERIS BRASIL S/A*	1	0
UNICARD BM S.A.*	1	0
BCO TRIANGULO S.A.*	0	0
BCO SAFRA S.A.**	0	1
BCO CCB BRASIL S.A.*	0	0
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**	0	15

⁷ Segundo dados do BCB, as seguintes agências foram encerradas no Estado, por liquidação ou incorporação: Kirton Bank (incorporado ao Bradesco), Bco Bbi S.A (incorporado ao Bradesco), Bco Abn Amro Real S.A(adquirido pelo Banco Santander), Bco Alvorada S.A (incorporado ao Bradesco), Bco Mercantil de Sp (incorporado ao Bradesco), Bco Rural S.A (Liquidado), Unibanco-Uniao Bcos Bras S.A (incorporado ao Banco Itaú), Bco Bcn S.A(incorporado ao Bradesco), Bco Sudameris Brasil S.A(adquirido pelo Banco Santander), Unicard Bm S.A(incorporado ao Banco Itaú), Bco Triangulo S.A, Bco Ccb Brasil S.A, Bco Bradesco Financ. S.A (serviços centralizados no Bco Bradesco).

INSTITUIÇÃO	2000	2022
BCO BRADESCO FINANC. S.A.*	0	0
BCO RABOBANK INTL BRASIL S.A.**	0	1
BCO DAYCOVAL S.A.**	0	1
BANCO INTER**	0	1
BCO BMG S.A.**	0	1
TOTAL	241	303

* Encerramento por liquidação/incorporação, antes de 2022

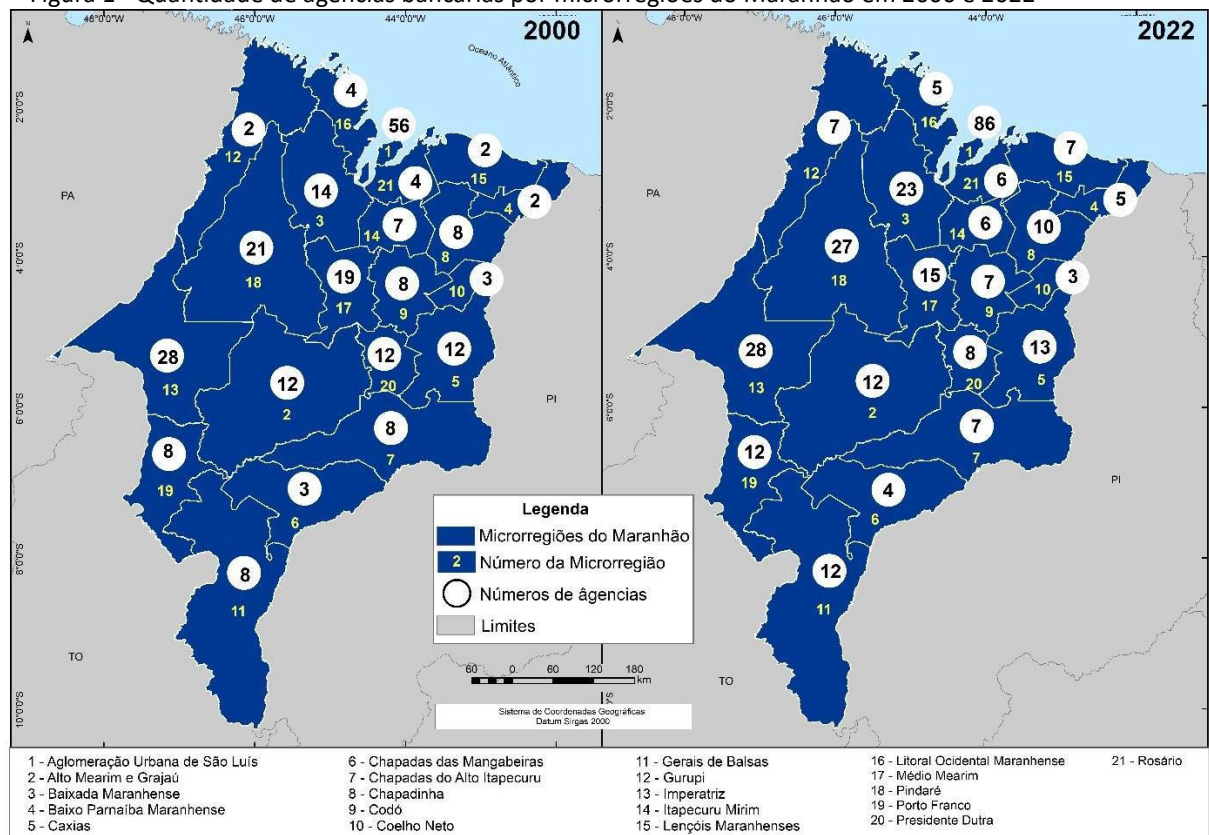
** Iniciaram atividades no Estado, após 2000

Fonte: ESTBAN/BCB.

Segundo Matias e Carmo (2012), as redes bancárias evidenciam a dinâmica territorial e as agências bancárias possuem características importantes para analisar esse pressuposto. Entre as características estão: a ampla escala de operações, localizações múltiplas com várias subsidiárias pelo território, diversificação da empresa, grande capacidade de poder econômico e político. Entretanto, a distribuição das redes bancárias não é homogênea, mas concentrada.

A Figura 1 mostra a distribuição das agências bancárias por microrregiões. O número de agências passou de 241 no ano 2000 para 303 em 2022. Conforme observado, 28,4% das agências estão concentradas na microrregião urbana de São Luís. Segundo dados do Banco Central, em 2015 a região chegou a possuir 96 agências, diminuindo nos anos seguintes. Em termos de crescimento, a região dos Lençóis e Gurupi tiveram os maiores crescimentos, apesar de ambos possuírem 7 agências, representando apenas 2,3% de participação do número total de agências no Maranhão.

Figura 1 - Quantidade de agências bancárias por microrregiões do Maranhão em 2000 e 2022



Fonte: BCB.

Não há uma teoria específica que determine a localização das agências bancárias, porém há estudos com algumas inferências como a especialização de serviços, viabilidade do acesso à informação, fator populacional, tamanho da renda local e distribuição de renda. O fator populacional pode influenciar na estratégia de localização, já que a população é potencial usuária e consumidora dos serviços bancários e ser depositária de poupança. Outro fator é a renda, uma vez que quanto maior for, maior será o montante de investimento, principalmente na poupança (Crocco; Sicsú, 2003).

A Tabela 5 apresenta os depósitos de poupança por microrregião no ano de 2000 a 2020. A microrregiões de São Luís e Imperatriz possuem a maior participação no total de depósitos de poupança. Destaca-se a microrregião do Pindaré e da Baixada Maranhense, ambos passaram de 3,2% e 2,3%, em 2000,

para 8,0% e 6,1% da participação total de poupança em 2022. No entanto, a microrregião de São Luís diminui sua participação de 63,8% para 38,8% em 2022.

Tabela 5 - Total de depósitos de poupança por microrregião do Maranhão em 2000 e 2020

NOME DA MICRORREGIÃO	2000	%	2022	%
Aglomeração Urbana de São Luís	1.685.374.247,88	63,8%	5.115.529.897,05	38,8%
Imperatriz	260.802.870,97	9,9%	1.306.931.928,05	9,9%
Pindaré	85.263.363,06	3,2%	1.055.247.313,58	8,0%
Baixada Maranhense	61.865.298,33	2,3%	797.677.083,15	6,1%
Caxias	123.816.042,22	4,7%	696.002.706,29	5,3%
Médio Mearim	104.255.364,43	3,9%	687.865.317,35	5,2%
Presidente Dutra	35.981.064,85	1,4%	530.746.694,31	4,0%
Alto Mearim e Grajaú	53.918.296,32	2,0%	429.367.030,42	3,3%
Gerais de Balsas	42.080.062,89	1,6%	405.973.467,03	3,1%
Chapadinha	21.555.534,56	0,8%	315.284.332,01	2,4%
Chapadas do Alto Itapecuru	41.718.919,22	1,6%	313.267.351,78	2,4%
Codó	34.145.919,49	1,3%	276.203.170,83	2,1%
Porto Franco	30.225.694,30	1,1%	202.306.096,07	1,5%
Rosário	9.862.297,08	0,4%	201.927.971,14	1,5%
Itapecuru Mirim	14.667.120,58	0,6%	182.127.409,10	1,4%
Lençóis Maranhenses	9.499.068,34	0,4%	156.214.387,32	1,2%
Litoral Ocidental Maranhense	6.316.186,35	0,2%	117.150.441,22	0,9%
Gurupi	2.323.819,09	0,1%	110.464.236,18	0,8%
Baixo Parnaíba Maranhense	6.682.463,41	0,3%	94.517.976,57	0,7%
Coelho Neto	8.273.569,78	0,3%	91.890.315,46	0,7%
Chapadas das Mangabeiras	4.098.280,62	0,2%	87.988.552,59	0,7%
TOTAL	2.642.725.483,77	100%	13.174.683.677,51	100%

Fonte: ESTBAN/BCB.

No estudo realizado por Crocco e Sicsú (2003), o depósito na poupança e o número de agências permitiu inferir que alguns municípios que possuíam alta razão de investimento na poupança não necessariamente tinha uma grande quantidade de agências se comparada a outros que se enquadrem na mesma classificação. Assim como também é possível que municípios apresentem densidade relevante mesmo com poucas agências.

Em seguida, na Tabela 6, pode ser observado o volume das operações de crédito por microrregião. As microrregiões de Imperatriz e Pindaré aumentaram a participação no volume total de operações de crédito, de 7,2% e 2,6%,

respectivamente, no ano de 2000, para 13,5% e 7,8% em 2022. Por outro lado, a Aglomeração Urbana de São Luís diminuiu a participação no total passando de 68,8% para 41,4% em 2022.

Tabela 6 - Total de Operações de Crédito por microrregião do Maranhão de 2000 a 2020

NOME DA MICRORREGIÃO	2000	%	2022	%
Aglomeração Urbana de São Luís	5.725.447.970,07	68,80%	16.253.433.394,85	41,40%
Imperatriz	595.517.541,45	7,20%	5.287.621.232,91	13,50%
Gerais de Balsas	656.155.240,67	7,90%	3.655.265.299,24	9,30%
Pindaré	217.975.120,73	2,60%	3.062.841.153,00	7,80%
Caxias	226.194.230,96	2,70%	1.851.909.295,88	4,70%
Médio Mearim	265.494.338,28	3,20%	1.596.919.511,63	4,10%
Baixada Maranhense	72.757.220,62	0,90%	1.081.049.040,58	2,80%
Alto Mearim e Grajaú	122.117.053,48	1,50%	987.805.000,75	2,50%
Presidente Dutra	139.811.031,24	1,70%	882.051.331,12	2,20%
Chapadinha	45.499.165,80	0,50%	844.120.912,59	2,20%
Chapadas do Alto Itapecuru	35.163.947,18	0,40%	712.869.760,65	1,80%
Porto Franco	68.369.319,47	0,80%	696.256.650,04	1,80%
Codó	81.072.159,24	1,00%	566.769.875,84	1,40%
Chapadas das Mangabeiras	14.074.196,93	0,20%	401.619.563,16	1,00%
Lençóis Maranhenses	3.071.742,41	0,00%	286.920.505,87	0,70%
Itapecuru Mirim	19.629.431,14	0,20%	274.307.426,64	0,70%
Rosário	4.611.897,88	0,10%	232.455.650,50	0,60%
Gurupi	1.016.588,65	0,00%	203.732.384,57	0,50%
Litoral Ocidental Maranhense	8.419.556,05	0,10%	168.687.144,92	0,40%
Baixo Parnaíba Maranhense	8.399.448,02	0,10%	133.733.474,50	0,30%
Coelho Neto	7.831.231,94	0,10%	80.996.262,52	0,20%
TOTAL	8.318.628.432,19	100,00%	39.261.364.871,77	100%

Fonte: ESTBAN/BCB.

Cabe mencionar que as instituições financeiras também atuam por meio de correspondentes bancários. Os Correspondentes surgiram com a Resolução nº 2.640/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e atuam como intermediários entre os clientes e as instituições, por meio da contratação de estabelecimentos comerciais pelas instituições financeiras. Além do estabelecimento atuar na sua atividade principal, também oferece os serviços da instituição contratante (Loureiro *et al.*, 2016).

Em termos de serviços oferecidos, há correspondentes que podem intermediar todos os serviços oferecidos pelos contratantes, porém alguns só operam recebimentos e pagamentos de contas, enquanto outros apenas recepcionam e encaminham pedidos de empréstimos e financiamentos. A combinação de serviços pode variar, mas todos estão definidos pelo Banco Central na Resolução do CMN nº 4.935 de 2021 que dispõe sete serviços, a saber:

- I - Recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos e de pagamento mantidas pela instituição contratante;
- II - Realização de recebimentos, pagamentos e transferências eletrônicas visando à movimentação de contas de depósitos e de pagamento de titularidade de clientes mantidas pela instituição contratante;
- III - Recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros;
- IV - Execução ativa e passiva de ordens de pagamento cursadas por intermédio da instituição contratante por solicitação de clientes e usuários;
- V - Recepção e encaminhamento de propostas de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidas pela instituição contratante, bem como outros serviços prestados para o acompanhamento da operação;
- VI - Recebimentos e pagamentos relacionados a letras de câmbio de aceite da instituição contratante; e
- VII - Realização de operações de câmbio de responsabilidade da instituição contratante, observado o disposto no art. 13.

De acordo com Ignacio e Siedek (*apud* Loureiro, 2008), os correspondentes possuem funções estratégicas para os bancos, entre elas, o descongestionamento de agências, pois permite a expansão dos pontos de atendimento, concentrando as agências nas operações de maior valor agregado. Outra função seria a expansão para novos segmentos de clientes, a exemplo da população de baixa renda nas periferias. Também os correspondentes possibilitam a expansão geográfica, já que atuam como substitutos em locais onde o volume de transação não é suficiente para a abertura de uma agência. E, por fim, dispensa a criação de uma estrutura própria, terceirizando todo o contato dos clientes para o estabelecimento contratado como correspondente.

Dados do BCB mostram que em 2022, o Maranhão possuía mais de 6 mil correspondentes bancários, representando 10,07% do total no Nordeste e 2,53% no país. Esse número representa um crescimento de +229,3%, visto que, em 2007, havia o total de 1.844 correspondentes.

Tabela 7 - Quantidade de correspondentes em atividade no Maranhão, Nordeste e Brasil em 2007 e 2022

ABRANGÊNCIA	2007	MA/NE (%)	2022	MA/NE (%)
		MA/BR (%)		MA/BR (%)
Maranhão	1.844	-	6.073	-
Nordeste	23.494	7,84	60.280	10,07
Brasil	114.403	1,61	239.586	2,53

Fonte: BCB.

A Tabela 8 mostra a quantidade de correspondentes por microrregião. A região de São Luís possuía a maior quantidade de correspondentes bancários com 20,15% de participação, seguida de Imperatriz com 10%. Esse resultado é compreensível, visto que as regiões citadas possuem mais estabelecimentos comerciais. Segundo dados da Rais de 2021, do total de 23.879 estabelecimentos formais no Estado, a Aglomeração Urbana da Capital possui a participação de 33,6% com 8.027 unidades, enquanto a microrregião de Imperatriz possui 15,4% com 3.682 comércios formais.

Destaca-se a microrregião de Codó que obteve o maior crescimento na quantidade de correspondentes, entre 2014 e 2022, representando um aumento de 167,6%. Nesse mesmo período, o número de comércios formais na região aumentou 11% em relação a 2014.

Levando-se em consideração os dados da Rais de 2021, o maior crescimento nos estabelecimentos comerciais formais foi na microrregião de Gurupi (46,5%), Litoral Ocidental Maranhense (46,2%) e Lençóis Maranhenses (39%). No entanto, entre elas, a microrregião dos Lençóis obteve o maior crescimento do número de correspondentes com 132,6%, em comparação com 2014. Por outro lado, a microrregião de São Luís, apesar da queda de 3,8% no

número de estabelecimentos, houve um crescimento de 95,5% no número de contratações de correspondentes bancários.

Tabela 8 - Quantidade de correspondentes em atividade, por microrregião do Maranhão, em 2014 e 2022

MICRORREGIÃO	2014	%	2022	%	2022 / 2014(%)
Aglomeração Urbana de São Luís	626	21,5	1.224	20,2	95,5
Imperatriz	326	11,2	608	10	86,5
Pindaré	226	7,8	516	8,5	128,3
Médio Mearim	174	6	435	7,2	150,0
Baixada Maranhense	184	6,3	426	7	131,5
Caxias	137	4,7	325	5,4	137,2
Alto Mearim e Grajaú	147	5,1	308	5,1	109,5
Chapadas do Alto Itapecuru	115	4	258	4,3	124,4
Chapadinha	107	3,7	202	3,3	88,8
Presidente Dutra	104	3,6	201	3,3	93,3
Gurupi	91	3,1	197	3,2	116,5
Codó	71	2,4	190	3,1	167,6
Gerais de Balsas	100	3,4	172	2,8	72,0
Rosário	74	2,5	155	2,6	109,5
Baixo Parnaíba Maranhense	62	2,1	153	2,5	146,8
Litoral Ocidental Maranhense	90	3,1	152	2,5	68,9
Itapecuru Mirim	75	2,6	138	2,3	84,0
Porto Franco	60	2,1	127	2,1	111,7
Chapadas das Mangabeiras	58	2	115	1,9	98,3
Lençóis Maranhenses	46	1,6	107	1,8	132,6
Coelho Neto	37	1,3	64	1,1	73,0
TOTAL	2.910	100	6.073	100	108,7

Fonte: BCB.

3 CONCLUSÃO

O Maranhão possui uma rede bancária consolidada com alcance em todas as microrregiões. Deste modo, a queda na quantidade de Agências, PAE e PA não indica uma deterioração da rede bancária no estado, mas sim uma tendência que vem ocorrendo nos últimos anos com o avanço da digitalização. Além disso, há também a baixa demanda por serviços mais complexos, de modo que os

correspondentes bancários conseguem suprimir a necessidade da maioria da população.

Quanto às instituições bancárias presentes no Maranhão, houve uma redução explicada pelo processo de falências e fusões que teve início no fim dos anos 90, em um período no qual houve uma reorganização do setor bancário nacional. Os bancos públicos detêm a maior fatia da rede, embora se observe que alguns dos bancos privados que se estabeleceram no estado expandiram significativamente a quantidade de agências no período. Cabe ressaltar que existem ainda uma miscelânea de bancos digitais utilizados por grande parcela da população, mas que não constam na base de dados por não possuírem agência física no estado.

Ainda não existe uma explicação teórica para a alocação das agências bancárias à nível de microrregião. De acordo com Crocco e Sicsú (2003), alguns fatores podem ajudar a definir uma estratégia de localização, como a população, o nível de renda e poupança etc. A microrregião de São Luís, por exemplo, tem todos os fatores citados, além do peso político por ter a capital nos seus limites. Apesar disso, houve uma desconcentração na participação no depósito total de poupança, diminuindo de 63,8% para 38,8% em 2022. Também foi possível observar que a microrregião diminuiu a participação no total de operações de crédito passando de 68,8% para 41,4% em 2022.

Certamente, as instituições bancárias no Maranhão, em sua maioria, continuarão presentes nas regiões com cidades representativas em termos de produção, renda e população. Deste modo, é pouco provável que os bancos privados expandam suas agências para as regiões menos desenvolvidas. Por outro lado, os bancos públicos podem ser utilizados nesse sentido como instrumento de política pública que vise fomentar a economia local, consequentemente contribuindo para o crescimento econômico da região.

Por isso, sugere-se para futuras pesquisas identificar fatores que ajudam a explicar a escolha por parte das instituições bancárias dos locais onde



III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão



estabeleceram suas agências bancárias no Maranhão, principalmente fora dos grandes polos. Outra sugestão, é a de verificar os impactos das *fintechs* e dos bancos digitais no estado, haja visto, o uso por parte da população jovem, que dispensa o atendimento presencial ao mesmo tempo em que intensificou o uso dos serviços financeiros ofertados pelos bancos.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2640, 25 de agosto de 1999.** Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País. [S.l.:s.n.], 1999. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2640_v1_O.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.072, de 26 de abril de 2012.** Altera e consolida as normas sobre a instalação, no País, de dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. [S.l.:s.n.], 2012. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4072_v1_O.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é banco (instituição financeira).** [S.l.:s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancos/caixaseconomicas>. Acesso em: 23 set. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 4.935, de 29 de julho de 2021.** Dispõe sobre a contratação decorrespondentes no País pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. [S.l.:s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.935-de-29-de-julho-de-2021-35456670>. Acesso em: 21 set. 2023.

EDWARD, S. S. Financial Deepening in Economic Development. **The Journal of Finance**, vol. 29, n. 4, p. 1345-1348, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2978421>. Acesso em: 23 set. 2023.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOLDSMITH, R. W. **Financial Structure and Development.** [S.l.]: National Bureau of Economic Research, 2023. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c4417/c4417.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

KING, R. G.; LEVINE, R. Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right. **Quarterly Journal of Economics**, v. 108, n. 3, p. 717-737, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2118406>. Acesso em: 23 set. 2023.

LOUREIRO, E. R. **Expansão dos correspondentes bancários no Brasil: uma análise empírica.** 2011. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-16032012-191316/publico/EleonoraRodriguesLoureiro.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

MATIAS, V. R. S.; CARMO, A. M. R. Dinâmica territorial da rede de agências bancárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 42, p. 91–103, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16590>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SANTOS, J. M. **A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro**. [S.l.:s.n.], 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011244400.LivroCAIXA_T_0_167.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**, v. 4, n. 1, p. 85-112, 2003. Disponível em: https://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85_112.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Acórdão 73/2004 – Plenário**. Acompanhamento do processo de privatização do Banco do Estado do Maranhão S. A. – BEM. Relator: Benjamin Zymler, 2004. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-20544>. Acesso em: 18 set. 2023.

VIVEIROS, J. **História do Comércio do Maranhão, 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

CAPÍTULO 10

GASTO PÚBLICO: uma análise da eficiência do gasto em saúde nos municípios do Maranhão entre os anos de 2005 e 2015

Monique Barbosa Corrêa¹

João Gonsalo de Moura²

Resumo: Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a eficiência dos gastos públicos em saúde no Maranhão no período de 2005 e 2015. Para isso, aplicou-se o Índice de Eficiência dos Gastos em Saúde (IEGSI) em 202 municípios do estado. Os dados utilizados foram retirados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e do Sistema de Informações e Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Os resultados da pesquisa apontam que, entre os anos de 2005 e 2015, houve uma queda na quantidade de municípios eficientes e, em contrapartida, uma elevação dos ineficientes.

Palavras-chave: Gasto público. Saúde. Eficiência. Municípios do Maranhão.

Abstract: This research aims to analyze the efficiency of public health spending in Maranhão between 2005 and 2015. To this end, the Health Spending Efficiency Index (IEGSI) was applied to 202 municipalities in the state. The data used were taken from the Information Technology Department of the Unified Health System (DATASUS) and the Public Health Information and Budget System (SIOPS). The research results indicate that, between 2005 and 2015, there was a drop in the number of efficient municipalities and, on the other hand, an increase in inefficient ones.

Keywords: Public spending. Health. Efficiency. Municipalities of Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

A saúde pública no Brasil é um dos direitos fundamentais dos cidadãos, preconizado constitucionalmente, sendo considerada uma dimensão essencial para o bem-estar e qualidade de vida. A oferta de serviços públicos de saúde de qualidade é apontada por Moraes (2016) como uma das maiores demandas da população, e deve ser perseguida pelos gestores públicos, visto que boas condições de saúde são indispensáveis para o desenvolvimento de uma sociedade.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela UFMA e Assessora de Departamento na SEMED São José de Ribamar/MA. E-mail para contato: Monique.barbosacorrea20@hotmail.com.

² Professor do Departamento de Economia da UFMA. E-mail para contato: jgmoura1964@gmail.com.

O Sistema Único de Saúde brasileiro é um dos mais abrangentes e avançados do mundo. A Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 regula em todo o território nacional as ações e serviços de saúde, bem como a estrutura do SUS e sua lógica de financiamento. As despesas com a função saúde são oriundas do orçamento da Seguridade Social e o Governo Federal é responsável por financiar a maioria dos gastos da área.

O relatório Aspectos Fiscais da Saúde no Brasil, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional em 2018, expõe que, como proporção da Receita Corrente, a despesa federal em saúde aumentou sua participação, saindo de 6,7% para 8,3% no período de 2008 a 2017. O texto destaca ainda que, de acordo com dados do Banco Central, em 2015 os gastos na função saúde no Brasil equivaleram a 3,8% do PIB. Os países desenvolvidos, que atendem uma população proporcionalmente maior de idosos, aplicaram 6,5%. Assim, levando-se em consideração também os gastos privados, é possível identificar que o gasto total com saúde no país está próximo da média da OCDE.

Com aumento dos gastos na área, o que se questiona é se esses gastos têm refletido no atendimento das demandas da população. Nesse sentido, Moraes (2016) argumenta que a maioria dos municípios brasileiros ainda apresentam baixos níveis nos indicadores de saúde, bem como uma deficiência nos serviços ofertados. Essa situação implica dizer que, além da necessidade de ampliação dos gastos nessa esfera, é fundamental que eles sejam aplicados de forma eficiente.

A busca por maior eficiência no setor público de modo geral, é justificada pela crescente demanda da sociedade por bens e serviços públicos, de um lado, e os recursos escassos que o Estado possui à sua disposição, de outro. A alocação eficiente dos recursos públicos leva a impulsos no uso e aprimoramento de instrumentos e técnicas para a tomada de decisão otimizada e permitem melhor avaliação de políticas públicas (Costa; Castanhar, 2003).

O Estado do Maranhão, concentra cerca de 12,2% da população do Nordeste e, de acordo com Lopes (2014), entre os anos de 2007 e 2014, apresentou a menor despesa per capita em saúde. Com uma enorme restrição orçamentária para custear as despesas da área, torna-se cada vez mais necessário que esses gastos sejam alocados eficientemente. Assim sendo, o objetivo dessa pesquisa é analisar a eficiência dos gastos públicos em saúde nos municípios do Maranhão entre os anos de 2005 e 2015.

Para cumprir com tal finalidade, este trabalho está dividido em quatro seções a começar por essa introdução. A segunda seção versa sobre o referencial teórico do tema abordado, seguida da metodologia empregada na pesquisa e os resultados encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gasto Público

O debate sobre o gasto público está atrelado diretamente à intervenção do governo na economia, visto que diversos assuntos ligados à atividade do Estado são trazidos à tona. De modo geral, as funções econômicas do Estado têm, em última instância, o objetivo de garantir os ajustamentos na alocação de recursos (função alocativa); favorecer a equidade na distribuição da renda (função distributiva) e promover a estabilidade econômica (função estabilizadora) (Giambiagi; Lém, 2011, p. 10)

Para Carvalho e Ceccato (2015), a despesa pública se refere aos recursos governamentais devidamente autorizados pelo poder competente com a finalidade de atender necessidades coletivas, previstas em lei e executadas em favor da população para fins de funcionamento dos serviços públicos.

Partindo dessa premissa, os gastos públicos devem ser compreendidos como sinônimos de gastos estatais. A partir do momento em que público e estatal deixaram de ser equivalentes, diversos tipos de gastos considerados públicos

puderam se realizar sem a submissão ao processo decisório necessário à sua legitimação legal (Pires, 2008).

Isto posto, Pires (2008, p. 5) fornece a seguinte definição para gasto público:

O conceito de gasto público, portanto, deve repousar em sua característica essencial: a de ser ele estatal ou governamental, decidido pela sociedade através do mecanismo representativo da democracia. Neste sentido, ele é público não só por visar o interesse público, mas também e principalmente por ser financiado com recursos públicos, auferidos compulsoriamente (tributos).

É por meio dos instrumentos orçamentários que governo planeja suas ações e prevê como o gasto público será executado, tendo em vista as demandas mais emergentes da sociedade. O modelo orçamentário brasileiro é definido pela Constituição de 1988 e compreende três instrumentos cuja elaboração é de responsabilidade do poder executivo de cada ente da federação, são eles: Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA corresponde a uma ferramenta de planejamento estratégico de médio prazo, que solidifica e dá sustentação aos programas que demandam períodos mais longos de atuação estatal. Sua principal função é determinar as diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas durante seu tempo de duração. É por meio do PPA que o governo norteia suas ações para vários setores e regiões, com a finalidade de alcançar o equilíbrio entre as diversas localidades do país, bem como a promoção da inclusão social e atenuação das desigualdades econômicas e sociais (Ostroski, 2010, p. 76).

A LDO, por sua vez, é um instrumento de planejamento tático de curto prazo, com vigência de um ano. Suas funções básicas, conforme Ostroski (2010), são: i) estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública Federal para o exercício financeiro seguinte; ii) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA); iii) alterar a Legislação Tributária; e iv) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LOA é uma lei ordinária, com validade que abrange somente o exercício fiscal a que se refere, sendo compreendida como um plano operacional. De acordo com o parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição, a LOA deve incorporar o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais.

Na LOA estão consagrados os programas e ações do governo que serão desenvolvidos no exercício financeiro, que coincide com o ano civil. Nenhuma despesa pública pode ser executada sem que esteja prevista nela. Além disso, uma de suas principais finalidades é estimar as receitas e fixar as despesas do governo, consoante à previsão de arrecadação. Se houver a necessidade de aumentar as despesas acima do que foi previsto em lei, o poder executivo deve submeter aos parlamentares um projeto de lei novo, solicitando crédito aditivo mediante a indicação da finalidade e origem dos recursos (Ostroski, 2010, p. 84).

Isto posto, observa-se o orçamento público é um instrumento de planejamento e execução das despesas públicas, é uma Lei, aprovada anualmente de acordo com os objetivos previstos em um plano de médio prazo, obedecendo o volume dos recursos financeiros disponíveis. Assim, depois de apresentar a definição de gasto público e discutir os três projetos orçamentários, cabe destacar de forma mais detalhada a classificação da despesa no contexto do orçamento público.

2.2 Classificação da despesa pública

Existem diversas formas de classificação do gasto público. Segundo Will (2009), a despesa pública pode ser classificada de acordo com sua natureza; competência político-institucional; e efetuação patrimonial e regularidade. O enfoque administrativo legal segrega a despesa pública em econômica, institucional e funcional. Para efeitos de simplificação, este trabalho apresentará os conceitos apenas da segunda categoria.

No que diz respeito à classe das despesas econômicas, elas se subdividem em correntes de capital. As despesas correntes são destinadas ao pagamento de encargos sociais; de pessoal; e à manutenção dos equipamentos e órgãos públicos, ou seja, elas são responsáveis pelo funcionamento da máquina pública. As de capital são realizadas para a formação e/ou aquisição de ativos reais, compreendendo, entre outras ações, a compra de instalações e equipamentos, material permanente, ações de empresas e execução de obras públicas (Carvalho; Ceccato, 2015, p. 154).

A classificação institucional se relaciona com a estrutura orgânica das entidades. Essa classificação corresponde aos órgãos e unidades orçamentárias que formam o conjunto de serviços submetido ao mesmo órgão ou repartição a que serão concedidas dotações próprias. Essa classificação é empregada para dispor, no orçamento, a estrutura organizacional da repartição pública.

Por fim, a classificação funcional permite que as dotações orçamentárias sejam divididas em funções e subfunções. Segundo Brasil (2000), a análise da despesa por função revela quanto o governo central gasta em seus respectivos campos de atuação, como saúde, educação, defesa, assistência social etc. Essas funções diversas agrupam as despesas do governo conforme as categorias predefinidas, permitindo comparações das prioridades definidas pelo Estado.

De acordo com Brasil (2020), entre os anos de 2010 a 2019, as duas funções mais representativas dentro do orçamento do Governo Central foram a dos Serviços Públicos Gerais e a de Proteção Social, que juntas somaram 25% do PIB em 2019. As despesas com as Funções Saúde e Educação totalizaram 4,4% do PIB no referido ano.

No caso específico da saúde, assunto de interesse desse trabalho, o gasto do Governo Federal é condicionado pelas transferências do SUS aos fundos estaduais e municipais, para o financiamento de ações da Atenção Básica e para procedimentos de Média e alta Complexidades. Os recursos destinados a esta

função são oriundos do orçamento da Seguridade Social e o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, é o principal gestor do SUS.

2.3 O Sistema Único de Saúde (SUS)

Formulada a Constituição Federal de 1988, criou-se um novo modelo de assistência à saúde, que contemplou novas regras e características próprias. Conforme Alves (2009), uma das características que se destacou em relação ao antigo modelo foi a nova estrutura institucional e suas regras. Em relação à nova estrutura, o governo federal ficou incumbido pelo financiamento e coordenação entre os estados; os municípios ficaram responsáveis pelos programas locais e, por fim, coube aos estados prestar auxílio aos sistemas municipais.

Alves (2009) salienta que o SUS é dividido em duas categorias de princípios, a saber, finalística e organizativa. Os princípios finalísticos são a universalidade, a integralidade e a equidade. A universalidade assegura o atendimento à população em geral, sem distinção social, econômica, de sexo ou cor. A equidade diz respeito ao atendimento igualitário de todos os cidadãos perante o SUS. A integralidade, por sua vez, tem a ver com a combinação das ações de saúde voltadas à prevenção e cura.

Os princípios organizativos servem para tornar os princípios finalísticos efetivos, estruturar e organizar o Sistema Único de Saúde. Dentre os quais estão a regionalização e hierarquia, a resolubilidade, o controle social, complementariedade do setor privado e, por fim, a descentralização (Brasil, 2000).

Partindo da ideia de que a grande maioria dos municípios não é capaz de arcar sozinhos com o fornecimento de todos os serviços de saúde, tem-se o princípio da regionalização. De acordo com esse princípio, os municípios são divididos em regiões, as quais definem os locais e as prioridades para a oferta de determinados serviços. Já a resolubilidade é caracterizada pela exigência de que o

serviço de saúde seja eficaz no enfrentamento aos problemas de saúde da população.

O controle social, por sua vez, é a garantia constitucional que a população, através de seus representantes, poderá envolver-se no processo de formulação de políticas de saúde e do controle de sua execução. A complementariedade do setor privado diz respeito ao caso de insuficiência por parte do setor público na prestação de serviços. Por fim, a descentralização é entendida como o rateio das responsabilidades e ações de saúde entre as esferas de governo, a partir da concepção de que, quanto mais perto do fato a decisão for tomada, maiores as chances de acerto (Alves, 2009, p. 27).

O SUS pode ser definido, portanto, como o conjunto de ações e serviços de saúde oferecidos por órgão e instituições públicas dos entes federativos, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (Lopes, 2014). Sua criação começou a ser esboçada por meio de uma estratégia que tinha por finalidade o alcance de um sistema universal de cobertura às ações de saúde.

2.4 O financiamento da saúde

A partir da Constituição de 1988, a saúde passou a ser um direito de todos e dever do Estado. Isso deu à saúde uma posição de destaque em relação aos demais direitos fundamentais previstos na Carta Magna. No entanto, mesmo diante das garantias asseguradas legalmente, não havia uma fonte de recursos para provê-las. Diante disso, o SUS atravessou um período de incertezas, sem fontes estáveis de financiamento. Ademais, a situação era agravada pela crise econômica que assolava o país, marcada por altos índices de inflação e baixa taxa de crescimento (Brasil, 2013, p. 47).

Entre os anos de 1988 a 1992, foi estabelecido que o financiamento da saúde a nível federal se daria por alocação de 30% do orçamento da Seguridade Social. A realidade se mostrou um pouco diferente, uma vez que

parte desse volume foi desviada para o pagamento de despesas em outras áreas, como os de servidores inativos e da dívida pública.

Em 1991, o Plano Plurianual (PPA) do governo federal ainda reservou 25% do orçamento da seguridade para a saúde, mas o dinheiro não entrou nos cofres do Ministério da Saúde, que, em 1992, foi obrigado a contrair empréstimos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para cobrir as despesas com a saúde, dada a situação de escassez de recursos (Brasil, 2013, p. 48).

No ano de 1993, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do governo federal reduziu para 15,5% os recursos para a saúde, porém, o Ministério da Previdência – responsável pela arrecadação – não repassou os valores correspondentes e utilizou os recursos para quitar dívidas atrasadas.

O cenário de instabilidade e incerteza fez com que algumas soluções provisórias fossem tomadas, dentre elas, a instituição do Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira (IPMF), em 1993, que subsidiaria o funcionamento do SUS. O IPMF foi posteriormente transformado em Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira, e extinta em 2007 pelo Congresso Federal (Brasil, 2013, p. 48).

Concomitante a isso, ainda de acordo com Brasil (2013), o Congresso Nacional deu início a uma agenda que previa a adoção de estratégias permanentes de financiamento das ações e serviços públicos de saúde, que deveriam ser adotadas pela União, estados e municípios. A primeira proposta de Emenda à Constituição, apresentada em 1993, defendia que 30% do orçamento da Seguridade Social, mais 10% dos impostos deveriam ser destinados à saúde, os estados e municípios deveriam aplicar, no mínimo, 10% das receitas dos impostos arrecadados.

Nesse contexto, algumas outras propostas de vinculação de receitas para financiar a saúde foram construídas e discutidas. Esse extenso debate resultou, em setembro de 2000, na promulgação da Emenda Constitucional nº 29, que alterou os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da CF e acrescentou um artigo ao Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabelecendo que a União deveria manter as despesas do Ministério da Saúde aplicando a variação nominal do PIB aos gastos do ano anterior; os estados seriam obrigados a destinar, no mínimo, 12% de suas receitas para a Saúde; o Distrito Federal e os municípios, 15% (Brasil, 2000a *apud* Brasil, 2013).

Ademais, outra mudança importante inaugurada com a Constituição Federal de 1988 foi a distribuição da responsabilidade da execução das ações e serviços de saúde entre os estados e municípios, ou seja, a descentralização da gestão do sistema. Essa habilitação dos estados e municípios no gerenciamento da saúde pública provocou um aumento considerável das transferências diretas do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para os fundos estaduais e municipais a partir de 2000.

De acordo com Brasil (2000), desde março de 1998, com a edição da Portaria nº 2.121/GM, os recursos transferidos para os estados e municípios eram subdivididos, o Piso de Atenção Básica (PAB) foi implantado e ocorreu a segmentação dos recursos destinados ao atendimento da atenção básica e para o financiamento da assistência de média e alta complexidade ambulatorial.

Isto posto, cabe salientar que é importante que os recursos públicos destinados à cobertura das ações e serviços de saúde no Brasil sejam aplicados de maneira eficiente, uma vez que as demandas por esses serviços são cada vez maiores e o Estado possui sua restrição orçamentária. Assim sendo, é necessário que se compreenda o que a literatura diz a respeito da eficiência desses gastos.

2.5 Eficiência do gasto público

De acordo com Ferreira e Gomes (2009), a eficiência pode ser dividida em duas categorias: técnica e econômica. A eficiência técnica dos gastos públicos pode ser definida, resumidamente, pelo aumento dos serviços públicos com o mesmo volume de recursos empregados ou, por outro lado, a mesma quantidade de serviços, utilizando-se um volume menor de recursos. A eficiência econômica,

em contrapartida, pode ser definida pela alocação ótima dos recursos escassos de uma economia na área em que a população possa desfrutar de maiores benefícios em comparação às alocações em outras áreas.

Na visão de Lopes (2014), o gasto público sempre foi alvo de estudos a respeito da verificação de sua melhor alocação e os resultados colhidos pela sociedade, ou seja, o que se coloca em pauta é a capacidade do gestor público de utilizar os insumos escassos e transformá-los em ações e serviços que alcance o maior número de cidadãos e, conseqüentemente, promova o bem-estar da população.

Para Bronzini (2019), o estudo da análise da eficiência orientada ao setor público é realizado, na maioria dos casos, através do gasto público. O autor acrescenta à discussão a ideia de custo-benefício, além dos objetivos que determinada ação pretenda alcançar. Assim sendo, para o autor, a definição de eficiência orientada ao gasto público não é tão trivial quanto parece, portanto, de acordo com Bronzini (2019, p. 69):

[...] para se entender a eficiência do setor público de maneira precisa, é necessário (i) levar em consideração a limitação em mensurar determinadas variáveis; (ii) buscar separar variáveis de resultado com as de produto para que não haja interpretações erradas; e (iii) ter claro qual o objetivo que o objeto estudado tem, uma vez que isso atingirá não apenas o encaixe de uma variável como produto ou resultado quanto o próprio entendimento da eficiência em seus diversos tipos.

No caso específico do Brasil, no artigo 37 da Constituição Federal, está exposto que a administração pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O princípio da eficiência, portanto, é aquele que impõe à administração pública a persecução do bem comum, através do exercício de uma gestão neutra, imparcial, participativa, transparente e sempre em busca de resultados, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir um maior ganho social (Pinto, 2013, p. 24-25).

Diante do exposto, cabe destacar que os objetivos macros do setor público são alcançados pela atuação pública a níveis mais especializados, se observadas as atribuições do governo de forma desagregada. Um exemplo disso é a divisão do orçamento público em diversas funções. Levando-se em consideração o caso da saúde, as ações do governo são voltadas para a melhoria do nível de saúde da população, por meio de intervenções e oferta de serviços diversos na área.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista o método utilizado, essa pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem quantitativa, uma vez que faz uso de dados brutos para transformar em informações, mediante o emprego de um índice.

Para Reis e Reis (2002), a análise descritiva se configura como fase inicial do processo de observação dos dados coletados. Os métodos de estatística descritiva são utilizados para organizar, resumir e descrever elementos importantes de um conjunto de características observadas ou para comparação entre dois ou mais grupos.

Os dados utilizados foram o total de consultas realizado por cada um dos municípios maranhenses, para a faixa etária entre menores de um ano até maiores de sessenta anos, e a despesa total liquidada em saúde pelos respectivos municípios. As informações referentes ao número de consultas foram retiradas do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e os dados da despesa total liquidada foram extraídos do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).

Dos 217 municípios que compõem o Maranhão, a amostra desse estudo é formada por 202 deles. Os 15 municípios que não constam foram excluídos pela omissão dos dados utilizados nos anos considerados na pesquisa. São eles: Alto Alegre do Pindaré, Arari, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Dom Pedro, Lago Verde, Lagoa do Mato, Olho d'Água dos Cunhãs, Poção de Pedras, Ribamar

Fiquene, Santa Luzia, Santo Antônio dos Lopes, São Pedro de Barra Branca, Tuntun e Vila Nova dos Martírios.

O principal instrumento utilizado neste trabalho para avaliar a eficiência dos gastos municipais em saúde é o emprego de um índice. Com base em trabalhos como Ericeira e Morura (2020); Galeano, Silva e Souza (2017), que trabalham com crédito rural, foi proposto um índice específico para a mensuração da eficiência dos gastos em saúde, obtido pela razão do número de consultas realizadas por um determinado município e o total de consulta em todos os municípios, dividido pela razão da despesa total liquidada por esse município e o somatório despesa total liquidada nos demais, que será explicado detalhadamente a seguir.

$$EGS_i = \frac{\frac{AT_i}{AT_{MA}}}{\frac{GS_i}{GS_{MA}}} \quad (1)$$

Onde: EGS = Eficiência dos Gastos em Saúde e no Município i ; AT_i = Número de Atendimentos no Município i ; AT_{MA} = Número de Atendimentos em todos os Municípios do Maranhão; GS_i = Gastos em Saúde no Municípios i ; e, GS_{MA} = Gastos em saúde em todos os Municípios do Maranhão.

Para $EGS > 1$, o número de atendimentos que o município realiza, comparativamente ao número de atendimentos realizados por todos os municípios do Maranhão; é maior que o gasto com saúde que o município realiza, comparativamente ao gasto realizado por todos os municípios maranhenses. Esta situação indica que o município consegue realizar mais atendimentos que a média municipal, quando se considera a mesma quantia aplicada em saúde. Portanto, sendo este o caso, pode-se inferir que o município em questão é eficiente.

Para $EGS = 1$, o número de atendimentos que o município realiza, comparativamente ao número de atendimentos realizados por todos os municípios do Maranhão; é igual ao gasto com saúde que o município realiza,

comparativamente ao gasto realizado por todos os municípios maranhenses. Esta situação indica que o município consegue realizar a mesma média de atendimentos dos demais municípios, quando se considera a mesma quantia aplicada em saúde. Portanto, sendo este o caso, pode-se inferir que o município possui a performance média do estado, quando tema tratado é a eficiência.

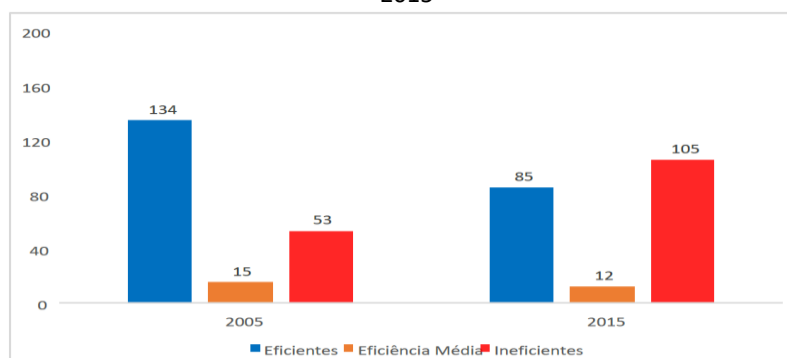
Para $EGS < 1$, o número de atendimentos que o município realiza, comparativamente ao número de atendimentos realizados por todos os municípios do Maranhão; é menor que o gasto com saúde que o município realiza, comparativamente ao gasto realizado por todos os municípios maranhenses. Esta situação indica que o município consegue realizar uma menor quantidade de atendimentos que a média municipal, quando se considera uma mesma quantia aplicada em saúde. Portanto, sendo este o caso, pode-se inferir que o município em questão é ineficiente.

4 RESULTADOS

4.1 Análise da Eficiência dos Gastos Públicos no Maranhão

Aplicando o Índice de Eficiência do Gasto Público em Saúde (EGSi) nos municípios do estado, observa-se uma mudança significativa em relação aos resultados obtidos no ano inicial no ano final da série, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantidade de Municípios Eficientes, Médios e Ineficientes no Maranhão em 2005 e 2015



Fonte: Elaboração dos autores.

Em 2005, 134 municípios atingiram o índice acima de 1; 53 ficaram abaixo de 1 e 15 tiveram resultados iguais a 1. Isso significa que, nesse ano, cerca de 66,4% dos municípios que compõem a amostra eram eficientes; 7,3% seguiam o padrão médio estadual e apenas 26,3% eram ineficientes. Se considerarmos o estado de modo geral, podemos dizer que no ano de 2005 o Maranhão conseguiu otimizar seus gastos em saúde, podendo ser considerado eficiente, visto que mais de 66% de seus municípios possuíam participação nos atendimentos da atenção básica superior à sua participação na despesa total liquidada em saúde em todas as cidades.

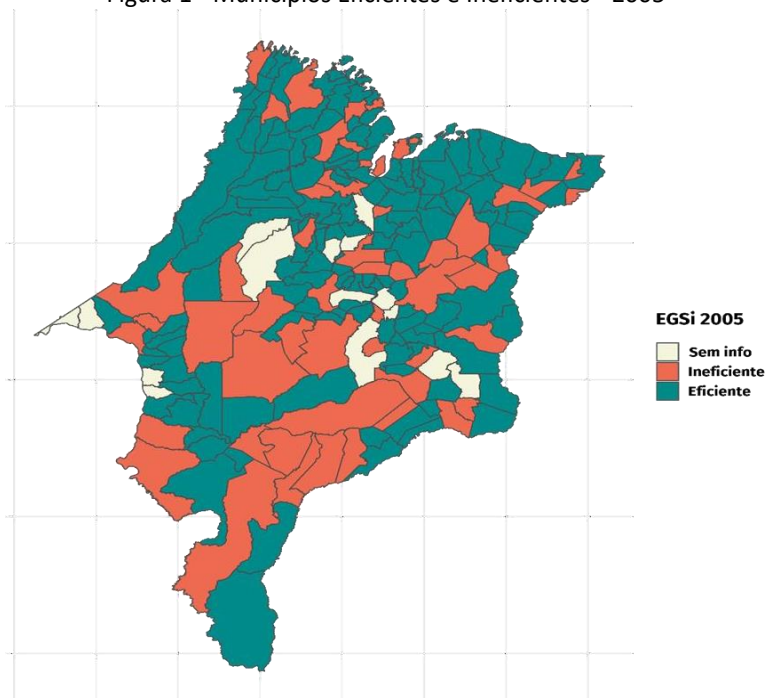
No ano de 2015, por conseguinte, ocorre uma queda no número de municípios eficientes e uma elevação dos ineficientes. A quantidade de municípios médios teve uma mudança irrisória. O total de municípios eficientes, que representava mais de 66% em 2005, passou a representar 42% em 2015. Isso significa que houve uma redução de 37% desse grupo. O número de municípios ineficientes, que constituía 26,3% do total estadual, passou a compor 51,9%. Em outras palavras, a quantidade de municípios ineficientes dobrou nesse período, o que configura uma elevação de 100% no volume dos ineficientes no último ano.

4.2 Análise da eficiência dos gastos públicos em saúde por mesorregião

A análise de eficiência dos gastos públicos em saúde por mesorregião do estado justifica-se pela tentativa de construir uma explicação em torno posição geográfica em que os municípios eficientes e ineficientes se encontram. Assim sendo, as Figuras 1 e 2 juntamente com o Gráfico 2 apresentam as regiões mais eficientes e ineficientes entre os anos de 2005 e 2015³.

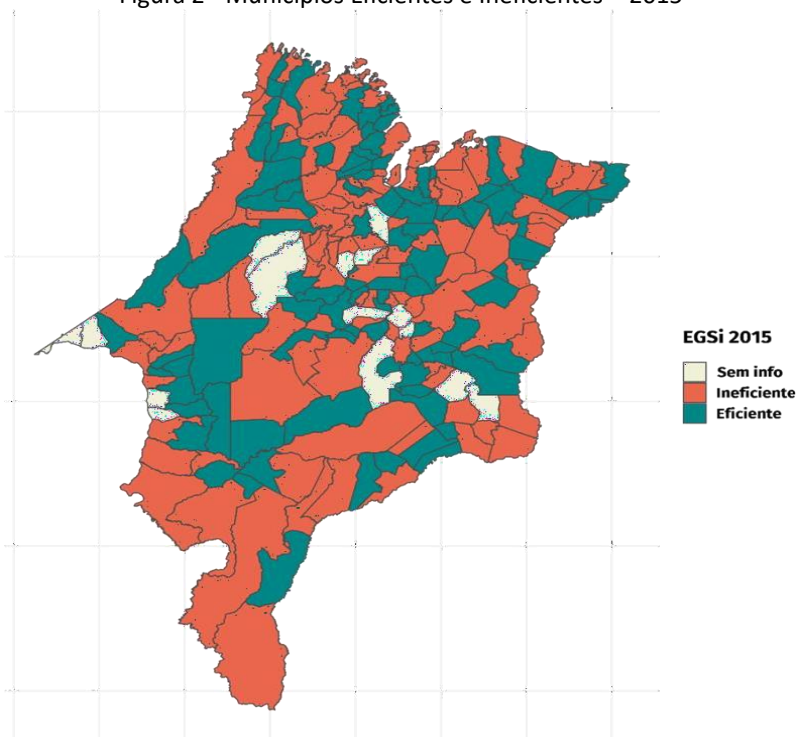
³ Para fins de simplificação, os municípios médios foram incluídos no grupo dos eficientes.

Figura 1 - Municípios Eficientes e Ineficientes - 2005



Fonte: Elaboração dos autores.

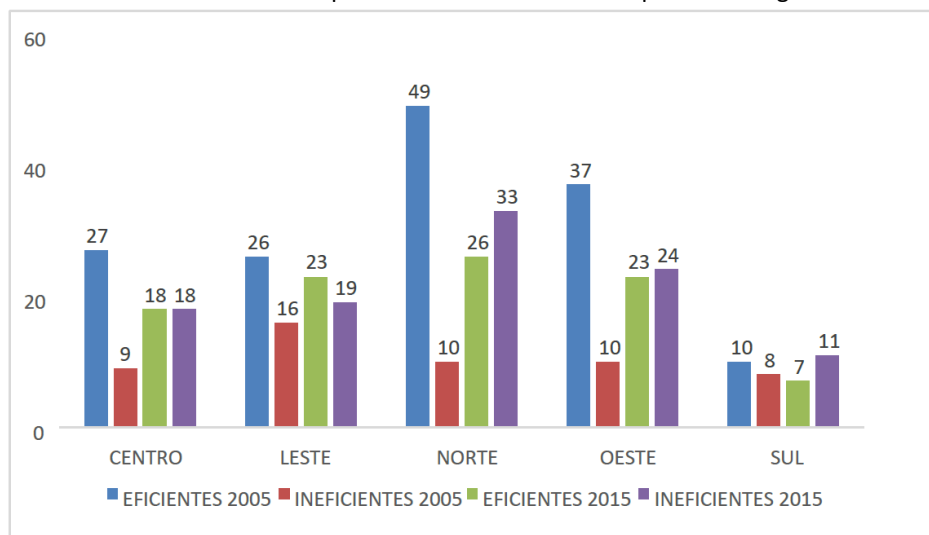
Figura 2 - Municípios Eficientes e Ineficientes – 2015



Fonte: Elaboração dos autores.

Observando a Figura 1, nota-se facilmente que as regiões Norte e Oeste no ano de 2005 eram as que mais concentravam municípios eficientes – tanto em termos absolutos quanto relativos –, seguidas pelo Centro, Leste e Sul. Quando partimos para a Figura 2, destacar as regiões com maiores quantidades de municípios eficientes não é tão simples como em 2005, no entanto, ainda é possível perceber que as regiões mais eficientes, foram o Norte, Oeste, Leste, Centro e Sul, respectivamente. Cabe salientar que essa ordem de regiões eficientes para o ano de 2015 está em termos absolutos somente. Se levarmos em conta o total de municípios eficientes dividido pelo total de municípios de cada região, essa sequência se modifica.

Gráfico 2 - Quantidade de Municípios Eficientes e Ineficientes por Mesorregião – 2005 e 2015



Fonte: Elaboração dos autores.

Como já explicitado, em 2005 as regiões Norte e Oeste figuraram entre as duas mais eficientes. Dos 60 municípios do norte maranhense, 49 tiveram o indicador de eficiência acima de um, o que significa que 81,7% dos municípios dessa região eram eficientes. O Oeste, por sua vez, das 52 cidades que o compõe, 37 eram eficientes, ou seja, 71% dos municípios dessa região estavam dentro desse grupo. A região menos eficiente ou mais ineficiente em 2005 foi a Sul. De

seus 19 municípios, 10 eram eficientes. Em termos percentuais, isso representa 52% de municípios eficientes.

Em 2015, entretanto, embora a região Norte tenha apresentado a maior eficiência, absolutamente falando, com 26 municípios eficientes, em termos proporcionais, menos de 44% dos municípios estavam nessa categoria. Assim, de 2005 para 2015, o Norte apresentou uma queda de 47% na quantidade de municípios eficientes. A região mais eficiente, proporcionalmente falando, no último ano foi o Leste, com 52,2% de municípios eficientes, e a região menos eficiente novamente foi o Sul, com 36,9% de cidades eficientes.

A partir da análise regional realizada acima, é possível identificar algumas características semelhantes entre a região mais eficiente em 2005 e a região mais eficiente em 2015, ou seja, as mesorregiões Norte e Leste. De acordo com Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, as duas regiões concentram a maior parte da população, 60% juntas; também são as que mais colaboram com a produção estadual e possuem rendas per capita médias semelhantes.

Em suma, esta seção tinha como objetivo apresentar os resultados apurados nessa pesquisa. Observa-se, portanto, que entre o período de 2005 e 2015 houve uma perda de eficiência de 37%, enquanto que o número de municípios ineficientes dobrou. Além do menor número de cidades eficientes no último ano, elas também ocuparam faixas de eficiência menores que o ano inicial. As mesorregiões do estado mais eficientes foram a Norte, em 2005, e a Leste, em 2005. Ambas as regiões com características econômicas semelhantes. A região menos eficiente ou mais ineficiente no começo e fim do período foi o Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou a questão da análise da eficiência do gasto público em saúde nos municípios do Maranhão no período de 2005 e 2015. Para atingir o

objetivo proposto, buscou-se, inicialmente, apresentar os fundamentos teóricos que permeiam o tema abordado, destacando-se as definições acerca do gasto público, a divisão da despesa no âmbito do orçamento público, o histórico e financiamento da saúde pública no Brasil e, por fim, fez-se uma exposição do conceito de eficiência, bem como sua aplicação para os gastos públicos. Em seguida, foi apresentada a metodologia e, por fim, os resultados do estudo.

Sucintamente, o gasto público pode ser entendido como sinônimo de gasto estatal, pois além de ter finalidade pública, ele deve ser financiado pelo poder público, devendo, ainda, ser submetido à aprovação parlamentar e a processos licitatórios. A despesa da função saúde é financiada, no do caso da União, pelo orçamento da Seguridade Social e o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde é o principal gestor do SUS.

A o sistema de saúde público brasileiro passou por diversas transformações ao longo dos anos, saindo de um modelo restrito voltado ao atendimento dos contribuintes da previdência e sem fontes estáveis de financiamento, para um dos sistemas mais avançados do mundo, com alcance universal e atendimento igualitário, financiado pelos três entes federativos.

A perseguição pela eficiência dos gastos públicos em saúde, assim como o gasto público em geral, é justificada pela demanda crescente da população por bens e serviços públicos e a restrição orçamentária do governo.

Para analisar a eficiência desses gastos nos municípios maranhenses, utilizou-se o Índice de Eficiência do Gasto em Saúde (IEGSi) – medido pelo quociente da razão entre o número de atendimentos que um município realiza e o total de atendimentos de todos os municípios e a razão entre a despesa total liquidada em saúde em um município pela despesa total liquidada nos demais - para cada um dos 202 municípios que compuseram a amostra.

Os resultados apontaram que, entre os anos de 2005 e 2015, houve uma queda na eficiência do gasto público em saúde nos municípios do estado. No primeiro ano, das 202 cidades, 134 foram eficientes, 15 tiveram eficiência média



III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão



e 53 foram ineficientes. O resultado de eficiência, desse modo, apontou que mais de 66% dos municípios alcançaram eficiência e apenas 26% foram ineficientes. Em 2015, entretanto, ocorreu uma queda de 37% no número de ineficientes e uma elevação de 100% na quantidade de ineficientes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Â. S. **A descentralização do sistema único de saúde em SALVADOR - Ba.** 2009. 73 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde (LOS) n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BRASIL. **SUS: conquistas e princípios.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000.
- BRASIL. **O sistema público de saúde brasileiro.** Brasília: Ministério da saúde, 2002.
- BRASIL. **Financiamento público de saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. **Despesas por função do governo central.** Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2018.
- BRONZIM, Arthur Henrique Santos. **A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO COMO VIABILIZADORA DO NOVO REGIME FISCAL: Uma aplicação para as internações do Sistema Único de Saúde no Brasil entre 2008 e 2017.** Araraquara, 2019. 164 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- CARDOSO, F. E. S. *et al.* **A visão e conduta dos administradores / gestores nas pró-reitorias acadêmicas da universidade federal do cariri.** [S.l.]: Anpec, 2017. Disponível em: http://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20180723151714_29_Gastos_publicos_Francisca_Cardoso.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.
- CARVALHO, D.; CECCATO, M. **Manual completo de contabilidade pública.** São Paulo: Impetus, 2015.
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

DATASUS - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Sistema de informação de atenção básica - produção e marcadores – Maranhão. [S.l.]: DATASUS, 2015. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABPma.def>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ERICEIRA, M. C. C.; MOURA, J. G. Desigualdade de crédito na baixada maranhense e dinâmica do microcrédito rural no município de Anajatuba. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Paraná, v. 58, 2020.

FERREIRA, C. M. C.; GOMES, A. P. **Introdução à análise envoltória de dados: teoria, modelos e aplicações.** Viçosa, MG: Editora UFV, 2009.

GALEANO, E. A. V.; SILVA, A. E. S.; SOUZA, R. C. Índice regional de crédito rural nos municípios do Espírito. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XXVI, n. 4, p. 50-70, out./nov./dez. 2017.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IMESC - INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Índice de Desenvolvimento Municipal.** [S.l.]: IMESC, 2012. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/indice-desenvolvimento-municipal/18>. Acesso em: 2 ago. 2021

LOPES, B. S. **Financiamento da saúde: uma análise da eficiência do gasto público nos municípios do Maranhão.** 2014. 63 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2014.

MORAIS, F. **Gasto público, eficiência, sobrevivência infantil e expectativa de vida: uma análise nos municípios da região Nordeste, em 2010.** 2016. 51 f. Monografia (Graduação em Economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

OSTROSKI, S. S. D. **Orçamento público.** 2. ed. Florianópolis: Publicação do IF – SC, 2010.

PINTO, L. F. P. **Eficiência técnica e econômica: evidências de conflitos na análise da infraestrutura física da universidade DE Brasília (UnB).** 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas) – Faculdade de economia, administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PIRES, V. **Gestão orçamentária e qualidade do gasto público**. [S.l.:s.n.], 2008.

Disponível em: https://professorpires.files.wordpress.com/2012/09/gestorc_gastopublbiz.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise descritiva de dados**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SIOPS - SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE.

Dados municipais - despesa liquidada. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: http://siopsasp.datasus.gov.br/cgi/siops/siops_indic/municipio/anual/liquidbr.htm. Acesso em: 29 jul. 2021.

WILL, A. R. **Composição e evolução das despesas públicas do estado de São Paulo entre os anos de 2004 e 2008**. 2009. 101 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

CAPÍTULO 11

O PAPEL DA POLÍTICA FISCAL: impacto da pandemia da COVID-19 nas contas do Estado do Maranhão

Rodrigo Campos⁴Angelo Eduardo⁵Aline Ericeira⁶José Arthur⁷

Resumo: A política fiscal relaciona-se à arrecadação de receitas e execução das despesas dos governos e reflete a intervenção do Estado de modo que diminua os efeitos negativos no longo e no curto prazo na economia. O presente artigo apresenta o papel da política fiscal através da análise do impacto nas contas nacionais brasileiras e estaduais maranhenses em virtude da pandemia da COVID-19. Tal análise visa comparar a atuação fiscal apresentada no período à luz do defendido no Novo Consenso Macroeconômico e da Teoria Monetária Moderna. Serão apresentados o contexto para o estado, os programas sociais, a anticiclicidade da política fiscal, o indicador de resultado primário e por fim os gastos com saúde.

Palavras-chave: Pandemia. Política fiscal. COVID-19.

Abstract: Fiscal policy is related to the collection of revenues and execution of government expenditures and reflects State intervention to reduce the negative effects in the long and short term on the economy. This article presents the role of fiscal policy through the analysis of the impact on the Brazilian and Maranhão state national accounts due to the COVID-19 pandemic. This analysis aims to compare the fiscal performance presented in the period considering what is defended in the New Macroeconomic Consensus and Modern Monetary Theory. The context for the state, social programs, anti-cyclicalities of fiscal policy, primary result indicator and finally health spending will be presented.

Keywords: Pandemic. Fiscal policy. Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

Vigente desde a década de 1980 e reestruturado após a crise de 2008, o Novo Consenso Macroeconômico, doravante referido como “NCM”, tem como base os ciclos reais de negócios, novos keynesianos e novos clássicos. A teoria

⁴ Discente do 8º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: rodrigo.campos1@discente.ufma.br

⁵ Discente do 8º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: angelo.morais@discente.ufma.br

⁶ Discente do 8º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: ae.silva@discente.ufma.br

⁷ Discente do 8º período do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: jose.als@discente.ufma.br

possui cinco princípios, são eles: equilíbrio geral, ciclo e tendência da atividade econômica, moeda neutra no longo prazo, ergodicidade e racionalidade (Gonçalves, 2017).

Assim, um ponto a se atentar é que políticas não devem ser feitas para afetar o ciclo econômico; efeito *crowding out*, déficit gêmeos e, mais recentemente, um dos motivos preconizados por tal escolha são as “inside e outside lags”, que se referem à defasagem no tempo para o gasto ser autorizado e executado e para o gasto surtir efeito, respectivamente. Dessa forma, a política fiscal causaria um efeito pró-cíclico, surtindo efeito apenas na retomada do ciclo.

Dito isso, a ideia ortodoxa aponta que a política fiscal deve ser apenas uma “coadjuvante” da política monetária, por não haver as mesmas razões práticas que jogam contra o gasto público. Destarte, o papel fiscal fica incumbido de dar sustentabilidade à dívida pública e, conseqüentemente, gerar previsibilidade para os investimentos, agindo ativamente na estabilidade macroeconômica, não no sentido de estimular a demanda agregada, mas sim como uma âncora das expectativas dos agentes, como Santos (2011, p. 74) afirma:

A avaliação do mercado também passa pelas expectativas dos agentes com relação à própria condução da política. Meras percepções de que haverá uma deterioração permanente no resultado fiscal têm impacto sobre as taxas de juros e as condições de financiamento do governo, influenciando negativamente a trajetória da dívida.

Sendo o objetivo central desse artigo analisar o papel da política fiscal no período de crise sanitária da COVID-19, em especial no estado do Maranhão do Brasil, este trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental para desenvolver a temática selecionada, com enfoque à contenção dos efeitos da pandemia por meio dos gastos públicos. Além disso, contou-se com o uso de ferramentas quantitativas no tocante aos dados do novo coronavírus (a partir da base de dados do Ministério da Saúde) e aos indicadores fiscais do Maranhão.

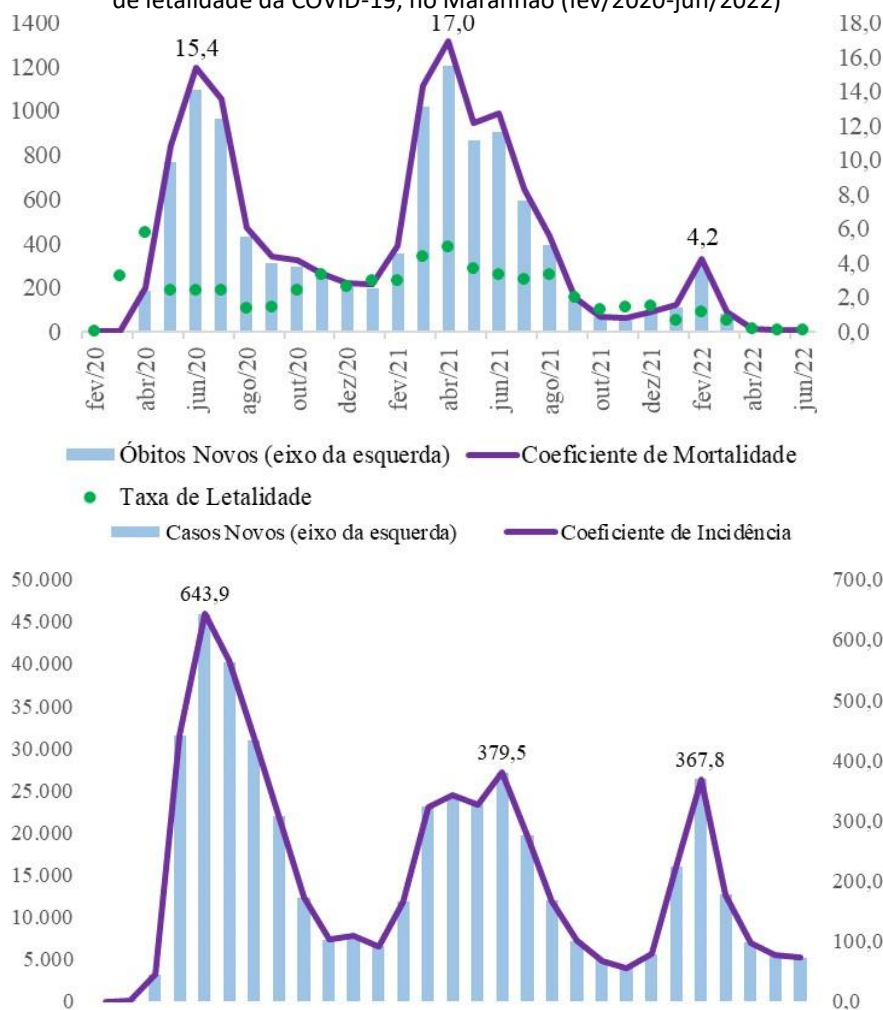
O presente trabalho está organizado em três seções essenciais, além desta introdução, sendo a primeira um panorama sanitário da pandemia no Maranhão, a seguinte apresenta uma revisão dos programas sociais com destaque na atuação da mitigação dos impactos na renda e trabalho da população maranhense e a última parte conta com as consequências em indicadores essenciais para a análise fiscal. Por fim, o artigo conta com as principais conclusões da temática abordada.

2 CONTEXTO PANDÊMICO NO MARANHÃO

Segundo o Ministério da Saúde, no dia 26 de fevereiro de 2020 foi detectado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, sendo uma doença de fácil disseminação e com alta probabilidade de registro de óbitos, sobretudo sem cobertura vacinal. A análise do comportamento dos indicadores do novo coronavírus permite verificar, pela temporalidade, o impacto no planejamento da gestão do governo e na alocação de recursos para administrar os efeitos emergenciais dessa crise sanitária no território nacional.

À nível estadual, a primeira notificação da doença no Maranhão foi confirmada quase um mês depois (21/03/2020), iniciando um momento histórico crítico para a conjuntura econômica e, em especial, para o setor público. Para examinar a trajetória da COVID-19 no estado maranhense, este artigo trabalhou com os seguintes indicadores: quantidade de casos e óbitos novos confirmados que foram registrados pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde em relação ao dia anterior, taxa de incidência (casos confirmados por 100 mil habitantes), taxa de mortalidade (óbitos por 100 mil habitantes) e taxa de letalidade (óbitos confirmados em relação ao total de casos confirmados) (Ministério da Saúde, 2022).

Gráfico 1 - Casos novos, óbitos novos, coeficiente de incidência, coeficiente de mortalidade e taxa de letalidade da COVID-19, no Maranhão (fev/2020-jun/2022)



Nota 1: Dados até junho de 2022.

Nota 2: População referência de 2021 usada em 2022.

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações do Ministério da Saúde (2022).

Com uma inclinação quase vertical, a crescente de casos confirmados do novo coronavírus no Maranhão atingiu seu primeiro pico — o maior de toda a série histórica analisada — em junho de 2020, ao registrar 45.812 novos casos e um coeficiente de incidência de 643,9, como pode ser observado no Gráfico 1, além de apresentar 1.093 óbitos novos com um coeficiente de mortalidade de 15,4. Contudo, a taxa de letalidade que chamou mais atenção foi antes dessa fase mais crítica dos casos e óbitos, marcando 5,8 óbitos por casos em abril de 2020.

Já em 2021, o coeficiente de mortalidade alcançou a pior situação do estado em todo o período selecionado no mês de abril desse ano, com 17 óbitos por 100 mil habitantes listados, possuindo 1.206 óbitos confirmados. No ano corrente, o pico registrado no primeiro semestre foi no mês de fevereiro, período marcado pelas festividades como o Carnaval; contudo, observa-se uma diferenciação das movimentações de piora ocorridas anteriormente em 2020 e 2021.

Mesmo com um aumento do coeficiente de incidência (367,8) quase no mesmo nível de junho de 2021, houve uma redução de mais de quatro vezes do registro mais alto de 2021 para o coeficiente de mortalidade, marcando 4,2. Essa conjuntura pode ser explicada pelo avanço da vacinação contra a COVID-19, aprimorando a resistência da população ao contrair o vírus.

3 PROGRAMAS SOCIAIS E ANTI CICLICIDADE NO CONTEXTO PANDÊMICO

3.1 Seguro-desemprego e desempenho do varejo

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma necessidade emergencial de distanciamento e, conseqüentemente, uma imprevista dificuldade em grande parte dos setores econômicos. Protestos tomaram conta por todo o país e, no Maranhão, não foi diferente; o jargão “e como fica a economia?” passou, em uníssono, a tomar conta da população, que inundada de incertezas, remaram contra o inevitável fechamento dos comércios. Contudo, a conta chegou e, apenas no Maranhão, foram mais de 7.700 demissões no trimestre março-maio, momento que marcou o início da pandemia no Brasil (Tabela 1).

Tabela 1 - Saldo de empregos no Maranhão (2020)

Mês	Saldo de empregos
janeiro	-356
fevereiro	1.558
março	-881

Mês	Saldo de empregos
abril	-5.640
maio	-1.238
junho	3.907
julho	4.919
agosto	5.861
setembro	5.020
outubro	5.772
novembro	4.187
dezembro	-3.085

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PDET (2022).

Dessa forma, um pacote de ações em todas as esferas governamentais foi necessário, em uma tentativa de sustentar a demanda agregada e ir contra a anunciada depressão do ciclo econômico.

Estabilizadores automáticos são mecanismos que procuram sustentar a renda nacional em situações adversas. Sabe-se, por exemplo, que o impacto nos Estados Unidos, após a crise de 2008, através de redução de impostos, transferência individuais e investimentos públicos foi de cerca de 3,4% do PIB, durante os cinco anos de estímulo (Furman, 2020). Mesmo se partirmos do ponto de vista ortodoxo, que considera a política fiscal apenas como uma “coadjuvante” da política monetária — que seria, para o novo consenso macroeconômico, mais eficaz —, uma ação através dos estabilizadores é bem-vinda, uma vez que seu papel de controle inflacionário tem se provado e, por ser definida de forma clara, contribui para o sustentamento das expectativas (Lopreato, 2006).

Nesse aspecto, uma das medidas que tomou frente à mitigação do quadro foi o auxílio-desemprego, que juntamente com outros estabilizadores automáticos, como os impostos, foi responsável por 0,6% do PIB americano (NG; Sheiner, 2019). Similarmente, Ganong *et al.* (2021) evidenciou um aumento da propensão marginal a consumir após um aumento do benefício.

Tabela 2 - Seguro desemprego e vendas no varejo no Maranhão (2020)

Mês	Requerentes do seguro- desemprego	Índice de vendas no varejo
janeiro	7.168	96,6
fevereiro	6.150	89,2
março	6.170	86,0
abril	7.268	74,2
maio	9.675	83,0
junho	8.871	102,6
julho	7.187	114,7
agosto	5.514	126,1
setembro	5.566	108,2
outubro	5.571	112,0
novembro	5.325	120,6
dezembro	4.964	130,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA e IBGE (2022).

Como pode ser observado na Tabela 2, para o Maranhão, após maio, o mês com o maior número de pedidos, o que se viu foi um crescimento de 23% no índice de varejo (valores reais pelo IPCA) de maio para junho, momento de maior requisição pelo auxílio, após duras quedas no setor, como consequência do aumento de demissões. Dessa forma, se torna evidente a importância de uma renda mínima no dado contexto, uma vez que o impulso do consumo, especialmente em relação a produtos essenciais, garantiu a sobrevivência das famílias, que se encontravam em um estado de vulnerabilidade.

3.2 Plano Emergencial de Empregos Celso Furtado e a força de trabalho ocupada

Com todos os adventos supracitados, a geração de emprego é um fator de extrema importância na retomada do crescimento econômico, destacando o modal de política econômica de matriz Keynesiana (New Deal) adotada nos EUA, por Franklin D. Roosevelt, após a crise de 1929, que teve, como uma de suas medidas, o investimento estatal em infraestrutura, devido a sua influência direta na renda, por intermédio do emprego.

No Maranhão, uma medida aditiva ao processo de recuperação econômica do estado foi o Plano Emergencial de Empregos Celso Furtado (PEE), que teve como objetivo, a geração de empregos por intermédio de investimentos nos setores de: infraestrutura, educação, saúde, cultura, esporte e lazer, meio ambiente, habitação, agricultura e pesca, economia solidária, desenvolvimento social e segurança pública. No período de agosto até dezembro de 2020, fora destinado ao PEE R\$ 558 milhões, oriundo de fontes públicas, para efetivação dos investimentos, de acordo com a Secretaria adjunta de tecnologia da informação.

A política do governo do estado trouxe diversos benefícios na geração de emprego e renda no período analisado. A Tabela 3 demonstra os dados de ocupação do Maranhão, do Nordeste e do Brasil, possibilitando o comparativo da efetividade do PEE.

Tabela 3 - Pessoas ocupadas e fora da força de trabalho (FFT), em mil pessoas, no Brasil, Nordeste e Maranhão (2020)

Localidade	2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
	Ocupados	FFT	Ocupados	FFT	Ocupados	FFT
Brasil	84.051	72.573	83.439	72.234	87.225	69.042
Nordeste	1.984	3.003	1.993	2.927	2.138	2.822
Maranhão	18.258	23.323	18.216	22.931	19.611	21.482

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD/IBGE (2022).

O Maranhão, no 2º trimestre, teve uma taxa de ocupação de 1,984 milhão de pessoas ocupadas, enquanto no 3º trimestre — período de início do PEE — essa quantidade subiu para 1,993 milhão, um aumento nominal de 9 mil pessoas ocupadas e um crescimento percentual de aproximadamente 0,4%. A continuidade do programa possibilitou um ótimo resultado no 4º trimestre, que ficou em 2,138 milhões de pessoas ocupadas, um crescimento nominal de 145 mil no indicador e uma variação percentual aproximada de 7,2%.

No comparativo, fica efetivado a eficácia das políticas públicas de geração de emprego realizadas pelo governo do estado do Maranhão, tendo em vista que

o Brasil e o Nordeste obtiveram um saldo negativo na taxa de ocupação no 3º trimestre, ao passo em que o Maranhão teve saldos positivos. Ademais, no 4º trimestre, o Brasil figurou um crescimento de 4,5%, menor que o do estado, de modo a ficar evidente o crescimento proporcionado pela continuidade do PEE. Importante ressaltar a diminuição de pessoas fora da força de trabalho, incluindo a perspectiva das contratações feitas decorrentes do investimento estatal e que contribuíram para a retomada da atividade econômica.

4 IMPACTO NAS CONTAS PÚBLICAS

4.1 Gasto com Saúde

Todo esse cenário, de extensa complexidade, acendeu o alerta das entidades governamentais que visualizaram a amplitude do esforço para conter o cenário anticíclico formado por incidência da pandemia de COVID-19, sendo instaurado, em todo o território Nacional, estado de emergência, fundamentado pelo decreto do Ministério da Saúde, através da Portaria nº 188/2020 (Brasil, 2020). Iniciou-se, portanto, um período de exceção constitucional que permitiu a exacerbação do gasto público, aclamado sob a necessidade de aquisição, por meio, majoritariamente, de importações, de insumos medicamentosos, bens e serviços voltados para fortalecer o sistema de saúde dos estados.

Dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA), os gastos com saúde são provisionados de forma obrigatória, endereçados para políticas públicas destinadas a atender as necessidades da população. Na natureza de exercício do erário público, segundo o Portal da Transparência da União (2022), foram gastos em saúde R\$ 107,20 bilhões em 2017, R\$ 108,18 bilhões em 2018, R\$ 114,18 bilhões em 2019, R\$ 150,46 bilhões em 2020, R\$ 161,44 bilhões em 2021 e R\$ 121,87 bilhões em 2022, até o momento. Fica nítida a expansão do gasto público com saúde, de forma escalonada. Porém, ao avaliar os anos posteriores à 2019,

escancara-se uma abrupta expansão do gasto com saúde. De 2019 para 2020, se avolumou um crescimento de aproximadamente R\$ 40 bilhões.

Indubitavelmente, o dispêndio do Estado do Maranhão, incrementado por gastos direcionados para ações de contenção da pandemia, obteve uma performance análoga ao caso brasileiro. Ao analisar o período pré-pandemia e compará-lo ao período posterior ao surgimento do quadro pandêmico, averigua-se um ostensivo crescimento do gasto público, metrificado em uma elevação de, aproximadamente, R\$ 1 bilhão de 2019 para 2021. Segundo o Portal da Transparência do Estado do Maranhão (2022), foram gastos em saúde R\$ 1,98 bilhão em 2017, R\$ 2,03 bilhões em 2018, R\$ 2,13 bilhões em 2019, R\$ 2,76 bilhões em 2020, R\$ 3,22 bilhões em 2021 e R\$ 3,04 bilhões em 2022, até o momento.

Tabela 4 - Gastos do governo com saúde no Maranhão (2015-2022)

Ano	Gastos com saúde (em bilhões de reais)
2015	1,55
2016	1,78
2017	1,98
2018	2,03
2019	2,13
2020	2,76
2021	3,22
2022	3,04

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Maranhão (2022).

Apesar da clara justificativa atrelada à pandemia para tal exacerbação dos gastos públicos, faz-se necessário frisar o impacto do descontrole do gasto público, analisando a importância do controle fiscal. Durante o ano de 2020 e 2021, o regime fiscal no Maranhão vivenciou um período de galopante flexibilização, em função da necessidade de acomodação de inúmeros pacotes de contingenciamento da crise então vigente, a qual atingia triplamente o estado — no âmbito sanitário, econômico e social. Portanto, o atual arcabouço fiscal apresenta-se com objetivo de dificultar a atuação anticíclica da política fiscal.

Figura 1 - Etapas de enfrentamento, gasto público e resposta da política fiscal à COVID-19

Resposta emergencial		Pós-pandemia	
1. Contenção e mitigação da crise sanitária	2. Contenção e mitigação dos desdobramentos da tripla crise	3. Recuperação econômica	4. Consolidação fiscal
Objetivos prioritários e escopo da política fiscal			
Evitar o colapso do sistema de saúde por ações de enfrentamento da emergência em saúde, assim como dar suporte de renda e liquidez para viabilizar o distanciamento social.	Escopo das ações de suporte de renda, liquidez e solvência se amplia para conter e mitigar os desdobramentos da tripla crise (sanitária, social e econômica).	Flexibilização das medidas restritivas e revisão das medidas emergenciais dão lugar aos pacotes de estímulo fiscal para retomar o crescimento e superar a crise econômica e social.	Após a recuperação das economias, a questão fiscal pode assumir proeminência.

Fonte: Esquema analítico de OCDE (2020).

Analisando o esquema proposto pela OCDE (2020), os esforços endereçados para confrontar os danos gerados pela pandemia pautaram-se em duas etapas precursoras: inicialmente conter os percalços de teor puramente sanitários, e, em segunda análise, tecer ações de contenção para a tríplice crise (sanitária, econômica e social). Com um desafio nunca visto, o estado do Maranhão se viu como gerenciador do hiato entre a capacidade de expandir o sistema de saúde para atender a crescente demanda voltada para atendimentos intensivos.

Deste modo, todas ações endereçadas tinham como intuito primário conter o avanço da COVID-19, frisando que as medidas fiscais implementadas nas duas primeiras etapas se apresentam com teor majoritariamente emergencial para inibir a disseminação da pandemia, tendo, em última análise, apenas o intuito de conter os impactos sociais e econômicos. Fica explícito, portanto, que as medidas fiscais endereçadas no ápice da pandemia, embasadas em extenso gasto público, diferenciam-se das estratégias convencionais de estímulo ao investimento e consumo, as quais têm como intuito aumentar a demanda agregada e favorecer o crescimento econômico.

5 CONCLUSÕES

O trabalho procurou analisar a condução da política fiscal durante o auge da pandemia de COVID-19, que até o presente momento, alcançou mais de dez mil mortes e mais de 480 mil casos apenas no território maranhense. Com diferentes interpretações sobre a ideia de administração de gastos públicos, o NCM e a MMT dividiram o palco no debate fiscal. De um lado, a importância da austeridade, do outro, o investimento público e a descrença da limitação monetária.

Dessa forma, foi exposto algumas das políticas no Maranhão, que incluíram desde gastos com saúde, auxílio desemprego, investimentos e, de forma geral, na infraestrutura, educação, agricultura, habitação, entre outros. Com isso, o que se pôde inferir foi a importância do aumento de gastos, dado o contexto, impulsionando a renda da população e, estimulando a demanda agregada, ainda que contra os pressupostos ortodoxos.

Em resumo, o presente artigo traz à luz o papel fundamental que teve a política fiscal, que não apenas exerceu o seu papel de praxe, mas que colocou em xeque o que se pensava sobre o papel do estado no tocante às políticas públicas, mostrando que, apesar de recorrente, o assunto não é trivial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria n.º 188, de 03 de fevereiro de 2020.** Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FURMAN, J. **The fiscal response to the great recession:** steps taken, paths rejected, and lessons for next time. [S.l.]: Yale University Press, 2020.

GANONG, P. *et al.* **Spending and job search impacts of expanded unemployment benefits:** evidence from administrative micro data. [S.l.]: University of Chicago, 2021. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3784008>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GONÇALVES, R. C. **Regime de superávit primário no Brasil:** teoria, institucionalidade e prociclicidade. 2017. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, SP, 2017.

LOPREATO, F. **O papel da política fiscal:** um exame da visão convencional. Campinas: Unicamp, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS. **Coronavírus Brasil.** Brasília, DF: Ministério da saúde, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

NG, M.; SHEINER, L. **How stabilizing has fiscal policy been?** [S.l.:s.n.], 2019. Disponível em: https://www.hamiltonproject.org/assets/files/SheinerNg_web_20190508.pdf?_ga=2.64237679.131961002.1669511984-2002873537.1669511983. Acesso em: 26 nov. 2022.

RODRIGUES, R. S. **Finanças públicas e o impacto da políticas fiscal no Brasil:** de 1991 a 2008. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SANTOS, F. A. *et al.* **A nova síntese neoclássica frente à crise econômica mundial:** a volta da política fiscal?. [S.l.:s.n.], 2011.

CAPÍTULO 12

GERAÇÃO DE RENDIMENTOS DO TRABALHO NOS MUNICÍPIOS MARANHENSES DURANTE OS ANOS 2012 E 2019

Letícia Ednê Tavares Pinto¹
João Gonsalo de Moura²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo identificar e analisar a capacidade dos municípios maranhenses suscitar rendimentos para os seus habitantes, comparativamente à sua representatividade estadual em termos populacionais. O principal recurso metodológico utilizado envolve o emprego de um indicador que resulta do confronto entre a contribuição de cada município para a geração de rendimentos do trabalho no Maranhão e a respectiva contribuição municipal para o quantitativo populacional do referido estado. Utilizando dados oriundos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA - IBGE), observou-se que apenas uma pequena fração das localidades consegue gerar rendimentos em proporção maior que a sua contribuição populacional.

Palavras-chave: Rendimento. Trabalho. Municípios. Maranhão.

Abstract: This article aims to identify and analyze the capacity of the municipalities of Maranhão to generate income for their inhabitants, compared to their state representativeness in terms of population. The main methodological resource used involves the use of an indicator that results from the comparison between the contribution of each municipality to the generation of income from work in Maranhão and the respective municipal contribution to the population quantity of that state. Using data from the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA - IBGE), it was observed that only a small fraction of the localities manages to generate income in a proportion greater than their population contribution.

Keywords: Yield. Work. Municipalities. Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é caracterizado por significativas desigualdades de renda, expressas não apenas entre os indivíduos, mas, também, entre as diferentes regiões ou localidades. Esta última modalidade de desigualdade já pode ser considerada como o reflexo da dessemelhança na distribuição das atividades produtivas, favorecendo a vigência de disparidades no próprio

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: leticia.edne@discente.ufma.br.

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: joao.gonsalo@ufma.br.

mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas rendas relacionadas ao trabalho (Melo, 2009).

Embora a literatura sobre o mercado de trabalho manifeste uma forte inclinação para abordar a relação entre as características pessoais dos indivíduos e os diferenciais de rendimentos, algo que parece justo e pertinente, torna-se conveniente precisar que existem outros tipos de diferenciais que se mostram igualmente oportunos em termos de ênfase e análise. Conseqüentemente, a própria dissemelhança entre as estruturas produtivas vigorantes nas diferentes localidades deve ser inserida no rol das variáveis fundamentais que influenciam a capacidade dos municípios gerarem rendimentos para seus habitantes.

Ou seja, as desigualdades nos níveis de rendimento podem ser determinadas por diferenças nos atributos econômicos de cada localidade, em razão, por exemplo, da concentração das atividades produtivas em certas áreas geográficas. Entretanto, também não se pode desprezar o fato de que as características individuais dos trabalhadores costumam também diferir no âmbito municipal, conforme variam os atributos locais. Da mesma forma que entre as diferentes municipalidades a estrutura produtiva torna-se distinta, também os atributos individuais dos trabalhadores se particularizam.

Considerando que o estado do Maranhão costuma ser referido pela prevalência da condição de pobreza, isto se deve, entre outros fatores, à incapacidade da própria estrutura produtiva estabelecida em gerar rendimentos do trabalho, algo que se difunde pelos 217 municípios do estado. Entretanto, há que se convir que tal incapacidade deve se manifestar de forma mais dramática em certas localidades, assim como deve se manifestar de forma menos dramática em outras localidades. Assim sendo, mesmo quando se trata de um ambiente caracterizado pela baixa capacidade de gerar rendimentos em nível local, ainda assim não deixa de ser apropriado

abordar a questão da intensidade com a qual a aludida incapacidade afeta os diferentes municípios no plano estadual.

Perante o exposto, o presente trabalho tem por objetivo identificar os desníveis municipais em termos de capacidade geradora de rendimentos para os munícipes, comparativamente às suas representatividades em termos populacionais. Dessa forma, convém ressaltar que a ênfase do artigo se concentra na identificação e análise dos referidos desníveis, deixando à parte a incumbência da identificação de suas causas mais prováveis.

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho encontra-se organizado em 4 seções, além desta introdução. Na segunda seção será feita uma breve alusão à literatura que trata dos diferenciais de rendimentos, enquanto na terceira serão expostos os aspectos metodológicos, enfatizando a apresentação do indicador que fornecerá as condições objetivas dos diferenciais de rendimentos nos diferentes municípios do Maranhão. Na quarta seção serão apresentados os dados gerados pelo indicador proposto e procedida a análise pertinente desses resultados, transportando para a quinta seção o esclarecimento das conclusões finais.

2 DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS

Os diferenciais de rendimentos representam uma preocupação dos economistas que remonta aos primórdios da economia como ciência autônoma. Tendo em vista que se trata de um fenômeno de fácil perceptibilidade, os estudos a respeito do tema costumam abordá-lo colocando como ponto central os fatores que podem ser responsáveis por gerar os referidos diferenciais, isto é, direcionando o foco para as causas mais prováveis do fenômeno em tela (Katz; Autor, 1999; Ramos; Vieira, 2001; Ramos, 2007).

A literatura disponível apresenta múltiplas razões para explicar a existência de hiatos remunerativos entre diferentes trabalhadores. Numa

situação imaginável em que a força de trabalho e as ocupações fossem homogêneas, a única função do mercado de trabalho seria determinar o salário. Em um ambiente dessa natureza, não haveria razões objetivas para a existência de dessemelhanças entre as remunerações dos indivíduos, isto é, não haveria desigualdade entre as remunerações. No entanto, em razão dos diferenciais de rendimento constituir um fenômeno que salta aos olhos, convém que se parta do princípio de que a realidade é marcada pela heterogeneidade no âmbito dos postos de trabalho, como também no âmbito dos próprios trabalhadores (Barros; Mendonça, 1995; Barros; Franco; Mendonça, 2007).

Para além das questões relacionadas à ação das forças modelares da oferta e da demanda, os rendimentos do trabalho também sofrem influências oriundas de outras variáveis importantes, como é o caso do prestígio do emprego, dos custos envolvidos no processo de preparação para o exercício de determinadas tarefas, das habilidades inatas portadas por certos indivíduos, dentre outras. Na verdade, desde os primórdios da ciência econômica, a análise dos diferenciais de rendimentos vem sendo associada a características não-pecuniárias, considerando que as remunerações mais elevadas tendem a resultar de uma espécie de compensação pelo esforço dos indivíduos no intuito de habilitar-se ao exercício de certas atividades (Fernandes, 2002; Cunha; Vasconcelos, 2012).

Sugestiona-se, pois, que apenas uma parte dos diferenciais de rendimento pode ser atribuída à operação ordinária do mercado de trabalho, de tal modo que essa operação exerce muito mais a finalidade de revelar as dissemelhanças existentes do que propriamente explicá-las. As aludidas dissemelhanças resultam muito mais das próprias heterogeneidades que são características dos trabalhadores, por exemplo, do esforço, do nível educacional e da experiência. Dependem ainda das desconformidades

presentes nas ocupações, como perigo, desconforto e complexidade (Barros; Foguel; Ulysea, 2006).

A teoria neoclássica da distribuição sugere a existência de uma relação direta entre o salário e a produtividade marginal do trabalho. Um dos fatores que mais contribui para diferenciar a produtividade entre indivíduos é o desnível no âmbito das capacidades adquiridas pelos trabalhadores, sendo a educação e a experiência profissional as principais fontes dos referidos desníveis. Em relação ao caso específico da educação, os diferenciais de rendimento podem ser facilmente explicados pelos diferentes níveis de escolaridade presentes nos indivíduos. Pessoas com maior nível de escolaridade (portadoras de maior estoque de capital humano) tendem a acessar/receber rendimentos mais elevados (Ramos; Vieira, 2001; Barros *et al.*, 2004; Melo, 2009; Campos, 2017; Silva Filho; Miyamoto; Santos, 2017).

Entretanto, os diferenciais de rendimento extrapolam a conjuntura individual, estendendo-se ao plano regional. Consequentemente, não seria o caso de recorrer-se a causas totalmente distintas quando se tem o nível regional como foco, mas, considerar que alguns fatores presentes em doses distintas entre indivíduos, muitas vezes, também se apresentam igualmente diferenciados entre regiões. Um desses fatores, para bem ilustrar o argumento, seria o estoque de capital humano, que se manifesta de modo bastante evidente nas próprias dessemelhanças entre os níveis de escolaridade vigentes em termos regionais, aplicando-se, por conseguinte, ao plano municipal (Silva Filho; Miyamoto; Santos, 2017).

Quando se considera que o rendimento do trabalho está associado à sua produtividade, torna-se razoável admitir, conforme exposto anteriormente, que um dos fatores preponderantes a influir sobre os desníveis de produtividade é o capital humano, sendo de fácil apreensão o argumento que atribui os desníveis salariais entre trabalhadores aos desníveis educacionais entre eles. Compreendendo-se que em certas regiões

as pessoas costumam possuir níveis de instrução formal mais elevados, comparativamente a outras regiões, pode-se inferir que, no primeiro caso, a produtividade do trabalho tende a ser mais elevada, tendendo a gerar igual efeito sobre os rendimentos. Enquanto isso, no segundo caso, a produtividade e os rendimentos, naturalmente, tendem a ser mais modestos (Barros; Mendonça, 1995; Menezes Filho, 2001).

Existem ainda outros elementos que contribuem para destoar os níveis de produtividade e rendimentos do trabalho entre regiões ou localidades, sendo um dos elementos de maior destaque a disponibilidade de capital físico. Quando os trabalhadores de uma localidade dispõem, ao seu redor, de máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias ao desenvolvimento de suas tarefas, os resultados de seus esforços tendem a ser mais satisfatórios e, conseqüentemente, os rendimentos auferidos pelo trabalho se elevam.

Uma região mais bem dotada de infraestrutura econômica (transporte, energia e comunicações), tem a seu favor o fato de a capacidade produtiva do trabalho sofrer um aditamento, resultando em remunerações avultadas. A disponibilidade de uma infraestrutura adequada permite que as tarefas sejam executadas em um menor espaço de tempo e que os custos sejam mais propícios, implicando em maior produtividade do trabalho, o que abre espaço para a vigência de rendimentos mais elevados.

O ambiente ao redor das forças produtivas também pode interferir sobre os rendimentos do trabalho, principalmente quando se trata de quesitos como burocracia, tributos, segurança jurídica, dentre outros fatores. Quando esses quesitos implicam em maiores custos para os negócios, mais exíguo tende a ser o mercado de trabalho e, da mesma forma, os rendimentos resultantes. Por exemplo, pode fazer grande diferença entre uma localidade e outra a simplicidade e transparência nos seus trâmites tributários e administrativos, fatores considerados favoráveis ao ambiente de negócios e à disponibilidade de postos de trabalho.

Por conseguinte, pode-se concluir que os fatores acima elencados influenciam diretamente os diferenciais de rendimento vigentes entre regiões (ou localidades), em razão dos seguintes motivos: determinam a capacidade de geração de postos de trabalho; afetam os níveis de produtividade do trabalho; condicionam os custos de produção. Em decorrência, torna-se razoável supor que os diferenciais de rendimento que venham a ser identificados entre áreas geográficas distintas, incluindo a esfera municipal, devem resultar de causas objetivas e bem definidas.

Entretanto, considerando que o objetivo do presente artigo não é identificar as causas, mas simplesmente mensurar a intensidade dos diferenciais de rendimentos prevalecentes entre os municípios maranhenses, a análise acima empreendida teve como finalidade principal tornar claro ao leitor que a existência dos aludidos diferenciais na esfera municipal é perfeitamente justificável e, certamente bastante evidente no caso maranhense, tratando-se, pois, de um tema deveras pertinente aos propósitos dos estudos acadêmicos e das próprias políticas de desenvolvimento.

No caso dos municípios maranhenses, objeto de estudo do presente trabalho, ainda que se considere o fato de estarem inseridos em um ambiente marcado pela escassez de rendimento para a força de trabalho, isto é, um ambiente marcado pela pobreza de sua gente, torna-se ainda mais razoável supor que existam discrepâncias nos níveis dessa escassez, considerando que elas devem apresentar-se mais fortemente em algumas localidades comparativamente a outras. O objetivo primordial do artigo é, portanto, apurar evidências da manifestação das ditas discrepâncias.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção será descrito o método empírico a ser empregado na identificação das disparidades que porventura possam existir no nível de

geração de rendimentos para o trabalho entre os municípios maranhenses. A ideia central é propor um indicador que evidencie a comparação entre a contribuição municipal em termos de geração de rendimentos do trabalho e a contribuição municipal para o conjunto da população residente no estado do Maranhão.

Deste modo, o indicador proposto no presente estudo, inspirado no Quociente Locacional apresentado por Crocco *et al.* (2006), como meio adequado para expressar sintética e compreensivelmente os resultados que viabilizem a comparação sugerida, será dado pela seguinte expressão:

$$IRM_i = \frac{\frac{RM_i}{RT_{MA}}}{\frac{POP_i}{POP_{MA}}} \quad (1)$$

Onde: IRM = indicador de rendimentos no município *i*; *RM_i* = Total de rendimentos pagos no município *i*; *RT_{MA}* = Total de rendimentos pagos em todos os municípios do Maranhão; *POP_i* = População residente no município *i*; *POP_{MA}* = População residente no Maranhão.

Trata-se, pois, de um indicador que prevê a apuração do quociente entre duas razões. A primeira delas, posta no numerador, expressa a razão entre os rendimentos pagos no município em análise e o total de rendimentos pagos na totalidade dos municípios maranhenses, fornecendo um indicativo da contribuição municipal para a geração de remunerações no estado. A segunda delas, disposta no denominador, denota a razão entre a população residente no município e a população total residente no estado, anunciando a contribuição municipal para o conjunto da população residente no plano estadual. Quando essas duas razões são comparadas em determinado município, o resultado traz à luz uma noção apropriada de qual delas se manifesta mais expressiva na localidade em questão.

Todo indicador deve ser analisado não somente à luz do que ele representa em sua essência, mas, também, a partir dos próprios resultados que produz, condicionando a interpretação, efetivamente, aos valores observados. Deste modo, torna-se fundamental que o indicador proposto seja compreendido a partir de alguns parâmetros singulares, sobretudo no que diz respeito aos intervalos sobre os quais os valores calculados possam ser enquadrados. Para facilitar a compreensão dos resultados, elucida-se abaixo o significado que deve ser atribuído aos números quando estes forem harmonizados em faixas ou intervalos julgados pertinentes, conforme os termos abaixo elencados.

a) $IRM > 1$

Quando $IRM > 1$, a razão posicionada no numerador exibe um valor maior em relação àquele que foi concebido pela razão disposta no denominador, ou seja, a participação dos rendimentos pagos no município na totalidade de rendimentos pagos no estado é maior que a participação da população daquele município na população total do estado. A parcela de rendimentos que o município gera para o estado supera a parcela populacional da população estadual abrigada na municipalidade. Assim sendo, deduz-se que a municipalidade com essa característica ($IRM > 1$) consegue oferecer ao estado uma proporção de rendimentos que está acima da proporção representativa da sua própria população.

b) $IRM < 1$

Quando $IRM < 1$, a razão disposta no numerador ostenta um valor inferior àquele que foi gerado pela razão que consta no denominador. Ou seja, a participação dos rendimentos pagos no âmbito municipal na totalidade de rendimentos pagos no âmbito estadual fica abaixo da participação da população do município no total da população do estado. A parcela de rendimentos que o município gera para o estado não alcança a

representatividade da população municipal na população estadual. Dessa forma, quando esta característica é manifestada em uma localidade ($IRM < 1$), conclui-se que ela oferta ao estado uma proporção de rendimentos que está abaixo da proporção representativa de sua população.

c) $IRM = 1$

O valor disponível no numerador se iguala ao valor que consta no denominador, ou seja, a participação dos rendimentos pagos no município na totalidade de rendimentos pagos no estado é exatamente igual à participação da população daquele município na população total do estado. O município contribui com a mesma proporção, tanto em termos de rendimentos como em termos de população. Trata-se, pois, de um caso em que se pode afirmar que a municipalidade com tal característica ($IRM = 1$) consegue oferecer ao estado uma proporção de rendimentos que é idêntica à proporção representativa de sua população.

Perante o exposto, pode-se afirmar que a questão básica a ser tratada no presente trabalho é identificar municípios com valores gerados para o IRM acima e abaixo da unidade ($IRM > 1$ e $IRM < 1$), identificando não somente a existência de disparidades na capacidade desses municípios em gerar rendimentos para seus habitantes, mas, também, quais as localidades em que o problema de geração de renda do trabalho se apresenta com maior ou menor gravidade. Os resultados suscitarão ainda algumas inferências genéricas a respeito do caráter regional das dissemelhanças que possivelmente se revelarão em decorrência da análise dos resultados gerados pelo indicador proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por finalidade apresentar os resultados do cálculo do indicador de rendimentos municipal e analisá-los com a devida propriedade.

Para tanto, deve-se ter sempre em mente, de agora em diante, as asserções emanadas na seção anterior, quando foram tratados os aspectos metodológicos e, principalmente, algumas singularidades interpretativas a respeito do que está por vir em termos de apuração de valores. Um elemento adicional que ainda se deve esclarecer é que os resultados abrangem o conjunto dos 217 municípios que compõem o estado do Maranhão, ressaltando assim a disponibilidade dos dados necessários para a efetivação dos cálculos previstos para todas as localidades.

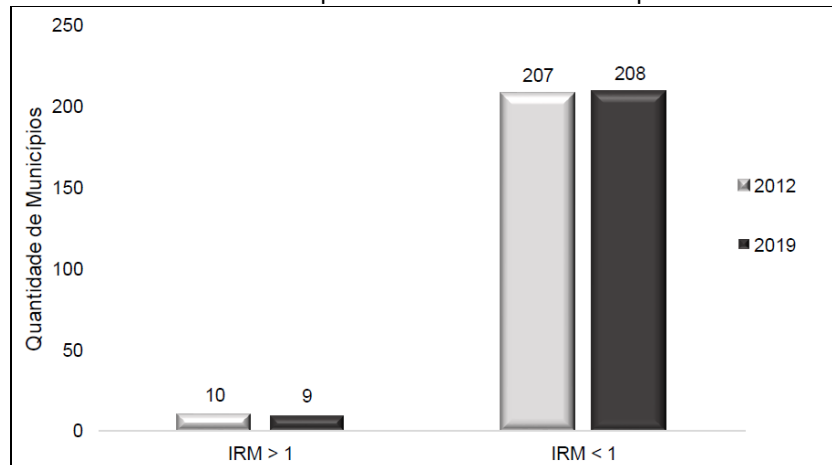
Para dar início à análise dos resultados apurados, tendo em conta o indicador sugerido, apresenta-se a seguir uma série de gráficos que procuram resumir, de forma objetiva e entendível, o desfecho da apuração. Portanto, esta opção pelos gráficos, em detrimento de tabelas e quadros, por exemplo, tem por finalidade tornar a divulgação e análise da referida apuração mais acessível e sujeita à deliberação própria de quem pretenda observar mais detidamente os números resultantes dos cálculos efetivados.

Para dar início à análise, o Gráfico 1 mostra a quantidade de municípios maranhenses que apresentaram resultados referentes ao indicador de rendimentos que se inserem em cada uma das duas alternativas mais relevantes, conforme expostas na seção anterior, e que correspondem a $IRM > 1$ e $IRM < 1$. Os resultados são apresentados sempre com referência ao ano a que se refere os dados, a saber, 2012 ou 2019, que constituem, respectivamente, os anos inicial e final do recorte histórico escolhido.

Observando atentamente os dados apresentados por meio do Gráfico 1 é possível perceber que, durante o ano de 2012, um total de 207 municípios apresentaram $IRM < 1$, enquanto somente 10 municípios apresentaram o resultado oposto, isto é, $IRM > 1$. Para o ano final do recorte temporal escolhido, 2019, a situação se mostra deveras semelhante,

tendo em vista que os dados apresentados revelam números respectivos de 9 e 208, mantendo-se quase inabalada a situação vigente em 2012.

Gráfico 9 - Número de municípios conforme a faixa de enquadramento do IRM



Fonte: Cálculos efetuados pelos autores com dados oriundos do SIDRA (2021).

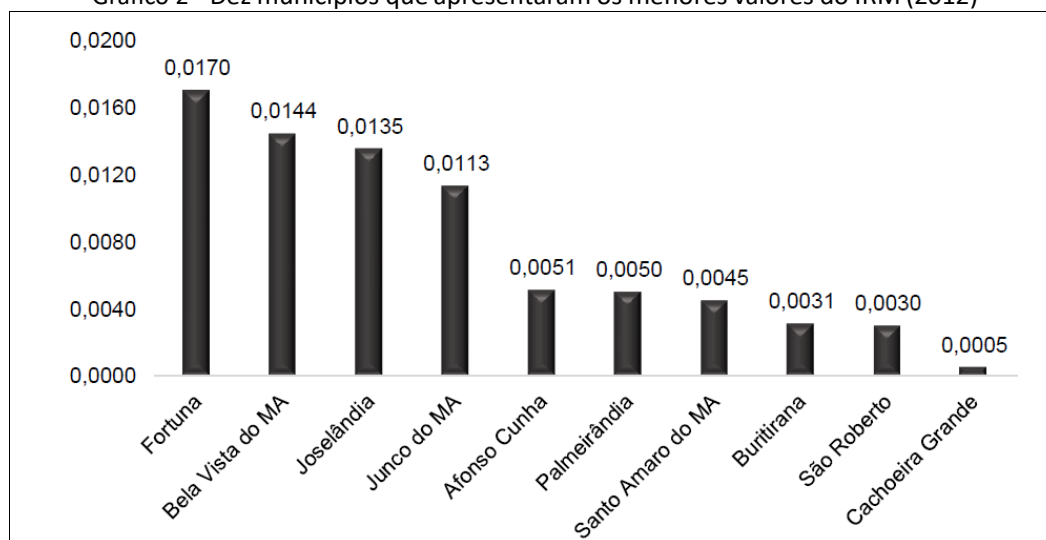
Vale lembrar que, quando o indicador de rendimentos é maior que 1 (um), então o numerador é maior que o denominador, revelando que a participação dos rendimentos pagos no município na totalidade de rendimentos pagos no estado supera a participação da população daquele município na população total do estado. Enquanto isso, para o indicador de rendimentos menor que 1 (um), tem-se que o numerador é menor que o denominador, denotando que a participação dos rendimentos pagos no município na totalidade de rendimentos pagos no estado é menor que a participação da população daquele município na população total residente no estado.

Nesse sentido, como a larga maioria dos municípios maranhenses não consegue gerar rendimentos do trabalho para o estado na mesma proporção que contribui para a formação da população estadual, assevera-se a situação típica de um ambiente marcado por economias municipais com baixo nível de desenvolvimento. Em tal contexto, os resultados apresentados no Gráfico 1 apenas confirmam o quão carentes se mostram essas localidades em termos de geração formal de emprego e renda. O inverso dessas condições só pode

ser verificado em um quantitativo muito diminuto de municípios, que inclusive chegou a diminuir quando da comparação do ano final (2019) com o ano final (2012), dando a entender que o período não apresentou uma tendência favorável à desconcentração do potencial de geração de rendimentos para o trabalho, quando se considera a esfera municipal.

O Gráfico 2 apresenta os dez municípios cujos resultados ficaram situados entre os menores no conjunto das 217 localidades maranhenses, conforme o contexto suscitado pelo ano inicial do recorte temporal, no caso, o ano de 2012.

Gráfico 2 - Dez municípios que apresentaram os menores valores do IRM (2012)



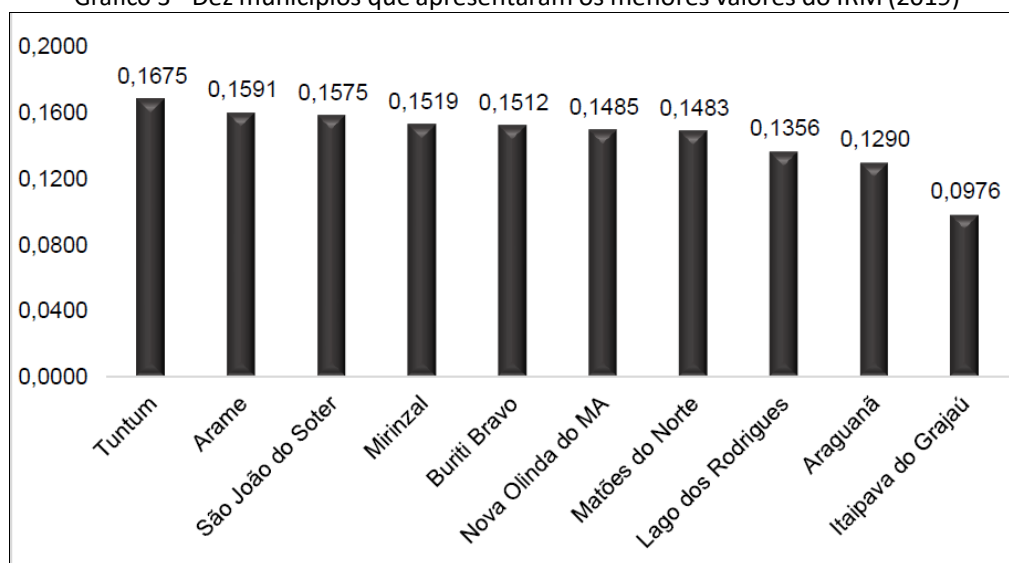
Fonte: Cálculos efetuados pelos autores com dados oriundos do SIDRA (2021).

Conforme posto em exibição no Gráfico 2, os dez menores valores obtidos para o IRM dos municípios do Maranhão se aproximam categoricamente de zero, a ponto de requisitar o emprego de quatro casas decimais para que os valores de certas localidades possam ser percebidos e desvelados. Diante dessa conjunção, constata-se a ínfima potencialidade dessas unidades municipais para gerar rendimentos para os seus habitantes, comparativamente às suas respectivas potencialidades em termos

populacionais no contexto maranhense, conforme as condições vigentes em 2012.

O Gráfico 3 também traz à luz os dez municípios com resultados mais baixos, só que agora se leva em consideração o momento derradeiro do recorte temporal, representado pelo ano de 2019. O interesse primordial da apresentação desse resultado é, por um lado, verificar se houve mudança significativa nos valores alcançados no âmbito das localidades com indicadores mais baixos, comparativamente àqueles verificados para 2012 e, por outro lado, identificar se houve troca expressiva no rol dos municípios que compõem a lista dos menos afortunados em relação ao quesito em análise.

Gráfico 3 - Dez municípios que apresentaram os menores valores do IRM (2019)



Fonte: Cálculos efetuados pelos autores com dados oriundos do SIDRA (2021)..

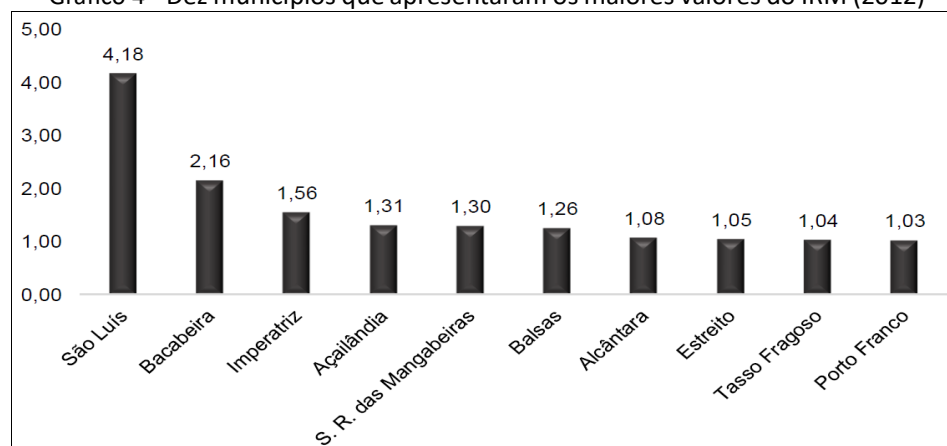
A partir das informações expostas no Gráfico 3 é possível inferir que os valores apresentados para os dez municípios com os menores níveis de IRM em 2019, mesmo que ainda se mostrem muito baixos, são em geral maiores que os valores gerais apresentados anteriormente para o ano de 2012. Visando esclarecer melhor o desenlace dessa particularidade, torna-se conveniente informar que o valor médio extraído das informações contidas no

Gráfico 2 fica em torno de 0,0077, valor este que fica aumentando para algo em torno de 0,1446 quando se utiliza as informações contidas no Gráfico 3.

Ainda em referência à situação exposta nos dois gráficos anteriores, também se destaca a permutação integral dos municípios que entram aparecem em cada um, ou seja, embora se trate do mesmo quesito, os municípios que aparecem listados no Gráfico 2 não são os mesmos que aparecem listados no Gráfico 3. Como a larga maioria dos municípios maranhenses ostenta valores abaixo da unidade, e os cálculos para cada unidade são muito sensíveis a mudanças pouco expressivas nos dados que servem de base para a formação do numerador do indicador proposto, é normal que, entre anos como 2012 e 2019, em se tratando de um período deveras turbulento para a economia brasileira, tenha havido muitas alterações no contexto focalizado no presente estudo. Tais alterações, para que se manifestem, não precisam de grandes transformações no contexto de cada localidade, tendo em vista a própria proximidade e concentração dos valores do IRM nos níveis mais baixos.

Direcionando o foco para a parte superior dos resultados obtidos, o Gráfico 4 exhibe os dez municípios cujos valores foram enquadrados como os dez maiores entre as 217 unidades municipais do Maranhão, considerando o ano inicial adotado no presente estudo, que corresponde a 2012.

Gráfico 4 - Dez municípios que apresentaram os maiores valores do IRM (2012)

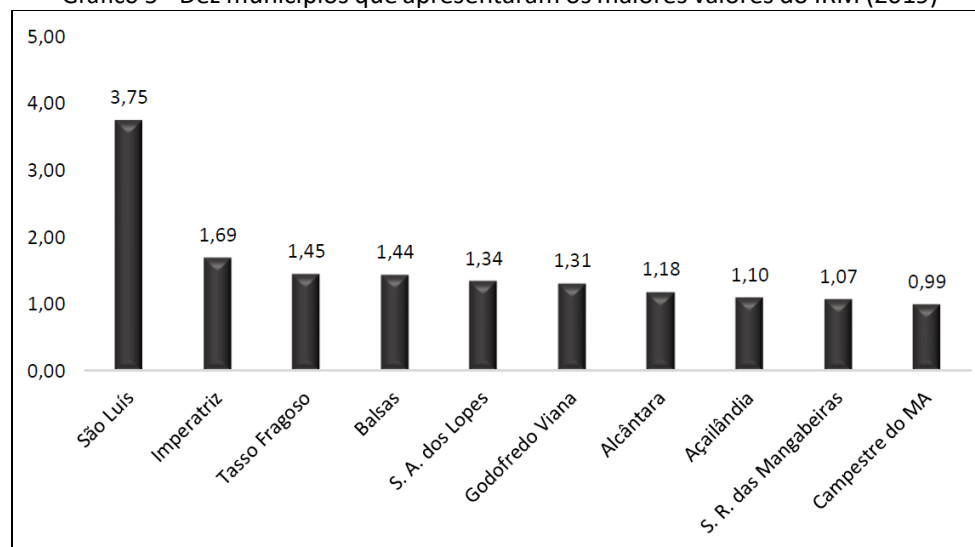


Fonte: Cálculos efetuados pelos autores com dados oriundos do SIDRA (2021).

Observa-se no Gráfico 4 uma forte predominância de municípios situados na parte mais ao Sul do estado do Maranhão, com uma exceção esperada, que envolve a Região Metropolitana de São Luís, representada pelos municípios de São Luís, Bacabeira e Alcântara, este último muito em função da forte presença militar em seu território em razão de abrigar uma base espacial. A lista exposta no referido gráfico nem mesmo reflete o aspecto de se tratar de localidades mais populosas, exibindo mesmo como destaque o elemento regional, uma vez que fica realçada claramente a predominância de unidades municipais localizadas na parte oposta à posição da capital maranhense no mapa estadual.

Finalmente, também no Gráfico 5 são exibidos os nomes dos dez municípios com números mais expressivos, com os respectivos valores calculados para IRM, só que agora os dados utilizados contemplam o momento final do recorte temporal, representado pelo ano de 2019.

Gráfico 5 - Dez municípios que apresentaram os maiores valores do IRM (2019)



Fonte: Cálculos efetuados pelos autores com dados oriundos do SIDRA (2021).

Em virtude da configuração revelada pelas informações contidas no Gráfico 5 pode-se afirmar que o aspecto de predominância de municípios localizados na parte mais ao Sul continua visível. Entretanto, quando se

compara com o contexto exibido anteriormente pelo Gráfico 4, nota-se o aparecimento de novos municípios no rol daqueles que geram os dez maiores valores do IRM, como é o caso de Santo Antônio dos Lopes (na parte mais central do estado) e Godofredo Viana na parte localizada a Noroeste do mapa estadual).

Portanto, em razão das informações trazidas à luz pelo Gráfico 5 (referentes a 2019), pode-se sugerir que a lista de municípios ali espelhada reflete uma distribuição de localidades que abriga áreas que no Gráfico 4 (referentes a 2012) não estavam contempladas. Ou seja, outras regiões aparecem contidas entre aquelas que apresentam municípios com IRM mais elevado no plano estadual. Isto indica que as localidades capazes de contribuir com rendimentos em proporção superior à sua própria contribuição para a população residente no estado se encontram agora (2019) mais espelhadas pelas diversas regiões contidas no mapa estadual, comparativamente ao cenário que predominava anteriormente (2012).

Outro fenômeno que parece externar os dados contidos no Gráfico 5 é o fato de que os valores ali contidos se mostram, em média, inferiores àqueles que foram externados através dos dados mostrados no Gráfico 4. Veja-se, pois, que nem mesmo foi possível encontrar em 2019 um total de dez municípios com valores acima de 1, tendo em vista que a décima localidade com valor mais elevado (campestre do Maranhão) aparece no Gráfico 5 com resultado igual a 0,99. Esta particularidade sugere que, talvez, de modo geral, a média do IRMA alcançada pelas localidades com maiores índices seja menor agora (2019) do que era antes (2012).

Tomando a média dos valores contidos no Gráfico 4, referentes ao ano de 2012, obtém-se um valor correspondente a 1,5970; do mesmo modo fazendo-se o mesmo com os dados contidos no Gráfico 5, referentes ao ano de 2019, gera-se um número da ordem de 1,5320. Em vista destes resultados é possível propor que se trata de uma queda no valor do IRM em 2019,

comparativamente a 2012, quando se trata dos números referentes aos municípios de maior performance. Diante desses dados, portanto, a sugestão que parece mais plausível assevera que os municípios com maiores índices já não se diferenciam tanto dos demais, em 2019, como se diferenciavam em 2012.

Observando o quadro geral revelado pelo IRM dos municípios maranhenses, na comparação de 2019 com 2012, retratado acima, merece destaque o fato do valor médio deste indicador, calculado para os dez municípios de menor performance, ter aumentado (de 0,0077 para 0,1446); ao mesmo tempo que esta mesma média apresenta diminuição quando se trata dos municípios de maior performance (de 1,5970 para 1,5320). Assim sendo, trata-se de um indicativo que no ano final do recorte temporal tratado no presente estudo a capacidade dos municípios maranhenses contribuírem com rendimentos do trabalho para o estado, em relação à capacidade de contribuírem com população, caminhou na direção de uma melhor distribuição.

Diante do exposto, convém ressaltar que em vista da possibilidade da aludida capacidade se encontrar um pouco mais bem distribuída não significa que está bem distribuída. Ou seja, os dados acima externados talvez indique que capacidade dos municípios maranhenses gerarem rendimentos para suas respectivas populações apresentou um quadro um pouco mais favorável no ano de 2019, comparativamente ao ano de 2012. Entretanto, o fato de estar melhor não significa que está bem, em estado ideal); significa apenas que caminhou na direção correta, mas não significa que chegou no lugar ideal.

Portanto, em termos absolutos, o que se observa é que apenas uma pequena fração dos municípios maranhenses são capazes de contribuir com rendimentos numa proporção equivalente ou superior à proporção que contribuem com habitantes. Estando a larga maioria dos municípios na situação oposta, muito mais que um simples diferencial exacerbado na

capacidade potencial dos municípios maranhenses gerar rendimentos para os seus habitantes, os resultados indicam uma concentração muito forte dos rendimentos em determinadas localidades, razão pela qual há que se concluir que o desenvolvimento das atividades econômicas carece de maior pujança na larga maioria das municipalidades do estado do Maranhão. Não é que se deva promover uma transferência de fontes de rendimento entre municípios; o que se deve é propiciar meios para que as fontes de rendimento possam surgir e perpetuar, inclusive, nas localidades em que, sobretudo, se mostram escassas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade do estudo ficou ancorada nos resultados obtidos com o cálculo do Indicador de Rendimentos dos Municípios (IRM), através do quociente entre duas razões, sendo a primeira o total de rendimentos gerados em cada município em relação ao total de rendimentos gerados no Maranhão; e, a segunda, formada pela razão entre a população total em cada município e a população total do Maranhão. Por meio do cálculo do referido quociente para cada município maranhense, nos anos de 2012 e 2019, foi possível observar a efetividade da geração de rendimentos no plano estadual, pelas diversas unidades municipais maranhenses, comparativamente à sua representatividade populacional.

Municípios como São Luís, Imperatriz, Balsas, Alcântara, Açailândia permanecem na liderança do ranking, contendo os maiores indicadores em termos da representatividade de suas respectivas capacidades de geração de rendimentos, comparativamente às suas respectivas representatividades em termos populacionais para o Maranhão. Inseridos em um contexto em que os indicadores de pobreza costumam chamar atenção, os aludidos municípios assumem, neste ambiente, uma espécie de liderança no quesito de geração

de renda (oportunidades) no estado, no cenário adverso da economia maranhense.

De modo geral, algo que se constatou foi a presença dominante de municípios localizados na parte mais ao Sul do mapa maranhense quando se faz a seleção dos municípios que ostentaram os resultados mais pujantes em termos do indicador proposto, embora com a maioria das cidades concentrando indicadores abaixo da unidade. Talvez em decorrência da presença marcante de atividades exportadoras relacionadas ao agronegócio nessa parte do Maranhão possa ser um dos fatores a causar tal característica. Mesmo que esta hipótese não tenha sido testada no presente estudo, há de convir que tal hipótese se mostra bastante plausível em relação à sua veracidade, considerando o caráter formal com o qual as referidas atividades costumam operar e os valores monetários que costumam movimentar.

Entretanto, o número de municípios que atingiram um valor igual ou superior a unidade no indicador proposto, seja para 2012 ou para 2019, não chegou a ultrapassar 10 municipalidades no ano inicial, confirmando-se ainda mais visivelmente no ano final do recorte temporal considerado. Ou seja, um olhar geral sobre os dados gerados pela aplicação do indicador em análise mostra que, para qualquer parte do Maranhão que se direcione o foco, o que se encontra, indiscutivelmente, é a maioria das localidades inseridas numa condição em que suas representatividades como geradores de rendimentos para os maranhenses ficam predominantemente abaixo de suas representatividades em termos populacionais, condição esta que se faz notar pelo domínio incontestado de valores abaixo de 1 calculados para o IRM.

Desta maneira, encontrando-se a maioria dos municípios maranhenses na faixa desvantajosa do indicador analisado, e sendo tão pouco representativo o número de localidades que se inserem na faixa positiva do mesmo indicador, atesta-se, pois, a preponderância de um ambiente em que os rendimentos gerados se encontram deveras concentrados nessas poucas

localidades, apresentando-se as demais como meros coadjuvantes neste quesito. Assim sendo, fica aqui atestado e sugerido que o desenvolvimento das atividades econômicas carece de maior expressividade e pujança na larga maioria das municipalidades do estado do Maranhão. Não se trata do caso de promover redistribuição da capacidade geradora de rendimentos que hoje ostentam os municípios maranhenses, mas, ao contrário, viabilizar o surgimento e manutenção deles nas localidades que, no momento, deles muito carecem.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P.; CARVALHO, M. D.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. P. D. **Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil**: implicações para crescimento, pobreza e desigualdade. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. P. D. **Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.
- CAMPOS, T. L. **Análise sobre as causas da desigualdade de renda no Brasil**. 2017. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/4555/?jsessionid=448DE98F796CAF42E30CE5FAEC171421?sequence=1>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- CROCCO, M. A. *et al.* Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, v. 16, n. 2, p. 211-241, 2006.
- CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Evolução da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 16, n. 1, p. 105-136, 2012.
- FERNANDES, R. Desigualdade salarial: aspectos teóricos. *In*: CORSEUIL, C.H. L. *et al.* (Orgs.). **Estrutura salarial**: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. [S.l.]: IBGE, 2021.
- KATZ, L. F.; AUTOR, D. Changes in the wage structure and earnings inequality. *In*: ASHENFELTER, O.; CARD, D. **Handbook of labor economics**. Amsterdam: Elsevier, 1999. p. 1463-1555.
- MELO, L. M. C. Determinantes dos diferenciais de rendimentos do trabalho: uma abordagem hierárquica para os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, 2009.
- MENEZES FILHO, N. A. Educação e Desigualdade. *In*: LISBOA, M.; MENEZES-FILHO, A. **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RAMOS, L. **O Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro:** tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. **Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos noventa:** discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

SILVA FILHO, L. A.; MIYAMOTO, B. C. B.; DOS SANTOS, J. M. Mercado de trabalho e diferenciais de rendimentos no emprego formal no Ceará: 2000-2014. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 4, p. 25-44, 2017.

CAPÍTULO 13

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPI/CPCE: benefícios do Programa Auxílio Residência (AR)

Luciane Prudêncio de Sousa¹
Tomaz Santos Castro²
Dryelle Patricia Silva e Silva³
Rodrigo Gustavo de Souza⁴

Resumo: O Auxílio Residência é um benefício pecuniário destinado aos estudantes da UFPI/CPCE, como o valor do benefício é quatrocentos reais, essa quantia torna-se mínima diante da cidade do agronegócio, pois Bom Jesus (no sul do Piauí) obtém um alto nível de vida. Assim, temos como problema: Quais os benefícios do Programa Auxílio Residência para os acadêmicos da Universidade Federal do Piauí, localizada em Bom Jesus-PI? Como objetivo geral: compreender os benefícios do Programa Auxílio Residência (AR) na Universidade Federal do Piauí/CPCE e os nossos objetivos específicos: realizar um levantamento histórico e organizacional sobre o programa Auxílio Residência (AR) na UFPI/CPCE; e descrever os seus benefícios considerando a participação dos bolsistas. Usamos alguns autores como: Arroyo (2007); Mainardes e Ball (2011); e dentre outros. Metodologicamente desenvolvemos um Estudo de caso na UFPI/CPCE e o nosso instrumento da pesquisa realizamos a aplicação do questionário utilizando a ferramenta do Google Forms.

Palavras-chave: Programa auxílio residência. Política de assistência estudantil. Benefícios.

Abstract: The Residence Allowance is a pecuniary benefit destined to UFPI/CPCE students, as the value of the benefit is four hundred reais, this amount becomes minimal in the face of the agribusiness city, as Bom Jesus (in the south of Piauí) obtains a high level of life. Thus, we have the following problem: What are the benefits of the Residence Aid Program for students at the Federal University of Piauí, located in Bom Jesus-PI? As a general objective: to understand the benefits of the Residence Assistance Program (AR) at the Federal University of Piauí/CPCE and our specific objectives: to carry out a historical and organizational survey on the Residence Assistance Program (AR) at UFPI/CPCE; and describe its benefits considering the participation of fellows. We used some authors such as: Arroyo (2007); Mainardes and Ball (2011); and among others. Methodologically, we developed a case study at UFPI/CPCE and our research instrument carried out the application of the questionnaire using the Google forms tool.

Keywords: Residence aid program. Student assistance policy. Benefits.

¹ Graduação em Pedagogia pela UESPI (lucianeprudencio09@gmail.com).

² Graduação em Ciências Econômicas pela UFMA (santos.tomaz@discente.ufma.br).

³ Professora assistente da UESPI (dryellepatricia@bjs.uespi.br).

⁴ Professor Adjunto da UFMA (rodrigo.gustavo@ufma.br).

1 INTRODUÇÃO

O Auxílio Residência é um benefício pecuniário destinado aos estudantes oriundos de outros municípios e/ou estados da federação que não possuam familiares diretos ou responsáveis legais na cidade de Bom Jesus-PI. O valor do benefício é de 400 (quatro centos reais) pago mensalmente ao estudante que também tem direito à isenção da taxa de alimentação, valor cobrado nos restaurantes universitários (RUs).

Para que os direitos estudantis fossem garantidos, em 2010 foi publicado o Decreto nº 7.234/2010 que se trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Além disso, o mesmo realiza estudos socioeconômicos para compreender a realidade social dos estudantes do Campus Professora Cinobelina Elvas - CPCE, e viabilizar o acesso a bolsas de assistência estudantil.

A Residência Universitária pertence ao Colégio Técnico (CTBJ) de Bom Jesus que na época recebiam alguns estudantes do Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), beneficiando um número pequeno de estudantes, apenas 19 alunos moravam na Residência (Fazendinha) que fica localizada em frente ao presídio, aproximadamente à 7km da Universidade Federal do Piauí - CPCE.

No ano de 2015 o Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), representado pela Assistente Social do Campus e o diretor, solicitaram e receberam a visita de uma equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) para que fosse realizada uma análise da situação vivida pelos estudantes do Campus no alojamento. Assim, decidiram pesquisar outras maneiras para atender os estudantes que necessitavam receber do benefício.

Diante das avaliações realizadas, em novembro de 2015 a pecúnia no valor de 400 reais passou a ser depositado diretamente na conta do estudante dando a ele autonomia para decidir onde queriam morar no período necessário, vivendo distante dos familiares, e assim concluir o curso superior. O benefício de

Auxílio Residência é encaminhado pela UFPI por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantil (PRAEC) e parcerias com o NAE.

No decorrer das relações e interações com os alunos da Universidade Federal do Piauí (CPCE) escutamos algumas dificuldades dos estudantes em manter-se na cidade de Bom Jesus-PI, pois como é considerada a cidade do agronegócio, os produtos alimentícios e os aluguéis estão constantemente em alta, fazendo com que esses alunos não consigam se manter em seus cursos. Partindo das histórias vivenciadas, organizamos a seguinte problemática: Quais os benefícios do Programa Auxílio Residência para os acadêmicos da Universidade Federal do Piauí, localizada em Bom Jesus-PI?

A partir dessa problemática elaboramos como objetivo geral: compreender os benefícios do Programa Auxílio Residência (AR) na Universidade Federal do Piauí/CPCE. E para alcançar essa proposta delineamos os nossos objetivos específicos: realizar um levantamento histórico e organizacional sobre o programa Auxílio Residência (AR) na UFPI/CPCE; e descrever os seus benefícios considerando a participação dos bolsistas.

Esse trabalho traz alguns autores como: Arroyo (2007); Ball e Bowe (1992); Minayo (2001), e dentre outros. Metodologicamente desenvolvemos um Estudo de caso na UFPI/CPCE trazendo pontos referentes ao Auxílio Residência do Campus Professora Cinobelina Elvas, como instrumento da pesquisa realizamos a aplicação do questionário utilizando a ferramenta do Google Forms (conhecemos todos os participantes pessoalmente). Destacamos que, participaram da nossa pesquisa 12 alunos que estavam ativos e recebendo o benefício.

Para coletar as informações apresentadas no trabalho, realizamos uma reunião durante o mês de julho do ano de 2022, apresentando a proposta da pesquisa. E em seguida, marcamos outro encontro para socializar o questionário e dialogarmos sobre ele, explicando as questões. Assim, trouxemos alguns quadros no item das análises para observar as suas respostas. Construímos uma

análise interpretativa, contextualizando a política estudantil na perspectiva de Ball e Bowe (1992), Mainardes (2006).

Os autores Ball e Bowe (1992) estruturaram o ciclo de políticas em contextos, são eles: contexto de influências, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Nessa pesquisa sinalizamos para o contexto da prática, momento que podemos observar como a política está repercutindo na vida dos alunos e os seus benefícios para a proposta da permanência.

A partir dos dados coletados compreendemos que, as políticas de permanência na universidade pública são essenciais para possibilitar o aluno que tem baixa renda concluir os seus estudos, porém o programa AR, assim como outros programas estudantis precisam considerar o seu aluno, não somente como um receptor da bolsa, mas aquele que precisa ser acompanhado no processo, elencando as suas dificuldades e apresentando novas estratégias de mudanças.

2 O PROGRAMA AUXÍLIO RESIDÊNCIA (AR) NA UFPI/ CAMPUS EM BOM JESUS-PI

Diante da CF/1988, a educação é um direito obrigatório e dever do Estado oferecer ao estudante um ensino de qualidade, porém a família também precisa ajudar, participar e acompanhar os processos formativos desses estudantes. Dessa maneira, no ensino superior compreendemos que o estudante obtém autonomia para tomadas de decisão sobre os cuidados pessoais, além de buscar juntamente com os programas e ações governamentais a sua permanência no ambiente universitário.

Desse modo, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tem como objetivo, não somente fazer com que o estudante permaneça na universidade, mas também oferecer uma formação democrática e com mais qualidade no ensino para os beneficiados. Podemos afirmar que, não basta ofertar um ensino gratuito em instituições públicas, também é necessário

garantir a permanência dos estudantes no processo educacional, assim terão as condições mínimas para concluir o seu curso. Diante da discussão, podemos trazer a seguinte reflexão: “[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social” (Almeida, 2005, p. 10).

Conforme Almeida (2005) os discursos das políticas são formulados com fundamento nas necessidades vividas pela sociedade e expressadas como resultados das lutas sociais. Porém garantir uma educação superior pública e de qualidade torna-se basilar assistir os estudantes e compreender a sua realidade social, dessa maneira o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelece o Auxílio Residência, com objetivo de ampliar as condições de permanência do estudante em situação de vulnerabilidade e desigualdade social na educação superior.

Esse programa possibilita garantir os direitos a igualdade na Universidade, oferecendo apoio financeiro aos alunos, custeando o tempo necessário para concluir seus estudos. O processo de seleção dos bolsistas ocorre da seguinte maneira: 1ª Etapa: Inscrição do estudante – o aluno de outra cidade ou estado solicita o benefício de Auxílio Residência através do Sistema Integrado de Assistência Estudantil (SINAE); A 2ª Etapa: Análise dos estudantes - e passa por uma análise feita pela assistente social do Campus, considerando alguns fatores agravantes, como: o perfil socioeconômico do estudante e da família, deficiência, doenças crônicas e outras; A 3ª Etapa: a classificação do estudante - o discente é selecionado e passam a receber não somente o valor em dinheiro, depositado mensalmente na conta, mas também passam a ter direito à isenção da taxa de alimentação no restaurante universitário do Campus Professora Cinobelina Elvas.

A partir do momento que são inseridos no benefício, assinam um termo de compromisso que estabelece algumas regras e terá que cumpri-las para se manterem no benefício. Algumas delas são: Está regularmente matriculado no

período, manter o índice acadêmico (IRA) acima de 7 e não haver reprovações no período. O acompanhamento do aluno é realizado pelo Pedagogo do Campus, ele orienta os alunos e de maneira compreensiva observa as situações dos discentes individualmente e quando necessário ele faz o processo de intervenção para os alunos manterem o seu auxílio, o objetivo é a manutenção do auxílio. O núcleo de assistência Estudantil (NAE), também promove reuniões sempre que entra novos grupos de bolsistas para reforçar as informações sobre os direitos e deveres dos estudantes beneficiados e apresentar os serviços dos profissionais disponíveis. Arroyo (2007, p. 19) afirma que:

É preciso compreender a diversidade dos educandos: adolescentes, jovens, adultos em várias idades, diversidades de níveis de escolarização, de tratoristas escolares e, sobretudo trajetória humanas, ou seja, é preciso fazer uma análise cuidadosa e ter um olhar individual para cada situação.

Refletindo sobre a ideia de Arroyo (2007), cada aluno tem as suas necessidades, trajetórias e anseios, assim na seleção dos bolsistas as suas histórias e desafios precisam ser observados e quando classificados o acompanhamento do Pedagogo pela instituição demonstra a preocupação de mantê-los no programa. Minayo (2001) afirma que, acessar e permanecer no ensino superior em universidades federais, há custos que a família e o Estado precisam assumir para proporcionar aos estudantes de baixa renda a oportunidade da ascensão social por meio dos estudos. No governo anterior, as ações estudantis foram minimizadas e podemos afirmar que o número de beneficiários dos últimos anos assistiu um número menor do que seria necessário para diminuir a desigualdade, proporcionando a manutenção somente dos alunos que recebem uma renda disponibilizada pela família.

No contexto da produção e implementação da política de Auxílio Residência, compreendemos que os discursos estão direcionados a ideia de permanência dos alunos na UFPI, mas os recursos atendem poucos alunos, a renda é mínima diante dos custos do município e alguns alunos realizam atividades extras para sobreviverem em Bom Jesus-PI.

No cenário da prática a política reflete na vida dos alunos uma possível expectativa de conseguirem finalizar os seus cursos e obterem os seus empregos ou outras práticas formativas que possam auxiliar em na sua trajetória profissional. É na prática que a política é criada e recriada pelos atores sociais, dessa maneira o auxílio residência para alguns alunos pode ser o único meio de renda e para outros um complemento, pois os pais podem ajudar nesse processo.

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (Mainardes, 2006, p. 49).

De acordo com Mainardes (2006), é no contexto da prática que observamos a natureza das contradições, destacando as ações dos profissionais que atuam e interpretam os discursos, no nosso caso, enfatizamos a ação da política do AR na vida dos alunos e as contradições que nela existe. Portanto, a proposta dessa política pode ser admitida pela sociedade e acolhida pelos alunos com um dos meios promotores da justiça e igualdade de direitos, porém a concepção da igualdade está alicerçando a maioria das políticas assistencialistas educacionais, sendo que essa concepção pode estar distante de ser evidenciada na prática.

2.1 A política estudantil na UFPI/ CPCE: a importância, desafios e benefícios do programa de Auxílio Residência

Nesse ponto discutiremos as respostas dos alunos, apontando as concepções da política de assistência estudantil. Assim, dialogaremos sobre a importância, os desafios e possíveis benefícios do AR. Dessa maneira, Ball (2011) coloca que as políticas educacionais servem para resolver ou minimizar situações ou problemas sociais. Nesse intuito pontuamos que os bolsistas se mantêm na Universidade com o auxílio dessa bolsa, mesmo sendo o mínimo disponibilizado pelo sistema.

O nosso país capitalista que exige mão de obra qualificada, pressiona os jovens a realizarem o Ensino Superior, apontando poucos recursos para eles, pois todos os bolsistas são provenientes de família de baixa renda. Dessa maneira, compreendemos a necessidade da ampliação de vagas e de recursos para possibilitar um melhor atendimento a todos. Freitas (2018, p. 31) apresenta que, “o neoliberalismo olha para educação a partir da concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade”. Compreendemos que, o neoliberalismo escraviza e manipula os processos educacionais para atender o mercado e consequentemente ofertar pouco para aqueles que precisam, assim o avanço social para os alunos de baixa renda, requer na maioria das situações se submeterem a um seletivo e passar por uma ação classificadora para obter um auxílio. Assim questionamos: Qual a importância do recebimento do benefício Auxílio Residência?

Quadro 1 - Recebimento do benefício do AR

Alunos	Respostas
A	Uma das condições para permanência no Ensino Superior
B	Uma das condições para permanência no Ensino Superior
C	Uma das condições para permanência no Ensino Superior
D	Uma das condições para permanência no Ensino Superior
E	É fundamental para me manter na Universidade
F	Uma das condições para permanência no Ensino Superior
G	Auxílio aos pais, pois já ajuda nas despesas em outra cidade
H	É fundamental para me manter na Universidade
I	É fundamental para me manter na Universidade
J	É fundamental para me manter na Universidade
K	É fundamental para me manter na Universidade
L	É fundamental para me manter na Universidade

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Observando o quadro, percebemos que há a expectativa dos alunos de obterem a bolsa para manterem-se na UFPI em Bom Jesus-PI, eles expõem que necessitam do recebimento do AR para auxiliar na permanência deles na cidade,

pois a maioria dos estudantes são de cidades próximas de Bom Jesus ou podem ser dos estados circunvizinhos, como: Bahia e Maranhão.

Dessa maneira, os alunos são dependentes do programa AR e podem considerar ele como uma forma necessária de conseguir cumprir com a sua trajetória acadêmica, mas reconhecemos como o Estado tem um olhar mínimo para os seus atores sociais que buscam cumprir com seus estudos em uma cidade consideravelmente custosa de se viver. Em Foucault (2002, p. 161) apresenta que o poder produz “[...] realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”.

A partir dessa ideia compreendemos que o sistema na sua concepção mínima oferta programas e projetos que podem auxiliar o aluno na Universidade em troca da negociação de induzir a comunidade a pensar que essa ação é benevolente, sendo que também é uma maneira de transmitir o poder, pois o Estado oferta o que aparentemente pode para apaziguar os ânimos dos estudantes, transparecendo a ação de controle e poder sobre os alunos.

Destacamos que há critérios classificatórios exigidos para a concessão da bolsa, como: morar sozinho, alunos de outras cidades que estão residindo em Bom Jesus-PI; ter uma renda menor que o salário mínimo; e com recursos mínimos para se instalar na cidade que a universidade está locada. Assim questionamos se os alunos concordam com os critérios, eles pontuaram:

Quadro 2 - Critérios exigidos pelo AR

Alunos	Respostas
A	Sim
B	Sim
C	Sim
D	Sim
E	Sim
F	Sim
G	Discordo no ponto em que só vale para quem mora sem os pais, deveriam ser levados em consideração se o candidato morasse de aluguel, independente de com quem resida.

Alunos	Respostas
H	Sim
I	Sim
J	Sim
K	Sim
L	Sim

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

A maioria dos alunos concordam com os critérios de seleção, sendo que apenas um ator social posicionou-se contra um dos itens de seleção, pois a consideração pontuada, na concepção do aluno, deveria ser a maneira que o aluno está residindo e não com quem. De certa maneira, existem famílias em Bom Jesus-PI que vive em uma situação complicada para manter os gastos dos seus filhos na Universidade e isso possibilita a desistência desse aluno.

Mas como essa política não contempla todos que precisam, existe a seleção para aqueles que estão em um grau de carência elevada. Esses critérios demonstram que o AR não resolve o problema da permanência dos alunos na instituição de ensino superior. Conforme a teoria do gerenciamento de Ball (2011, p. 85), o ser humano torna-se controlado e administrado pelo sistema “esse é um discurso da direita, que legitima o exercício da autoridade. Seu instrumento é a hierarquia de controle contínuo e funcional”. Nesse viés, os estudantes são gerenciados a produzir e permanecer no CPCE com uma bolsa de quatrocentos reais, sendo que o aluguel mínimo em Bom Jesus-PI é em média de quinhentos há seiscentos reais.

Os alunos são controlados, hierarquizados e acompanhados a não faltar e apresentar produtividade, pois existe a punição da perda da bolsa. Dessa maneira, existe uma política que em seus objetivos é para promover a permanência, mas pode ser excludente desde o seu início de seleção.

Nessa perspectiva, o empreendedorismo e a perspectiva de mudança para alinhar as necessidades dos atores que precisam do programa é essencial para continuação dessa proposta como funcional, pois “o empreendedor político

é comprometido com a aplicação de certas soluções, organizações ou contextos técnicos que são tomados *a priori* como necessários à mudança [...]” (Mainardes; Ball, 2011, p. 87). O AR precisa de avaliações e pesquisas constantes com os alunos de modo a escutar as suas vozes e não somente quantificar as suas palavras em gráficos que demonstram que essa política não precisa de novas estratégias.

Compreendemos que, é no contexto da prática que observamos as interpretações que os atores sociais realizam, dessa maneira para Mainardes e Marcondes (2009), os resultados esperados estão ligados ao contexto da prática, ou seja, é no campo que os problemas surgem e novas e diferentes estratégias precisam surgir.

Essa bolsa de quatrocentos reais do programa AR, configura-se como uma estratégia para auxiliar os alunos a ficarem na Universidade e cumprirem com a meta de finalizar os seus cursos, nesse cenário reconhecemos que a estadia, alimentação, deslocamentos e outros pontos poderiam ser revistos para atender com mais completude a situação do aluno universitário. Quando questionamos sobre o valor da bolsa eles disseram que:

Quadro 3 - Valor do benefício

Alunos	Respostas
A	Não, porque além de aluguel, tem despesas de energia, água, internet e alimentação
B	Sim
C	Não. Geralmente preciso fazer “bicos” para conseguir pagar as despesas
D	Não. Pois quando junta todas as despesas mensais o valor do auxílio residência não supre 100% as despesas, porem já dar uma ajudada
E	O custo de vida tem aumentado muito, mas sem esse auxilio tudo ficaria mais difícil
F	Sim e as vezes não, pois há uma divisão de gastos entre as pessoas que mora comigo, mas a medida que os custos das coisas aumentam tanto nos materiais como no transporte, pois nem todos residem na cidade de Bom Jesus, esse valor se torna pouco
G	Embora o valor da bolsa seja de grande ajuda para pagar as despesas da casa, não é o suficiente. Frente ao custo de vida que envolve aluguel, contas de água, luz, internet, gás e alimentação, é necessário buscar por formas de suprir essa demanda por dinheiro necessária para se manter na cidade. Alguns estudantes tem o apoio financeiro de familiares e amigos, mas outros saem de suas cidades apenas “com a cara e a coragem” e isso não é nada fácil. Com certeza esse é um fator que inicialmente, caso não seja resolvido, implicará na possível desistência de um sonho por falta de condições financeiras
H	Ajuda a custear metade das minhas despesas mensais

Alunos	Respostas
I	Não
J	Sim
K	Sim. Pagar o aluguel e o restante serve para comprar alimentos
L	Não. Aluguel, água e luz tiveram um aumento significativo nos últimos meses. O dinheiro da bolsa é fundamental para minha permanência na cidade e conclusão do meu curso, mas infelizmente não é o suficiente e meus familiares me ajudam

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Conforme os relatos dos alunos, percebemos que a metade dos bolsistas apresentaram o valor da bolsa como insuficiente para as suas despesas e considerando a cidade de Bom Jesus-PI, onde o custo de vida é alto, os estudantes pontuam que ajuda, mas não equivale as suas necessidades reais.

Diante do exposto, observamos a necessidade do reajuste da bolsa e de compreender a logística da cidade de Bom Jesus-PI, pois é uma cidade que está em constante crescimento devido ao agronegócio, havendo a centralização de renda e a exploração da mão-de-obra local para trabalhos temporários e com péssimas condições. Nessa instância, o custo da moradia e de elementos básicos para manutenção da vida são elevados, fazendo com que o benefício AR seja mínimo.

3 CONCLUSÃO

O programa de Auxílio Residência tem sido considerado pelos estudantes um dos mais importantes benefícios, pelo seu tempo de permanência, porque ele segue até período de conclusão do seu curso. Outro ponto considerado fundamental é o fato de terem também a isenção do valor cobrado no Restaurante Universitário (RU), isso de certa forma, passa uma tranquilidade para os beneficiados.

Realizar esse trabalho com estudantes que recebem o benefício no Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), nos auxiliou a conhecer as dificuldades desses estudantes e perceber que o auxílio é necessário, mas o essencial seria estender o programa para outros alunos que também vivem

situações financeiras complicadas direcionadas a moradia. Consideramos que, o sistema faz o mínimo possível, podendo esse programa e outras políticas de permanência serem rediscutidas para compreenderem a realidade educacional dos estudantes e as condições econômicas do território onde a instituição de ensino superior se encontra.

Portanto, observamos como basilar para o processo uma reestruturação na quantia da bolsa; uma reorganização nos critérios de seleção desses alunos; realizar um acompanhamento humanizador com a proposta de escutar as vozes dos estudantes sobre as suas realidades sociais; e apontar estratégias de avaliação e mudança de ampliação desse programa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. T Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do serviço social na educação. **Caderno Especial**, n. 26, p. 1-56, 25 nov. 2005.
- ARROYO, M. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. cap. 1, p. 19–52.
- BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools**: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. **Assistência Estudantil/UFPI**. [S.l.:s.n.], 2022. Disponível em: <https://ufpi.br/nucleo-de-assistencia-estudantil-nae>. Acessado em: 26 jul. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, 2010. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acessado em: 25 ago. 2022.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. São Paulo: Ática, 2002.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão popular, 2018.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009.
- MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- MAINARDES, J.; BALL, S. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO 14

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: os impactos durante e pós-pandemia da Covid-19

Camila Cristina Fernandes Seleiro¹
Isnara Cristina Moraes de Araújo²
Letícia Escorcio de Araújo³
Sophya Garcia Vale⁴

Resumo: A pandemia do coronavírus (Sars-Covid-19) repercutiu de diversas maneiras e intensidades nas sociedades de todo o mundo. Nesse artigo, através de vias investigativas, discutimos a abrangência e profundidade da crise econômica decorrente da pandemia sobre o agronegócio e analisamos como seu impacto se tornou de maior potência nesse período. A metodologia foi baseada na precedência de estudos com um conjunto de indicadores sobre o agronegócio, tomando como referência o contexto nacional. Posteriormente, faz-se o reconhecimento sobre as implicações causadas pela crescente do agronegócio no país, para, por fim, concluir a dependência econômica do país nesse setor.

Palavras-chave: Agronegócio. Pandemia. Brasil.

Abstract: The Coronavirus pandemic echoed in many forms and intensities in society throughout the whole world. This article, through investigative means, will discuss the range and depth of the ongoing economic crises regarding agribusiness and analyze how the impact has become the most significant potency during this period. The methodology was based on the precedence of studies about a group of indicators concerning agriculture, taking as reference the national context. After that, it was made reconnaissance about the implications caused by the emerging agribusiness in the country, to, ultimately, conclude the country's economic dependence on this sector.

Keywords: Agribusiness. Pandemic. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Como sabemos, a pandemia do Covid-19, impactou profundamente os meios de produção e serviços em todo o mundo, levando a retrocessos tanto

¹ Universidade Federal do Maranhão; Estudante de Graduação em Serviço Social. Endereço Eletrônico: Ccf.seleiro@discente.ufma.br.

² Universidade Federal do Maranhão; Estudante de Graduação em Serviço Social. Endereço Eletrônico: isnara.cristina@discente.ufma.br.

³ Universidade Federal do Maranhão; Estudante em Graduação em Serviço Social. Endereço Eletrônico: leticia.escorcio@discente.ufma.br.

⁴ Universidade Federal do Maranhão; Estudante em Graduação em Serviço Social. Endereço Eletrônico: sophya.garcia@ufma.br.

econômicos quanto sociais. No Brasil não foi diferente. Com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro e, posteriormente, no contexto da pandemia, diversos setores foram afetados, sendo o principal deles o setor de serviços (atividades de alimentação, serviços de alojamentos, atividades artísticas, atividades domésticas, etc.), apresentando uma queda de -9,3% em 2020 segundo IBGE, impactando diretamente na renda e consumo das famílias; seguido pelo Setor de Transportes e Indústria de transformação.

Apesar desse cenário de queda, o setor de nossa investigação não apresentou grandes problemas relacionados à produção e venda de seus produtos. Por isso, objetivamos trazer informações sobre o setor do agronegócio no período pandêmico e suas implicações no mercado nacional, bem como algumas tratativas do governo brasileiro nesse período. Para isso, partimos de uma pesquisa quantitativa e bibliográfica para então trazer conclusões resultantes da análise de dados.

O presente artigo está organizado da seguinte maneira: 1. Introdução, 2. Agronegócio: etimologia e relevância moderna, 3. Agronegócio e Pandemia do Covid 19, 4. Conclusões e 5. Referências.

2 AGRONEGÓCIO: ETIMOLOGIA E RELEVÂNCIA MODERNA

“Agronegócio” é uma expressão resultante da fusão de ‘agricultura’ e ‘negócio’. Sendo o termo ‘negócio’ originalmente do latim “negotium” (negação do ócio) tendo como significado a ocupação ou trabalho que visa atingir determinados fins para satisfação de necessidades de quem os opera ou de outrem; ‘Agricultura’, por sua vez, relaciona-se ao cultivo da terra e recursos naturais em geral, seja para produção vegetal – grãos, frutas, legumes e verduras – ou animal – produtos da bovinocultura, pescas, suinocultura, avicultura.

Se tratando dos processos relacionados à compreensão do uso recomendado do termo “agronegócio”, é necessário compreendê-lo em seu significado contemporâneo, como algo que extrapola o crescimento agrícola em

comparação à uma propriedade de agricultura familiar de subsistência. Contínuo a isso, o “agronegócio” prioriza o aumento da produtividade, com uso de máquinas e insumos modernos em um território de larga escala. Em consequente a conjuntura exposta, Buranello (2017) expõe em seu escrito *Agronegócio: conceito*:

Contextualizando o referido conceito econômico e a ordem jurídica, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 487/2013, que institui o Novo Código Comercial, traz em seu art. 681 o conceito de agronegócio como ‘a rede de negócios que integra as atividades econômicas organizadas de fabricação e fornecimento de insumos, produção, processamento, beneficiamento e transformação, comercialização, armazenamento, logística e distribuição de bens agrícolas, pecuários, de reflorestamento e pesca, bem como seus subprodutos e resíduos de valor econômico’.

Assim, esse setor da economia envolve uma inter-relação entre os três pilares econômicos, sendo eles: o primário (agropecuária), o secundário (indústrias de tecnologia e de conversão de matérias-primas) e o terciário (comercialização e transporte dos produtos oriundos do campo). Abrangendo também estudos científicos derivados a biotecnologia, meteorologia e climatologia, tudo com o objetivo de observar as melhores condições para intensificar a condensação de capital.

Tendo isso em conta, o agronegócio é responsável por sustentar a economia brasileira internacionalmente, sendo o principal protagonista nos cálculos do Produto Interno Bruto (PIB) do país na história da economia brasileira contemporânea. Visto isso, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o agronegócio alcançou 6,83 trilhões em 2018, o PIB-volume em alta de 1,87%, com elevações de 5,17% para insumos, de 0,41% para o segmento primário, de 1,97% para a agroindústria e de 2,31% para agro serviços, segundo pesquisas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representando, segundo as pesquisas das entidades mencionadas, estabilidade econômica.

Em sequência, em 2019 o PIB do agronegócio representou 21,4% do PIB brasileiro total. Segundo o Cepea, o PIB cresceu 3,81% em 2019, representando uma alta significativa após dois anos consecutivos de resultados pouco favoráveis para o setor, que vinha sofrendo preços relativos cada vez menores, visto que o Brasil enfrentava um período político de constante instabilidade, que ocorreu entre 5 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016 o impeachment da então presidenta da federação Dilma Rousseff (2011-2016), sendo substituída pelo seu vice-presidente Michel Temer (2016-2018).

Em 2019, porém, o agronegócio volta a surpreender as estatísticas, pois inicia-se a gestão do presidente eleito em 2018, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), e com ele uma agenda ultra neoliberal consolidada. Gestão essa marcada pelo desmonte e descaracterização do dispositivo estatal (Sauer; Leite; Tubino, 2020) e políticas de intenso incentivo ao agronegócio, onde grande parte das iniciativas feitas por Temer em 2016, Bolsonaro simplesmente deu continuidade. Sobre o exposto, Kluck (2020) destaca essa estratégia política como uma “bagunça generalizada” que:

Esconde atrás dos escombros deixados por ela mesma a cada dia, um perverso modus operandi, envolvendo políticos e empresários organizados em bancadas ou grupos, na proposição e reelaboração de leis (medidas provisórias, projetos, revogação de leis, entre outros), voltadas às questões fundiárias e ambientais, com potencial de efetivar uma grande dilapidação do “patrimônio” público (Kluck, 2020, p. 683).

Portanto, é perceptível como o capital, que está no controle dos grandes empresários, com colaboração do Estado, contribui para o avanço do agronegócio ao decorrer dos anos. Mesmo com uma pandemia que impactou todo o mundo a partir do ano de 2020, pode-se perceber o aumento do setor, como será aprofundado no tópico seguinte.

3 AGRONEGÓCIO E A PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia da covid-19 foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, devido ao alcance global atingido pela doença, que se trata de uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Foram diversas e profundas as implicações que o período pandêmico trouxe para a sociedade, no Brasil a crise sanitária deixou em evidência a fragilidade do sistema de saúde, por conta da elevada taxa de óbitos, faltas de leitos. Além disso, observou-se o estabelecimento de uma crise econômica que atingiu diversos países, como o Brasil, exemplificada no aumento do desemprego e na queda em variados setores econômicos.

Entretanto, em contrapartida ao rumo que o mundo tomava, no Brasil um setor econômico que se manteve firme e inclusive se expandiu durante a pandemia foi o agronegócio, segundo o Cepea, da Esalq/USP, e a CNA), o PIB do agronegócio aumentou 24,31% em 2020, totalizando uma parcela de 26,6% no PIB do Brasil, porção que em 2019 era de 21,4%, observa-se que o agronegócio vem crescendo gradualmente, a crise sanitária causada pela covid-19 não foi capaz de parar esse crescimento, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Participação do agronegócio no PIB do Brasil

Anos	Participação do PIB do Brasil
2019	21,4%
2020	26,6%
2021	27,4%

Fonte: Cepea/USP e CNA.

Como se observa na Tabela 1, a participação do agronegócio no PIB brasileiro em 2019 era de 21,4%, em 2020, ano em que começa a pandemia, ele teve um grande salto para 26.6% e no ano seguinte, também dentro do período pandêmico, a participação do setor dentro do PIB do país cresceu +0.8%, chegando ao total de 27.4%. Apesar do crescimento de 2021 ter sido inferior ao de 2020, esses dois anos se constituíram como um dos melhores biênios na

história do agronegócio brasileiro, conforme Cepea/USP e CNA, aumentando a relevância que esse setor tem para nação brasileira, consequentemente fazendo com que o país invista mais nesse ramo, o que torna a economia do país mais dependente dele.

Ademais, segundo o portal de notícia Agência Brasil que teve como base o boletim da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a balança comercial das exportações do Brasil no agronegócio foi de US\$ 100,81 bilhões em 2020 com os principais destinos sendo China e Estados Unidos, apresentando um aumento de +4,1% em relação ao ano anterior, enquanto que as importações do setor obtiveram queda de -5,2%, resultando em um total de US\$ 13,5 bilhões, gerando um saldo de US\$ 87,76 bilhões para o ramo, com isso as exportações do agronegócio representam 48% das exportações brasileiras em 2020.

Já em 2021, conforme o portal de notícia do Ministério da Agricultura e Pecuária, as exportações do agronegócio somaram US\$ 120,59 bilhões, representando uma elevação de 19,7% em relação ao ano de 2020, apresentando grandes recordes para o setor neste ano, pois somente os meses de janeiro e fevereiro não obtiveram recorde, o total exportado do agronegócio foi responsável por 43% do que foi exportado pelo Brasil. Ainda de acordo com o site, as expansões das exportações do Brasil no agronegócio aconteceram em razão do crescimento do índice do valor dos produtos, que foi de +21,2%, enquanto que o total foi reduzido -1,2%.

Com isso, diante dos dados apresentados surge um questionamento: Por que mesmo dentro de um período que se constituiu como um dos maiores desafios para diversos âmbitos da sociedade o agronegócio brasileiro continuou em expansão? Uma das possibilidades de resposta para essa pergunta é o apoio preferencial dado ao agro pelo então presidente Jair Bolsonaro, conforme Pereira, Origuéla e Coca (2021) Uma das medidas que fomentou o aumento do setor foi a flexibilização da legislação que rege a “estrangeirização” da terra, pois:

A Lei n. 13.986, de 07 de abril de 2020, popularmente conhecida como Lei do Agro, dentre as inúmeras alterações em marcos jurídicos relacionados à questão agrária, modificou o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971, que até a atualidade é a legislação que visa regulamentar a estrangeirização da terra no Brasil. A Lei n. 13.986/20 declara que as restrições estabelecidas na legislação de 1971 não se aplicam aos casos de sucessão legítima; às hipóteses de constituição de garantia real, nacional ou estrangeira e; aos casos de recebimento de imóvel em liquidação de transação com pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, ou pessoa jurídica nacional da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e que residam ou tenham sede no exterior, por meio de realização de garantia real, de dação em pagamento ou de qualquer outra forma (Pereira; Origuéla; Coca, 2021, p. 19).

Diante disso, a lei deixa lacunas que possibilitem a tomada de propriedade de terras rurais brasileiras por empresas estrangeiras e brasileiras que pertencem a estrangeiros. Assim, enquanto eram criadas medidas que permitiam a expansão do agro, se faziam grandes cortes orçamentárias em outros âmbitos:

São cortes orçamentários no INCRA, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e em diversas instituições de pesquisa, que são cruciais para formulação de políticas públicas no país, dentre estas destacamos os intensos desmontes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE. Isso tem resultado diretamente na flexibilização de políticas de controle do desmatamento (Pereira; Origuéla; Coca, 2021, p. 17.)

Com esse fator em conhecimento, é confirmado um tratamento preferencial dado ao agronegócio em relação a outros setores, primordialmente durante o governo Bolsonaro. Infere-se então a dependência da economia brasileira nesse setor, fortalecida pela desvalorização das instituições que efetivam as políticas públicas voltadas para agricultura, meio ambiente e pesquisa de dados. Pois, apesar de apresentar os melhores índices econômicos, não é esse setor que sustenta a economia interna brasileira.

3 CONCLUSÃO

A partir dos dados expostos, o agronegócio apresenta-se como principal setor econômico brasileiro e que movimenta outros setores de sua cadeia produtiva, utilizando grandes extensões de terra, gerando lucros e benefícios aos grandes empresários do ramo. Desenvolve-se nesse período pandêmico com os incentivos governamentais que, direta ou indiretamente, afetam seus processos, como a utilização de uma grande diversidade e quantidade de agroquímicos, liberados pelo governo brasileiro no período analisado, que permitem a produção em larga escala e favorecem a exteriorização de maior parte da produção através de incentivos fiscais, além de considerar os avanços tecnológicos em maquinário.

Em contrapartida com o contexto de recessão, o agronegócio apresenta gradativas elevações em seus índices de mercado, sendo um dos poucos setores que não apresentam quedas. Fazendo com que o Brasil faça muitos investimentos nesse ramo, o que resulta em um desenvolvimento econômico lento em outras áreas.

O que só nos permite analisar os ganhos econômicos, sem medir, no entanto, possíveis ganhos sociais dessa grande indústria, uma vez que representa, em seu cerne, a concentração fundiária e de renda que estão presentes desde a gênese do Brasil.

Para além disso, representa também uma ação de distanciamento do governo brasileiro no que se refere às instituições governamentais que permitem essa dinâmica e desfavorecem, com financiamentos baixíssimos ou sem direcionar verba orçamentária suficiente, a ação de órgãos públicos responsáveis por fiscalizar a preservação do meio ambiente, a regularização fundiária rural e que potencializam as violências do campo.

Por isso, se torna imprescindível maiores direcionamentos por parte do governo, em todas as esferas, conciliar de maneira que favoreça àqueles que



III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão



realmente precisam de incentivos para a produção, de modo que estimule a produção agrícola para o mercado interno, distribuindo melhor os lucros da produção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Exportações do agronegócio batem recorde em dezembro e no ano de 2021**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-batem-recorde-em-dezembro-e-no-ano-de-2021>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. **Exportações do agronegócio fecham 2022 com US\$ 159 bilhões em vendas**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. **Coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>. Acesso em: 20 set. 2023.

BURANELLO, R. **Agronegócio**: conceito. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/208/edicao-1/agronegocio:-conceito>. Acesso em: 20 set. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA;
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - CNA. **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2019**. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 17 set. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA;
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - CNA. **PIB Agro/CEPEA**: com avanço de 24,3% no ano, PIB agro alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. [S.l.:s.n.], 2020. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro- cepea-com-avanco-de-24-3-no-ano-pib-agro-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020.aspx>. Acesso em: 30 set. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA;
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - CNA. **Agro/CEPEA**: PIB do agro cresce 8,36% em 2021; participação no PIB brasileiro chega a 27,4%. [S.l.:s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agro-cresce-8-36-em-2021-participacao-no-pib-brasileiro-chega-a-27-4.aspx>. Acesso em: 30 set. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA. **Após recordes em 2020 e 2021, PIB do agro cai 4,22% em 2022.** São Paulo: USP, 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-apos-recordes-em-2020-e-2021-pib-do-agro-cai-4-22-em-2022.aspx>. Acesso em: 17 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Com serviços afetados pela pandemia, PIB de 2020 cai em 3,3%.** [S.l.]: Agência IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35349-com-servicos-afetados-pela-pandemia-pib-de-2020-cai-3-3>. Acesso em: 30 set. 2023.

KLUCK, E. G. J. Terra e floresta em foco: percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 681-711, 2020.

NASCIMENTO, L. **Balança comercial do agronegócio soma US\$ 100,81 bilhões em 2020.** Brasília, DF: Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/balanca-comercial-do-agronegocio-soma-us-10081-bilhoes-em-2020>. Acesso em: 26 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19.** [S.l.]: OPAS, [202-]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 18 set. 2023.

PEREIRA, L. I.; ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E. L. F. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista Nera**, n. 58, p. 8-27, 2021.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

CAPÍTULO 15

OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE CAPITAIS: um estudo sobre o agronegócio em empresas do setor de consumo não cíclico listadas na B3

Acacio Mendes Pinheiro¹
Eduardo Mohana Silva Ferreira²
Enaire de Maria Sousa da Silva³
Railson Marques Garcês⁴
Karenn Patrícia Silva Siqueira⁵

Resumo: Toda crise gera uma preocupação em um determinado setor da economia, e a pandemia de Covid-19 escancarou esse contexto no Brasil. No agronegócio não foi diferente, setor esse que sofreu impactos econômicos, principalmente pelo aumento do preço dos insumos e as restrições exigidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o que também impactou no mercado acionário brasileiro nas negociações de *commodities*. Este artigo apresenta os efeitos da pandemia de Covid-19 no Mercado de Capitais, a partir da realização de um estudo sobre o agronegócio das empresas do setor não cíclico listadas na B3. A pesquisa se baseou nas contribuições teóricas de autores como Davis, Goldberg e Assaf Neto para relacionar a temática com os índices apresentados. Para tanto, selecionou-se como metodologia uma abordagem qualitativa para analisar os balanços patrimoniais das empresas do agronegócio listadas na B3. Concluiu-se que o setor de consumo não cíclico não apresentou efeitos tão negativos referentes aos cinco segmentos desse setor, visto que os bens de consumo essenciais tendem a ter uma menor elasticidade em relação aos produtos e serviços substitutos.

Palavras-chave: Pandemia. Mercado de Capitais. Agronegócio.

Abstract: Every crisis generates a concern in a particular sector of the economy, and the Covid-19 pandemic has opened up this context in Brazil. In agribusiness it was no different, a sector that suffered economic impacts, mainly by the increase in the price of inputs and the restrictions required by the World Health Organization (WHO). This also impacted the Brazilian stock market in commodity trading. This article presents the effects of the Covid-19 pandemic on the Capital Markets, based on a study on the agribusiness of companies in the non-cyclical sector listed in B3. The research was based on the theoretical contributions of authors such as Davis, Goldberg and Assaf Neto to relate the theme with the indexes presented. To this end, a qualitative approach was selected as a methodology to analyze the balance sheets of agribusiness companies listed in B3. It was concluded that the non-cyclical consumption sector did not present such negative

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail para contato: accacio@hotmail.com.

² Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: eduardomohana@hotmail.com.

³ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: sousaenaire@gmail.com.

⁴ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail para contato: railsongarcez.uema@gmail.com.

⁵ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail para contato: karennsiqueira@professor.uema.br.

effects regarding the five segments of this sector, since essential consumer goods tend to have a lower elasticity in relation to substitute products and services.

Keywords: Pandemic. Capital Markets. Agribusiness.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus atingiu o mundo todo, causando efeitos socioeconômicos em setores essenciais à diversas nações. No Brasil, seus impactados foram sentidos por muitos setores da economia nacional como o agronegócio – o que desencadeou déficits expressivos ao setor agrícola do país. Um dos fatores para esse déficit no setor do agronegócio refere-se ao câmbio que, sobretudo, trouxe a desvalorização do real perante o dólar, quadro que permanece desde o início de 2020 (31,2% conforme o Banco Central do Brasil-BCB).

Segundo CNA (2020), houve um aumento de 40,4% no preço dos fertilizantes e de 10,4% nos suplementos minerais. O fato é que a pandemia do novo coronavírus, além de uma crise sanitária, também pode ser considerada um fator de crise econômica, com consequências ainda desconhecidas para a estabilidade financeira de setores estratégicos de diversos países (Mazucatto, 2020).

Em um contexto pandêmico, especula-se a elevação dos níveis de incerteza no Mercado de Capitais em âmbito mundial, fazendo com que as condutas de seus agentes estejam mais correlacionadas, ou seja, os investidores tendem a reduzir sua gama de investimentos diretos (Liu *et al.*, 2020). Segundo Mattei e Heinem (2020), cenários como a crise sanitária da Covid-19 revelam a instabilidade no mercado financeiro por três principais maneiras: no declínio da produção das empresas, na paralisação do mercado e nos impactos ao cenário financeiro.

Nessa conjuntura, a pandemia de Covid-19 impactou diversos setores da economia mundial, o que estimulou o despertar para que cada setor

econômico se reinventasse ou, pelo menos, se utilizasse de estratégias para reduzir tamanhos impactos. No que tange ao setor agrícola, diversas ameaças de falta de alimentos nos supermercados e, cada vez mais países estabelecendo restrições na importação de alimentos devido a facilidade de propagação do vírus, fez com que o Brasil se adaptasse à nova realidade involuntária (Orgaz, 2020).

Conforme dados do CEPEA (2022), a pecuária encolheu 2,2% e o PIB brasileiro que, apesar de uma queda de 2,03% no último trimestre de 2021, encerrou o ano de 2021 em 8,36%. Nesse cenário, são evidenciadas várias mudanças no segmento do agronegócio. Dessa forma, a pesquisa tem o propósito de desenvolver uma análise mais aprofundada dos efeitos da pandemia do novo coronavírus no setor agronegócio nacional. Logo, tem-se como questão norteadora da pesquisa: quais os efeitos causados pela pandemia da Covid-19 em empresas do setor não cíclico listadas na B3?

Diante de tal problemática, a hipótese desenvolvida é a de que o setor do agronegócio brasileiro foi fortemente atingido com o avanço da pandemia em seus diversos setores, um dos principais fatores foi a queda na produção e do consumo, pois enquanto o preço dos insumos aumentava na fabricação, os consumidores passaram a sentir o reflexo sobre as prateleiras dos supermercados, e o mercado de ações sentia os valores das oscilações dos preços das *commodities*.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os efeitos causados pela pandemia da Covid-19 em empresas do setor não cíclico listadas na B3. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos secundários: (i) identificar os efeitos no mercado de capitais no Brasil (ii) verificar o desempenho das empresas por meio de índice de liquidez dessas empresas; (iii) averiguar os impactos da pandemia nas empresas do agronegócio.

O presente estudo se justifica pela necessidade de se investigar os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 no Mercado de Capitais, tendo como base

uma análise sobre setor do agronegócio, visto que este ganhou destaque durante o ápice da pandemia, tendo medidas de restrições sendo impostas por órgãos reguladores, com o preço dos insumos sofrendo fortes altas, principalmente com a alta do dólar, além da questão da insegurança dos investidores no setor diante da crise sanitária. Desse modo, é de extrema relevância verificar os efeitos econômicos da pandemia deste que é um setor essencial para as atividades econômicas do Brasil.

2 OS EFEITOS ECONÔMICOS DA COVID-19 NO BRASIL

Para o governo brasileiro, os impactos econômicos da Covid-19 estão relacionados diretamente ao isolamento social, sendo dividido em três partes: 1) restrição à produção e consumo; 2) tempo de recuperação; e 3) impacto de longo prazo da economia (Brasil, 2020).

Para o Ministério da Economia, diante do cenário pandêmico, já era previsto que haveriam impactos econômicos no Brasil. Dentre estes, destaca-se a redução das exportações, a queda nos termos de troca, a suspensão da cadeia de produção de alguns setores, o declínio no preço dos ativos, além da diminuição na circulação de pessoas e mercadorias, contribuindo para o cenário de recessão econômica do país (Brasil, 2020).

Comparada com a crise de 2008 e a Grande Depressão em 1929 a Covid-19 se espalhou rapidamente pelo mundo, com efeitos sentidos quase que instantaneamente nas mais variadas economias do globo (Ferreira Júnior; Santa Rita, 2016). Trazendo a comparação de outras duas grandes crises que abalaram o mundo, os autores Ferreira Junior e Santa Rita (2016) explicam que, tanto a crise econômica de 2008 quanto a crise de 1929 – que já estavam ligadas diretamente ao setor econômico – a pandemia da Covid-19 se iniciou como uma crise sanitária, mas desencadeou em problemas em escala econômico setorial por todo o mundo.

As incertezas a respeito da duração e, principalmente, da proporção da pandemia de Covid-19 fizeram com que os impactos sobre a economia elevassem o grau de incerteza ao risco financeiro dos agentes econômicos, levando a patamares raramente presenciados na história, isso por que, em situações de rejeição ao risco, empresas e famílias tendem a apresentar comportamento com mais prudência do que normalmente fazem (Banco Central do Brasil - BCB, 2020).

Nesse contexto, o aumento da prudência tende a refletir no mercado financeiro com um movimento de atenção dos investidores de ativos, referente aqueles que tendem a ter um maior risco para aqueles com maior segurança, levando sempre em consideração ativos com maior liquidez. Assim, tais movimentos causam efeitos simultâneo que geralmente são causados pela maioria dos agentes econômicos.

Segundo Nogueira e Salvato (2020), a renda per capita dos brasileiros em 2019 era cerca de 7% menor quando comparado ao pico de 2013 e, mesmo antes do surgimento da Covid-19, não havia uma expectativa que a renda voltasse ao mesmo patamar antes de 2024. Diante da situação pandêmica vivenciada pelo país a partir de 2020, esse cenário refletiu em retração econômica e incertezas para o mercado financeiro, assim como afetou a questão do emprego. Conforme as previsões do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística, IBGE (2020), indicavam um aumento da taxa de desemprego médio para, no mínimo, 15% em 2020 (com 2019 fechando com 11,6%). Isso levando em consideração a combinação das dificuldades de autônomos e de empresários.

Conforme Nogueira e Salvato (2020, p. 1):

O setor privado brasileiro sofre agora uma terrível crise de liquidez, com necessidade de financiamento de capital de giro e ações do governo, que são necessárias para impedir um colapso produtivo na sequência da crise de saúde pública.

Com a necessidade das medidas adotadas de distanciamento necessárias para a manutenção da vida, todos os setores foram afetados, com isso percebe-

se que os impactos econômicos e sociais gerados pelo coronavírus serão dramáticos.

Nogueira e Salvalto (2020) também destacaram as possíveis judicializações de contratos privados, considerando as incertezas sobre a capacidade por uma das partes em honrar seus compromissos. Uma vez que crises externas, quando não são previstas, podem trazer problemas financeiros, e isso pode ocasionar o impedimento do cumprimento de contratos. Nesse caso, não há como descartar também o risco do surgimento de inúmeras ações judiciais após a pandemia, o que poderá gerar ainda mais incerteza e dificuldades na recuperação econômica.

Contudo, a taxa de letalidade e de destruição de famílias e vidas, derivadas de uma crise pandêmica, social e econômica, não podem ser desprezadas. Sobre isso tudo há a necessidade de fomento em políticas públicas de enfrentamento ao contágio da doença, associado ao alívio da pobreza e a sobrevivência das empresas (Nogueira; Salvato, 2020).

3 O MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO NA PANDEMIA DA COVID-19

Segundo Salisu e Vo (2020), os negócios envolvendo a economia foram diretamente afetados no mundo todo com a pandemia de Covid-19. Mediante as normas de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a falta de confiança dos consumidores e a redução dos insumos, afetaram todas as empresas mundialmente. Os autores explanam, ainda, que notícias relacionadas a pandemia afetaram praticamente todos os mercados de capitais pelo mundo.

Heyden e Heyden (2020) salientam que a pandemia trouxe resultados negativos e sem precedentes para os mercados de capitais. No início de 2020, quando a pandemia estava ainda em seu estado inicial, o dólar em sua mínima era de R\$ 4,02 (02/01) e alcançou uma máxima de R\$ 5,89 (13/05), atingindo

oscilação de 46,5%. Tais variações causaram muita incerteza para o agronegócio nacional.

Com a alta oscilação do dólar, os insumos tiveram seus preços elevados, mesmo levando em consideração a boa safra do agronegócio brasileiro, que obteve só no 1º semestre de 2020 o aumento no PIB de 5,32%, e a grande demanda internacional por alimentos que fez com que as *commodities* tiveram seus preços elevados no mercado internacional, o que acarretou uma influência significativa no Valor Bruto da Produção⁶ (VBP) (CNA, 2020).

No contexto pandêmico, já era esperado pelo setor econômico uma elevação nos níveis de incerteza sobre o Mercado de Capitais em uma esfera mundial. De acordo com Liu *et al.* (2020), essas incertezas trazem comportamentos correlacionados com a conduta dos agentes desse mercado.

Para Pinheiro (2019), o Mercado de Capitais tem uma atuação indispensável no dinamismo de financiamento das empresas, uma vez que ele oferece diferentes instrumentos de financiamentos tanto de médio como a longo prazo para prover as necessidades de todos os agentes econômicos. Dentre eles, destacam-se as debêntures, os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e os Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs), além dos títulos externos.

Duas formas bastante utilizadas pelas empresas nacionais para o financiamento de seus projetos de investimentos são por meio dos recursos próprios e financiamentos públicos. Um exemplo a ser mencionado é o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que impacta diretamente no crescimento econômico do Brasil (Ferreira, 2021).

⁶ Valor Bruto da Produção (VBP) é um indicador que mostra o desenvolvimento da produção agropecuária brasileira no decorrer do ano, os valores da produção são informados pelos produtores, as cooperativas e pelo setor da agroindústria, os valores são validados portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Segundo Passos (2018), alguns brasileiros têm vontade de investir em ações, mas não sabem como, e a falta de conhecimento sobre o funcionamento do mercado acionário faz a sociedade encarar como um risco a questão do investimento. Porém, com o desenvolvimento da globalização e da abertura da economia nacional, percebe-se um mercado financeiro mais constante. Além disso, nos últimos anos, entre 2016 a 2019, o sistema financeiro passou por inúmeras transformações para o crescimento do mercado de capitais nacional, dentre essas transformações tem-se a criação de uma nova cultura e o acesso a pessoas físicas ao Mercado de Capitais, Bolsa, Brasil, Balcão (B3, 2020).

Alvarenga (2019) afirma que o número de brasileiros que investem no mercado de ações vem alcançando marcas inéditas, como revela a pesquisa da XP investimentos, no ano de 2022. De acordo com o portal, os investimentos de pessoas físicas em 2019 somavam R\$: 1.681.033,00 bilhões de reais. Em dados atualizados pela Bolsa, Brasil, Balcão (B3), em 4 de janeiro de 2022, o montante já ultrapassar os 5 milhões de contas ativas em renda variável e 10 milhões em renda fixa.

Para Passos (2018), a preferência do brasileiro no momento de investir é a caderneta de poupança e imóveis, pois representa maior segurança. Lopes (2019) afirma que a queda na taxa básica de juros, determinada pelo Governo Federal, impeliu para baixo os rendimentos das aplicações com renda fixa e abriu espaço para investimentos na Bolsa, justificando a recente alta.

Segundo Furtado Filho, Flach e Sallaberry (2019), o Brasil tem um importante mercado entre os países emergentes, onde, por repetidas vezes, tem passado por eventos de crise financeira relevantes, como observados nos anos de 2002, 2008 e 2014. O mercado de capitais brasileiro apresenta no cenário econômico sucessivas crises, sendo de diversas origens tais como: cambial, fiscal e de crédito, bem como reflexos de crises políticas.

4 A PANDEMIA E OS IMPACTOS ECONÔMICOS NO DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Com o avanço da pandemia de Covid-19 no Brasil, muitas precauções para tentar barrar a doença foram adotadas, como o isolamento social. Esse cenário foi seguido por incertezas referentes à economia diante do quadro de redução da balança comercial, o que provocou instabilidade no mercado, como a queda de 27,1% da demanda por vários produtos da balança comercial, tendo como contrapartida o aumento das exportações no setor do agronegócio (Ocepar, 2020).

O Brasil está entre as maiores potências na produção agrícola mundial, na qual se incluem também a China, Estados Unidos, Índia e Rússia. Nessa conjuntura, Pena (2020) argumenta que o agronegócio brasileiro poderá impulsionar a economia nacional para que o país venha a se tornar a maior potência do mundo no que se refere à produção de alimentos com foco na exportação de soja, trigo, milho, arroz e cana-de-açúcar.

Nesse contexto, analisar a importância do agronegócio brasileiro como um dos pilares para a sustentação econômica do país é essencial no entendimento do otimismo do setor diante das incertezas trazidas pela pandemia de Covid-19, visto que o setor agrícola apresentou produção recorde referente a outros setores. Logo, apesar dessas externalidades, o Brasil continua a ocupar seu lugar de destaque na economia mundial, principalmente entre os países em desenvolvimento (Adami, 2020).

Segundo fontes do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR, 2020), o Brasil tomou destaque nas exportações do agro, atingindo em 2020 um recorde de 55,8% da balança comercial – um cenário positivo se comparado com o mesmo período de 2019, que teve apenas 42,2% de participação na balança comercial. Mesmo com números e projeções otimistas

no retorno do crescimento da economia, os efeitos causados pela pandemia ainda podem perdurar por muitos anos.

No que tange à relação entre o setor do agronegócio e o cenário de crise sanitária (2020-2022), Scheneider *et al.* (2020), em uma pesquisa recente, analisou as consequências da pandemia da Covid-19 através de um grupo de indicadores e variáveis referentes à agricultura e ao próprio agronegócio, tendo como referência o âmbito nacional e o panorama global. Os estudos indicaram que o contexto pandêmico poderia ter um potencial benéfico na ampliação da oferta na produção, além de ser um fator que contribui com a inclusão internacional do agronegócio brasileiro. Isso por que, segundo os autores, uma vez que a demanda por alimentos no período tendesse ao aumento, a disputa comercial entre Estados Unidos e China agiria como um propulsor para ampliação das exportações no Brasil.

Oliveira, Lucena e Sousa (2021) estudaram os impactos da pandemia da Covid-19 no contexto do comércio internacional referente ao agronegócio brasileiro, levando em consideração os dois primeiros trimestres de 2019 e 2020. Os resultados da pesquisa indicaram que o agronegócio nacional atingiu superávits comerciais nos períodos que foram analisados (pré-pandemia e durante a pandemia), tendo como pressuposto de justificação a redução dos valores das mercadorias exportadas devido à grande valorização do Dólar em relação ao Real.

Diante de tanta insegurança internacional, as empresas preocupadas com a continuidade de seus negócios vêm se deparando com inúmeros desafios, decisões e questionamentos relacionados à adaptação diante da nova realidade trazida pela pandemia de Covid-19, e as dúvidas sobre quais medidas a serem adotadas em prol da economia priorizando sempre a saúde das pessoas.

Contudo, esses questionamentos, tanto preocupam como assolam os gestores dos diferentes setores, e tem servido como informações para a comunidade científica se dedicar para entender os reflexos da pandemia no

contexto socioeconômico das nações, em meio a protocolos rigorosos para cada setor, na busca por alternativas e soluções inovadoras para a retomada do “antigo normal”. Para Bridelli (2020), ter a capacidade de detectar sinais e saber responder a eles com rapidez, permite que as empresas que melhor se adaptam ao novo se sobressaiam ano após ano, independente do que aconteça.

Por fim, Luz (2021) explana que “o agronegócio está dando certo no Brasil porque produtores e indústrias associadas ao setor investiram mais em tecnologia, desenvolvimento, eficiência e sobretudo em competitividade”. Logo, aduz-se que, mesmo em meio à crise econômica vigente, se faz necessário uma maior resiliência no processo de retomada da economia de cada setor, com o agrícola. Para o autor, o crescimento do agro, expande as oportunidades de negócios para mais setores da economia. A indústria e o agro não precisam possuir o mesmo DNA. Mas é imprescindível uma produção com preços mais competitivos para o setor, tornando o agro ainda eficiente (Luz, 2021).

5 A ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ NO SETOR DE CONSUMO NÃOCÍCLICO BRASILEIRO

Conforme Assaf Neto e Lima (2017), a liquidez corrente indica a relação entre ativo e passivo circulante. Dessa forma, sendo o índice igual ou superior a 1, a empresa apresenta a capacidade no curto prazo de honrar com seus compromissos.

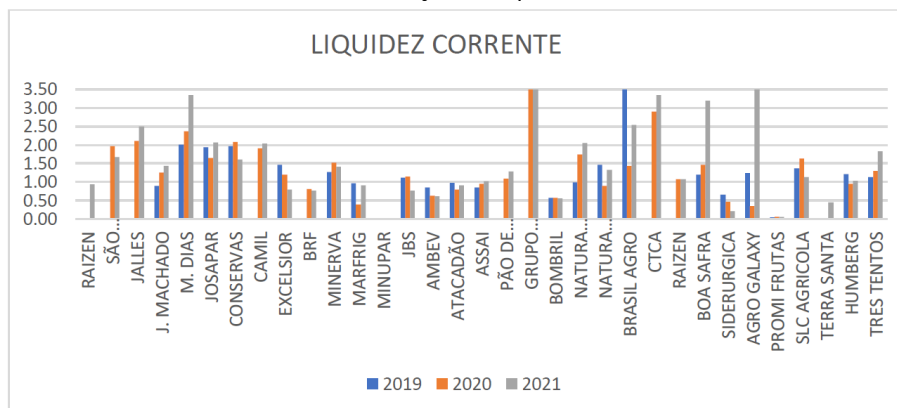
A liquidez corrente é representada pela fórmula a seguir:

$$\text{liquidez corrente} = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}} \quad (1)$$

Na análise sobre índice de liquidez corrente, pode-se observar, conforme Gráfico 1, que a maioria das empresas estavam com capacidade para honrar com seus compromissos, com algumas destas conseguindo manter esse patamar, mesmo na pandemia. Essas empresas apresentaram uma evolução gradativa para

as organizações, tendo como referência os anos de 2020 e 2021, ou seja, o pico da pandemia – onde obteve-se uma elevação desse índice, como demonstra o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Evolução da liquidez corrente



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

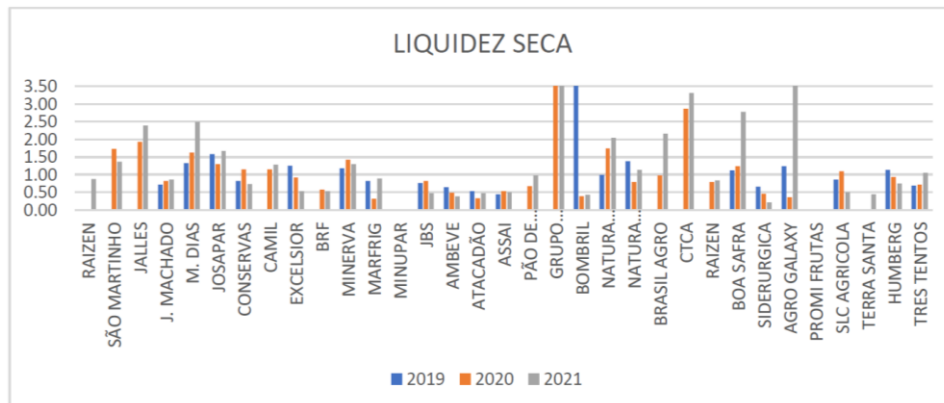
Para o índice da liquidez seca (Gráfico 2), quantifica-se a capacidade da empresa em pagar suas dividas no curto prazo. Para analisar esse indicador, leva-se em consideração o ativo que pode mais facilmente ser convertido em dinheiro, sem a inclusão do estoque, sendo seu índice maior que 1 (Assaf Neto; Lima, 2017).

A liquidez seca é representada pela fórmula a seguir:

$$liquidez\ seca = \frac{\text{ativo circulante} - \text{estoque}}{\text{passivo circulante}} \quad (2)$$

Dessa forma, das 33 empresas analisadas, percebeu-se que 13 delas não conseguiram arcar com as dividas do curto prazo e, em contrapartida, o subsetor da agropecuária também não teve um bom desempenho, com exceção das empresas: Brasil Agro, CTCA e Boa Safra. Observou-se, a partir do Gráfico 2, que esse índice sofreu grande variação no pico da pandemia, entre os anos de 2020 e 2021.

Gráfico 2 - Evolução da liquidez seca



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

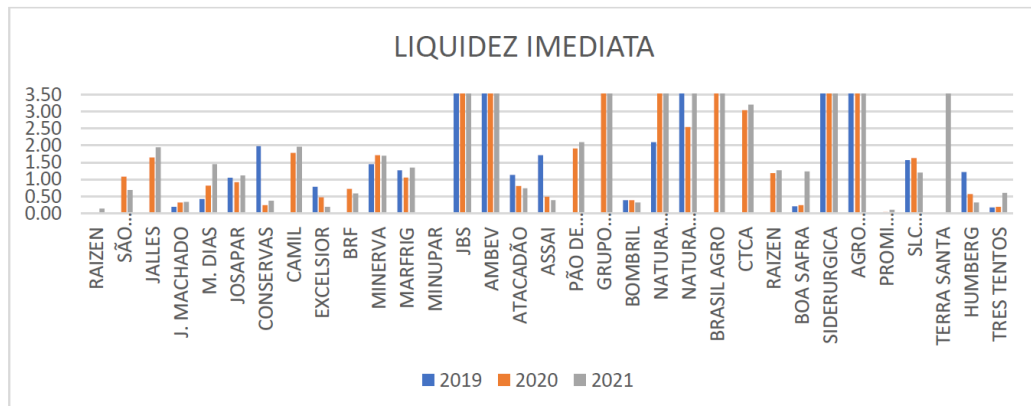
Para Assaf Neto e Lima (2009), a liquidez imediata determina a relação existente entre caixa e o passivo circulante, e reflete o percentual das dívidas de curto prazo que podem ser pagas imediatamente pela entidade, por meio de suas disponibilidades de caixa. Dessa forma, quanto maior o índice, maiores os recursos que a empresa terá para arcar com seus compromissos.

A liquidez imediata é representada pela fórmula a seguir:

$$\text{liquidez imediata} = \frac{\text{disponível}}{\text{passivo circulante}} \quad (3)$$

Analisando o Gráfico 3, percebe-se que a pandemia impactou algumas empresas. Observa-se que, no período de maior pico da pandemia, entre os anos de 2020 e 2021, algumas entidades não conseguiram manter ou equiparar sua estabilidade em relação ao ano de 2019, com exceção da empresa JBS, AMBEV e NATURA e algumas empresas da agropecuária.

Gráfico 3 - Evolução da liquidez imediata



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

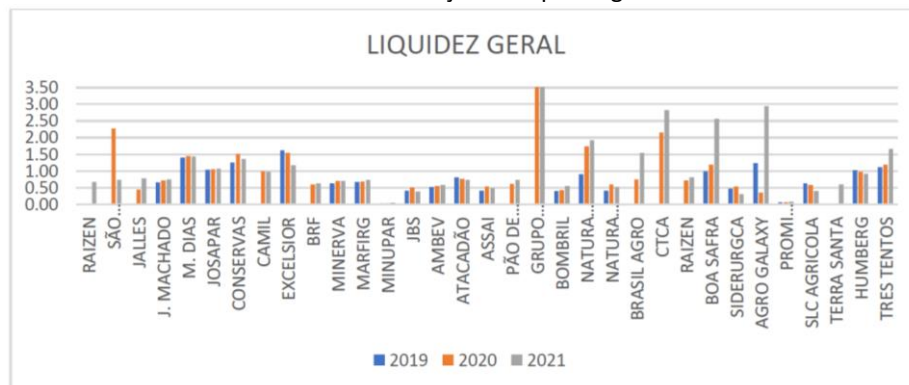
O índice de liquidez apresentado no Gráfico 4 refere-se a liquidez geral, onde aponta-se a capacidade da empresa em pagar suas dívidas em curto ou longo prazo, sendo esse índice melhor para empresa quando for igual ou superior a 1 (Assaf Neto; Lima, 2017).

A liquidez geral é representada pela fórmula a seguir:

$$liquidez\ geral = \frac{(ativo\ circulante + realizavel\ a\ longo\ prazo)}{(passivo\ circulante + exigivel\ a\ longo\ prazo)} \quad (4)$$

Analisando esse gráfico sobre a evolução da liquidez geral, constatou-se que as empresas mais consistentes para curto e longo prazo em condições de pagar suas dívidas estão no setor de alimentos diversos, tendo como destaque o grupo Mateus do setor de distribuição e o grupo Natura no setor de uso pessoal. Para o subsetor dos alimentos processados, o segmento não sofreu modificações de queda relevantes, e para a agropecuária, apenas as empresas: CTCA, Boa safra, Agrogalaxy e Três tentos sofreram impactos relevantes.

Gráfico 4 - Evolução da liquidez geral



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Contudo, usa-se os indicadores de liquidez para revelar a qualidade financeira de uma empresa. A partir desses índices, é possível compreender como se movimenta a ligação entre receita, patrimônio e as despesas de curto e longo prazo. Por meio dessas informações, a companhia pode atuar tomando decisões estratégicas olhando para a saúde financeira da empresa.

Dessa forma, observou-se que, entre os índices de liquidez, as empresas foram mais afetadas sobre sua disponibilidade financeira na liquidez geral, pois grande parte das empresas obtiveram o índice abaixo de 1. Apesar do setor de consumo não cíclico ser essencial, com a pandemia, a maior parte das empresas não conseguiram melhorar suas receitas para pagamento de suas dívidas de curto e longo prazo, o que exigiu dos administradores uma maior atenção para a tomada de decisão e cautela por parte dos investidores.

6 CONCLUSÃO

Por causa da crise sanitária e econômica enfrentada, tanto no Brasil como no restante do mundo por consequência da Covid-19, grande parte das empresas tiveram que passar por uma adaptação e organização na perspectiva de manter seu melhor desempenho possível, bem como a continuidade de suas operações. Nessa conjuntura, esta pesquisa teve como propósito verificar os impactos econômicos causados pela pandemia no setor de consumo não cíclico por meio

da análise dos índices de liquidez (corrente, seca, imediata e geral), averiguando se as empresas desse setor foram impactadas na sua liquidez durante o período compreendido entre 2019 a 2021, e se conseguiram arcar com suas dívidas de curto e longo prazo.

Em todos os subsetores do consumo não cíclico, observou-se que, em relação a liquidez corrente, as empresas mantiveram ou elevaram sua capacidade de pagamento de dívidas no curto prazo. Constatou-se que, nos anos de 2020 e 2021, esses resultados tiveram aumentos expressivos em relação ao ano de 2019 na maioria das empresas do segmento de alimentos processados. Para o segmento de carnes e derivados, seus índices ficaram abaixo de 1 na maioria das empresas analisadas. Já nos setores de distribuição e uso pessoal, os resultados foram positivos para as seguintes empresas: Grupo Mateus, Pão-de-açúcar e grupo Natura. Enquanto na agropecuária os resultados se mantiveram positivos.

Em relação ao índice de liquidez seca, onde se quantifica a saúde financeira da empresa em pagar suas dívidas com a rotatividade de seu ativo sem a inclusão do estoque, o segmento mais afetado foi de distribuição, uma vez que esse segmento teve seu maior faturamento principalmente de seu estoque. A agropecuária, por sua vez, teve uma queda na pandemia, onde as empresas Siderúrgica, Promi Frutas e Humberg foram as mais afetadas.

Na liquidez imediata, por sua vez, observou-se que as empresas JBS, Ambev, Pão-de-Açúcar, Grupo Mateus e Natura se mantiveram ou elevaram a saúde financeira de seu caixa. Para o segmento agropecuário, houve uma oscilação no índice de liquidez imediata. Dentre as empresas analisadas, algumas se mantiveram estáveis, outras, como a Humberg, obtiveram uma queda gradativa. Esse reflexo se deu, principalmente, pela alta dos preços dos fertilizantes e o preço das *commodities* que também tiveram uma elevação do seu valor no mercado.

No índice de liquidez geral, no qual revela o potencial financeiro da empresa em pagar suas dívidas, tanto no curto como no longo prazo, analisou-se

que todos os segmentos sofreram com a pandemia na relação entre o seu ativo e passivo, tanto na visão de curto ou longo prazo – com exceção da empresa M. Dias, Conservas, Excelsior, Grupo Mateus e Natura Holding. No segmento da agropecuária, em sua maioria, as empresas conseguiram financeiramente um resultado positivo para o curto e longo prazo.

Por fim, concluiu-se que, mesmo com as oscilações dos índices de liquidez ocorridas entre 2019 e 2021, as empresas do setor não cíclico listadas na B3 não sofreram tantos impactos com a pandemia, uma vez que bens de consumo provenientes do agronegócio são essenciais e, por isso, não sofrem tanta elasticidade de preços como ocorre em outros setores.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, A. **Exportações do agronegócio durante pandemia de coronavírus.** [S.l.:s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/en/opinion/agribusiness-exports-during-coronavirus-pandemic.aspx>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- ALVARENGA, D. **Em meio a recordes, número de brasileiros que investem na Bolsa chega a 858 mil.** [S.l.:s.n.], 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/06/em-meio-a-recordes-numero-de-brasileiros-que-investem-na-bolsa-chega-a-858-mil.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2023.
- LUZ, A. **Resiliência do agro durante pandemia atrai empresas de outras áreas ao mercado rural.** [S.l.]: Globo Rural, 2021. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Economia/noticia/2021/04/resiliencia-do-agro-durante-pandemia-atrai-empresas-de-outras-areas-ao-mercado-rural.html>. Acesso em: 22 maio 2023.
- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 2009.
- ASSAF NETO, A.; LIMA, F.G. **Fundamentos de administração financeira.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017
- B3 - BOLSA, BRASIL, BALCÃO. **A descoberta da bolsa pelo investidor brasileiro:** quem são e como se comportam as mais de 2 milhões de pessoas que aplicaram parte de seus recursos em bolsa no último ano. [S.l.]: B3. 2020.
- B3 - BOLSA, BRASIL, BALCÃO. **Ações:** empresas listadas. [S.l.:s.n.], 2022. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 11 jun. 2022.
- BRASIL. **Ministério da economia avalia impacto econômico do coronavírus.** Brasília, DF: Ministério da Economia, 2020.
- BRIDELLI, S. Os três passos da estratégia empresarial no pós-pandemia. **Exame**, nov. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/exame.com/blog/opiniaos/os-tres-passos-daestrategia-empresarial-no-pos-pandemia/amp/>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **Balanço 2020 – perspectivas 2021.** [S.l.]: CNA, [202-]. Disponível em: https://cnabrasil.org.br/assets/arquivos/Balanco2020_Perspectiva2021.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

CEPEA. **PIB do agronegócio cresceu abaixo das projeções**. [S.l.]: CEPEA, 2022. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_PIB_JAn_Dez_2021_Mar%C3%A7o2022.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. A. **Concept of agribusiness**. Division of Research, Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

FERREIRA JÚNIOR, R. R.; SANTA RITA, L. P. Impactos da Covid-19 na economia: limites, desafios e políticas. **Revista Teste**, v. 1, n. 7, p. 35-47, 2016.

FERREIRA, E. M. S. **Políticas de inovação tecnológica brasileiras no séc. XXI: o caso da indústria farmacêutica**. São Luís: UFMA, 2021.

FURTADO FILHO, F. L.; FLACH, L.; SALLABERRY, J. Mercado de capitais nos cenários de crise em mercados emergentes. **Revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 83-96, jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2018.

HEYDEN, K. J.; HEYDEN, T. **Market reactions to the arrival and containment of COVID-19: an event study**. [S.l.:s.n.], 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3587497. Acesso em: 30 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. [S.l.]: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=29516&t=destaques>. Acesso em: 7 dez. 2022.

LIU, H. *et al.* The Covid-19 outbreak and affected countries stock markets response. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 8, p. 2-19, 2020.

LOPES, M. R. Número de investidores na Bolsa ultrapassa o de presidiários no país. Segundo dados da B3 (antiga Bovespa), 1,4 milhão de brasileiros tinham ações em setembro, enquanto a população carcerária chegou a 812.564 presos. **R7**, 7 out. 2019.

MATTEI, L., HEINEN, V. L. **Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro**. [S.l.]: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, 2020.

MAZUCATTO, M. **Capitalism's Triple Crisis**. **Project Syndicate**, 2020. [S.l.:s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/covid19-crises-of-capitalism-new-state-role-by-mariana-mazzucato-2020-03>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

NOGUEIRA, R.; SALVATO, M. **Coronavírus**: os reais e dramáticos impactos econômicos e sociais. [S.l.]: InfoMoney, 2020.

OLIVEIRA, R. B; LUCENA, M. A.; SOUSA, E. P. **Efeitos da pandemia da covid-19 no comércio internacional do agronegócio brasileiro**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

ORGAZ, C. J. Coronavírus como o avanço da doença já impacta economia do Brasil e do mundo. **BBC News Mundo**, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51358563>. Acesso em: 7 out. 2022.

PASSOS, A. **Investindo na bolsa de valores**: o que você precisa saber antes de investir. São Paulo: Novatec, 2018.

PENA, R. F. A. **Agropecuária no Brasil**: principais produtos. [S.l.:s.n.], 2020. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/agropecuaria-no-brasil-principaisprodutos.htm>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: Métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALISU, A. A.; VO, X. V. Predicting stock returns in the presence of Covid-19 pandemic: the role of health news. **International Review of Financial Analysis**, v. 71, p. 101-546, 2020.

CAPÍTULO 16

AGRICULTURA FAMILIAR E O FLEXITARIANISMO: uma alternativa para a soberania alimentar

Orlando Guimarães Souza Silva¹

Resumo: O objetivo deste artigo científico é demonstrar a agricultura familiar como potencial fornecedora de alimentos para a população no Brasil se tivesse tendo o apoio necessário, destacando em foco particular o flexitarianismo como alternativa para uma alimentação saudável e acessível, com menos consumo de produtos processados e de origem animal. O estudo abrange uma revisão da literatura atualizada sobre a economia agrícola, monocultura com destino para exportação e agricultura familiar e seus efeitos na economia e na saúde pública, bem como o papel do Estado e as suas respectivas medidas adotadas para incentivo da agricultura familiar.

Palavras-chave: Flexitarianismo. Agricultura Familiar. Soberania Alimentar.

Abstract: The objective of this scientific article is to demonstrate family farming as a potential food supplier for the population in Brazil, highlighting in particular flexitarianism as an alternative for healthy and affordable food with less consumption of processed and animal products. The study covers a review of the updated literature on the agricultural economy, monoculture with export destination and family farming and its effects on the economy and public health, as well as the role of the State and its respective measures adopted to encourage family farming.

Keywords: Flexitarianism. Family Farming. Food Sovereignty.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e o flexitarianismo são duas abordagens complementares que têm ganhado cada vez mais atenção e relevância, em resposta aos desafios enfrentados pela indústria alimentar e ao desejo crescente por uma alimentação mais saudável e sustentável.

A agricultura familiar é um modelo de produção agrícola baseado em propriedades de pequeno e médio porte, administradas e operadas por famílias, a sua caracterização se dá pela diversidade de cultivos, utilização de práticas agrícolas sustentáveis e uma forte conexão com a comunidade local. Os agricultores familiares geralmente têm um conhecimento profundo da terra e

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico. E-mail: orlando.silva@discente.ufma.br.

adotam métodos de produção que respeitam o meio ambiente, promovem a biodiversidade e preservam os recursos naturais.

A agricultura familiar pode desempenhar um papel fundamental na segurança alimentar, fornecendo alimentos frescos e saudáveis para as comunidades locais, os agricultores familiares podem ser identificados por uma forma única de trabalho e produção. Este tipo de trabalho ocorre num determinado local físico e envolve a interação entre uma unidade familiar ligada por laços familiares e os terrenos e equipamentos que utiliza. Este modelo é semelhante à forma como outros grupos sociais e unidades familiares operam em termos dos seus meios de produção.

Por sua vez, o flexitarianismo é um estilo de alimentação e consumo que busca reduzir o consumo de carne e produtos de origem animal, sem necessariamente adotar uma dieta estritamente vegetariana ou vegana. Os flexitarianos procuram equilibrar sua dieta, aumentando a ingestão de alimentos de origem vegetal, como frutas, legumes, grãos integrais e proteínas vegetais, enquanto reduzem o consumo de carne e produtos lácteos.

Essa abordagem alimentar tem como objetivo principal melhorar a saúde pessoal e reduzir o impacto ambiental causado pela produção de carne. Estudos têm mostrado que uma alimentação flexitariana pode contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, a preservação dos recursos naturais, a diminuição do desmatamento e a melhoria do bem-estar animal.

Uma potencial relação entre agricultura familiar e flexitarianismo está no fato de que a agricultura familiar muitas vezes é mais sustentável e menos intensiva em recursos do que a agricultura empresarial em grande escala, que é responsável por grande parte da produção de carne. Ao apoiar a agricultura familiar, os flexitarianos têm a oportunidade de promover sistemas alimentares mais saudáveis, éticos e ambientalmente responsáveis.

Esta possível combinação da agricultura familiar e do flexitarianismo representa uma abordagem integrada para enfrentar os desafios da produção de

alimentos, promovendo uma alimentação saudável, sustentável e equilibrada, tanto para as pessoas quanto para o planeta. Essas duas práticas têm o potencial de contribuir para a construção de sistemas alimentares mais resilientes, justos e conscientes, beneficiando tanto os produtores quanto os consumidores.

Para alcançar o objetivo proposto, o presente estudo está estruturado em três seções, sendo esta introdução a primeira delas. A segunda seção está dividida em dois tópicos : o primeiro vai expor o papel da agricultura familiar e suas respectivas características; e o segundo expor o flexitarianismo como alternativa de acesso a alimentos saudáveis. A terceira seção traz a conclusão destacando o papel central do acesso a macronutrientes para saúde e autonomia do indivíduo.

2 FLEXITARIANISMO COMO ALTERNATIVA AO ACESSO A MACRONUTRIENTES

Esta seção fornece uma exposição da agricultura familiar e os efeitos socioeconômicos no Brasil. São abordados os impactos no mercado de trabalho, a exportação de commodities, o aumento da pobreza e as desigualdades sociais. Além disso, são apresentados os desafios enfrentados pelo agricultor familiar e o papel do Estado brasileiro na gestão. São apresentadas reflexões sobre a importância do flexitarianismo e o acesso à comida de qualidade, desenvolvimento social e bem-estar social que pode aprimorar-se com o fortalecimento da agricultura familiar. Havendo a possibilidade de uma relação direta e saudável entre agricultura familiar e o flexitarianismo.

2.1 O papel da agricultura familiar

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, é garantido o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de

saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, art. 3º, 2006).

Em meados da década de 1990, a agricultura familiar surgiu e foi marcada por mudanças subtis, que são resultados dos esforços da sociedade organizada para melhorar a vida dos pequenos produtores. Apesar de estar situada numa sociedade que favorece fortemente os proprietários de terras, a agricultura familiar tem feito progressos significativos. Este progresso foi alcançado através da interação de relações políticas, econômicas, coletivas e culturais.

Este conceito de agricultura familiar também pode ser aplicado a outros grupos, como pequenos produtores e camponeses, embora existam algumas distinções importantes entre eles. Esses agricultores muitas vezes cultivam variedades tradicionais e orgânicas, evitando o uso excessivo de agroquímicos e promovendo uma alimentação mais nutritiva e livre de substâncias nocivas.

De acordo com Cordeiro (1996), a agricultura empresarial no Brasil segue o modelo bimodal, este modelo é composto por dois tipos distintos de produção: a moderna e a tradicional, que se caracterizam por um certo desequilíbrio que cria contradições no meio rural. Devido ao sistema capitalista, a agricultura familiar não é considerada crucial para o desenvolvimento econômico do país devido à sua baixa produtividade. Contudo, é importante reconhecer que esta falta de produtividade não pode ser atribuída à incompetência. Em vez disso, é uma consequência do processo temporal em que opera e destaca a ausência de investimento, reconhecimento social e apoio cultural e econômico por parte dos responsáveis.

De acordo com Chayanov (1974), as peculiaridades do sistema de produção camponês, que combina a posse ou propriedade dos meios de produção com o desempenho do trabalho, são a base da racionalidade da produção camponesa. Para ele, contrasta com a empresa capitalista, que se baseia na aquisição de força de trabalho. Com ênfase na maximização dos

salários e dos lucros, a produção familiar visa atender às necessidades e à reprodução das famílias. Nesse sentido, por exemplo, a decisão de aumentar a quantidade de trabalho necessária para expandir uma determinada atividade leva em conta o bem-estar da família antes de aumentar a rentabilidade.

A falta de acesso a alimentos de qualidade no mundo é um problema que pode ser erradicado, pois segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2016) a produção de alimentos é suficiente para abastecer e suprir a fome da população mundial de 7,7 bilhões de pessoas no mundo. Ademais, um terço de toda a comida produzida anualmente (em torno de 1,3 bilhões de toneladas) não é consumida. As estimativas apontam que apenas 25% do total da produção de alimento que é desperdiçado seria suficiente para abastecer a população com fome (Landoli, 2016).

De acordo com Sen (2020), não se entende como desenvolvimento social apenas melhor acesso a recursos financeiros, o desenvolvimento está diretamente ligado à liberdade individual, pode-se dizer que é a preocupação com o resultado econômico que não compreende exclusivamente a industrialização e o crescimento de emprego e renda, mas também outras variáveis sociais como serviços de educação e saúde, assim como acesso a alimentação de boa qualidade.

Sen (2010) afirma que a noção de liberdade é distinta tanto do liberalismo conservador quanto dos conceitos liberais tradicionais. O autor argumenta que a liberdade é vista como um privilégio e até mesmo um direito antagônico que abrange não apenas a liberdade pessoal de cada um, mas também a dos outros. Também incorpora o princípio da justiça. O foco de Sen está na interação entre várias liberdades instrumentais que são críticas para o desenvolvimento. Estas incluem oportunidades econômicas, liberdades políticas, comodidades sociais, bem como segurança transparente e protetora.

O autor postula que o desenvolvimento envolve a eliminação de certas faltas de liberdade. Isto é conseguido proporcionando aos indivíduos mais opções

e oportunidades, superando assim questões de privação como a pobreza e a opressão. Isto, por sua vez, aumenta a capacidade de gerir a sua situação no mundo, e o processo de desenvolvimento é integrado nas políticas econômicas e sociais.

Na década de 1990 era usado o termo segurança alimentar pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), este termo diz sobre as condições ao acesso à alimentos básicos em relação à quantidade e qualidade. A soberania alimentar está diretamente relacionada ao direito das pessoas escolherem a forma que seus alimentos serão produzidos e consumidos. À vista disso, a soberania alimentar pode ser definida como:

A soberania alimentar é o direito dos povos à produção de alimentos saudáveis e culturalmente adequados através de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios alimentos e sistemas agrícolas. Coloca as aspirações e necessidades de quem produz, distribui e consome alimentos no cerne dos sistemas e políticas alimentares, em vez de atender às demandas de mercados e empresas. Defende os interesses e a inclusão das futuras gerações. Isto oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o atual regime comercial e alimentar corporativo, e instruções para sistemas alimentares, agrícolas, pastorais e pesqueiros determinados pelos produtores e usuários locais. A soberania alimentar prioriza as economias e mercados locais e nacionais e capacita camponeses e agricultores familiares dirigidos à agricultura, pesca artesanal, liderada por pastores, pastagem e produção, distribuição e consumo de alimentos com base em aspectos ambientais, sociais e sustentabilidade econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante rendimentos justos para todos os povos, bem como os direitos dos consumidores de controlar seus alimentos e nutrição. Ele garante que os direitos de uso e gestão de terras, territórios, águas, sementes, o gado e a biodiversidade estão nas mãos de quem produz alimentos. Soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e econômicas e gerações (Forum for Food Sovereignty, 2007).

Por certo, a agricultura familiar é responsável por colocar a maior parte da produção de comida nas mesas dos brasileiros, enquanto a produção da agricultura empresarial é destinada para exportação, dando destaque à soja que

servirá como ração de animais em diversos países². Os agricultores familiares, mesmo com área reduzida, pouco crédito e dificuldades de escoamento, dominam a produção de verduras e legumes, além de alimentos como mandioca e batata-doce (Batalha, 2005).

Ao fazer uma comparação com o Censo Agropecuário de 2017, onze anos de diferença do Censo Agropecuário de 2006, houve queda de 9,5% no número de estabelecimentos de agricultura familiar, além de uma redução de 2,2 milhões de postos de trabalho nessa categoria, isto, todavia aconteceu também por uma mudança da metodologia de classificação de pequeno agricultor.

Embora continuassem fortes na horticultura, os estabelecimentos familiares perderam muito do seu papel na produção de alimentos como arroz em casca (de 33% para 11%), feijão preto (de 76% para 42%), mandioca (de 83% para 70%) e batata-inglesa (de 31% para 12%).

O Censo Agropecuário Agricultura Familiar é, sem sombra de dúvida, um avanço no ordenamento estatístico sobre o campo. A leitura dos dados revela que os pequenos produtores produzem boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, transformando essa realidade em um dado oficial de Estado.

De acordo com Mitidiero (2022), os estabelecimentos com menos de 200 hectares³ são responsáveis por uma parte enorme da nossa alimentação. Eles produziram, por exemplo, 61% do feijão preto, 83% da mandioca, 85% do abacaxi, 82% da banana e 65% do café arábica, além de ter 39% das cabeças de gado e produzir 83% do leite de vaca.

Entretanto, a propriedade com até 20 hectares, sendo considerada pequena no Brasil, era de 5,2% de todos os estabelecimentos agropecuários (Censo Agropecuário, 2017). Mesmo assim, os agricultores com apenas 20 hectares produziam mais de 80% de alimentos como morango, cogumelos,

² No ano de 2019, a China comprou 72% da produção brasileira, basicamente para alimentar porcos e aves. (Globo Rural, 2020).

³ Considerado pelo próprio autor como pequeno produtor.

chicória, rabanete e temperos diversos. Eles também responderam por mais de 70% do pepino, da couve, da alface, do chuchu, da berinjela, da abobrinha e da couve-flor (Junior, 2017).

Ademais, os dados da estrutura fundiária no Brasil evidenciam que a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos consumidos no Brasil, dessa forma tendo como afirmativo o pressuposto que “a propriedade privada da terra está nas mãos de quem não produz comida” (Junior, 2017, p. 52). O pequeno agricultor possui aproximadamente 30% da área em hectares, enquanto o médio agricultor possui 25% e o grande 45% da área. Outrossim, mesmo com menores hectares, os dados já levantados anteriormente por Junior (2017) traduzem a relevância do pequeno agricultor, sendo responsável pela produção de 90,8% da mandioca produzida, 78,3% do feijão, 57 % do milho, 71,5% do café, 42,3 % do arroz, 41,4% do trigo, 22,7 % da soja, 78,5% do leite, 88,7% das aves, 84,3% dos suínos e 39% dos bovinos. Ademais, a relevância também perpetua em relação à pecuária com 88,7% das aves, 84,3% dos suínos e 39% dos bovinos. Além disso, o médio produtor tem como foco a produção de cana-de-açúcar para a produção de etanol em que a sua parcela significativa é exportada. Também se destacam produtos como soja e milho em grão, além de alimentos que o Brasil exporta muito, como melão e laranja.

De acordo com Piketty (2017), a desigualdade social no mundo é reforçada pelo capitalismo. A maioria dos economistas acreditava que o capitalismo reduziria a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres a longo prazo. Por exemplo, a hipótese de da curva de Kuznets sugere que a desigualdade aumenta quando os países se industrializam, contudo com o passar do tempo essa desigualdade diminuiria.

Piketty defende que o capitalismo cria uma desigualdade econômica maior, já que a curva de Kuznets foi construída usando dados sobre riqueza e rendimentos coletados do fim do século 19 e início do século 20. Entretanto, Piketty se beneficiou de um século inteiro de dados extras até o começo do

século 21. Com uma maior quantidade de dados, Piketty fez dois principais argumentos: os dados de Kuznets são enganosos, pois foram tirados de que mostrou ser um período muito incomum da História; e cria uma teoria que ele chama de a contradição central do capitalismo.

A contradição central do capitalismo pode ser explicada da seguinte maneira. No curso da História, a taxa anual de retorno sobre o capital (r), que são os lucros ou juros que ganhar ao investir seu dinheiro geralmente excede a taxa de crescimento anual da economia global (g). O retorno sobre o capital (r), permaneceu relativamente constante em cerca de 5%, apesar das mudanças radicais em que controla o capital: são os ricos e os indivíduos que herdaram essas riquezas que continuam usufruindo do capital, seja mantido como ouro, títulos terras ou carteira de investimentos. Em contraste a isso, o crescimento anual de uma economia (g), permaneceu quase sempre perto de zero. Foi somente nos últimos dois séculos, que atingiu o nível de 1-2%.

Junior (2022) vai compartilhar o ideal de Piketty no quesito concentração de renda. O autor enfatiza a falta de amparo público e políticas públicas que ofereçam apoio adequado para os agricultores familiares desvalorizados.

É essencial reconhecer que a baixa produtividade nesta categoria específica não pode ser simplesmente considerada uma falta de capacidade. Em vez disso, é crucial observar a cronologia da situação e compreender que é um reflexo direto de um investimento inadequado. Essa inadequação está relacionada à falta de reconhecimento social, econômico e cultural por parte dos gestores envolvidos. Segundo Abramovay (2007, p. 4):

Mas é interessante observar que mesmo em países com forte peso de tradição latifundiária, ao lado de milhões de unidades que podem ser consideradas a justo título como precárias, pequenas, gerando uma renda agrícola extremamente baixa, desenvolve-se também um segmento familiar dinâmico capaz de integrar-se ao sistema de crédito, cujo comportamento econômico difere da famosa e tão estudada aversão ao risco, que adota a inovação tecnológica e integra-se a mercados competitivos.

Vale ressaltar que, mesmo com os inúmeros desafios encontrados no país, a agricultura familiar vive crescimento em diversas áreas. Este crescimento deve-se à sua natureza adaptável e dinâmica, procurando constantemente novas abordagens para se sustentar em diferentes contextos e escalas socioeconômicas.

Abramovay (2007) também destaca efetivamente o poder e a fluidez da agricultura familiar. Apesar das questões fundiárias e agrárias tradicionais profundamente enraizadas no Brasil, a agricultura familiar consegue encontrar formas de se integrar ao cenário socioeconômico do país. No entanto, o sucesso deste processo depende de vários fatores específicos desta categoria, incluindo unidades de produção, capacidades dos agricultores e o contexto de apoio, ou a assistência socioeconômica prestada pelas autoridades públicas. Embora possa ser evidente apenas em espaços limitados e para um grupo seletivo, a agricultura familiar desempenha, sem dúvida, um papel crítico na economia do país.

Segundo Testa (2010), a agricultura familiar é um tema pouco conhecido nas universidades, instituições de pesquisa, instituições de extensão rural e governos, apesar do seu potencial para contribuir para o desenvolvimento de um país. A agricultura familiar pode proporcionar benefícios econômicos, socioculturais, ambientais, de segurança alimentar e de segurança nacional através da ocupação e defesa do território. A produção familiar como um todo contribui para diversas áreas no Brasil, incluindo a regulação e redução dos preços dos alimentos, a transferência de renda para outros segmentos por meio de sua organização familiar, a garantia da segurança alimentar e até mesmo a produção de quantidade significativa em áreas marginalizadas. Na verdade, a agricultura familiar produz mais da metade dos alimentos consumidos pela população brasileira, cria empregos, gera e distribui renda, reduz a migração rural e também aumenta a segurança alimentar (Testa, 2010).

De acordo com Delgado (2017), a agricultura brasileira está entre as maiores do mundo e representa fonte de alimentos e matérias-primas para

muitos países. A agricultura familiar no Brasil é cada vez mais reconhecida pela sociedade brasileira como uma forma de produção social, devido a sua contribuição material e imaterial (Delgado, 2017). As diversas locuções dessa organização social, às quais correspondem múltiplos discursos identitários e demandas sociais, têm sofrido um considerável esforço de pesquisa acadêmica nas últimas décadas para revelar o alcance e a profundidade de sua presença no mundo rural e consolidação de políticas públicas de apoio à reprodução.

Para entender a agricultura brasileira, o assunto deve ser colocado em seu contexto histórico, social e econômico, enfatizando a posse e o uso da terra como meio básico de produção. Para isso, é preciso entender a evolução das relações de propriedade e os mecanismos de distribuição das rendas da terra em um momento em que o Brasil aumenta significativamente sua especialização como produtor agrícola (Delgado, 2017).

Novas abordagens e opções de desenvolvimento rural têm surgido no campo da agricultura familiar. Impulsionadas por organizações representativas da sociedade civil e associações de base, são desenvolvidas experiências e processos de produção e consumo alternativo em busca da sustentabilidade e condições econômicas de solidariedade e participação. O foco está em questões relacionadas, como segurança alimentar, soberania e agroecologia (Delgado, 2017).

2.2 Flexitarianismo como alternativa

Isto posto, o artigo aqui apresentado vem com o intuito de apresentar o flexitarianismo como alternativa para minimizar o efeito da fome, melhorar as condições de acesso à alimentos de qualidade, dessa forma evitando doenças crônicas e, por fim, gerar melhores condições sociais e financeiras para o agricultor familiar.

Para falar sobre o flexitarianismo é preciso de uma contextualização e caracterizar a diferença entre soberania alimentar e segurança alimentar. Este

trabalho se faz necessário devido à aproximadamente 821 milhões de pessoas passarem fome no mundo, 5 milhões e 200 mil pessoas passarem fome no Brasil; a cada 4 segundos uma pessoa morre de fome no mundo; 17 pessoas morrem de desnutrição no Brasil por dia (Lopes, 2020).

De acordo com um levantamento realizado pelo IBOPE (2018), 8% da população concordava totalmente com a frase sou vegetariano e 6% concordava parcialmente em 2012. Já a mesma pesquisa realizada em 2018 demonstrou que 14% da população se identificaram de alguma forma como vegetariana, resultando assim um crescimento no número de vegetarianos no Brasil em 75% (Rhoden, 2022).

Em decorrência da discussão sobre a crise ambiental, são propostas algumas estratégias para reorientar a relação do homem com o meio ambiente. Dessa forma, o consumo torna-se tema de discussão, ações voltadas para o desencadeamento de processos cognitivos dos quais a cidadania é um elemento.

Hoje é evidenciado que a alimentação é um dos campos mais abordados sobre o desenvolvimento humano e social (Sampaio, 2016). Os benefícios da opção vegetariana no cardápio são diversos, sendo destaque a saúde e o meio ambiente. Os macronutrientes de uma dieta vegetariana podem trazer benefícios à saúde, além de conseguir a mesma gramagem de proteína em uma dieta carnívora, ademais a dieta vegetariana tem como resultado a prevenção e tratamento de doenças, incluindo doenças cardiovasculares e cerebrovasculares (Kahleova; Levin; Barnard, 2018).

Percebe-se que o debate sobre o assunto de conhecimento geral, tem-se como exemplo o movimento *Meatless Monday* (Segunda Sem Carne). A campanha Segunda Sem Carne é um convite para que a população possa refletir sobre a alimentação cotidiana, e assim poder experimentar uma variedade e a disponibilidade de diversos alimentos, buscando oferecer experiência nova ao paladar com uso das proteínas vegetais. A campanha baseia-se em três pilares, o impacto animal voltado aos direitos e sofrimento animal, o impacto na saúde da

população humana, buscando redução das doenças crônicas não transmissíveis, e o impacto no meio ambiente, como o desperdício de água, o desmatamento, a desertificação, a extinção de espécies, a destruição de biomas e a emissão dos gases de efeito estufa (Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, 2009).

Em contrapartida, as mesmas empresas que fornecem a proteína animal para a população são os mesmos fabricantes de ultraprocessados vegetais. Estas empresas continuam com os mesmos problemas dos ultraprocessados de origem animal: processamento industrial excessivo com uso de ingredientes químicos, realçadores de sabor, aromatizantes e corantes, além de mais altos índices de sal, gordura e açúcar.

Conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), é aconselhável ter uma dieta baseada em uma variedade de alimentos vegetais, naturais ou minimamente processados. Isto acontece devido os alimentos de origem animal serem bons em fontes de proteína e terem a maioria das vitaminas e minerais de que precisamos, todavia carecem de fibras, podem ser ricos em calorias por grama e contêm excesso de gorduras não saudáveis (chamadas gorduras saturadas), propriedades que podem aumentar a obesidade, risco de doença cardíaca e condições crônicas. Por outro lado, os alimentos vegetais costumam ser boas fontes de fibras e vários nutrientes e geralmente têm menos calorias por grama ao seu comparada com os alimentos de origem animal (Pacheco, 2023) .

Há combinações de alimentos de origem vegetal que se complementam do ponto de vista nutricional, como a mistura de cereais com leguminosas (como por exemplo o arroz com feijão), de cereais com legumes e verduras, de tubérculos com leguminosas e de cereais ou tubérculos com frutas.

Outro exemplo é o caso dos feijões e leguminosas no geral, que por sua vez são fontes de proteína, fibras, vitaminas do complexo B e minerais, como ferro, zinco e cálcio. O alto teor de fibras e a quantidade moderada de calorias

por grama conferem a esses alimentos alto poder de saciedade, que evita obesidade.

O consumo de arroz, feijão, milho, mandioca, batata e diversas hortaliças e frutas estimula naturalmente a agricultura familiar e as economias locais, favorecendo a solidariedade de vida e modos de produção e auxiliando na promoção da biodiversidade e na redução da poluição ambiental (Bernardi, 2019). Este estímulo tem como consequência o desenvolvimento social, pois está ligado diretamente à liberdade individual.

A maior demanda por alimentos de origem vegetal, e por consequência a diminuição da demanda por alimentos de origem animal, traz como resultado a diminuição de emissões de gases de efeito estufa, o desmatamento decorrente da criação de novas áreas de pastagens e o uso intenso de água. A redução do consumo de alimentos de origem animal também reduz a necessidade de sistemas intensivos de produção animal, particularmente prejudiciais ao meio ambiente. Uma característica típica desses sistemas é a agregação de animais, o que, além de estressá-los, aumenta a geração de resíduos por unidade de área e a necessidade do uso constante de antibióticos, levando à contaminação do solo e aumentando o risco de contaminação dos lençóis freáticos, rios, lagos e represas na área (Bernardi, 2019).

O consumo de ração em sistemas intensivos de produção animal é significativo, sendo essa ração proveniente principalmente das monoculturas de soja e milho. Essas monoculturas, por sua vez, dependem fortemente da aplicação de agrotóxicos e do uso extensivo de fertilizantes químicos. Essas práticas têm efeitos adversos no meio ambiente, como contaminação da água, degradação do solo, aumento da resistência a pragas e impacto negativo na biodiversidade. Além disso, o uso excessivo de água e o cultivo de sementes geneticamente modificadas (transgênicas), que prevalecem nas monoculturas de soja e milho, também são preocupações ambientais (Fortes, 2020).

Alimentos de origem vegetal ou animal oriundos de sistemas que promovem o uso sustentável dos recursos naturais, que produzem alimentos livres de contaminantes, que protegem a biodiversidade, que contribuem para a desconcentração das terras produtivas e para a criação de trabalho e que, ao mesmo tempo, respeitam e aperfeiçoam saberes e formas de produção tradicionais são chamados de alimentos orgânicos e de base agroecológica. Dessa forma, quanto mais pessoas buscarem por alimentos orgânicos e de base agroecológica, maior será o apoio que os produtores da agricultura familiar receberão e mais próximos estaremos de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável.

Embora seja possível que uma dieta alcance o nível completo de nutrientes com apenas em alimentos in natura, como grãos, raízes, tubérculos, vegetais, carne e peixe, esses alimentos são normalmente consumidos na forma que incorporam ingredientes como óleos, gorduras, sal ou açúcar por meio dos industrializados. Esses ingredientes são comumente utilizados em cozinhas domésticas, bem como em cozinhas de restaurantes para adicionar sabor, misturar ingredientes e cozinhar alimentos frescos ou minimamente processados, dessa forma criando culinárias que agradam ao paladar.

A principal diferença entre o flexitarianismo do vegetarianismo e veganismo está na não restrição absoluta do consumo de proteína animal ou produtos de alimentos derivados de animais que foram cruelmente testados em animais, como shampoos, remédios, cremes e outros cosméticos. O flexitarianismo não possui uma regra clara, mas possui um estilo de vida na intenção de reduzir ao máximo os produtos de origem animal.

O flexitarianismo é baseado nos princípios: comer principalmente frutas, verduras, legumes e grãos integrais; o intuito é ingerir cada vez mais alimentos de origem vegetal do que animal; evitar consumir carne de origem animal ao máximo; comer a forma menos processada e natural dos alimentos; e limitado de adição de açúcar e doces. Ademais, o flexitarianismo é uma palavra que remete a

flexível. É uma dieta que é composta em sua maioria em vegetais, porém com uma possível flexibilidade quanto às situações sociais. Ademais, o flexitarianismo também pode ser o tipo de padrão alimentar intermediário dos que estão caminhando para o vegetarianismo (Torres, 2015). Atingir o flexitarianismo é uma maneira de criar uma educação para a sustentabilidade visando anular o Status Quo e servir de incentivo para a sociedade ter um desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com Raphaely e Marinova (2012), o flexitarianismo oferece como um retorno às dietas tradicionais à base de plantas e de forma socialmente inovadora para combater de imediato o espectro de impactos negativos. Além disso, artigos que mencionam o flexitarianismo afirmam que a adoção de uma dieta flexitariana não é apenas segura, mas também tem o potencial de prevenir a recorrência da doença de Crohn⁴. Vale a pena notar que a maioria dos pacientes com doença inflamatória intestinal mantém níveis normais de Reação em Cadeia da Polimerase (PCR), um marcador de inflamação. Isso reforça a noção de que os fatores do estilo de vida, particularmente a dieta ocidental, estão intimamente ligados ao desenvolvimento da doença inflamatória intestinal. O impacto de uma dieta flexitariana na microflora intestinal, especificamente na promoção de bactérias benéficas, merece uma investigação mais aprofundada. O princípio subjacente de uma dieta flexitariana, que visa aumentar a abundância de bactérias benéficas no intestino, alinha-se com o conceito de prebióticos e probióticos (Raphaely; Marinova, 2012).

A dieta flexitariana enfatiza o consumo de frutas, vegetais e grãos. Essa dieta também sugere limitar a ingestão de alimentos de origem animal, que são conhecidos por diminuir a presença de bactérias benéficas e são considerados um fator de risco potencial para doenças inflamatórias intestinais. É importante ressaltar que não há restrições a nenhum alimento específico dentro desta dieta.

⁴ A doença de Crohn é qualificada como uma doença inflamatória intestinal, de caráter crônico, recidivante, transmural e que pode afetar qualquer parte do trato digestivo, desde a boca até o ânus, mas, principalmente, o intestino delgado e o cólon (Papacosta *et al.*, 2017).

Devido à sua natureza flexível e foco no que incluir em vez de restringir, o flexitarianismo é uma escolha popular para pessoas que procuram uma alimentação saudável e mais eco-friendly. Dessa forma o flexitarianismo pode beneficiar a saúde do indivíduo e o meio ambiente. A redução do consumo de carne algumas vezes por semana pode ajudar a preservar os recursos naturais. Resultando na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, bem como no uso da terra, água e na redução da crueldade com os animais (Ramos, 2022)

O consumo de carne no Brasil tem profundas raízes históricas e culturais, o que contribui para a resistência dos consumidores a qualquer possível diminuição de seu consumo. Logo, os esforços para promover uma alimentação saudável e mudanças no estilo de vida enfrentam obstáculos como influências políticas e culturais, bem como a autonomia do indivíduo em fazer escolhas alimentares. À luz desses desafios, a campanha Meatless Monday visa incentivar os consumidores a avaliar cuidadosamente seus hábitos de consumo alimentar (Sampaio; Carvalho, 2016).

De acordo com Junior (2017), a Reforma Agrária no contexto brasileiro contemporâneo é um esforço lógico, isto acontece porque qualquer iniciativa governamental que busque intervir nas regiões rurais com o objetivo de promover a democracia e expandir as liberdades instrumentais inevitavelmente se deparará com a persistente questão da concentração fundiária. Essa característica estrutural há muito definiu o desenvolvimento agrário do país e sua modernização incompleta, resultando consistentemente em desigualdades que desafiam qualquer noção de desenvolvimento como liberdade.

Para quebrar o ciclo de pobreza na agricultura camponesa, que perpetua a baixa produtividade e as dificuldades econômicas, é importante reconhecer que o problema subjacente é a desvalorização da produção agrícola. A agricultura camponesa luta para prosperar devido a uma combinação de fatores, incluindo pesadas regulamentações burocráticas e a natureza exploradora dos mecanismos de mercado. Além disso, políticas públicas mal elaboradas muitas vezes

dificultam a livre circulação dos agricultores, como evidenciado pelos desafios enfrentados nos assentamentos da reforma agrária no Brasil. Para promover o consumo de alimentos mais saudáveis, várias medidas podem ser implementadas, como: a redução de impostos para tornar os alimentos nutritivos mais acessíveis; a implementação de regulamentos para garantir o acesso fácil a opções de alimentos mais saudáveis; e a imposição de restrições à publicidade de alimentos altamente processados (Malta, 2011).

Segundo Malagodi (2017):

Com relação à agricultura de base familiar e camponesa, há um vazio no planejamento político-econômico e nas ações do Estado, e este buraco é justificado em base a estereótipos e preconceitos mantidos até hoje contra esse tipo de agricultura.

Para estabelecer condições ótimas para a agricultura familiar e camponesa, é imperativo reconhecer o direito do produtor a um sistema que lhe dê liberdade e independência para exercer seu próprio arbítrio. Este requisito fundamental serve “para ‘eliminar primeiramente as influências deletérias que a assaltam de todos os lados’, como também para ‘assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo’” (Marx, 2005, p. 123).

Percebe-se que fica bem evidenciado que a questão agrária é mais complexa que a questão da importância da agricultura voltada para a exportação. Sem dúvida, a exportação de safras e outros produtos agrícolas tem imensa importância e constitui um ativo estratégico crucial para a nação, principalmente no que diz respeito ao fluxo de divisas. No entanto, é preciso que o país não abra mão do bem-estar social e crie políticas públicas para saúde da população.

O flexitarianismo propõe um estilo de vida mais flexível e equilibrado, combinando os benefícios de dietas onívoras com vegetarianas proporcionando uma maior estabilidade nutricional, assim evitando carências e doses elevadas dos nutrientes que podem ser prejudiciais à saúde. Podendo também auxiliar no processo de emagrecimento e transição para o vegetarianismo, assim como pode

auxiliar na prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e atua como um método alimentar menos prejudicial ao meio ambiente (Silva, 2018).

3 CONCLUSÃO

O flexitarianismo, também conhecido como flexibilidade alimentar, propõe que o indivíduo tenha acesso irrestrito à alimentação sem se preocupar constantemente com a fome e a sede. De acordo seu conceito, esta liberdade é alcançável, pois defende mudanças significativas nos hábitos alimentares e na cultura alimentar. Isso implica fortalecer a autonomia e as obrigações da população em relação às suas escolhas alimentares. O flexitarianismo serve como um meio para mitigar os impactos da seca e da fome globalmente, ao mesmo tempo em que aumenta a disponibilidade de recursos essenciais e melhora as medidas de saneamento básico.

Ademais, o flexitarianismo defende uma alimentação baseada mais em alimentos naturais e de origem vegetal e menos em alimentos de origem animal. Esse hábito tem como resultado menos degradação do meio ambiente e acesso a macronutrientes essenciais ao corpo humano. Segundo esta ideia, isso é possível promovendo mudanças nos hábitos alimentares e na cultura alimentar, assim reforçando a soberania e as responsabilidades da população em relação à sua alimentação. O flexitarianismo é uma forma de reduzir as consequências da seca e da fome no mundo, evitando doenças e controlando os nossos recursos.

O flexitarianismo junto com a agricultura familiar pode vir a ser uma forma de produção intensiva de alimentos menos prejudiciais à saúde, que para sobreviver necessita de uma gestão ecológica integrada e de uma disponibilidade contínua de nutrientes essenciais. A agricultura familiar é essencial para o desenvolvimento sustentável da população brasileira, mas necessita de ações concretas para que os ruralistas possam obter melhores produtos e reduzir a pobreza, visto que a maioria da comida da população brasileira é decorrente da agricultura familiar e não da monocultura e da agricultura empresarial.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: EDUSP 2007.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**, São Carlos: EDUFSCAR, p. 43-66, 2005.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisnan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, set. 2006.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. 1. reimpr. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
- CABESTRÉ, R. **Campanha “segunda sem carne” em restaurantes industriais**. [S.l.:s.n.], (2022)
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. v. 470.
- ESHEL, G. *et al.* Environmentally optimal, nutritionally sound, protein and energy conserving plant based alternatives to U.S. **Meat**. **Sci Rep**, v. 9, p. 10345, 2019.
- FORTES, M. F. **Faculdade de saúde pública**. 2020. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- GLOBO RURAL. **O Brasil alcança maior produção de grãos**. [S.l.:s.n.], 2020.
- JUNIOR, M. A. M.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017.
- KAHLEOVA, H.; LEVIN, S.; BARNARD, N. D. Vegetarian Dietary Patterns and Cardiovascular Disease. *Progress in cardiovascular diseases*. **United States**, v. 61, n. 1, p. 54-61, jun. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29800598>. Acesso em: 28 jun. 2022.

LOPES, H. M. M.; FEITOSA, J. R. T.; RODRIGUES, R. G. O mínimo existencial: desperdício de comida na historicidade declarada. **Revista FAROL**, v. 17, n. 17, p. 158-166, 2022.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa?. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, v. 42, 2017.

MARX, K. Rascunhos da carta a Vera Sassulitch de 1881. Tradução de E. Malagodi e R. S. Bezerra. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 110-123, jan.-dez. 2005.

MITIDIERO, J. M. A. **Censo agropecuário 2017**: o que revela o censo do golpe?. [S.l.:s.n.], 2022.

OLIVEIRA, F. A. Piketty e as desigualdades no capitalismo: colocando alguns pingos nos is na análise de “O capital no século XXI”. **Economia e Sociedade** 30, p. 415-445, 2021.

PACHECO, V. S. Concepções de professores/as de ciências e biologia e de estudantes de um curso técnico em nutrição à luz do guia alimentar para a população brasileira. [S.l.:s.n.], 2023.

PAPACOSTA, N. G. *et al.* Doença de Crohn: um artigo de revisão. **Revista de patologia do Tocantins**, v. 4, n. 2, p. 25-35, 2017.

RAMOS, F. S. **Alimentos análogos de base vegetal**: um estudo sobre os fatores de influência para o consumo. [S.l.:s.n.], 2022.

RAPHAELY, T.; MARINOVA, D. Flexitarianism: traditional diets as social innovation for sustainability. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 403-422, jan./dez. 2012.

RHODEN, J. V. **Tá quase dominado**: estratégias de comunicação para mobilizar o movimento vegano. [S.l.:s.n.], 2022.

SAMPAIO, D. B.; CARVALHO, D. B. Consumo de carnes e cidadania: uma análise a partir da “Segunda sem Carne” em Teresina-PI. **Revista Equador** 5.3, p. 199-219, 2016.

SERENINI, M. J. **A importância da agricultura familiar na produção de alimentos**. Campo Mourão: Produções Didático-Pedagógicas, 2014/2015.

SILVA, M. C. B. **Flexitarianismo**: revisão de literatura. [S.l.]: BS thesis, 2018.

TESTA, V. M. A importância da Agricultura Familiar. **Portal Dia de Campo**, 2010. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=20915&secao=Colunas>. Acesso em: 25 set. 2023.

CAPÍTULO 17

ANÁLISE DA TRANSMISSÃO DE PREÇOS DO ALGODÃO EM PLUMA ENTRE OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES BRASILEIROS

Yasmin Mara dos Santos Vieira¹

Tiago Sayão Rosa²

Carolina Silva Ribeiro³

José Armando de Sousa Neres⁴

Tadeu da Silva Nogueira Moreira⁵

Resumo: A cotonicultura é de grande importância econômica para o Brasil, sendo responsável pela geração de empregos, diretos e indiretos em toda a cadeia. Além disso, o algodão possui grande poder de adaptação, podendo ser cultivado nos vários climas e resiste à seca. Destarte, é uma opção a ser cultivada em regiões semiáridas quanto no Cerrado. Diante deste cenário, o objetivo do presente estudo é identificar a transmissão de preços recebidos pelo produtor nos maiores estados produtores (Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul e Goiás) no período de 06 de janeiro de 2014 até 01 de setembro de 2023. O método de análise utilizado é o modelo de vetor de correção de erro (VEC) e a partir disso, o cálculo dos *spillovers* (efeitos colaterais) ou de conectividade. De acordo com os resultados obtidos, o estado do Mato Grosso é o maior formador de preços recebidos pelo produtor. Após dez semanas, os preços mato-grossenses explicam grande proporção da variabilidade dos preços nos outros estados.

Palavras-chave: Algodão. VEC. *Spillovers*. Transmissão de Preços.

Abstract: Cotton farming is of great economic importance for Brazil, being responsible for generating direct and indirect jobs throughout the chain. Furthermore, cotton has great adaptability, can be grown in different climates, and resists drought. Therefore, it is an option to be cultivated in semi-arid regions and in the Cerrado. Given this scenario, the objective of this study is to identify the transmission of prices received by the producer in the largest producing states (Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul and Goiás) in the period from January 6, 2014, to September 1, 2023. The analysis method used is the vector error correction model (VEC), and from this, the calculation of *spillovers* (side effects) *proportion of price variability in other states*.

Keywords: Cotton. ECV. *Spillovers*. Price Transmission.

¹ Mestranda em Modelagem e Métodos Quantitativos – PPGMMQ – UFC. E-mail: yasminmaravieira@gmail.com.

² Professor Adjunto no Curso de Ciências Econômicas da UFDPAr. E-mail: tiago.sayao@ufpi.edu.br.

³ Professora Adjunta no Curso de Ciências Econômicas da UFDPAr. E-mail: carolina.ribeiro@ufpi.edu.br.

⁴ Graduando em Ciências Econômicas da UFDPAr. E-mail: armandoneres00@gmail.com.

⁵ Graduando em Ciências Econômicas da UFDPAr. E-mail: thadeunogueira43@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O algodão é uma fibra natural e é a principal fibra vegetal utilizada pela indústria têxtil. No ano de 2022, o algodão ocupava a quinta posição dentre os produtos mais importantes da agropecuária brasileira, representando 2,91% do valor bruto da produção (VBP) agropecuária calculado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 2022 o Brasil ocupou a posição de quarto maior produtor mundial de algodão, com 2,55 milhões de toneladas por ano, ficando atrás da China, Índia e Estados Unidos em primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente (USDA, 2023). Os quatro países conjuntamente respondem por mais de 71% da produção mundial, segundo o USDA.

As projeções para 2023 indicam uma produção nacional de 3,03 milhões de toneladas, equivalente a 11,74% da produção mundial estimada. Conforme Faus (2022 *apud* Freitas *et al.*, 2023), o algodão brasileiro conquista cada vez mais espaço nos países consumidores, consolidando o Brasil como o quarto maior produtor mundial, além de ocupar a segunda colocação no ranking dos países exportadores da fibra, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Esse desempenho brasileiro pode ser atribuído à qualidade do produto ofertado no mercado internacional, o nível de competitividade, o preço favorável e a regularidade no fornecimento.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), das 2.554,1 mil toneladas produzidas na safra 2021/2022 no Brasil, a região Centro-Sul é a grande responsável pela produção nacional, sendo que a região Centro-Oeste ocupa a primeira posição, com 73,08%, seguida da região Nordeste, com 23,79% (CONAB, 2023). Segundo Buainain e Batalha (2007), a cotonicultura é relevante tanto do ponto de vista econômico quanto social, uma vez que está presente em diversos países e se adapta aos vários climas e resiste à seca. Destarte, é uma opção a ser cultivada em regiões semiáridas. Além da

resistência, quase tudo do algodão é aproveitado, principalmente a fibra e o caroço, que representam, respectivamente, quase 65% e 35% do produto.

Não obstante, a região Centro-Oeste concentra 74,54% da área nacional de algodão, observa-se que o algodão em pluma também tem ampliado sua fronteira no Nordeste, nas regiões de Cerrado da Bahia (Oeste), Piauí e Maranhão, maiores produtores nordestinos, com cotonicultores oriundos principalmente do Sul e Sudeste de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2023). No Nordeste, há ainda o modo de produção no Semiárido, de pequena escala, comum no Sertão do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e sul da Bahia.

Segundo Coêlho (2021), a produção do Semiárido é bem menor que a do Cerrado nordestino, mas nem por isso, menos importante, pois há produção de algodão convencional e transgênico em escala empresarial, no Ceará e na Bahia (maior produtor de algodão do Nordeste, com 19% do total nacional), e produção de algodão orgânico e agroecológico, no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, cujos campos de produção são importantes espaços de atuação de institutos de pesquisa nacionais e estaduais, ONGs e projetos governamentais.

Estes campos abastecem nichos de mercado, como os da União Europeia e de alguns estados do Sul e do Sudeste do Brasil, que negociam por intermédio do comércio justo e remuneram melhor que a fibra convencional, exigindo, em troca, a certificação dos produtores. Os maiores estados produtores são, respectivamente: Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Goiás e Minas Gerais.

Salienta-se que a grande parte da cotonicultura brasileira é voltada para exportação sendo bastante mecanizada, em seu modo empresarial de produção⁶.

⁶ É o adotado em grandes fazendas, que são administradas como empresas, que contam com investimentos consideráveis em infraestrutura de produção e armazenamento. Realizam operações de crédito de custeio e de investimento em valores altos. Utilizam mecanização em larga escala em todas as etapas do processo produtivo, geralmente possuindo assistência técnica

Só a produção do Mato Grosso representa 2,7 vezes a soma da produção das demais regiões do País (CONAB, 2023). Esse fato sugere uma forte integração entre os mercados produtores do algodão. Na próxima seção, será detalhada a organização espacial da produção dentro dos estados selecionados para este estudo (MT, BA, MS e GO)⁷, segundo dados do Acompanhamento da safra brasileira de grãos, realizado pela CONAB.

Conforme dito anteriormente, os estados selecionados produtores de algodão em pluma são bem integrados. De acordo com Faclicker e Goodwin (2001 *apud* Fernandes; Braga; Lima, 2010), a integração de mercados consiste na interdependência de preços em diferentes regiões ao longo do tempo. O fato de compartilharem informações de longo prazo semelhantes faz com que os preços de um mercado integrado sofram influências não somente das condições locais de oferta e demanda, como também das condições das demais localidades. Dessa forma, a análise de transmissão de preços entre os diferentes estados dentro da região fornece informações relevantes sobre a dinâmica do mercado. Melo *et al.* (2018) afirmam que o preço é ainda um mecanismo que promove a união em vários mercados, através da dinâmica que permite obter informações de grande relevância e compreender como o mercado se comporta.

Presotto *et al.* (2018) afirmam que a estrutura de preços de produtos primários é bastante influenciada pela região de produção e suas especificidades. A integração espacial de mercados regionais agropecuários e a transmissão de preços entre esses mercados é um tema recorrente tanto na literatura nacional quanto internacional. A análise espacial está baseada nos postulados e definições da Lei do Preço Único, que é amplamente citada nos diversos trabalhos que visam estudar a transmissão de preços entre mercados. Dessa forma, será possível identificar a configuração da integração no elo da produção entre os

própria, tanto para a cultura do algodão como para o maquinário utilizado, e empregam mão de obra especializada.

⁷ Para o período de análise, é importante notar a ausência de dados específicos disponibilizados pela CONAB para Maranhão e Minas Gerais.

estados selecionados. Ressalta-se que a maioria dos estudos presentes na literatura analisada sobre a dinâmica dos preços nacionais e internacionais do algodão. Portanto, pouco se sabe sobre a transmissão de preços do algodão entre os maiores produtores nacionais. Nesse sentido, esta pesquisa busca preencher essa lacuna teórica.

Ainda, segundo Aguiar e Barros (1991), o produtor, por ter menor informação do mercado e estar inserido no meio mais competitivo, é o elo da cadeia de comercialização mais passivo no processo de formação de preços. Os compradores de algodão do tipo pluma estabelecem o preço balcão considerando a receita esperada, descontando os custos diversos. O produtor decide se irá e quanto vai produzir considerando o preço esperado pelo produto, que deve cobrir custos de produção e assegurar alguma lucratividade. Segundo dados do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA, 2023), considerando a mesma produtividade da safra 2022/2023 de 115,76 arrobas por hectare, é necessário que o cotonicultor venda a sua pluma a pelo menos R\$ 127,73 arrobas para cobrir o seu custo operacional efetivo (COE).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral medir a volatilidade de transmissão e a formação espacial de preços nos principais estados produtores de algodão (Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul e Goiás), no período de janeiro de 2014 a agosto de 2023. Desta forma será possível identificar a configuração da integração entre os diferentes estados da região.

2 COTONICULTURA

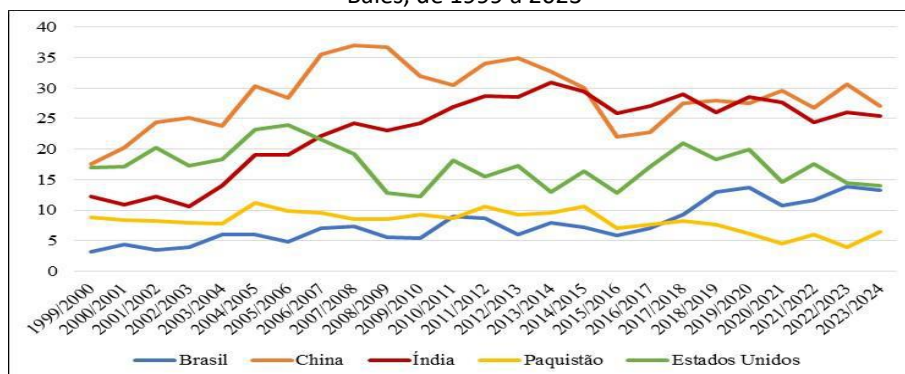
O algodão figura como uma das culturas de fibras mais significativas em âmbito global, e de acordo com a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA, 2023), o Brasil destaca-se com uma extensa área cultivada de aproximadamente 1,6 milhões de hectares dedicados ao algodão. Este expressivo

investimento agrícola resultou em uma produção excedente de mais de três milhões de toneladas de algodão beneficiado (pluma) durante a safra 2022/2023.

Destaca-se que a China ocupa uma posição proeminente neste cenário, conforme relatado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2023). A China não apenas se sobressai como o maior produtor de algodão do mundo (Figura 1), mas também como o principal consumidor e importador desse recurso natural. Em virtude desse contexto, as políticas adotadas pela China não somente influenciam o mercado interno, mas exercem um impacto significativo sobre a dinâmica do mercado global de algodão. Vale ressaltar que a produção chinesa não atende plenamente à demanda interna devido ao elevado consumo, o que consolida a China como uma nação de grande relevância no cenário das importações de algodão.

Evidencia-se claramente a relevância da Índia e dos Estados Unidos na produção global de algodão, sendo seguidos pelo Brasil e pelo Paquistão como protagonistas nesse cenário. No âmbito das exportações, durante a safra 2022/2023, merece destaque a contribuição significativa dos Estados Unidos e da Índia, juntamente com nações da Ásia Central e da África Central, bem como o Brasil, como importantes atores no comércio internacional de algodão. Essa configuração de países-chave na produção e exportação de algodão reflete a complexidade e a interdependência das dinâmicas do mercado global.

Figura 1 - Evolução da Produção Mundial de Algodão nos Principais Países Produtores, em lb.
Bales, de 1999 a 2023



Nota: 2022/2023 estimativa.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de USDA (2023).

No Brasil, o final do século XIX marcou um período de mudanças significativas na indústria algodoeira. Entretanto, foi com o lançamento do Plano Real em 1994 que o país entrou em uma nova fase de abertura econômica, caracterizada por avanços e retrocessos influenciados pela necessidade de controlar os preços.

A abertura comercial gradual resultou na diminuição das restrições à importação de produtos têxteis, impactando negativamente a demanda pela pluma brasileira até o ano de 1998. Segundo Alves (2006), reação do setor materializou-se através de um notável aumento na produtividade, o que possibilitou superar, pelo menos em parte, tais desafios, restaurando assim a presença do setor no mercado global, desta vez como um exportador de algodão em pluma.

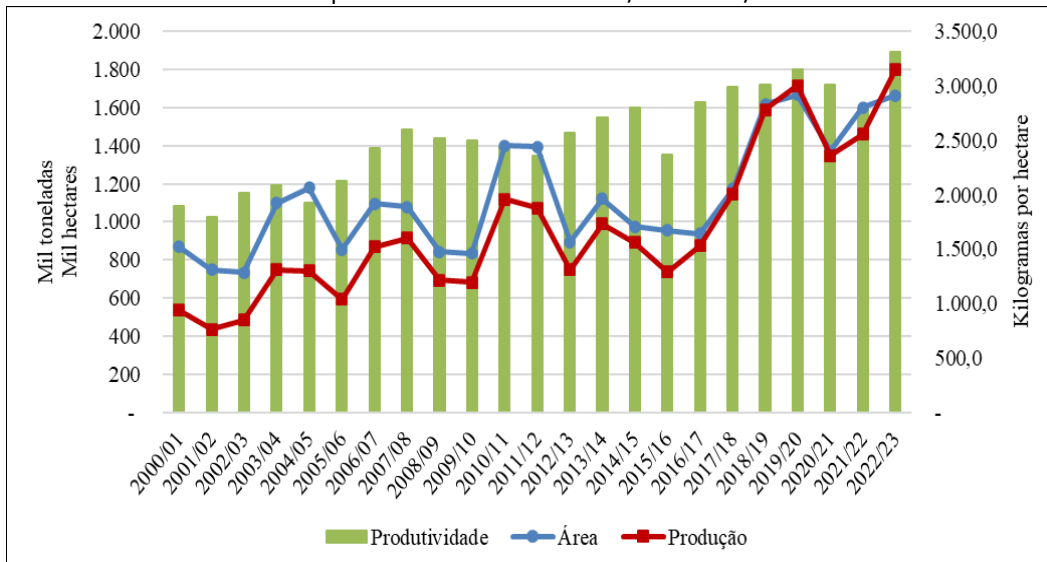
A Figura 2 apresenta a evolução da produção de algodão ao longo da última década. Observa-se, no entanto, que após a safra 2000/01, houve uma ligeira diminuição na produção, seguida por um ressurgimento nos anos subsequentes. Esses padrões de variação na produção de algodão no Brasil refletem as complexas influências econômicas e políticas que moldaram o setor, bem como a capacidade de adaptação da indústria algodoeira brasileira às condições do mercado internacional.

Ao longo das safras mencionadas, observamos um padrão de flutuações na produção de algodão, influenciado por diversos fatores econômicos e agrícolas. Na safra 2002/03, os preços do algodão subiram, o que incentivou um aumento na produção. Esse aumento continuou nas safras 2003/04 e 2004/05, levando a uma estabilização na produção.

No entanto, na safra seguinte, houve um declínio na produção de algodão devido a um período de preços baixos, causados por uma grande oferta mundial. A safra 2008/09 experimentou uma queda drástica na produção, influenciada pela recessão global e preços deprimidos. A produção só voltou a crescer na safra

2010/11, à medida que as condições econômicas globais melhoraram e os preços se recuperaram.

Figura 2 - Evolução da produção (mil toneladas), área (mil ha) e produtividade (Kg/ha) do algodão em pluma durante a safra 2000/01 a 2022/23



Nota: 2022/2023 estimativa.

Fonte: Elaboração dos autores com os dados da CONAB (2023).

No ano seguinte, 2014/15, a produção manteve-se estável. Os preços, embora não tão elevados quanto em anos anteriores, ainda eram atrativos o suficiente para garantir a continuidade da produção de algodão no país.

A safra 2016/17 testemunhou um aumento na produção de algodão, influenciado pela demanda global em constante crescimento e por preços que permaneceram em níveis razoáveis para os produtores. Essa expansão refletiu a capacidade do setor algodoeiro brasileiro de se adaptar às condições de mercado em rápida evolução.

No ciclo 2018/19, a produção permaneceu relativamente constante, com as condições de mercado exercendo sua influência predominante. A safra 2019/20 testemunhou um aumento notável na produção de algodão, impulsionado pela demanda global crescente e por preços favoráveis no mercado internacional.

No entanto, a safra 2020/21 trouxe uma mudança substancial na dinâmica. Uma queda acentuada na produção ocorreu devido a uma série de fatores, com destaque para os impactos econômicos da pandemia de Covid-19, que afetaram as cadeias de suprimentos globais e a demanda por produtos têxteis.

Olhando para a safra 2022/23, as expectativas são de um retorno ao crescimento na produção de algodão em relação à safra anterior. Esse crescimento é reflexo de uma recuperação econômica global, que se manifesta em uma demanda contínua por algodão, consolidando a resiliência e a importância do setor algodoeiro brasileiro no contexto internacional.

No que tange a produção de algodão, dentre os quatro estados selecionados (MT, BA, MS e GO), segundo dados da CONAB, o estado do Mato Grosso apresenta maior área de plantio da cotonicultura, seguido por Bahia, Goiás e Mato Grosso do Sul, respectivamente. No entanto, a maior produtividade se encontra no estado do Mato Grosso do Sul, isso se dá ao fato do algodão ser uma cultura que se adaptou ao clima e solo do cerrado sul-mato-grossense, porém, essa produtividade tem caído, segundo ao levantamento da safra 2022/23 da CONAB, em consequência das condições climáticas que foram desfavoráveis a cotonicultura.

Morello *et al.* (2020) afirma que o estabelecimento da cotonicultura no Cerrado é decorrente de uma série de fatores, dentre eles: a organização dos produtores; as condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo do algodoeiro; e dos investimentos em pesquisa, gestão e capacitação de pessoal aportados pelos diferentes agentes da cadeia produtiva. O algodão produzido nesse bioma é essencialmente de fibra branca e comprimento médio, cultivado em larga escala, altíssimas produtividades, sendo uma lavoura de alto risco e que demanda informações que minimizem as chances de perda.

Em relação à produção, o estado do Mato Grosso, como já citado anteriormente, representa 2,7 vezes a produção dos demais estados, foi o MT

que também apresentou a maior variação na produção em relação à safra anterior (2021/22), 21,5%. Esse aumento da produção se dá pelas condições favoráveis das chuvas, que apesar de apresentarem menor volume, o solo apresentou umidade suficiente para o desenvolvimento da lavoura e para o controle de pragas e doenças.

Tabela 2 - Área, Produtividade e Produção de Algodão em pluma

Estado	Área (Mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil toneladas)		
	2021/22	2022/23	%	2021/22	2022/23	%	2021/22	2022/23	%
Bahia	307,7	312,6	1,6	1.692,0	1.912,6	13,0	520,5	597,9	14,9
Goiás	27,1	27,5	1,5	1.773,0	1.798,4	1,4	48,0	49,5	3,1
Mato Grosso	1.140,1	1.185,7	4,0	1.549,0	1.809,8	16,8	1.766,0	2.145,8	21,5
Mato Grosso do Sul	25,8	29,6	14,7	2.033,2	1.945,4	-4,3	52,5	57,6	9,7

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da CONAB (2023).

Vale destacar aqui também o papel da Bahia na produção no cultivo do algodão, que ocupa o segundo lugar do ranking nacional desde a safra de 2003/2004. Para a safra 2022/23, a expectativa é que a produção baiana cresça em 4.9%, levando em consideração as expectativas da CONAB, em relação a melhor distribuição das chuvas nesta safra, em relação à safra passada.

Segundo a CONAB (2023), a safra 2022/23 indicam uma colheita de 2,92 milhões de toneladas da pluma. Os fatores que impulsionam o avanço da cultura são o elevado patamar dos preços do produto, boa rentabilidade, a comercialização antecipada, entre outros.

A produtividade do ciclo 2022/23 foi consequência do crescimento no volume produzido, o que indicou que na maior parte dos estados houve um crescimento da produção entre as safras, ou ao menos o aumento dos estados foi superior a eventuais reduções. Segundo o IMEA (2023), é esperada uma retomada no volume exportado para um patamar próximo a 2 milhões de toneladas do produto final, além de um estoque de passagem de aproximadamente 1,75 milhão de toneladas de pluma no fim de 2023.

Durante esse período, a produção de algodão no Brasil como um todo enfrentou desafios, como variações climáticas⁸ e flutuações nos preços internacionais. No entanto, o setor de algodão conseguiu se adaptar e continuar a crescer, tornando-se uma importante commodity agrícola para exportação. A modernização da produção, a adoção de variedades de algodão mais produtivas e a expansão das áreas cultivadas contribuíram para o aumento da produção nos estados mencionados. Quanto as exportações do algodão em pluma, os estados MT, BA, MS e GO, representaram 94,17% das exportações totais de algodão em 2022 (Tabela 2).

Tabela 2 - Estado de origem do comércio exterior de algodão em pluma do Brasil, 2022

Estado/País	2022		
	US\$	Kg	US\$/kg
Mato Grosso	2.502.973.939	1.252.793.846	2,00
Bahia	700.573.366	340.766.013	2,06
Goiás	232.529.123	98.511.209	2,36
Mato Grosso do Sul	26.042.878	13.858.567	1,88
Total	3.462.119.306	1.705.929.635	2,03
Brasil	3.676.362.287	1.803.735.568	2,04
% Participação	94,17%	94,58%	-

Nota: NCM 52010010 (Algodão não cardado nem penteado, não debulhado); 520010020 (Algodão não cardado nem penteado, simplesmente debulhado); 52010090 (Outros tipos de algodão não cardado nem penteado).

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do ComexStat (Brasil, 2023).

Outro fato relevante são que os dois maiores exportadores também são os maiores produtores brasileiros, Mato Grosso e Bahia. Trazendo a análise para um contexto mais regional, os três maiores produtores do nordeste são Bahia, Maranhão e Piauí, com cotonicultores oriundos principalmente do Sul e Sudeste. No Nordeste, há ainda o modo de produção no Semiárido, de pequena escala,

⁸ Segundo o executivo da Associação Sul-Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampasul), Adão Hoffmann, “As constantes chuvas que ocorreram na região sul nos meses de março e abril levantaram possibilidade de apodrecimento de maçãs que pode prejudicar um pouco a produtividade desta região”.

comum no Sertão do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e sul da Bahia.

Embora seja pequena a produção do Semiárido Nordestino, há uma grande relevância de tal produção para o contexto regional, pois segundo Coêlho (2021) apesar da área no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas ser expressivamente menor que a baiana, eles potencializam a produção regional, atendendo nichos de mercado no Brasil e exterior, com algodões orgânico e colorido, no caso da Paraíba.

Os estados da BA, MA e PI, representaram juntos, na safra de 2021/22, 99,53% da produção total do Nordeste e 24,03% da produção nacional, evidenciando a importância da região no cultivo do algodão (CONAB, 2023). Para a safra de 2022/23, as expectativas são que os três estados nordestinos somem 1,649 mil toneladas de algodão, representando 22,42% frente a produção nacional. Essa queda na representatividade dos estados nordestinos, se dá pela queda da área cultivada no Maranhão, devido ao encurtamento da janela de plantio, o que resultou em um relativo declínio na produtividade. Em relação às exportações, Bahia, Maranhão e Piauí somaram juntos, em 2022, 22,74% das exportações totais.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise de transmissão de preços e volatilidade de produtos agropecuários é um tema recorrente tanto na literatura nacional quanto internacional. Margarido (2012) afirma que há duas vertentes em relação à transmissão de preços entre mercados: transmissão vertical e transmissão espacial (ou horizontal). O estudo da transmissão espacial de preços está relacionado à literatura da integração de mercado. Segundo Fackler e Goodwin (2001), a integração de mercados refere-se à interdependência dos preços, em diferentes regiões, ao longo do tempo. Por compartilharem informações de longo prazo semelhantes, os preços de um mercado integrado sofrerão influências não

apenas das condições de oferta e demanda locais, mas também das condições das demais localidades. Dessa forma, a integração pode ser vista como uma medida do grau em que os choques de demanda e oferta que surgem numa região são transmitidos à outra (Cunha *et al.*, 2011).

Uma questão relevante no estudo da integração de mercado é o conceito de arbitragem espacial, o que implica que, se os mercados estiverem funcionando bem, os preços de mercadorias homogêneas em diferentes mercados não diferirão mais do que os custos de transporte. De acordo com Fackler e Goodwin (2001), em um processo de arbitragem, a ação dos agentes garante que os preços dos bens homogêneos em duas localidades quaisquer diferirão, no máximo, pelo custo de deslocamento do bem da região com menor preço para comercialização na região com maior preço, ou seja, considerando duas regiões economicamente integradas:

$$P_A - P_B \leq r_{AB} \quad (1)$$

Onde P_A representa o preço do bem na localidade A; P_B , o preço do bem na localidade B; e r_{AB} é o custo de deslocamento do bem do local A para B.

Na ausência de custos relevantes, a relação apresentada se tornará uma igualdade nula. Nesse caso, o fluxo de comércio da região de menor preço para a região de maior preço irá persistir até que haja a equalização dos preços dentro do mercado que compreende as duas regiões.

A equalização de preços é chamada de Lei do Preço Único (LPU). A LPU afirma que, em mercados concorrentes, livres de custos de transporte e barreiras oficiais de comércio, bens idênticos devem ser vendidos pelo mesmo preço quando são expressos na mesma moeda (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015). Caso haja arbitragem, há a possibilidade de comércio entre regiões pertencentes a um mesmo país. Ou seja, se um bem é vendido em uma região a um preço inferior ao de outra região, é possível obter ganho comprando-se o bem na primeira região e vendendo-o na segunda. Dessa forma, a validação da LPU está

relacionada ao processo de arbitragem espacial, que é o mecanismo que conduz à estabilidade de preço em um mercado espacialmente separado (Faminow; Benson, 1990).

De acordo com Fackler e Goodwin (2001), as três versões para a LPU são: fraca, forte e agregada. A primeira versão coincide com o conceito de arbitragem espacial, já expresso anteriormente através da Equação 1. A segunda (versão forte) pressupõe-se a continuidade do comércio com permanência da validade da condição de arbitragem como uma igualdade $P_A - P_B = r_{AB}$. Por último, a terceira versão da LPU é a agregada, conhecida como Paridade do Poder de Compra (PPC). Neste estudo, será considerada a versão forte pelos motivos que serão apresentados na sequência.

Faminow e Benson (1990 *apud* Alves, 2016) e Goodwin e Piggott (2001 *apud* Alves, 2016) consideraram que localidades espacialmente separadas e que comercializam um mesmo produto formariam um mercado integrado se os preços fossem determinados de maneira interdependente, ou seja, alterações de preços numa região seriam transmitidas às demais. Nesse conceito, regiões geográficas distintas poderiam pertencer a um mesmo mercado se seus preços para determinado produto fossem cointegrados. Fackler e Goodwin (2001) propuseram que a integração do mercado funciona melhor como medida do grau em que choques de demanda e oferta que surgem em uma região são transmitidos para outra região. Considere um choque hipotético (ε_A) que muda o excesso de demanda por um bem na região A, mas não na região B. A taxa de transmissão de preços associada a esse choque é:

$$R_{AB} = \frac{\partial P_B / \partial \varepsilon_A}{\partial P_A / \partial \varepsilon_A} \quad (2)$$

Em que R_{AB} é a taxa de transmissão associada ao choque do produto na região A; $(\partial P_B) / (\partial \varepsilon_A)$, a variação infinitesimal do choque em que promove variação do preço na região B; e $(\partial P_A) / (\partial \varepsilon_A)$, a variação infinitesimal do choque em A que leva à variação do preço do produto nessa região.

Caso R_{AB} seja igual a 1, há integração perfeita do mercado e variações nos preços do produto homogêneo são transmitidas de forma completa entre as regiões. Contudo, caso R_{AB} seja diferente de R_{BA} , a razão não é simétrica e a região A pode estar mais integrada à região B do que o contrário. Elevado grau de integração não implica necessariamente que haja comércio direto entre duas regiões; o importante é que as regiões façam parte de uma rede comum de comércio. Por exemplo, se dois locais e são fornecedoras regulares de um bem ao local C, eles podem ser integrados com a mesma força, como se fossem parceiros comerciais diretos (Fackler; Goodwin, 2001).

Conforme Meyer (2004 *apud* Alves, 2016) e Lima (2016), a integração de mercado pode ser definida como o grau de transmissão de preços entre mercados espacialmente separados. Por isso, quanto maior o grau de integração de mercado, maior a transmissão de preços, encorajando produtores a se especializarem de acordo com as vantagens comparativas da região. De fato, a ausência de integração de mercado tem implicações na organização do sistema econômico em termos de eficiência.

Rapsomanikis *et al.* (2003 *apud* Margarido, 2012) afirmam que a não transmissão completa de preços de um mercado para outro tem importantes implicações em termos de bem-estar para a sociedade. A implementação de políticas comerciais restritivas ou a presença de custos de transação, como, por exemplo, infraestrutura de comunicação e transporte precários, pode resultar na redução da informação disponível para os agentes econômicos para a tomada de decisão. Sendo assim, a existência de assimetrias de informação contribui para resultados ineficientes em termos econômicos.

Neste estudo, serão considerados os mercados da produção para os quatro estados (Bahia, Goiás, Mata Grosso e Mato Grosso do Sul) com a utilização do Modelo Autorregressivo Vetorial com Correção de Erro (VEC) e cálculo dos spillovers, para avaliar a transmissão e volatilidade de preços. Ressalta-se que o entendimento sobre o grau de integração do mercado pode ser

útil também para os agentes atuantes na cadeia produtiva do algodão. Perez e Bacha (2007 *apud* Melo, 2008) afirmam que os mercados que não são integrados contêm informações imprecisas de preços, que podem provocar distorções nas decisões de negociação dos ofertantes e cooperar para a movimentação ineficiente de produtos. Desse modo, avaliar a integração espacial de um mercado pode ser uma informação essencial para o entendimento do funcionamento do mercado.

4 METODOLOGIA

Um vetor de correção de erro (VEC) é um modelo de Análise de Autorregressão Vetorial (VAR) no qual possui restrições de cointegração, tal que ele é designado para o uso de séries não estacionárias que são cointegradas. O termo de cointegração no VAR é conhecido como o termo de correção de erro desde que desvios de equilíbrio de longo prazo são corrigidos no modelo de curto prazo.

A cointegração é útil para indicar se existe uma relação de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis. Um dos testes bastante utilizados para verificar a existência de vetores de cointegração é o teste de cointegração de Johansen (1988) que utiliza estimadores de máxima verossimilhança e permite testar a presença de múltiplos vetores de cointegração. Considerando variáveis, o teste de cointegração de Johansen pode ser descrito da seguinte forma:

$$\Delta X_t = A_0 + \Pi X_{t-1} + \psi D_t + \varepsilon_t \quad (3)$$

Em que $\Delta X_t = X_t - X_{t-1}$, A_0 e ε_t são vetores $(n \times 1)$, $\Pi = (A_1 - I)$ é uma matriz $(n \times n)$, A_1 é a matriz de parâmetros e I a matriz identidade, ambas $(n \times n)$, ψ é uma matriz $(n \times (f - 1))$ e D_t é um vetor de variáveis não estocásticas $((f - 1) \times 1)$. O posto ou rank da matriz Π corresponde ao número de raízes características diferentes de zero, que por sua vez, equivale ao número de vetores de cointegração existentes.

Para verificar o número de raízes características (r) diferentes de zero utiliza-se a estatística traço, como segue:

$$\lambda_{traço}(r) = T \sum_{i=r+1}^n \ln(1 - \hat{\lambda}_i) \quad (4)$$

Onde $\hat{\lambda}_i$ são os valores estimados das raízes características obtidos da matriz Π e T é o número de observações usadas no ajustamento. Após determinar o posto de Π , que corresponde ao número de vetores de cointegração existentes, restringe-se essa matriz para construir o modelo de correção de erro. Com base na equação (2), o modelo VEC pode ser descrito da seguinte forma:

$$\Delta X_t = A_0 + \Gamma_1 \Delta X_{t-1} + \Gamma_2 \Delta X_{t-2} + \dots + \Gamma_{p-1} \Delta X_{t-p+1} + \Pi X_{t-1} + \varepsilon_t \quad (5)$$

A matriz Π em (5) pode ser representada por: $\Pi = \alpha \beta' X_{t-1}$. Dessa forma, o termo de correção de erro é dado por:

$$\Pi X_{t-1} = \alpha \beta' X_{t-1} \quad (6)$$

Onde α é a velocidade de ajustamento dos parâmetros da matriz no curto prazo, β' é uma matriz de coeficientes de cointegração de longo prazo, $\beta' X_{t-1}$ representa até $(n - 1)$ relações de cointegração no modelo multivariado, assegurando assim que X_t converge para uma solução de equilíbrio de longo prazo.

A decomposição da variância do erro de previsão está baseada no conceito de exogeneidade forte, ou seja, se a sequência de choques não afetar o futuro da variável, então a variável é estritamente exógena. Assim, se avalia se as sequências $\{\varepsilon_{yt}\}$ e $\{\varepsilon_{zt}\}$ afetam a variância do erro de previsão de $\{y_t\}$ e $\{z_t\}$. Entretanto, contraditoriamente, é necessário utilizar restrições de identificação, assim como na impulso-resposta, para recuperar $\{\varepsilon_{yt}\}$ e $\{\varepsilon_{zt}\}$.

Dito de outra forma, o cálculo da decomposição de variância requer inovações ortogonais, nas quais as inovações do VAR são em geral correlacionadas contemporaneamente. Esquemas de identificação como o

baseado na fatoração de Cholesky alcançam a ortogonalidade, mas as decomposições de variância dependem da ordenação das variáveis. Usando esse fato sobre a decomposição do erro de previsão da variância, Diebold e Yilmaz (2009), Diebold e Yilmaz (2012) e Diebold e Yilmaz (2014) propõem identificar a conexão entre as variáveis endógenas. Considerando x_t um vetor coluna de variáveis, podemos escrever a forma reduzida do modelo VAR com defasagens por meio da seguinte fórmula:

$$X_t = \phi_0 + \sum_{s=1}^p \phi_s \times X_{t-s} \quad (7)$$

Onde ϕ_s é uma matriz de parâmetros $n \times n$; $\varepsilon_t \sim (0, \Sigma)$ é um vetor coluna dos erros independentes e identicamente distribuídos com matriz de covariância Σ . A dinâmica do sistema refletida na Equação (7) é dada pela sua representação em média móvel:

$$X_t = v + \sum_{j=1}^p B_j \times \varepsilon_{t-j} \quad (8)$$

Onde $B_j = \phi_1 B_{j-1} + \phi_2 B_{j-2} + \dots + \phi_p B_{j-p}$ com B_0 representa a matriz identidade; onde $B_j = 0$ para $j < 0$ e onde $v = \sum_{j=0}^{\infty} B_j \phi_0$. Utilizando a abordagem generalizada de Koop, Pesaran e Potter (1996) e Pesaran e Shin (1998), que produz decomposições de variância que são invariantes ao ordenamento, podemos analisar choques correlacionados, mas considerando apropriadamente a distribuição observada dos erros. Como os choques para cada variável não são ortogonalizados, a soma das contribuições para a variância do erro de previsão não é, necessariamente, igual a 1. Utilizando a decomposição de Cholesky, podemos calcular o erro de previsão da variância h passos à frente para a i -ésima variável como:

$$\theta_{i \leftarrow j}^h = \frac{\sigma_{jj}^{-1} \sum_{z=0}^{h-1} (e_i' B_z \Sigma e_j)^2}{\sum_{z=0}^{h-1} (e_i' B_z \Sigma B_z' e_i)^2} \quad (9)$$

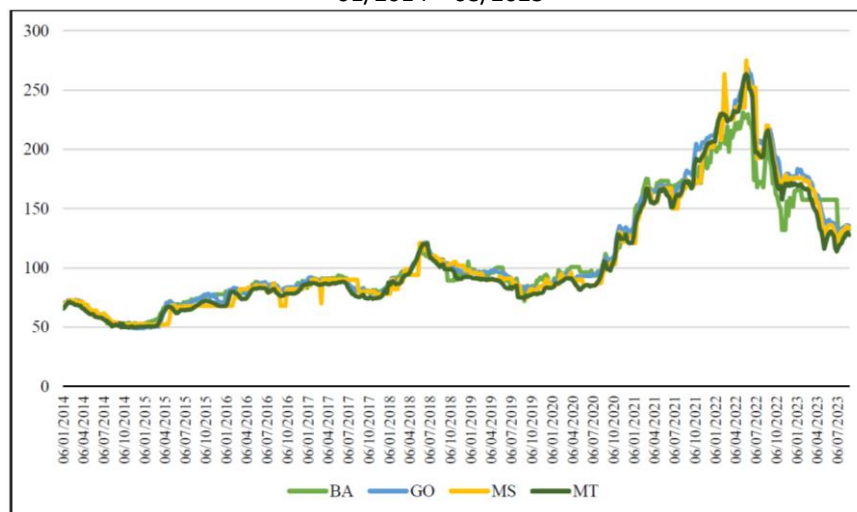
Onde $i, j = 1, 2, \dots, N$ representam as variáveis endógenas no modelo covariância-estacionário; σ_{jj} é o j -ésimo elemento da Σ ; e e_i é um vetor de seleção de zeros, exceto pelo seu i -ésimo elemento, que é equivalente a 1. Assim, o parâmetro $\theta_{i \leftarrow j}^h$ relata informações sobre a proporção do erro de previsão h passos à frente para a variável i , que pode ser explicada pelos choques na variável j .

5 DADOS E ANÁLISE DESCRITIVA

As séries de dados de preço dos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul utilizados foram os preços recebidos pelo produtor de algodão pluma com frequência semanal e abrangem o período entre 06 de janeiro de 2014 até 01 de setembro de 2023, perfazendo um total de 504 observações. Os preços são referentes à saca de 15 kg, e foram fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os softwares utilizados na análise dos dados foram o E-Views12 e o RStudio.

Com o objetivo de analisar a transmissão dos preços do algodão em pluma recebido pelo produtor nos quatro estados produtores do Brasil, são expostos, primeiramente, os preços observados no período supracitado através do Gráfico 1. Pode-se perceber que existe um comportamento homogêneo entre os preços recebidos nos quatro estados produtores e desta forma, evidências sobre a integração destes entre esses mesmos estados.

Gráfico 1 - Evolução dos preços semanais pagos ao produtor do algodão em pluma no período de 01/2014 – 08/2023



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da CONAB (2023).

A Tabela 3 contém as medidas de estatística descritiva para as séries de preços utilizadas neste trabalho. Para os preços recebido pelo produtor, percebe-se que as médias entre os estados produtores são bem próximas. Dentre os estados, o Goiás apresenta a maior média de preços com R\$ 112,19, na sequência está o Bahia com R\$ 109,27 e Mato Grosso do Sul com R\$ 108,94, o estado do Mato Grosso é o que apresenta o menor preço médio dentre os estados analisados com R\$ 107,07.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas

Preços Recebidos pelo Produtor	BA	GO	MS	MT
Média	109,27	112,19	108,89	107,04
Mediana	91,94	91,88	90,00	86,97
Máximo	231,00	268,28	275,00	263,35
Mínimo	50,70	49,00	50,14	49,75
Desvio Padrão	44,12	50,76	49,52	49,26
Assimetria	0,97	1,14	1,22	1,24
Curtose	2,90	3,35	3,64	3,64
Número de observações	504	504	504	504

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa.

O menor preço mínimo do algodão foi verificado em Goiás com R\$ 49,00 e o maior preço mínimo foi verificado no Bahia com R\$ 50,70. Pelo desvio

padrão, observa-se que os estados possuem maior dispersão em torno da média. Os preços em todos os estados apresentaram distribuição assimétrica positiva. Já as estatísticas para curtose são superiores a dois na Bahia e superior a três para os demais estados, sugerindo que as curvas de funções de densidade de probabilidades platicúrtica e leptocúrticas.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados começa com a verificação da correlação linear dos preços do algodão tipo pluma, conforme apresentado na Tabela 4. Nesta, foi verificada uma correlação linear positiva forte entre todos os estados, isso porque o conjunto de valores encontrados são muito próximos a 1. Entre as relações lineares observadas, destacam-se: (i) a dos preços goianos do algodão pluma com os preços mato-grossenses (0,9967), dos preços goianos com os preços do Mato Grosso do Sul (0,9921) e entre este último e os preços pagos ao produtor no Mato Grosso (0,9911).

Tabela 4 - Correlação de Pearson entre as séries de preços. Ver se não será em negrito

	MT	BA	MS	GO
MT	1			
BA	0,9806	1		
MS	0,9911	0,9748	1	
GO	0,9967	0,9836	0,9921	1

Fonte: Elaboração dos autores a partir das estimações no E-Views (2023).

A existência da correlação linear positiva forte entre as séries dos preços do algodão do tipo pluma nos quatro estados reforça a hipótese de ocorrência de transmissão de preços entre eles. Diante disso, optou-se, inicialmente, pela aplicação dos testes de raiz unitária DickeyFuller Aumentado (ADF), Phillips-Perron (PP) e o Kwiatkowski-PhillipsSchmidt-Shin (KPSS), os quais são tradicionalmente utilizados para identificar a ordem de integração das séries. Cabe informar que todas as estimações são realizadas incluindo a constante e a

tendência e as variáveis precedidas por D são analisadas em primeira diferença quando ocorre a rejeição da estacionariedade da série ao nível.

Tabela 5 - Testes de raiz unitária conferir se não será em negrito

	ADF	PP	KPSS
MT	-1,92	-1,67	1,98*
BA	-1,98	-1,99	2,18*
MS	-2,15	-2,15	2,03*
GO	-1,47	-1,46	2,06*
DMT	-13,98*	-13,93*	0,11
DBA	-15,30*	-27,36*	0,09
DMS	-17,91*	-22,85*	0,08
DGO	-14,61*	-14,66*	0,14

Notas: * denota rejeição da hipótese nula a 1% de significância estatística, (1) Valores críticos testes ADF e PP: 1% (-3,443) e 5% (-2,867); (2) Valores críticos teste KPSS: 1% (0,216) e 5% (0,146).

Fonte: Elaboração dos autores a partir de estimações no E-Views (2023).

Para os testes ADF e PP, a hipótese nula é de que a série possui raiz unitária. Já para o teste KPSS, a hipótese nula é a de que a série é estacionária. No caso desse último teste, a estatística do p-valor não é fornecida. Segundo Greene (2012), deve-se rejeitar a hipótese nula se a estatística do teste é maior que o valor crítico apresentado.

Constata-se que, para todas as séries de preço do algodão em pluma ao nível, não é possível rejeitar a hipótese nula de que a série contém raiz unitária. Após a primeira diferenciação, porém, observa-se que, em todos os casos, é possível rejeitar a hipótese nula de existência de raiz unitária ao nível de 1% de significância. Logo, assume-se que as séries são integradas de ordem 1.

Quando as séries apresentam o mesmo número de integração é preciso realizar o teste de cointegração de Johansen (1988) para observar se os pares de preços apresentam relações de longo prazo. Segundo os resultados apresentados na Tabela 6, onde foram avaliadas as cointegrações entre os preços em pares, valores críticos e os valores do teste traço indicam a existência de um vetor de cointegração entre as séries de preço ao nível de 5% de significância. Assim, o

modelo para os pares de preços aplicados foi o Modelo Autoregressivo Vetorial com Correção de Erro (VEC).

Tabela 6 - Teste traço para verificação de cointegração entre as séries de preços

Preços	Vetores de Cointegração		Eigenvalue	Teste traço		
				Traço	Valor Crítico(5%)	p-valor
BA	GO	0	0,057429	31,21742	15,49471	0,0001
		1	0,003161	1,586001	3,841465	0,2079
BA	MT	0	0,040336	22,27265	15,49471	0,0041
		1	0,003279	1,645376	3,841465	0,1996
BA	MS	0	0,049208	26,86056	15,49471	0,0007
		1	0,003255	1,630330	3,841465	0,2017
MS	MT	0	0,156316	86,71881	15,49471	0,0000
		1	0,003109	1,560237	3,841465	0,2116
GO	MS	0	0,129814	71,08108	15,49471	0,0000
		1	0,002826	1,417863	3,841465	0,2338
GO	MT	0	0,103615	56,08294	15,49471	0,0000
		1	0,002554	1,280947	3,841465	0,2577

Fonte: Elaboração dos autores a partir de estimações no E-Views (2023).

Ademais, realizou-se também o teste de causalidade de Granger (1969) entre os pares de preços dos diferentes estados. Uma vez que na análise de transmissão de preços é preciso saber a direção da origem e propagação do choque. O teste de Granger é um teste que avalia a precedência temporal entre duas séries. Entre os estados, de forma geral, a transmissão de preço do algodão ocorre nas duas direções (bicausalidade), porém exceção se faz ao estado do Mato Grosso do Sul.

Tabela 7 - Teste de causalidade de Granger

Direção do efeito	Defasagem	Valor do Teste	P-valor	Conclusão ¹
BA→ MT	2	4.42539	0,0124	Sim
MT→ BA	2	29,9856	0,0000	Sim
BA→ GO	2	21,5572	0,0000	Sim
GO→ BA	2	8,27811	0,0003	Sim
BA→ MS	3	31,5550	0,0000	Sim

Direção do efeito	Defasagem	Valor do Teste	P-valor	Conclusão ¹
MS → BA	3	5,36723	0,0012	Sim
MS → MT	2	0,67227	0,5110	Não
MT → MS	2	136,949	0,0000	Sim
GO → MS	2	86,6736	0,0000	Sim
MS → GO	2	0,47919	0,6196	Não
GO → MT	2	51,1319	0,0000	Sim
MT → GO	2	13,1829	0,0000	Sim

Nota: ¹rejeitando a hipótese nula de não causalidade.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de estimações no E-Views (2023).

As séries de preços utilizadas no modelo VEC foram transformadas em logaritmos para que os parâmetros estimados serem interpretados como elasticidade. As elasticidades de transmissão entre os pares de preços do algodão tipo pluma nos estados constata na tabela 4 e os termos de erro do modelo VEC estimados na Tabela 5.

Os resultados das elasticidades de transmissão, mostram que a transmissão de variações de um estado para outro ocorre de maneira diferente. Considerando as variações de 10% no preço do algodão pluma em Mato Grosso está associada a variação 10,92% na Bahia, 10,06% no Mato Grosso do Sul e 9,92% em Goiás. De acordo com esses resultados, as transmissões de preços ocorrem mais que integralmente, e tem-se que essas são expressivas transmissões encontradas no estudo.

Tabela 8 - Elasticidade de transmissão entre os pares de preços do algodão em pluma nos estados

	MT	BA	MS	GO
MT	1.000***	1,092**	1,006**	0,992***
BA	0,915***	1.000***	0,921***	0,909**
MS	0,993**	1,084**	1.000***	0,987**
GO	1,007**	1,099**	1,013**	1.000***

Nota: ***, ** e * denotam significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de estimações no E-Views (2023).

Na Tabela 8, encontram-se os termos de erro do modelo VEC. Esse valor mede a velocidade de ajustamento no curto prazo a choques na trajetória de preços entre os estados. Encontrou-se que 4,9% dos desvios na trajetória de transmissão de preço de longo prazo de Mato Grosso para Bahia são corrigidos a cada semana. Essa magnitude de velocidade de ajuste é menor ao observado nas transmissões de preços de Bahia para Mato Grosso.

A maior magnitude de velocidade de ajuste foi verificada do estado do Mato Grosso para o estado do Mato Grosso do Sul, com 29,3% dos desvios na trajetória corrigidos a cada semana. Já a velocidade de correção de Mato Grosso do Sul para Mato Grosso ocorre de maneira mais lenta, com correção de 0,2% dos desvios na trajetória corrigido a cada semana.

Outras relações de preço entre os estados que também tiveram velocidade de correção rápidas foram observadas dos estados de Goiás e da Bahia para o estado do Mato Grosso do Sul, com 27,0% e 14,9%, respectivamente, a cada semana. Isto é, Mato Grosso do Sul corrige mais rápido a sua trajetória quando recebe os desvios de outros estados, o que pode ser explicado pelo fato de Mato Grosso do Sul ter uma inter-relação com outros estados mais dinâmica.

Tabela 9 - Termos de erro do modelo VEC estimado para as séries de preços do algodão em pluma

	MT	BA	MS	GO
MT		0,074**	0,293**	0,100**
BA	0,049**		0,149**	0,067**
MS	0,002**	0,021**		0,017**
GO	0,096**	0,093**	0,270**	

Nota: ***, ** e * denotam significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de estimações no E-Views (2023).

Na sequência, apresentamos os resultados para o índice Spillover em cada mercado. A entrada i -ésima, j -ésima na Tabela 10 é a contribuição estimada para a variação do erro de previsão do estado vindo dos retornos dos preços recebidos pelo produtor para o estado j . Portanto, as somas de coluna fora da

diagonal (chamadas de Contribuições para Outros) ou somas de linha (chamadas Contribuições de Outros), quando somadas entre estados, fornecem o numerador do Índice Spillover. Da mesma forma, as somas de coluna ou somas de linha (incluindo diagonais), quando somadas entre estados, fornecem o denominador do Índice Spillover.

Tabela 10 - *Spillover* de Volatilidade para os preços recebidos pelo produtor

	MT	BA	MS	GO	Contribuiçõesde outros
MT	96,50	0,56	0,29	2,65	3,50
BA	16,71	82,42	0,68	0,18	17,57
MS	19,63	3,87	74,69	1,81	25,31
GO	52,48	0,88	0,71	45,94	54,07
Contribuições para outros	88,82	5,31	1,68	4,64	100,45
Contribuições incluindo o próprio estado	185,32	87,73	76,37	50,58	Índice <i>Spillover</i> = 25,11%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da pesquisa.

A tabela spillover de volatilidade fornece uma decomposição do índice spillover de volatilidade total. Através do resultado do índice spillover, 25,11% da variância do erro de previsão, dez semanas a frente, nos quatro estados, vem do spillover. Outra observação é o papel importante que o Mato Grosso tem nas variações nos preços recebidos sobre os outros estados. Constatou que 52,48% da variância do erro de previsão, dez semanas a frente, para os preços recebidos pelo produtor em Goiás são explicados por choques nos preços recebidos pelo produtor no Mato Grosso. Já no estado do Mato Grosso do Sul, o percentual atinge 19,63% enquanto no estado da Bahia (segundo maior produtor nacional) esse valor fica em 16,71%.

Na análise dos dados de spillover referentes a Bahia, ao final de dez semanas, a variância do erro de previsão no preço pago ao produtor neste estado é explicado em 82,42% por si e em 3,87% pelo preço praticado no Mato Grosso do Sul. Já no Mato Grosso do Sul, 74,69% da variância do erro de previsão no

preço sul-mato-grossense é explicado pelo seu próprio preço e 0,71% pelo preço praticado no estado goiano. Dessa forma, para o Mato Grosso do Sul, o maior transmissor de choques nos preços é o estado de Goiás, seguido pelos próprios preços.

No estado de Goiás, 45,94% da variância do erro de previsão nos preços pagos produtor goiano são explicados por si. Embora seja o quinto maior produtor nacional com 1,88% da produção nacional; assume posição de tomador de preços. Esse pode ser explicado pela produtividade goiana que ficou abaixo da nacional, com 1.798 kg/ha, indicando a ausência de políticas públicas que incentivem a eficiência na produção; além da concorrência com outras culturas como soja e milho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a transmissão de preços dos preços do algodão em pluma recebido pelo produtor nos estados Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul e Goiás no período de 06 de janeiro de 2014 até 01 de setembro de 2023. Aplicando a metodologia do modelo de vetor de correção de erro (VEC) e a partir disso, o cálculo dos spillovers (efeitos colaterais) ou de conectividade, foram obtidos resultados importantes sobre a dinâmica de funcionamento dos mercados que merecem destaque.

A produção de algodão, em comparação com outras commodities agrícolas, revela-se mais sensível a riscos e requer tecnologias específicas. Ao longo dos anos, a produção de algodão tem sido notável pela sua volatilidade. Portanto, este estudo visa traçar a evolução da cotonicultura brasileira nos estados mencionados, destacando as transformações que essa cultura experimentou no país.

Os resultados obtidos evidenciam a homogeneidade dos preços recebidos pelos produtores nos quatro estados analisados, indicando uma integração significativa entre essas regiões. A aplicação do coeficiente de Pearson

demonstrou uma forte correlação linear positiva entre as séries temporais dos preços do algodão em pluma nos quatro estados, corroborando a hipótese da existência de transmissão de preços entre eles. Notavelmente, observou-se uma relação de causalidade bilateral nos preços pagos aos produtores em Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul e Goiás, onde preços passados em outros estados influenciam os valores atuais em cada região, com exceção do estado de Mato Grosso do Sul.

Demonstrou-se que o estado de Mato Grosso exerce maior poder sobre a formação de preços nos outros três estados. Essa constatação se deve ao estado ocupar a primeira posição na produção nacional, tendo um volume de produção da fibra maior que os demais estados. Outro fato relevante é o papel da Bahia possuindo um efeito considerado sobre os preços dos outros estados, possivelmente devido ao papel como segundo maior produtor nacional.

Esta análise ajuda a compreender melhor a interconexão entre os mercados de algodão em pluma nos estados analisados, fornecendo informações valiosas para tomar decisões no setor agrícola.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. R. D.; BARROS, G. S. C. Causalidade e assimetria de preços de soja e derivados no Brasil nos anos oitenta. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 89-113, 1991.
- ALVES, L. R. A.; BARROS, G. S. C.; BACCHI, M. R. P. Produção e Exportação de Algodão: Efeitos de Choques de Oferta e de Demanda. **Revista Brasileira de Economia – RBE**, v. 62, 2008.
- ALVES, R. C. **Integração espacial e eficiência do hedge no mercado sul-americano de soja**: comparações entre Brasil e Argentina. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO – ABRAPA. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <http://www.abrapa.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. **Cadeia produtiva do algodão**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2007.
- BARBOSA, M. Z. Transformação do mercado brasileiro de algodão e a influência de políticas comerciais. **Informações Econômicas**, v. 26, n. 2, p. 11-23, 1996.
- BARBOSA, M. Z.; MARGARIDO, M. A.; NOGUEIRA JÚNIOR, S. Análise da elasticidade de transmissão de preços no mercado brasileiro de algodão. **Nova Economia**, v. 12, n. 2, p. 79-108, 2002.
- BÉLOT, J-L; BARROS, E. M.; MIRANDA, J. E. Riscos e oportunidades: o bicudo-do-algodoeiro. In: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS PRODUTORES DE ALGODÃO – AMPA; ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DE MATO GROSSO - APROSOJA-MT; EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Desafios do cerrado**: como sustentar a expansão da produção com produtividade e competitividade. Cuiabá: Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, 2016.
- BRASIL. **Comexstat - Portal de estatísticas de comércio exterior do Brasil**. [S.l.]: Ministério da Economia, [202-]. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 4 ago. 2023.
- BUENO, M. G. COSTA, S. R. C. **A saga do algodão**: das primeiras lavouras à ação na OMC. Brasília: ABRAPA, 2004.

CAMPOS, K. C. Análise da volatilidade de preços de produtos agropecuários no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 5, n. 822-2016-54183, p. 303-327, 2007.

COELHO, A. B. A cultura do algodão e a questão da integração entre preços internos e externos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, p. 153-169, 2004.

COELHO, J. D. Algodão. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, ano 8, n. 284, abr. 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1748>. Acesso em: 02 set. 2023.

COELHO, J. D. Algodão: Produção e Mercados. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, ano 7, n. 262, dez. 2022. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1520>. Acesso em: 02 set. 2023.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Safras**. [S.l.:s.n.], [202-]. (Série Histórica). Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CRUZ, M. S.; MAIA, S. F. Desempenho da cotonicultura brasileira pós-abertura econômica. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 2, p. 263-284, 2008.

CUNHA, D. A. *et al.* Integração e transmissão de preços no mercado internacional de café arábica. **Rev. Econ. e Sociol. Rural**, v. 48, n. 4, p. 515-542, 2011.

DIEBOLD, F. X.; YILMAZ, K. Measuring Financial Asset Return and Volatility Spillovers, With Application to Global Equity Markets. **Economic Journal**, v. 119, p. 158-171, 2009.

DIEBOLD, F. X.; YILMAZ, K. Better to Give than to Receive: Forecast-Based Measurement of Volatility Spillovers. **International Journal of Forecasting**, v. 28, n. 1, p. 57-66, 2012.

DIEBOLD, F. X.; YILMAZ, K. On the Network Topology of Variance Decompositions: Measuring the Connectedness of Financial Firms. **Journal of Econometrics**, v. 182, n. 1, p. 119-134, 2014.

EMBRAPA. **Agência de informação Embrapa**. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

FACKLER, P. L.; GOODWIN, B. K. Spatial price analysis. In: GARDNER, B. L.; RAUSSER, G. C. **Handbook of agricultural economics**. Amsterdã: North Holland Press, 2001. v. 1, p. 971-1024.

FAMINOW, M. D.; BENSON, B. L. Integration of Spatial Markets. **American Journal of Agricultural Economics, British Columbia**, v. 72, n. 1, p. 49-62, Mai. 1990.

FAS/USDA – FOREIGN AGRICULTURAL SERVICE – UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <http://www.fas.usda.gov>. Acesso em: 18 ago. 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FREITAS, J. A. *et al.* Competitividade das exportações brasileiras de algodão no período de 2001 a 2022. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 61., 2023, Piracicaba. **Anais [...]**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2023.

FAUS, M. Algodão busca mais espaço no mercado internacional. **Agroanalysis**, p. 30-31, mar. 2022.

FERNANDES, R. A. S.; BRAGA, M. J.; LIMA, J. E. Elasticidade de transmissão e formação espacial de preços de leite ao produtor nos maiores estados produtores. **Revista de Economia e Administração**, v. 9, n. 3, p. 368–385, 2010.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 6 ed. [S.l.]: Prentice Hall, Upper Saddle River, 2005.

GONÇALVES, J. S. Crise do algodão brasileiro pos-abertura dos anos 90 e as condicionantes da retomada da expansão em bases competitivas. **Informações Econômicas**, v. 27, n. 3, p. 1-23, 1997.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA – IMEA. **Relatórios de mercado**. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em: 15 ago. 2023.

KOOP, G.; PESARAN, M. H.; POTTER, S. M. Impulse response analysis in nonlinear multivariate models. **Journal of Econometrics, Elsevier**, v. 74, n. 1, p. 119-147, set. 1996.

KRUGMAN, P. R., OBSTFELD, M., MELITZ, M. J. **Economia internacional**. Tradução Ana Julia Perrotti-Garcia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LIMA, L. P.; PEREZ, R.; CHAVES, J. B. P. A indústria de laticínios no Brasil - um estudo exploratório. **Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos**, v. 35, n. 1, 2017.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: www.mapa.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2023.

- MARGARIDO, M.A. Análise da transmissão espacial de preços no mercado internacional de soja. **Revista de Economia e Administração**, v. 11, p. 281-303, 2012.
- MEYER, J., VON CRAMON-TAUBADEL, S. Asymmetric price transmission: a survey. **Journal of Agricultural Economics**, Oxford, v. 55, n. 3, p. 581-611, 2004.
- MELO, L. Q. Relações dos preços nacionais e internacionais da madeira. 2008. 52 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.
- MELO, A. S. *et al.* Transmissão de preços pagos aos produtores de leite nos estados brasileiros de maior produção com foco no estado baiano no período de quinze anos. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 18, p. 144-165, 2018.
- MIRANDA, T. P. L. Transmissão de preços do mercado de milho na região de matopiba: uma análise de cointegração. 2016. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- MORELLO, C. L. *et al.* **Desempenho de linhagens de algodoeiro em ambientes do Cerrado do Brasil - safra 2017/2018**. Campina Grande, PB: [s.n.], 2020.
- PEREZ, P. L.; BACHA, C. J. C. Comercialização e comportamento dos preços da madeira serrada nos estados de São Paulo e Pará. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 103-119, jul./dez. 2007.
- PESARAN, H. H.; SHIN, Y. Generalized impulse response analysis in linear multivariate models. **Economics Letters, Elsevier**, v. 58, n. 1, p. 17-29, jan. 1998.
- PRESOTTO, E. *et al.* Análise da transmissão do preço pago ao produtor de soja brasileiro (1997 a 2016). **Perspectiva Econômica**, v. 14, n. 2, p. 108-122, jul./dez. 2018.
- RAPSOMANIKIS, G.; HALLAM, D.; CONFORTI, P. **Market integration and price transmisison in selected food and cash crop markets of developing countries: review and applications**. [S.l.]: Food and Agriculture Organization of United Nations, 2003. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/006/y5117e/y5117e06.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- RICHETTI, A. **Estimativa de custo de produção de soja, safra 2006/07, para Mato Grosso do Sul e Mato Grosso**. [S.l.:s.n.], 2006.

ROCHELLE, T. C. P.; FERREIRA FILHO, J. B. S.. Função de custo translog e o mercado de fatores para o algodão no Estado de São Paulo: o caso da DIRA de Campinas.

Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 37, n. 2, p. 77-96, 2019.

SILVA, M. F. **Agricultura familiar na Serra do Centro, Campos Lindos (TO):**

trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do “agronegócio”. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

SOUZA, A. C. A. **Panorama geral do mercado de algodão brasileiro antes e**

durante a pandemia: uma análise comparativa com as culturas de milho e soja. 2022. Dissertação (Mestrado em Agronegócio.) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022.

CAPÍTULO 18

CARACTERIZAÇÃO E GARGALOS DA PISICULTURA NO MARANHÃO

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas¹

Haniel Ericeira Rodrigues²

Matheus de Carvalho Oliveira³

Rafael Thalysson Costa Silva⁴

Resumo: No Brasil, assim como no mundo a piscicultura possui uma grande importância para economia, além da sua relevância no nível nutricional e de segurança alimentar da população. Sua cadeia produtiva coopera para o desenvolvimento da economia rural ao fornecer meios de geração de renda para os pequenos produtores. No Maranhão a produção de peixes é disseminada em grande parte o território o que mostra a importância da atividade para a economia local. Entendendo a importância do tema, o presente artigo tem como finalidade caracterizar a piscicultura maranhense a fim de compreender as etapas de produção e como elas interagem entre si. Além disso, visa apontar os entraves e as potencialidades da atividade no estado.

Palavras-chave: Piscicultura. Cadeia produtiva. Maranhão.

Abstract: In Brazil, as well as in the world, fish farming has great importance for the economy, in addition to its relevance in the nutritional level and food security of the population. Its production chain contributes to the development of the rural economy by providing means of generating income for small producers. In Maranhão, fish production is widespread throughout the territory, which shows the importance of the activity for the local economy. Understanding the importance of the topic, this article aims to characterize fish farming in Maranhão in order to understand the production stages and how they interact with each other. Furthermore, it aims to highlight the obstacles and potential of the activity in the state.

Keywords: Fish-farming. Dairy chain. Maranhão.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás(UFG), professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), técnico no departamento de contas regionais e finanças públicas no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

³ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), técnico no departamento de contas regionais e finanças públicas no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

⁴ Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Economia pela UFMA, diretor de estudos e pesquisas no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

1 INTRODUÇÃO

Com aproximadamente 6 mil anos, a aquicultura teve origem na China e se trata da criação de peixes, moluscos, algas, camarões, entre outros. Em suma, seria o cultivo de organismos que possuem vida, de forma parcial ou integral, em meio aquático. Dentro da atividade da aquicultura, a cultura de peixes possui uma categoria específica chamada de piscicultura, que apresenta relevante importância na produção mundial de peixes, representando cerca de 56% do total do pescado para consumo no mundo (FAO, 2022). O contínuo estudo sobre os impactos da produção de peixes promoveu a piscicultura como variável importante no desenvolvimento sustentável do mundo. Os esforços foram consolidados a partir da inclusão da proteção da vida marinha dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A importância da piscicultura no desenvolvimento sustentável se deve à possibilidade de ser uma atividade de baixo impacto ambiental, além de promover emprego, renda e possuir relevância na segurança alimentar.

Em relação à segurança alimentar, o consumo de peixes também é protagonista em outra temática ODS, em particular a que se refere ao objetivo 2, que trata da Fome Zero e Agricultura Sustentável. Essa realidade foi ressaltada em 2022 por ser o ano internacional dos pescadores artesanais e da aquicultura pela FAO, que ressaltou o papel-chave que a piscicultura pode desempenhar na erradicação da pobreza, segurança nutricional e alimentar.

No caso dos benefícios da saúde, o peixe é considerado um dos alimentos mais saudáveis no mundo e seu consumo vem sendo incentivado por nutricionistas. A proteína do peixe é considerada de alta qualidade e tem micronutrientes fundamentais para a saúde.

No Maranhão, a atividade de criação de peixes possui relevância, principalmente em relação às espécies de origem amazônica, por, além de

promover emprego e renda para a população também é um importante componente na nutrição e na cultura maranhense. Nesse artigo, além de pontuar a relevância da atividade nos âmbitos nacionais e estaduais, o mesmo visa identificar a dinâmica recente da atividade no Maranhão, além de pontuar seus principais gargalos.

2 CADEIA PRODUTIVA DA PSICULTURA

Segundo Xavier (2013), o conceito de cadeia produtiva é entendido a partir de uma ótica integradora da produção de bens, que associa diversos agentes que juntos permitem o processo de circulação dos materiais, do capital e das informações necessárias para atender aos consumidores com os produtos gerados. Sendo assim, a cadeia produtiva é representada pelo “conjunto de operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de produtos agropecuários e agroflorestais” (Xavier, 2013, p. 19). Na visão de Xavier (2013), esta se configura como um processo de tendência linear na consecução de suas operações técnicas produtivas.

A cadeia produtiva da piscicultura, constitui-se, em suas primeiras etapas produtivas, o os insumos, dentre os quais se encontra a matriz de alevinos que passarão pelo processo de engorda e que se fará necessário a utilização de diversos instrumentos fundamentais ao controle produtivo. “Para produzir, o piscicultor precisa de alevinos, de rações, de produtos químicos e orgânicos, de equipamentos - tais como redes e aeradores (equipamentos que realizam a oxigenação da água)” (Xavier, 2013, p. 21.)

Ressalta-se, no entanto, que contemporaneamente com a expansão da piscicultura muitos dos estabelecimentos produtivos deste ramo não se limitam unicamente à produção para a engorda, sendo muitos desses empreendimentos ligados ao fornecimento dos insumos produtivos demandados pela cadeia (Shulter; Vieira Filho, 2017).

Os sistemas de cultivo, no qual se realiza a produção de peixes, é desenvolvido a partir de viveiros escavados e através do uso de tanques redes. Posteriormente a esta etapa, torna-se possível o processamento da produção que se dedica a transformar a matéria-prima em produtos finais que terão consequente destinação para a comercialização através das redes de mercado atacadista ou varejista. Ao final da cadeia, o produto consegue atender à demanda do mercado consumidor, seja para pessoas jurídicas como hotéis, restaurantes, feiras ou para pessoas físicas.

Ademais, destaca-se que a interação entre os elos da cadeia só é possível mediante a existência de um ambiente institucional representado pelas Leis, Normas, Resoluções, Secretarias, Agências e por um ambiente organizacional constituído pelo papel dos Bancos, Institutos de Ensino e Pesquisa, Organizações Associativas, etc., que criam as condições de fornecimento de recursos, desenvolvimento de tecnologias aplicadas na cadeia produtiva.

O Brasil neste aspecto tem apresentado uma grande evolução na atividade econômica da piscicultura. Na próxima seção serão discutidas a produção da piscicultura no Brasil e sua inserção no cenário internacional.

3 A DINÂMICA DA PISCICULTURA NO BRASIL

A produção de pescados é dividida em duas atividades, a pesca extrativa (captura) e a piscicultura (criação). Historicamente, a pesca era a principal atividade no âmbito da produção de peixes no mundo, porém, a piscicultura vem apresentando forte crescimento ao longo das décadas.

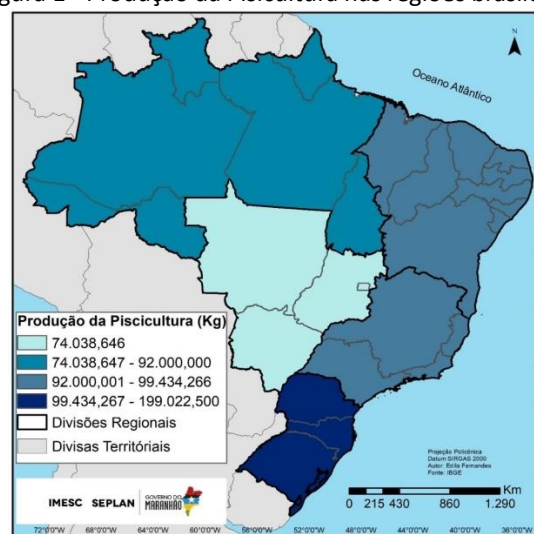
Refletindo tal tendência global, o Brasil tem alterado sua estrutura de produção de pescados devido ao crescimento da piscicultura e da estagnação da pesca extrativa. Apesar de não contar com dados oficiais, as estimativas realizadas pela FAO indicam que a atividade de criação deverá ser a principal fonte de produção de pescados nos próximos anos.

Entre os continentes, a Ásia se destaca como produtor de peixes em cativeiro, devido principalmente, às questões culturais, como também a relevância do pescado na segurança alimentar do continente. Os dados de produção da piscicultura entre os países confirmam o protagonismo asiático, tendo a China como maior produtora do mundo com 27,6 milhões de toneladas em 2020 correspondendo a cerca de 48% da produção mundial. Outro grande produtor asiático é a Índia, que vem apresentando forte crescimento, ao praticamente dobrar sua produção nos últimos oito anos, segundo os dados da FAO.

Nesse cenário, o Brasil possui certa relevância, com a 11ª maior produção em 2020 e com crescimento de 40% desde 2013. No âmbito da exportação, a China também é protagonista com valor exportado superior a 1 bilhão de dólares.

Apesar de relevante produção, o Brasil não possui números expressivos na exportação de peixes. O país destina a maior parte da produção para o consumo interno, ocupando apenas o 35º no ranking da exportação, embora apresente crescimento recente, principalmente devido à expansão da venda da tilápia no mercado internacional.

Figura 1 - Produção da Piscicultura nas regiões brasileiras



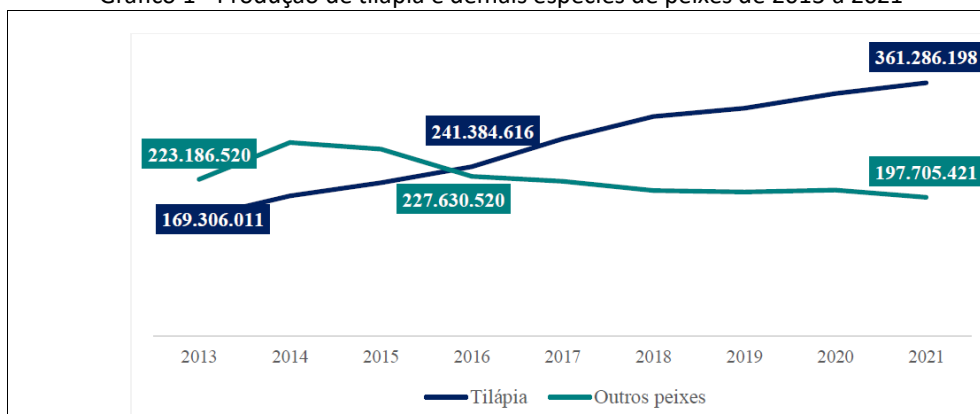
Fonte: Elaborado pelo IMESC (2022).

Com relação às regiões brasileiras, é possível observar que todas possuem relevante produção de peixes em cativeiro, mas a região Sul se destaca por representar cerca de 35% da produção total 2021 segundo os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal. O crescimento da região demonstra um caso de sucesso na agropecuária brasileira. Em 2013, a produção do sul do país era de pouco mais 88 mil toneladas de peixes, valor que subiu para 198 mil toneladas em 2021, assinalando crescimento de 124% no período.

A relevância da região Sul tem justificativa no pioneirismo na atividade e na vocação na produção agropecuária, principalmente em Santa Catarina e no Paraná. Ambos estados possuem sua produção formada por agricultores familiares, associativas, cooperativas e principalmente, no Paraná, uma agroindústria verticalizada (Schulter; Vieira Filho, 2017).

A forte produção no Sul do país está relacionada ao protagonismo que a produção de tilápias detém em nosso território. O Gráfico 1 demonstra o crescimento da produção de tilápias no Brasil em comparação com as demais espécies entre 2013 a 2021.

Gráfico 1 - Produção de tilápia e demais espécies de peixes de 2013 a 2021



Fonte: PPM/IBGE.

A tilápia apresentou crescimento de 113%, durante todo o período, representando 64,6% do total produzido pela piscicultura no país em 2021. Apenas a região Sul foi responsável por 48% da produção nacional da espécie

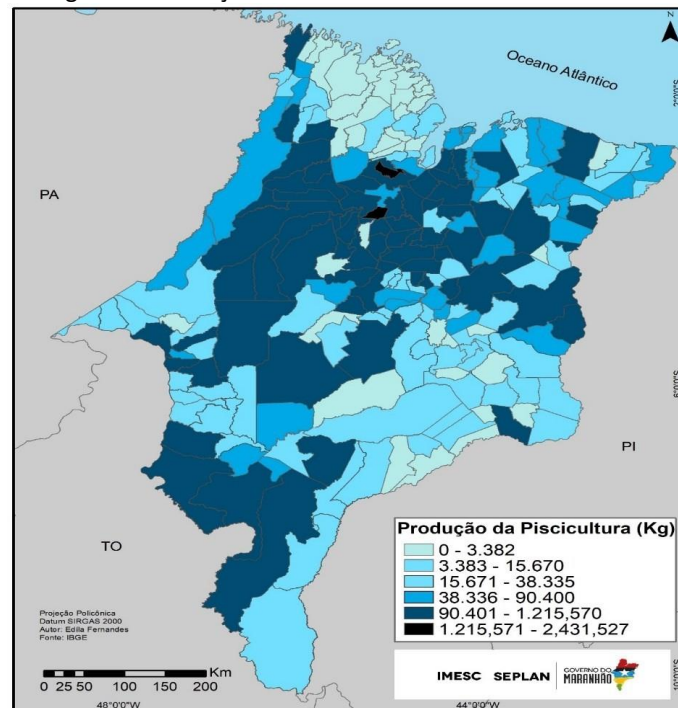
A segunda região com maior produção da piscicultura foi o Nordeste, representando 17,7% da produção brasileira. Apesar de forte potencial, a região sofre com crises hídricas, como aconteceu em 2014 e 2015, devido à parte de sua produção ser de característica intensiva (Brandão, 2018).

O estado com maior produção na região em 2021 foi o Maranhão, que possui sua produção de espécies nativas como tambaqui e tambacu como referências no país. Na próxima seção, será analisada a produção maranhense, destacando as principais espécies produzidas, os municípios produtores, além da caracterização dessa atividade produtiva no estado.

4 A DINÂMICA DA PISCICULTURA NO MARANHÃO

O Maranhão possui relevante produção de peixes em cativeiro, situando-se na 7ª posição entre os maiores produtores do Brasil. A quantidade produzida da piscicultura saiu de 16.926.389 kg em 2013 para 28.616.474 kg em 2021, assinalando crescimento de 69% no período.

Figura 2 - Produção da Piscicultura no Maranhão em 2021



Fonte: Elaborado pelo IMESC (2022).

Os dez maiores produtores no estado (Tabela 1), que representam 64% do total da produção, são desde 2013 liderados pelo município de Igarapé do Meio que apresentou crescimento de 7,4% a.a. durante o período. Já o município com maior crescimento foi São João dos Patos, que não possuía produção em 2013, mas em 2021 apresentou a 3ª maior produção, resultado advindo essencialmente da expansão da criação de tilápias no município. A produção maranhense se concentra especialmente no município de São João dos Patos. No entanto, esse fenômeno se deve ao fato de instalação de uma unidade produtiva no município de São João dos Patos no ano de 2017.

A empresa com sede no Ceará, como relatado em reunião na Secretaria de Agricultura do município, passou a produzir tilápia em grande quantidade na barragem Boa Esperança na divisa com o Piauí. Importante ressaltar, entretanto, que essa produção não impacta as atividades econômicas do município, pois é direcionada em sua totalidade para o Ceará.

Tabela 1 - Total da Produção (Kg) de peixes da piscicultura em 2021 no Brasil, Maranhão e nos municípios maranhenses de maior produção, Taxa de Crescimento Anual da Produção entre 2013 e 2021; e Ranking por abrangência em 2013 e 2021

Municípios	Produção (kg)	Ranking		Tx. Cresc. (a.a.) 2021/2013
	2021	2013	2021	
Brasil	558.991.619	-	-	4,5
Maranhão	28.616.474	8	7	6,8
Igarapé do Meio	2.431.527	1	1	7,4
Matinha	2.075.660	2	2	6,1'
São João dos Patos	1.200.000	-	3	-
Bom Jardim	983.289	79	4	46,9
Vitorino Freire	884.080	9	5	12,9
Bacabal	800.960	4	6	3,5
Santa Inês	674.942	66	7	33,9
Zé Doca	669.406	86	8	42,1
Timon	639.429	6	9	3,3
Alto Alegre do Pindaré	612.110	83	10	39,0

Fonte: PPM/IBGE.

Há de se destacar também o município de Matinha, onde está localizado o povoado de Itans que é referência da piscicultura no Maranhão. O modelo de sucesso na piscicultura empreendido no povoado teve florescimento em 2010 por meio de um projeto que atendia três produtores da localidade que a priori pretendiam dedicar-se à atividade da pecuária, conforme mapeamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-MA). Todavia, foi com a piscicultura que muitos produtores enxergaram uma possibilidade de produção. Eles contaram com o financiamento do Branco do Brasil, concedido após ações de capacitação realizadas pelo SEBRAE.

Por meio dessas medidas, foi concebida a primeira Associação de Piscicultores no povoado, de maneira a contribuir com a aquisição de insumos ao cultivo de peixes. A atividade também recebeu incentivos do Governo do Estado mediante ações da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP) e da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED) que desde 2015 atuam na prestação de suporte técnico aos piscicultores e no controle sanitário de todo o processo produtivo (Lima Junior; Simplini, 2014).

Ademais, em 2017 foi estabelecido um convênio para a prestação de assistência técnica e gerencial aos produtores inseridos nos Agropolos definidos pelo Estado, o qual também incluía desde a construção de viveiros à destinação de insumos produtivos. Ainda nesse mesmo âmbito, por meio de um aporte de R\$ 15 milhões de investimentos, foram finalizadas as obras de pavimentação asfáltica, drenagem, sinalização horizontal e vertical dos 16 km de extensão da Estrada do Peixe, integrando o povoado de Itans ao município de Matinha e facilitando o escoamento da produção.

5 ESTRUTURA PRODUTIVA DA PISCICULTURA NO MARANHÃO

Os dados apresentados na seção anterior demonstram a relevância da piscicultura maranhense no nível nacional. No entanto, para que esta se efetive em uma cadeia produtiva, é necessário de uma série de condições que passam necessariamente por intensificar a verticalização produtiva, pois os elos da cadeia a montante (produção) e jusante (consumo) não se conectam de forma integrada.

A avaliação qualitativa do trabalho consistiu especialmente na visita a municípios que foram considerados estratégicos na atividade⁵ de piscicultura de acordo com os dados coletados na PPM-IBGE. Primeiramente, foi possível analisar que em parte significativa do estado o potencial de produção da piscicultura é elevado. O Maranhão possui abundância de recursos hídricos ao longo do seu território. Dessa forma, a obtenção de água para produção torna-se facilitada.

Com relação aos tipos de tanques para produção de peixes, segundo informações da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAGRIMA), aproximadamente 95% da produção ocorre em tanques escavados, no entanto o sistema de tanque suspenso vem ganhando espaço no estado, como ocorre em Estreito. Esse sistema se caracteriza por ser de fácil instalação, pode ser de vários tamanhos e demanda um investimento aproximadamente de 10 a 15 mil reais.

Além do investimento inicial para a construção dos tanques, o piscicultor possui custos variáveis que foram relatados como entraves para a produção. O primeiro deles é o gasto com energia elétrica, visto que parte dos produtores utiliza a tecnologia do motor de aeração para oxigenação da água, beneficiando o

⁵ Devido à impossibilidade de agenda, especialmente dos gestores públicos vinculados as secretarias de agricultura, pesca e abastecimento locais, não foi possível visitar alguns municípios de forte produção no Estado, como em Igarapé do Meio.

ganho em escala de produção, porém promovendo aumento de custo com energia.

Contudo, o grande gargalo da produção de peixes, no sentido do custo com insumos, é o preço da ração para os peixes. O Maranhão possui apenas duas indústrias de produção de ração, localizadas em Bacabeira e, a mais recente, em Balsas. Porém, devido à oferta insuficiente e à baixa infraestrutura logística do estado, a compra da ração também é realizada em outros estados, como o Piauí.

Com relação ao aumento do custo da ração, os insumos utilizados para sua produção, como partes de carnes (vísceras) e soja, foram os principais responsáveis pelo aumento do preço. Os produtores relataram que, nos últimos anos, o custo com ração dobrou, prejudicando o retorno dos investimentos e promovendo menor incentivos para novos produtores.

Apesar do crescimento do Maranhão nos dados de produção, foi identificada certa preocupação dos produtores em relação à continuidade da atividade no longo prazo. Alguns fatores são responsáveis por essa percepção, principalmente devido ao processo de beneficiamento.

Segundo os produtores, o desenvolvimento da atividade passa por atuação forte do poder público. Os relatos ressaltam a importância da criação não só de fábricas de gelo para conservação de peixes, mas também do sistema de beneficiamento por meio de fábricas de filetagem, o que promove o aumento do valor agregado do peixe e a certificação para as vendas institucionais e no mercado convencional, como supermercados⁶.

Em certo nível, foram encontrados investimentos estatais para a fomento da atividade, como em Estreito, onde foram investidos recursos para a construção de fábricas de gelo, além da construção de tanques-rede. Porém,

⁶ A falta da industrialização dos peixes de cultivo de controle dos órgãos de defesa agropecuária estaduais no transporte pode se tornar um entrave, pois deixa o mercado susceptível aos problemas sanitários, sendo necessário serem contornados para consolidar o estado como o maior produtor de peixes de cultivo da região Nordeste (Souza *et al.*, 2022, p. 6). Esses elementos colocados pelos autores, especialmente o aspecto sanitário, impossibilitam inclusive acesso a mercados institucionais.

apesar do desenvolvimento, ainda há necessidade de melhorias em estabelecimentos frigoríficos no estado já existentes, como no caso do município supracitado, que apresenta problemas de falta de escala, o que inviabiliza seu pleno funcionamento.

A atividade em Estreito vem apresentando um grande crescimento por meio de parcerias com SEBRAE e SENAR e aquisição de ração do Governo do Estado, além da futura instalação de uma fábrica de gelo com capacidade para seis toneladas. Essa atividade evoluiu consideravelmente após a construção de uma barragem no rio Tocantins. Além disso, o município possui particularidade na produção devido ao uso do tanque-rede que, apesar de possuir alta produtividade, ainda está em processo de disseminação no estado. Por outro lado, a perspectiva de expansão da produção está sendo dificultada pela obtenção de licença federal para aumentar a atividade no lago da barragem.

Durante a visita à cooperativa técnica na Associação de Aquicultura do Sul do Maranhão (AAQUISUMA), observou-se que há 107 associados e quatro pessoas que trabalham na propriedade da cooperativa. Além disso, a associação dispõe de dois tanques flutuantes e um tanque no lago à beira do rio. O custo do tanque flutuante foi de R\$ 9.500,00, somados a R\$ 16.000,00 para o motor de aeração. A cooperativa estima a produção de dez toneladas de peixe para 2022.

Outro município de destaque visitado foi Arari. O município tem a piscicultura como uma das suas principais atividades econômicas, principalmente por estar localizado próximo ao rio Mearim, que favorece a criação dos tanques escavados. Além disso, a localização geográfica do município pode ser considerada uma boa estratégia logística. Esta é facilitada pela proximidade com rodovias importantes, como a BR222 que liga Arari a Igarapé do Meio, no qual foram identificados três laboratórios de alevinos, e a BR-316. O bom acesso logístico pode, portanto, favorecer o escoamento da produção para fortes mercados consumidores como em São Luís e Santa Inês.

Apesar de o estado possuir amplo mercado consumidor, a percepção dos produtores é de que eles são os menos favorecidos no processo de comercialização do pescado, devido aos preços praticados.

Nos municípios visitados, a venda é realizada principalmente em feiras, pelos próprios produtores ou por meio dos atravessadores. O preço médio do peixe depende essencialmente das espécies, mas a insatisfação dos produtores se deve em grande parte ao baixo preço praticado pelos atravessadores. Piscicultores ararienses citaram como exemplo o tambaqui, que vem sendo comercializado por R\$ 7,00, o qual tem desestimulado a produção.

Destacam-se ainda relatos de grande diminuição na venda do peixe devido à Síndrome de Haff⁷, que não afetava os peixes criados em cativeiro, mas provocou prejuízos aos produtores. Como consequência, em Arari a produção teria caído de oito toneladas/ano para apenas três toneladas/ano, além de ter aumentado dependência dos piscicultores em relação aos atravessadores, que se tornaram, muitas vezes, a única solução por parte dos piscicultores para o escoamento da produção.

Com objetivo de desenvolver a atividade, técnicos do Senar em Arari apontam que a promoção da piscicultura no município deve necessariamente passar por uma maior diversificação das espécies, como para o “capadinho”, panga ou para a tilápia, que possuem valores de vendas mais atrativos aos produtores. Segundo os técnicos, medidas como essas não só aumentariam os retornos devido ao maior preço do quilo, mas também possibilitariam a venda direta dos produtores no mercado, sem a necessidade de atravessadores.

Além da dificuldade do escoamento da produção para o mercado convencional, os piscicultores maranhenses também possuem entraves na venda para o mercado institucional. Devido à discussão supracitada do beneficiamento, os produtores são, em maior parte do estado, impossibilitados de participar de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁷ A Conhecida popularmente como “Doença da Urina Preta”.

Realidade presente em Santa Inês que, assim como maior parte do estado, não possui unidades de beneficiamento certificadas. No município, porém, há compras institucionais por meio do Programa Alimenta Brasil (PAB), o que possibilita o escoamento da produção familiar.

Os gargalos na comercialização promovem um menor retorno para os produtores que, em grande parte, estão endividados. É o caso de Estreito, onde essa realidade abrange cerca de 80% dos piscicultores. Portanto, a cadeia produtiva no estado ainda está em processo de consolidação, considerando as dificuldades supracitadas. Os gargalos relatados na pesquisa se conectam com a literatura brasileira⁸ sobre o tema, principalmente no tocante à transição da atividade artesanal para uma de escala comercial (Ostrensky; Borguetti; Soto, 2008).

6 AMBIENTE INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL

O ambiente institucional compreende o conjunto de leis, regras e regulamentos que estão diretamente relacionados aos agentes e aos processos produtivos, assim como as características de hábito, cultura e tradição da sociedade local que gravita em torno de determinada cadeia produtiva (Quadro 1). Nesse âmbito, o governo vem investindo uma série de medidas e, em 2020, estruturou nove polos de desenvolvimento da aquicultura no Maranhão (Costa Amazônica, Turi, Mearim, Águas, Sul Maranhense, Leste Maranhense, Costa Oriental, Metropolitano e Cocais, com abrangência nos municípios do Maranhão).

Assim, o estado atualmente conta com regiões que se destacam na produção, a exemplo da região de Arari e de Chapadinha. Para impulsionar a

⁸ Estes autores também relacionam como problemas da piscicultura continental: a falta de linhas de crédito; as dificuldades de acesso ao crédito para o custeio da produção, de treinamento e de qualificação técnica; a dificuldade de acesso aos mercados; o baixo consumo de pescado per capita na região produtora; os problemas de logística (vias de transporte precárias, estruturas de conservação do pescado); a competição por produtos oriundos da pesca marinha importada; e a necessidade de abertura de novos mercados consumidores (Meante; Dória, 2017, p. 167).

piscicultura, tem-se fornecido instrumentos que possibilitem aos criadores prosseguir com as atividades mediante a doação de equipamentos, cordas, redes de pesca, ração, kits de análise de água e coletes salva-vidas.

Entretanto, há de se considerar que algumas condições já estão sendo construídas, destacando-se as mudanças recentes ocorridas na legislação para a atividade da piscicultura no Maranhão, que permitiu facilitar a outorga d'água e o prazo do licenciamento ambiental que passou de cinco para dez anos. Outro fato a destacar-se é a dispensabilidade do licenciamento ambiental em propriedades que tenham até cinco hectares de lâmina d'água, o que permite avanço da piscicultura enquanto atividade econômica. Outro elemento de importância é que a piscicultura maranhense também é fomentada com recursos advindos de emendas parlamentares e com o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP).

Quadro 1 - Ações Institucionais para implementação de Cadeias Produtivas

Órgão	Ações
SAGRIMA	As ações da secretaria à piscicultura maranhense já foram realizadas a implantação de sistemas de tanque rede em seis projetos que contaram com o suporte da CODEVASF. Somados, os valores dos recursos investidos por ambos totalizaram cerca de 1 milhão de reais. Estes sistemas tiveram como público-alvo os municípios de Magalhães de Almeida, Pindaré Mirim, Pastos Bons, Grajaú, Joselândia e Tuntum, onde ocorreu a instalação de cerca de 30 a 36 tanques. Somente Pindaré-Mirim recebeu 2 desses tanques, especificamente no povoado de Areias e Lages
IMESC	Elaboração de Estudos Especializados
SISTEMA SAF/AGERP, SENAR, SEBRAE	No que tange às ações de Assistência Técnica e Extensão Gerencial, o estado já contou com os trabalhos da SENAR entre 2016 e 2017 para prestar assistência em cerca de 200 propriedades para que estas se formalizassem e se legalizassem. Há um projeto previsto de assistência a esses piscicultores no estado.

Fonte: IMESC.

Outro aspecto importante a ser destacado é o ambiente organizacional de uma cadeia produtiva, que se constitui por meio de uma estrutura de suporte

creditício, assistência técnica e governança (associações/cooperativas) com o objetivo de se constituir como instrumento para o efetivo funcionamento da cadeia⁹.

6.1 Assistência técnica, pesquisa e movimentação financeira

No caso da piscicultura, a atividade ainda carece de assistência técnica, se for levada em conta a existência de apenas dois cursos de Engenharia de Pesca no estado, localizados nos municípios de Pinheiro e São Luís.

Outro elemento importante se refere à distribuição das agências de vigilância e extensão rural (AGED-MA e AGERP-MA). Percebe-se que no estado há a boa distribuição espacial das agências, no entanto o principal problema refere-se ao acompanhamento da atividade devido ao incipiente corpo técnico, que está aquém das demandas encontradas para desenvolver a atividade no Maranhão.

Além das instituições do Estado, foi observada a atuação em assistência técnica do SENAR. Nos municípios de Arari e Estreito, os produtores pontuaram que receberam auxílio no manejo, o que promoveu incremento da produtividade nos municípios.

Já no sistema bancário e financeiro, o mesmo serve como suporte no funcionamento das cadeias produtivas. Assim, é de fundamental importância que haja acesso aos principais agentes financeiros que permitam um fluxo de crédito e aporte de investimentos no setor (Tabela 2)¹⁰.

Vale ressaltar a importância do Banco do Nordeste com o financiamento das atividades produtivas, o qual se concentra em apenas cinco dos municípios

⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Análise de cadeias produtivas**. 4 Semestre. [S.l.:s.n.], [202-]. https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16173/Curso_Agric-FamilSustent_Analise-CadeiaProdutiva.pdf?sequence=1&isA. Acesso em: 18 set. 2022.

¹⁰ Dois fatores intervenientes devem ser rigorosamente considerados na reflexão sobre cadeias produtivas, o primeiro é “sistemas de suporte”, tais como o sistema bancário e financeiro, as leis, a regulação, a fiscalização e os sistemas de coordenação entre capital/trabalho e capital/governo (ambiente econômico). In: UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <https://ugt.org.br/upload/iae/img2-Cadeias-produtivas-como-relacoessociais-7500.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

selecionados. Além da quantidade de instituições, outro aspecto relevante, nas atividades agropecuárias, é o acesso ao crédito rural. Segundo os dados do Banco Central, no período de 2015 a 2021, o valor do crédito de investimento rural totalizou R\$ 15.460.674,80. Em comparação, o Paraná, maior produtor da piscicultura no país, recebeu mais de 95 milhões em crédito no mesmo período.

Tabela 3 - Valor dos Contratos de Crédito rural para investimento no Maranhão de 2015 a 2021

Produto	Valor (em reais) 2015 a 2021
Tanques Escavados	8.435.523,1
Matrizes e Reprodutores	2.103.415,5
Alimentador de Peixe	1.116.010,6
Aerador	930.860,0
Tanques Redes	795.638,2
Depósito para Rações	264.695,7
Outras	1.814.531,6
Total	15.460.674,8

Fonte: Banco Central do Brasil/Elaborado pelo IMESC.

No estado, o principal uso do crédito no período foi para criação de tanques escavados, em seguida, para matrizes e reprodutores e alimentação de peixe.

6.2 Organizações associativas

O processo de organização associativas/cooperativistas no Maranhão ainda se encontra incipiente, em um estágio de completa desorganização¹¹. A pesquisa identificou associações apenas nos municípios de Arari e Estreito (Quadro 2).

¹¹ Com a cooperação formal entre associados afins, a produção e a comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva na melhoria do ambiente de negócios dos quais todos são beneficiários. Assim, o associativismo empresarial tem como objetivo principal promover as atividades econômicas de uma região, defender os interesses dos empresários e cooperar com entidades públicas e privadas. In: SEBRAE. [S.l.:s.n.], Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Artigos/Governanca_Empresarial_Tiradentes_Associativismo_Transformacao_Sebrae_Minis.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022

Quadro 2 — Organizações associativas identificadas na pesquisa que possuem piscicultores

Associação/Cooperativa	MUNICÍPIO
Associação dos Piscicultores do Sul do Maranhão	Estreito
Cooperativa de pescadores e piscicultores do médio Tocantins	
Associação dos Piscicultores de Arari	Arari

Fonte: Trabalho de campo elaborado pelo IMESC.

A relevância do associativismo se deve a sua alternativa de viabilização das atividades econômicas, principalmente aos pequenos empreendimentos, o que possibilita certas facilidades, principalmente nas condições de concorrência. O desenvolvimento da atividade no Maranhão passa indubitavelmente por estruturas associativas e cooperativistas organizadas, realidade que ocorre em estados onde a cadeia produtiva da piscicultura é consolidada.

O Paraná, estado de referência na produção de peixes em cativeiro no Brasil, tem forte estrutura cooperativista, o que gera emprego e renda desde pequenos agricultores a micro e médio empresários. O sucesso organizacional do estado promove não só um maior retorno, devido à maior agregação de valor no produto (venda do filé), mas também acesso a novos mercados, por meio da exportação¹².

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida levanta duas questões a serem consideradas. Em primeiro lugar, pode-se inferir qual o papel da atividade da piscicultura no conjunto da economia maranhense. A segunda questão se refere à reflexão acerca de até que ponto essa atividade pode ser considerada como cadeia produtiva.

Com relação à primeira questão, a resposta pode ser considerada positiva (Souza *et al.*, 2022), não só pela grande produção no estado, mas também pela

¹² SISTEMA OCEPAR. **Piscicultura**: produção de tilápia transforma vidas no oeste do Paraná. [S.l.:s.n.], 2020. Disponível em: <https://paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistemaocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/131399-piscicultura-producao-detilapia-transforma-vidas-no-oeste-do-parana>. Acesso em: 10 jan. 2023.

distribuição, que se encontra na maior parte do território maranhense. No entanto, a produção não se materializa no território de forma que permita que a atividade se consolide, isso se considerarmos especialmente o beneficiamento e os aspectos sanitários, que impossibilitam a venda institucional e a agregação de valor.

Isso nos remete à segunda questão, pois a desarticulação da estrutura produtiva não permite identificar a existência efetiva de uma cadeia produtiva, pois não existem elos consolidados na atividade. A atividade possui gargalos em todo o processo produtivo, começando pela carência em assistência técnica e pela dificuldade de acesso aos insumos, principalmente, a ração.

Outro grande gargalo foi identificado no beneficiamento, o qual, devido ao seu estágio inicial, acabou por promover menor agregação de valor ao produto, além de dificultar a consolidação da etapa de comercialização do pescado certificado no mercado convencional e no institucional. Aliado a isso, deve-se considerar também que o desenvolvimento da atividade depende do maior nível de organização dos ambientes institucional e organizacional.

Apesar da realidade atual, é possível pontuar que o Maranhão possui uma grande potencialidade na atividade da piscicultura, principalmente pela favorável disponibilidade de água doce para produção. Ademais, é importante mencionar iniciativas de sucesso, como a produção de maneira intensiva realizada em municípios como Estreito, além do modelo de produção realizado em Itans, que promoveu o município de Matinha como referência na produção de peixes.

Por fim, o que se espera a partir deste diagnóstico é estimular não só um debate sobre a atividade, mas principalmente estruturar e efetivar um conjunto de ações que integrem os setores público e privado, que tenha como escopo uma real efetivação da atividade como cadeia produtiva.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. S. **Perspectivas do desenvolvimento da piscicultura no Brasil**: um enfoque na produção de tilápia nos últimos dez anos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- BRUCHÊZ, A. *et al.* Relação entre capital humano e competitividade: revisão sistemática da Teoria de Drucker. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2016.
- DAVENPORT, T. H; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DÓRIA, C. R. C.; MEANTE, R. E. X. Caracterização da cadeia produtiva da piscicultura no estado de Rondônia: desenvolvimento e fatores limitantes. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, V.9, n.4, set/dez, 2017.
- EMATER. **Piscicultura/Maripá**: dados de 1993/2012. [S.l.:s.n.], 2016.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Fish and aquaculture**. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <https://www.fao.org/fishery/statistics-query/en/home>. Acesso em: 09 dez. 2022.
- FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The state of world fisheries and aquaculture 2022**. Towards Blue Transformation. Roma: [s.n.], 2022.
- HATCH, N. W.; DYER, J. H. Human capital and learning as a source of sustainable competitive advantage. **Strategic Management Journal**, v. 25, n. 12, p. 1155-1178, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática**. [S.l.]: SIDRA – Pesquisa da Pecuária Municipal, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2021>. Acesso em: 10 dez 2022.
- LIMA JÚNIOR, J. C.; SIMPRINI, E. S. **Mapeamento da cadeia produtiva da piscicultura no estado do Maranhão**. [S.l.]: SEBRAE, 2014.
- MEANTE, R. E. X.; DÓRIA, C. R. C. Caracterização da cadeia produtiva da piscicultura no estado de Rondônia: desenvolvimento e fatores limitantes. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 9, n. 4, p. 164-181. 2017.
- OSTRENSKY, A.; BORGUETTI, J. R.; SOTO, D. **Aquicultura no Brasil**: o desafio é crescer. Brasília: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, 2008.

SCHULTER, E. P.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Evolução da piscicultura no Brasil:** diagnóstico e desenvolvimento da cadeia produtiva da tilápia. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SILVA, A. F. H. **Benefícios do consumo regular de pescado para a saúde humana.** Porto: Faculdade Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, 2016.

SOUZA, A. C. F. *et al.* Piscicultura no estado do Maranhão: perspectivas para aceleração da produção de peixes nativos. **Scientia Plena**, v. 18, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359402928_Piscicultura_no_estado_do_Maranhao_perspectivas_para_aceleracao_da_producao_de_peixes_nativos_Fish_farming_in_the_state_of_Maranhao_perspectives_for_accelerating_the_production_of_native_fish/link/623a61245d09d76bfd07c193/download. Acesso em: 16 nov. 2022.

XAVIER, R. E. **Caracterização e prospecção da cadeia produtiva da piscicultura no Estado de Rondônia.** Porto Velho: [s.n.], 2013.

ZONFRILLI-ALMEIDA, L.H.; FRANCISCO, O. **Métodos para obtenção do híbrido “patinga” a partir do cruzamento de pacu *piaractus mesopotamicus holmberg 1887* (characiformes: characidae) e pirapitinga *piaractus brachypomus* (Cuvier, 1818) (characiformes: characidae).** Ourinhos: Faculdades Integradas de Ourinhos/FIO/FEMM, [200-]. Disponível em: <http://cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2009/Artigos/04/04.60.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

CAPÍTULO 19

COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MELANCIA NO PERÍODO DE 2012 A 2022

Yasmin Mara dos Santos Vieira¹
Tiago Sayão Rosa²

Resumo: Este estudo objetivou analisar a competitividade das exportações de melancia proveniente dos estados da região Nordeste do Brasil no período de 2012 a 2022 por meio dos indicadores de competitividade. Para atender esse objetivo, empregaram-se os índices de vantagem comparativa revelada de Balassa (IVCR), vantagem comparativa revelada simétrica (IVCRS) e vantagem comparativa revelada de Vollrath (RCAV). Os dados foram extraídos da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os resultados obtidos a partir da análise desses índices revelam que os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará registraram uma vantagem comparativa em relação ao Brasil nas exportações de melancia ao longo de todo o período analisado. Por outro lado, os demais estados da região Nordeste apresentaram uma desvantagem comparativa nas exportações de melancia durante todo o período considerado, conforme os indicadores IVCR, IVCRS e RCAV. Com base nesses três índices analisados, constata-se a presença de uma vantagem comparativa nas exportações de melancia para os estados do Ceará e Rio Grande do Norte durante todo o período em análise, bem como para o estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021. Esses resultados evidenciam a competitividade desses estados específicos na exportação de melancia em relação ao restante do Brasil ao longo desse período.

Palavras-chave: Comércio Internacional. Competitividade. Melancia. Vantagens comparativas.

ABSTRACT: The objective of this study was to analyze the competitiveness of watermelon exports from the states of the Northeast region of Brazil between 2012 and 2022 using competitiveness indicators. To fulfill this objective, the Balassa revealed comparative advantage index (IVCR), the symmetric revealed comparative advantage index (IVCRS), and the Vollrath revealed comparative advantage index (RCAV) were used. The data was extracted from the Foreign Trade Secretariat (SECEX), a body linked to the Ministry of Development, Industry, and Foreign Trade (MDIC). The results obtained from analyzing these indices show that the states of Rio Grande do Norte and Ceará had a comparative advantage over Brazil in watermelon exports throughout the period analyzed. On the other hand, the other states in the Northeast region showed a comparative disadvantage in watermelon exports throughout the period analyzed, according to the IVCR, IVCRS and RCAV indicators. Based on these three indices analyzed, there is a comparative advantage in watermelon exports for the states of Ceará and Rio Grande do Norte throughout the period under analysis, as well as for the state of Pernambuco from 2012 to 2021. These results show the competitiveness of these specific states in watermelon exports compared to the rest of Brazil throughout this period.

Keywords: International trade. Competitiveness. Watermelon. Comparative advantages.

¹ Mestranda em Modelagem e Métodos Quantitativos – PPGMMQ – UFC. E-mail: yasminmaravieira@gmail.com.

² Professor Adjunto no Curso de Ciências Econômicas da UFDPAr. E-mail: tiago.sayao@ufpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, o Brasil vem se destacando no mercado mundial como grande exportador de produtos agropecuários. Toda essa transformação foi possível por meio da ciência, da tecnologia e da inovação, em conjunto com a abundância de recursos naturais, somadas às boas práticas dos agricultores, a organização e modernização das cadeias produtivas e de importantes políticas públicas.

Em 2022, o PIB do agronegócio alcançou 24,8% de participação em relação ao PIB nacional, segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2023). Neste cenário, a fruticultura bateu recordes nas exportações, registrando um faturamento de US\$ 1,083 bilhões (SECEX, 2023), demonstrando que este setor tem potencial para uma participação significativa no comércio internacional.

De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2023), a China é o maior produtor mundial de frutas, concentrando diversos cultivos tais como maçã, citros, melão, pera e melancia. A Índia é o segundo maior produtor, com destaque para banana, manga e laranja. O Brasil ocupa a terceira posição no ranking, com uma produção em 2022 em torno de 40 milhões de toneladas. Os três maiores produtores juntos são responsáveis por aproximadamente 45% de todas as frutas produzidas mundialmente.

No entanto, segundo Vidal (2023), apesar de ser o terceiro maior produtor mundial de frutas, detém um pequeno percentual da produção (4,4%) e do mercado global, menos de 1,0% do valor das exportações; isso se deve à demanda nacional, além da falta de uma cultura de exportação desenvolvida.

Dentre as frutas mais relevantes na pauta de exportação brasileira está a melancia (*Citrullus lanatus*), pertencente à família Cucurbitaceae e ao gênero *Citrullus*, sendo que em 2022 foram produzidas 1.912.909 toneladas em uma

área colhida de 85.729 hectares segundo dados da Pesquisa Agropecuária Municipal (IBGE, 2023), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Brasil é considerado o quarto maior produtor mundial de melancia. Ocupando o primeiro lugar desse ranking encontra-se a China (60.862.346 t), seguido por Turquia (3.468.717 t) e Índia (3.254.000 t), responsáveis por aproximadamente 69% da produção mundial da espécie (FAO, 2023).

No ano de 2022, as exportações de melancia foram de 10,6 mil toneladas e arrecadação de US\$ 57,5 milhões. Esses dados indicam redução de 10,44% no volume de melancia exportado e incremento de 9,16% na receita arrecadada, em relação ao mesmo período da safra 2021/22.

A região Nordeste do Brasil é amplamente reconhecida como a maior e mais importante produtora de melancia no país. As condições climáticas do Nordeste, com seu clima tropical e altas temperaturas durante a maioria do ano, oferecem um ambiente propício para o crescimento saudável da melancia (Resende; Costa; Dias, 2010). Além disso, a presença abundante de sol e chuvas regulares em muitas áreas do nordeste contribui para o desenvolvimento das plantações de melancia e para a obtenção de frutas de alta qualidade (Costa, 2014).

Na dinâmica de desenvolvimento da produção e exportação de melancia, o Nordeste possui forte influência, destacando-se os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, se destacando como importantes produtores. Essa diversidade geográfica permite uma produção contínua ao longo do ano, contribuindo para a geração de empregos e o desenvolvimento econômico local (Guerra; Frigoni, 2021).

Considerando o exposto, este artigo analisa a competitividade das exportações de melancia provenientes desses estados do Nordeste, no período de 2012 a 2022, através dos indicadores de Vantagem Comparativa Revelada

(VCR), de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (VCRS) e de Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath (RCAV).

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

2.1 Teorias e evolução do comércio internacional

O economista inglês Adam Smith, em 1776, formulou que para duas economias manterem espontaneamente vínculos comerciais entre si, seria necessário ambas terem a ganhar com essas transações. Esse raciocínio se tornou a lógica básica da visão clássica. Como a noção de ganho está associada ao potencial de aquisição de determinados itens via comércio, a explicação para as transações está necessariamente relacionada às características do processo produtivo de cada economia. Desta forma, segundo a visão clássica, o comércio internacional se justificará apenas quando for mais barato adquirir itens produtivos em outra economia.

O economista inglês David Ricardo, em 1817, observou que era mais frequente encontrar economias eficientes na produção de vários bens, de maneira que, sob a hipótese de vantagens absolutas, não esperaríamos que ocorresse comércio entre essas economias e outras onde a produção da maioria dos produtos envolvesse uma utilização de maior quantidade de trabalho. Na prática, isso não se verificava, pois ainda assim ocorria comércio.

A explicação encontrada por ele resida no fato de que a mobilidade de fatores produtivos entre os países era baixa ou inexistente, o que tornava a estrutura produtiva da economia preponderante na determinação dos preços relativos dos fatores de produção. Assim, nascia a teoria Ricardiana como uma tentativa de isolar as variáveis relevantes para explicar os fluxos comerciais e explicar os benefícios do comércio comparado a uma situação de isolamento.

Segundo a visão dos clássicos (Smith e Ricardo), observa-se que o determinante principal do comércio é a tecnologia. Desta forma, com a utilização

de tecnologias eficientes, aumentará a produtividade. Neste modelo, a tecnologia não somente é importante na produção como também para o produto (Gonçalves, 2005 *apud* Freitas *et al.*, 2023).

Carvalho e Leite (2017) argumentam que a teoria das vantagens comparativas apresentava algumas limitações que seriam superadas somente no século XX. Na verdade, da maneira como foram abordadas por David Ricardo, as vantagens comparativas eram consequência do fato de que o único fator de produção relevante – o trabalho – tinha níveis de produtividade diferentes nos distintos países e, conseqüentemente, os bens tinham custos de produção diferentes. Ricardo não apresentou justificativa econômica para esse fato.

Somente no início do século XX surgiu uma explicação razoável para as diferenças de custo de produção de uma mesma mercadoria em diferentes países – e para as razões do comércio. A origem da teoria é um artigo publicado, em sueco, por Eli Filip Heckscher, em 1919, e que só seria traduzido para o inglês em 1949. A divulgação de suas ideias começou realmente a ocorrer após a tradução para o inglês da tese de doutorado de seu discípulo, Ohlin (1933). Como Ohlin havia sido fortemente influenciado por Heckscher, essa argumentação ficou conhecida como teoria de Heckscher-Ohlin. A teoria de Heckscher-Ohlin, apesar da controversa, é considerada a mais importante e influente explicação para o comércio, depois das vantagens comparativas de Ricardo.

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2017), segundo o modelo Heckscher-Ohlin, os países tendem a exportar produtos que utilizam intensivamente o fator de produção que se encontra relativamente abundante no país e importam a mercadoria que utiliza intensivamente o fator de produção menos abundante no país. Assim, um país com uma oferta abundante de mão de obra em relação ao capital produzirá preferencialmente bens que utilizam sua produção relativamente mais mão de obra e também deverá exportar esse bem. Do mesmo modo, um país com oferta abundante de capital considerará relativamente mais barato produzir bens cuja produção necessite mais

intensamente do fator capital e, portanto, terá vantagem em exportá-lo, importando bens que necessitem de muita mão de obra em sua produção.

Desse modo, ambas as teorias continuam justificando a liberalização do comércio mundial, pois a troca internacional eleva o produto das economias por meio da especialização da produção nos setores mais vantajosos em termos tecnológicos (teoria clássica) ou de dotação de fator (modelo Heckscher-Ohlin).

Stolper e Samuelson (1941) estabeleceram um resultado fundamental em comércio internacional. Segundo eles, o preço relativo dos fatores de produtivos se modifica conforme se altera o preço relativo dos bens produzidos, de modo que, a valorização relativa do bem intensivo em um fator produtivo gera uma valorização relativa na remuneração deste fator, bem como gera uma valorização real deste fator e uma desvalorização real do outro fator. Os autores estavam analisando os efeitos da imposição de barreiras a importação de um produto quando obtiveram os resultados acima. Além disso, a produção de ambos os bens se torna mais intensiva no outro fator.

O Teorema de Rybczynski devido ao economista Rybczynski (1955) nos ensina que a um constante preço relativo dos bens produzidos, um aumento da dotação de um fator produtivo resultará no aumento da produção do bem que é intensivo neste fator e uma diminuição da produção do bem que é intensivo no outro fator, caso a economia continue a produzir de forma diversificada após a alteração na dotação do fator produtivo.

De acordo com Gonçalves (2005), o modelo neoclássico tem a dotação de fatores de produção como o principal determinante para o comércio internacional. Desta forma, os países mais ricos tendem a obter uma maior vantagem comparativa em produtos que precisa do uso do capital em abundância. Assim sendo, o diferencial nos fatores abundantes ou escassos, tornam os produtos mais caros ou baratos, respectivamente.

Com base nas críticas e nos problemas empíricos relativos ao modelo Heckscher-Ohlin, surgiu uma série de novas explicações para o comércio

internacional. Podem-se destacar dois autores que procuram explicações complementares ao modelo Heckscher-Ohlin: Paul Krugman e Staffan Linder. De modo geral, o que se constata é que, além do comércio preconizado pela teoria de Heckscher-Ohlin (basicamente o chamado comércio entre países ricos e pobres), verifica-se também um comércio intenso entre países com igual dotação de recursos e a crescente troca de produtos razoavelmente parecidos, ou seja, o chamado comércio intra-industrial³. As explicações relativas a esse comércio podem vir de duas hipóteses: existência de economias de escala e o lado da demanda.

Além disso, existe também a explicação baseada na ideia de ciclo do produto. Segundo essa explicação desenvolvida por Raymond Vernon, países desenvolvidos têm vantagens comparativas naquilo em que são pioneiros, em que conseguem introduzir inovações em função da qualificação de sua mão de obra, de seus recursos em P&D⁴ e da estrutura de demanda que possuem. Com a difusão da demanda por tal produto internacionalmente, o país inovador passará a exportá-lo.

Seguindo a teoria clássica do comércio internacional de David Ricardo, em 1965, Bela Balassa utilizou o índice de vantagens comparativas reveladas para mensurar o nível competitivo ou as vantagens comparativas de um país. O indicador utiliza dados de preços pós-comércio e, é um dos métodos mais utilizados para determinar a competitividade de um país. O índice constitui-se numa medida revelada, pois seu cálculo está baseado em dados observados, *ex-post* ao comércio, ou seja, o comércio “revela” as vantagens comparativas (Siqueira; Pinha, 2011).

Este modelo proposto Balassa (1965) possui grande relevância na construção dos indicadores do comércio internacional presente neste trabalho.

³ O Comércio Intra-industrial caracteriza-se por troca de produtos semelhantes, mas não homogêneos (idênticos). O caso da homogeneidade do produto aplica-se especialmente aos produtos primários.

⁴ Pesquisa e Desenvolvimento.

Segundo Maia *et al.* (2005), as teorias das vantagens comparativas constituem-se no importante fator para mensurar o comércio internacional, pois muitos países exportam seus excedentes internos, sem ao menos terem a certeza de por que sua produtividade é compatível com as demais nações produtoras e exportadoras.

Segundo Porter (1999), a competitividade de um país depende da capacidade de sua indústria de inovar e melhorar. As empresas conquistam uma posição de vantagem em relação aos melhores competidores do mundo em razão das pressões e dos desafios. Elas se beneficiam da existência de rivais internos poderosos, de uma base de fornecedores nacionais agressivos e de clientes locais exigentes. Além disso, Porter (1999) também relaciona a competitividade com a produtividade, que é a relação entre a quantidade produzida com os insumos utilizados ou até mesmo o tempo investido.

De acordo com Kotler e Keller (2013), vantagem competitiva é um conceito que vai além da simples diferenciação. É a capacidade da empresa de apresentar, em um ou mais itens, um desempenho que seus concorrentes não podem alcançar. Uma vantagem competitiva precisa ser percebida e valorizada pelo cliente, além de se mostrar sustentável, ou seja, a concorrência não pode copiá-la ou adaptá-la no curto prazo.

2.2 Estudos empíricos da competitividade das exportações brasileiras de frutas

Ramalho (2023) analisam a competitividade do Rio Grande do Norte no mercado internacional de melão, haja vista ao fazer uso de uma periodização histórica dessa cadeia produtiva, com o intuito de verificar se o estado possui capacidade de comercialização e vantagem comparativa na produção em relação ao mercado exterior se tornará uma importante fonte de pesquisa. Para tal análise optou-se por mensurar o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), proposto por Balassa (1965) e o Índice de Vantagem Comparativa

Revelada Simétrico (IVCRs), proposto por Lauren (1998). A base dos dados para calcular esse índice foi constituída do Secex/MDIC e Trade Map. Os resultados mostraram que no geral o melão exportado apresentou uma evolução na taxa do indicador de vantagens comparativas, mostrando melhoria no desempenho das exportações do melão fresco brasileiro frente ao mercado internacional.

Lucena, Sousa e Coronel (2023) verificaram se os estados nordestinos são eficientes nas exportações de frutas (SH2-8). Para tal, utilizaram indicadores de Vantagem Comparativa Revelada de Volrath (RCVA) e de Posição Relativa (IPR); e, mediante o ajuste da tendência linear da série temporal desses índices para os anos de 1997 e 2020, construiu-se a matriz de competitividade das exportações brasileiras de frutas, com destaque para os estados nordestinos. Além disso, considerou-se Acre, Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Os resultados mostram que, dos 19 estados considerados, sete do Nordeste acrescidos do Acre e do Amazonas possuem Vantagem Comparativa Revelada de Volrath. Com relação ao IPR, observa-se que 12 estados são exportadores líquidos de frutas (o que inclui todos do Nordeste, exceto Alagoas).

Lisbinski (2021) analisou o desempenho exportador das principais frutas produzidas no nordeste brasileiro (limões e limas, melão, manga, uva e castanha de caju) de 2000 a 2018. Nesse sentido, a autora utilizou-se do Modelo Gravitacional e do IVCR. Os principais resultados apontaram que o melão, a castanha de caju e a manga apresentaram vantagem comparativa revelada no mercado internacional ao longo do período, enquanto a uva demonstrou perda de vantagem comparativa revelada e os limões e as limas, ganho de vantagem comparativa revelada ao longo do tempo. A estimação do modelo de gravidade indicou que os fluxos comerciais se relacionam positivamente com as rendas dos países importadores e negativamente com a distância entre país importador e exportador.

Barbieri *et al.* (2019) avaliaram o desempenho das exportações brasileiras de mamão durante os anos de 1995 a 2016 mediante o IVCR, *Constant Market Share* (CMS) e Índice de Atratividade (IAT). Os resultados indicaram que o mamão apresentou vantagem comparativa revelada nesse período e o efeito competitividade foi o que exerceu maior contribuição.

Santos e Sousa (2019), por sua vez, procederam à análise da competitividade das exportações de banana nos estados do Ceará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos anos de 2003 a 2017. Para tanto, aplicaram os indicadores de desempenho de vantagem comparativa revelada (IVCR, IVCRS e RCAV) e CMS. Dentre esses estados considerados, Rio Grande do Norte e Santa Catarina apresentam vantagem comparativa e Paraná registrou desvantagem comparativa em relação ao Brasil durante todo o período estudado. Em relação ao CMS, o efeito destino das exportações foi o que mais contribuiu nos dois primeiros subperíodos (2003-2007 e 2008-2012), enquanto o efeito competitividade foi o determinante no terceiro subperíodo analisado (2013-2017).

Santos e Sousa (2017) avaliaram a competitividade das exportações de melão nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco nos anos de 2000 a 2015 mediante IVCR, RCAV e CMS. Os indicadores demonstraram que Ceará e Rio Grande do Norte apresentaram alta competitividade em todo o período analisado, porém, Bahia e Pernambuco não registraram vantagens comparativas, com base nos resultados do IVCR e do RCAV, com ressalva para Pernambuco nos dois primeiros anos da série. Quanto ao CMS, o efeito competitividade foi o principal responsável pelo crescimento das exportações.

Ramm *et al.* (2017) buscaram comparar os índices de IVCR e Posição Relativa (POS) do Brasil no mercado internacional de melão in natura, entre os anos de 1961 a 2013. Os resultados demonstraram que o Brasil detém vantagem comparativa revelada e obteve saldos relativos superavitários, sendo IVCR e POS com tendências crescentes a partir de 2001. A análise da

competitividade do melão, no Brasil, frente aos seus países concorrentes, também foi estudada por Rodrigues e Arêdes (2017). Esses autores utilizaram IVCR e CMS para os anos de 2001 a 2012 e perceberam evolução na taxa do índice de vantagens comparativas, indicando melhoria nas exportações brasileiras do melão fresco, e o efeito competitividade foi determinante para o bom desempenho dos embarques, seguido pelo efeito comércio mundial.

Marques *et al.* (2017) avaliaram o grau de competitividade das exportações de castanha de caju brasileira frente aos principais produtores dessa *commodity*. Para isso, utilizaram os indicadores IVCR, POS, Desempenho (para os anos de 2000 a 2011) e CMS (para os anos de 2003 a 2011). Os resultados sinalizaram perda de competitividade em todos os indicadores mensurados. Quanto ao CMS, verificaram que o único efeito que contribuiu positivamente em quase todos os períodos analisados foi o crescimento do mercado mundial.

Pelo exposto, ressalta-se que a maioria dos estudos citados analisa a competitividade e exportações de várias frutas, com destaque para os estados nordestinos. Contudo, pouco se sabe sobre a competitividade da melancia produzidas e exportadas pelo Nordeste. Nesse sentido, esta pesquisa busca preencher essa lacuna teórica.

3 METODOLOGIA

Os dados empregados neste trabalho consistem em dados de exportações de melancia, *free on board* (FOB) em dólares, dos estados da região Nordeste, obtidos do sistema de Estatísticas do Comércio Exterior (Comex Stat). Com base nessa fonte, 96,36% do valor exportado de melancia no ano de 2022 concentrou nos estados considerados neste estudo. Ademais, cabe destacar que a análise das exportações de melancia foi realizada com base na Tabela da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Para avaliar a competitividade das exportações de melancia provenientes dos principais estados do nordeste exportadores desta *commodity* no período de

2012 a 2022, utilizaram-se os indicadores de Vantagem Comparativa Revelada (*IVCR*), Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (*IVCRS*) e Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath (*RCAV*).

Estes indicadores forneceram uma análise abrangente e detalhada da competitividade dos estados da região Nordeste nas exportações de melancia, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas desse setor ao longo do período de estudo.

3.1 Índices de vantagem comparativa revelada (IVCR)

O índice de vantagem comparativa revelada (IVCR) foi desenvolvido por Balassa (1965), a partir da dificuldade de qualificação dos fatores responsáveis pelas vantagens comparativas dos países, incluindo-se custos relativos e diferenças de fatores não ligados aos preços. Esse método é utilizado para determinar e analisar a estrutura relativa das exportações de determinada *commodity* de um país ou região ao longo do tempo (Coronel; Souza e Amorim, 2011). O IVCR é calculado, conforme a equação (1):

$$IVCR = \frac{\frac{X_{ij}}{X_{im}}}{\frac{X_j}{X_m}} \quad (1)$$

Em que: i representa o produto considerado (melancia); j se refere ao estado considerado; m indica o país em análise (Brasil); X_{ij} diz respeito ao valor das exportações totais i em cada estado j ; X_{im} corresponde ao valor das exportações brasileiras do produto i ; X_j é o valor total das exportações de cada estado; X_m é o valor total das exportações do país.

O *IVCR* pode variar de zero a infinito. Quando o *IVCR* > 1 , existe vantagem comparativa revelada para a exportação do produto i . Por outro lado, quando o *IVCR* < 1 , há desvantagem comparativa revelada. Ao contrário, e, ainda, quando *IVCR* $= 1$, significa que as exportações do setor crescem na mesma proporção mundial, ou seja, o estado j não possui vantagem

nem desvantagem na produção do produto i . Nesse caso, entende-se que a produção atende somente as necessidades internas de consumo (Maia, 2001).

3.2 Vantagem comparativa revelada simétrica (VCRS)

Com o intuito de analisar as vantagens comparativas para mais de um competidor e mais períodos, Laursen (1998) desenvolveu o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS) representada pela equação (2):

$$IVCRS_{ij} = \frac{IVCR_{ij-1}}{IVCR_{ij+1}} \quad (2)$$

Nesse índice, os valores podem variar de -1 a 1. Se os valores resultantes estiverem no intervalo de -1 a 0, o país não possui vantagem comparativa, porém, caso os valores estejam de 0 a 1, indica que a região possui vantagem comparativa em exportar o produto (Laursen, 1998).

3.3 Índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath (RCAV)

Conforme estudos de Bender e Li (2002), este índice implica na dupla contagem do setor total do país, como do país no total do mundo. Desta forma, com intuito de suprimir essa limitação, os autores sugerem o uso do índice de vantagem comparativa de Vollrath, indicada pela equação (3):

$$RCAV_i = \frac{\frac{X_{ij}}{(\sum_i X_{ij}) - X_{ij}}}{\frac{(\sum_j X_{ij}) - X_{ij}}{[(\sum_j \sum_i X_{ij}) - (\sum_j X_{ij})] - [(\sum_i X_{ij}) - X_{ij}]}} \quad (3)$$

Em que: $RCAV_i$ representa o indicador de vantagem comparativa revelada de Vollrath; i representa o produto considerado (mercadoria); j se refere ao estado considerado; X_{ij} diz respeito ao valor das exportações totais i em cada estado j ; $\sum_i X_{ij}$ corresponde ao valor total das exportações desses

estados analisados; $\sum_j X_{ij}$ corresponde ao valor total das exportações do Brasil do produto i ; $\sum_i \sum_j X_{ij}$ refere-se ao valor total das exportações do país.

Nesse índice, se o valor de RCA_{vi} exceder à unidade, pode-se dizer que o estado analisado apresenta vantagem comparativa revelada de Vollrath na exportação do produto em questão. Caso contrário, possui desvantagem comparativa revelada de Vollrath.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Balança Comercial das exportações brasileiras de melancia

Com base nos dados da Tabela 1, verifica-se que a comercialização da melancia apresentou saldo positivo na balança comercial agregada dos estados da região Nordeste analisados durante o período de 2012 a 2022, mostrando que tal commodity contribui significativamente para a geração de divisas no Brasil. Percebe-se que a melancia obteve o maior saldo superavitário no ano de 2022, conquistando o resultado de US\$ 55,46 milhões, porém a maior taxa média anual de crescimento ocorreu, em 2015, correspondente a 64,15%. Em contrapartida, o ano de 2013 foi o que registrou o menor saldo da balança comercial, de US\$ 13,37 milhões, com um decréscimo médio anual de 3,47%.

Tabela 1 - Análise dos valores de exportações, importações e saldo na balança comercial da melancia nos estados considerados (2012-2022)

Ano	Exportações	Importações	Saldo da Balança Comercial	TAC*
2012	16.966.521,00	69,00	16.966.452,00	—
2013	16.377.778,00	0,00	16.377.778,00	-3,47
2014	16.441.976,00	0,00	16.441.976,00	0,39
2015	26.990.224,00	0,00	26.990.224,00	64,15
2016	30.705.095,00	0,00	30.705.095,00	13,76
2017	35.546.544,00	0,00	35.546.544,00	15,77
2018	30.904.254,00	0,00	30.904.254,00	-13,06
2019	42.868.128,00	0,00	42.868.128,00	38,71
2020	41.131.074,00	0,00	41.131.074,00	-4,05
2021	49.674.955,00	0,00	49.674.955,00	20,77
2022	55.465.656,00	0,00	55.465.656,00	11,66

Nota:*taxa média anual de crescimento

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do MDIC (2023).

Considerando que, em média, 96,79% do superávit da balança comercial de melancia no território brasileiro são derivados da comercialização de melancias nos estados situados na região Nordeste, ao longo dos últimos 11 anos sob escrutínio, torna-se imperativo empreender uma análise mais aprofundada a fim de discernir quais Estados efetuaram as contribuições mais significativas para esse desempenho. A Tabela 2, apresentada a seguir, elucida que: (1) O Estado do Rio Grande do Norte emerge como o principal contribuinte para o superávit da balança comercial de melancia no Brasil, demonstrando uma contribuição substancial de mais de 79,43% unidades no ano de 2022. É relevante notar que a participação do Estado do Rio Grande do Norte nesse contexto era de 45,97% no ano de 2012; e (2) Em contrapartida, observa-se que o Estado do Ceará experimentou uma notável redução em sua participação relativa no superávit da balança comercial de melancia no Brasil ao longo do período compreendido entre 2012 e 2022.

Tabela 2 - Participação relativa dos principais estados exportadores de melancia na balança comercial brasileira (2012-2022)

Ano	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2012	0,00	0,00	54,03	0,00	0,00	0,00	0,00	45,97	0,00
2013	0,00	0,00	46,59	0,00	0,00	0,00	0,00	53,41	0,00
2014	0,00	0,00	45,17	0,00	0,00	0,00	0,00	54,83	0,00
2015	0,00	1,33	52,39	0,00	0,00	0,20	0,00	46,08	0,00
2016	0,00	0,34	47,12	0,00	0,00	0,00	0,00	52,54	0,00
2017	0,00	0,01	35,04	0,00	0,00	0,00	0,00	64,96	0,00
2018	0,00	0,01	51,18	0,03	0,00	0,00	0,00	48,79	0,00
2019	0,01	0,01	21,72	0,12	0,00	0,00	0,00	78,14	0,00
2020	0,01	0,02	20,18	0,11	0,00	0,47	0,00	79,20	0,00
2021	0,01	0,08	21,03	0,07	0,00	2,42	0,00	76,40	0,00
2022	0,01	0,02	18,45	0,07	0,00	2,02	0,00	79,43	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do MDIC (2023).

Conforme evidenciado na Tabela 2, é perceptível que os estados da Paraíba, Piauí e Sergipe não registraram operações de comercialização de melancia durante o período em análise. Em contraste, os estados da Bahia,

Maranhão, Pernambuco e Ceará experimentaram uma redução nas quantidades vendidas no ano de 2022, indicando uma diminuição em suas contribuições para o superávit da balança comercial de melancia.

Os demais estados apresentaram variações em suas participações no saldo da balança comercial de melancia ao longo do período analisado, sugerindo dinâmicas regionais distintas que influenciaram suas atuações no mercado de exportação de melancias.

4.2 Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)

Os resultados do Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Balassa (IVCR), conforme apresentados na Tabela 3, revelam que, entre os estados objeto de análise, os estados do Rio Grande do Norte e Ceará se destacaram em termos de competitividade das exportações de melancia. Em outras palavras, obtiveram resultados acima da unidade em todo o período analisado, indicando, conforme a classificação estabelecida por Hinloopen e Marrewijk (2001), que ambos os Estados, apresentaram forte vantagem comparativa revelada. É relevante notar que o estado de Pernambuco também alcançou essa classificação a partir do ano de 2021, denotando uma contribuição significativa das exportações de melancia para a economia desse estado.

Os resultados obtidos destacam o estado do Rio Grande do Norte como líder nesse contexto, apresentando um IVCR superior ao do Ceará ao longo de todo o período analisado, atingindo seu pico em 2013. Por outro lado, os estados de Pernambuco e Bahia demonstraram uma desvantagem comparativa revelada nas exportações de melancia durante a maior parte do período em análise, exceto nos anos de 2021 e 2022, quando o IVCR superou a unidade em Pernambuco.

Tabela 3 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada, 2012 a 2022

Ano	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Pernambuco	Rio Grande do Norte
2012	0,00	0,00	102,50	0,00	0,00	422,51
2013	0,00	0,00	75,64	0,00	0,00	497,17
2014	0,00	0,00	67,74	0,00	0,00	481,94

Ano	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Pernambuco	Rio Grande do Norte
2015	0,00	0,32	93,47	0,00	0,36	269,98
2016	0,00	0,09	63,74	0,00	0,00	323,22
2017	0,00	0,00	35,05	0,00	0,00	448,90
2018	0,00	0,00	49,36	0,02	0,00	397,69
2019	0,06	0,00	20,63	0,07	0,01	427,70
2020	0,05	0,00	21,12	0,06	0,58	450,80
2021	0,05	0,02	20,31	0,04	3,03	392,52
2022	0,06	0,00	25,38	0,04	2,62	347,15
Média	0,02	0,04	52,27	0,02	0,60	405,42

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do MDIC (2023).

Ao se considerar a análise desagregada por estados brasileiros, os dados da Tabela 3 apontam que tal resultado se mantém nos estados do Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí.

4.3 Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS)

Com o propósito de realizar uma análise acerca da relevância das exportações de melancia por parte dos principais estados que negociam essa *commodity* no mercado internacional, é possível examinar os resultados apresentados na Tabela 4, obtidos por meio do Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS). Observa-se que apenas os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará exibem valores de IVCRS situados na faixa compreendida entre 0 e +1, o que denota que esses estados possuem uma vantagem comparativa revelada nas exportações de melancia.

Tabela 4 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica, 2012 a 2022

Ano	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Pernambuco	Rio Grande do Norte
2012	-1,00	-1,00	0,98	-1,00	-1,00	1,00
2013	-1,00	-1,00	0,97	-1,00	-1,00	1,00
2014	-1,00	-1,00	0,97	-1,00	-1,00	1,00
2015	-1,00	-0,52	0,98	-1,00	-0,48	0,99
2016	-1,00	-0,84	0,97	-1,00	-1,00	0,99
2017	-1,00	-1,00	0,94	-1,00	-1,00	1,00

Ano	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Pernambuco	Rio Grande do Norte
2018	-0,99	-1,00	0,96	-0,96	-1,00	0,99
2019	-0,88	-0,99	0,91	-0,86	-0,99	1,00
2020	-0,90	-0,99	0,91	-0,88	-0,27	1,00
2021	-0,90	-0,96	0,91	-0,91	0,50	0,99
2022	-0,89	-0,99	0,92	-0,92	0,45	0,99

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do MDIC (2023).

Ao examinar os demais estados, é evidente que o estado de Pernambuco registrou valores de IVCRS situados na faixa de 0 a +1 somente nos dois últimos anos da série. Além disso, é relevante destacar que os demais estados apresentaram uma desvantagem comparativa revelada, uma vez que seus valores de IVCRS variaram entre -1 e 0. Esses resultados corroboram as conclusões obtidas por meio do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), reforçando a constatação de que o Rio Grande do Norte e o Ceará são os principais estados com vantagem comparativa revelada nas exportações de melancia, enquanto os demais estados enfrentam desafios nesse contexto.

4.4 Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath

Os resultados do Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath (RCAV) das exportações de melancia dos estados exportadores, no período de 2012 a 2022, estão descritos na Tabela 5. Esse indicador aponta que o Rio Grande do Norte e Ceará apresentaram RCAV acima da unidade em toda a série estudada, significando que tais estados possuem vantagem comparativa na exportação da *commodity* em estudo. Estes resultados corroboram as conclusões derivadas dos indicadores analisados anteriormente, solidificando a posição de destaque do Rio Grande do Norte e do Ceará como os estados mais competitivos na pauta exportadora de melancia ao longo do período em análise. Além disso, observa-se na Tabela 5 que apesar do Ceará ter obtido um elevado RCAV quando comparado com os demais Estados, a sua taxa média anual de crescimento é a menor. Este dado sugere que, embora o Ceará tenha uma vantagem comparativa

sólida na exportação de melancia, seu crescimento nesse setor tem sido mais lento em comparação com outros estados.

Tabela 5 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath

Ano	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Pernambuco	Rio Grande do Norte
2012	0,00	0,00	223,20	0,00	0,00	804,64
2013	0,00	0,00	140,43	0,00	0,00	1093,92
2014	0,00	0,00	123,11	0,00	0,00	1102,51
2015	0,00	0,31	197,34	0,00	0,35	519,07
2016	0,00	0,09	118,39	0,00	0,00	701,50
2017	0,00	0,00	53,12	0,00	0,00	1330,52
2018	0,00	0,00	98,11	0,02	0,00	800,50
2019	0,06	0,00	26,02	0,07	0,01	1974,38
2020	0,05	0,00	25,86	0,06	0,58	1872,75
2021	0,05	0,02	25,17	0,04	3,07	1508,78
2022	0,06	0,00	30,77	0,04	2,65	1570,06
Média	0,02	0,04	96,50	0,02	0,61	1207,15

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do MDIC (2023).

O RCAV para os demais estados, ao longo praticamente de todo o período em análise, evidenciou uma desvantagem comparativa, refletida pelo indicador situado abaixo da unidade. A única exceção a essa tendência foi o estado de Pernambuco nos anos de 2021 e 2022, nos quais o RCAV superou a unidade.

Portanto, os resultados obtidos por meio deste indicador durante o período de 2012 a 2022 corroboram a conclusão de que os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará mantiveram uma alta competitividade em relação ao Brasil no que diz respeito à exportação de melancia. Entretanto, essa mesma competitividade não se estendeu aos demais estados, que, em sua maioria, enfrentaram uma desvantagem comparativa nesse contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a competitividade das exportações de melancia proveniente dos estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba,

Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe no período de 2012 a 2022 por meio dos indicadores de competitividade, bem como identificar as fontes de crescimento das exportações brasileiras de melancia.

Os resultados obtidos a partir dos indicadores de desempenho, nomeadamente o IVCR, IVCRS e RCAV, revelam que, dos nove estados analisados, a vantagem comparativa nas exportações de melancia foi registrada apenas pelos estados do Rio Grande do Norte e Ceará ao longo de toda a série examinada. É digno de nota que a competitividade na pauta exportadora de melancia foi particularmente notável para o estado do Rio Grande do Norte, indicando que este produto desempenha um papel significativo na geração de divisas para o estado.

No caso do Ceará, observou-se uma redução na competitividade nas exportações da *commodity* ao longo do tempo, como evidenciado pelos três indicadores empregados. No entanto, ao se analisarem as exportações de melancia para Pernambuco, nota-se que este estado alcançou competitividade apenas no período entre 2021 e 2022, representando um desenvolvimento positivo nesse contexto.

É importante ressaltar que os demais estados analisados enfrentaram uma desvantagem comparativa ao longo de toda a série investigada, conforme indicado pelos três índices utilizados nesta pesquisa. Isso sugere que, em termos de competitividade nas exportações de melancia, o Rio Grande do Norte e o Ceará se destacaram significativamente em relação aos demais estados analisados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J.; SILVA, E. A.; VIDAL JÚNIOR, A. M. Competitividade da fruticultura potiguar: o caso do melão no período de 1996 a 2005. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais [...]**. Rio Branco, AC: Sober, 2008.
- ANDRADE, M. E.; COSTA, G. C.; MAIA, A. C. N. Dinâmica e competitividade das exportações de frutas do Rio Grande do Norte no período de 1999 a 2005. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais [...]**. Rio Branco, AC: Sober, 2008.
- BALASSA, B. **trade liberalization and “revealed” comparative advantage**. [S.l.]: The Manchester School of Economic and Social Studies, 1965.
- BARBIERI, M. G. *et al.* Análise do desempenho das exportações brasileiras de mamão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 12010-12032, ago. 2019.
- BENDER, S.; LI, K. W. **The changing trade and revealed comparative advantages of Asian and Latin American manufacture exports**. New Haven: Yale University, Economic Growth Center, 2002.
- CARVALHO, M. A. C.; LEITE, C. R. **Economia internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CORONEL, D. A.; SOUSA, E. P.; AMORIM, A. L. Desempenho exportador do mel natural nos estados brasileiros. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 343-360, 2011.
- COSTA, N. D. **Curso sobre manejo eficiente na produção de olerícolas: cultivo da cebola**. [S.l.:s.n.], 2014.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. Panorama do Agro. *In*: **Panorama do Agro**. Brasília, DF: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 04 set. 2023.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 5 set. 2022.
- FREITAS, J. A. *et al.* Competitividade das exportações brasileiras de algodão no período de 2001 a 2022. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 61., 2023, Piracicaba, SP. **Anais [...]**. Piracicaba, SP: ESALQ/USP, 2023.

GONÇALVES, R. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira e contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2017.

GUERRA, M. S. FRIGONI, A. S. A importância econômica do cultivo da melancia e as tendências de crescimento. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, v. 07, p. 86-97, fev. 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/agronomia/cultivo-da-melancia>. Acesso em: 4 set. 2023.

HERRERA, V. É.; BELOTTI, C.; SANTOS, M. A. Cadeia produtiva de frutas para exportação: limitações e melhorias na infraestrutura de transportes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 30., 2010, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos, SP, 2010.

IBGE/PAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2023.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Marketing Essencial: conceitos, estratégias e casos**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. **Economia Internacional – teoria e política**. 12 ed. Porto Alegre: Bookman, 2023.

LAURSEN, K. **Revealed comparative advantage and the alternatives as measures of international specialisation**. Copenhagen: Danish Research Unit for industrial dynamics, 1998.

LISBINSKI, F. C. **Determinantes das exportações de frutas da região nordeste brasileira (2000 – 2018)**: uma análise sob a ótica do modelo gravitacional. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, 2021.

MAIA, J. M. **Economia internacional do comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, J. J. S. *et al.* Competitividade das exportações brasileiras de castanha de caju e o efeito da crise de 2008. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 135-162, jun. 2017.

OHLIN, B. **International and interregional trade**. Cambridge: Harvard University Press, 1933.

PORTER, M. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. 9 ed. Rio de Janeiro, 1999.

RAMM, A. *et al.* Comparação entre índices de competitividade do Brasil no mercado internacional de melão in natura. **Revista da 14ª Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa**, p. 922-931, 2017.

RAMALHO, S. M. A integração da cadeia global de valor (CGV) do melão e a dinâmica das exportações do Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 61., 2023, Piracicaba, SP. **Anais [...]**. Piracicaba, SP: ESALQ/USP, 2023.

RESENDE, G. M.; COSTA, N. D.; DIAS, R. C. S. **Sistema de Produção de melancia**: plantio. [S.l.]: Embrapa Semiárido, 2010. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Melancia/SistemaProducaoMelancia/plantio.htm>. Acesso em: 2 set. 2023.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

RYBCZYNSKI, T. M. Factor endowments and relative commodity prices. **Economia**, v. 22, p. 336-341, nov. 1955.

SANTOS, J. L. S.; SOUSA, E. P. Competitividade das exportações brasileiras de melão. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, n. 3, jul./ago./set. 2017.

SANTOS, J. L. S.; SOUSA, E. P. Competitividade das exportações brasileiras de banana. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 2, p. 52-73, 2019.

SECEX - SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. [S.l.:s.n.], [202-]. Disponível em: <https://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2023.

SIQUEIRA, K. B. S.; PINHA, L. C. **Vantagens comparativas reveladas do Brasil no comércio internacional de lácteos**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2011.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

STOLPER, W. F.; SAMUELSON, P. Protection and real wages. [S.l.]: Oxford University Press, Review of Economic Studies, 1941.

TEIXEIRA, B. S. **As exportações de frutas do nordeste brasileiro**: uma análise do período 2004-2014. Caruaru: O Autor, 2015.



III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão



VIDAL, M. F. Fruticultura. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, ano 8, n. 280, mai. 2023. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1761>. Acesso em: 2 set. 2023.



III ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

GUERRA E PÓS-PANDEMIA:
reflexões para o Brasil e Maranhão



18 e 19 de outubro de 2023

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO	III Encontro Maranhense de Economia: guerra e pós-pandemia reflexões para o Brasil e Maranhão
ORGANIZADORES	José Lucio Alves Silveira José Tavares Bezerra Júnior Heric Santos Hosoe Jadson Pessoa da Silva Talita de Sousa Nascimento Carvalho
PROJETO GRÁFICO E CAPA	Silvestre Matos de Carvalho Cínthia Pedroso de Souza
PÁGINAS	368
FORMATO	210 x 297 mm
TIPOGRAFIA	Calibri CORPO Arimo Cambria TÍTULOS
EDIÇÃO	Digital

As opiniões e ideias contidas nos artigos desse livro são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Os organizadores não se responsabilizam por quaisquer erros, omissões ou informações incorretas contidas nos textos. Ademais, as opiniões expressas nos artigos não refletem, necessariamente, a posição dos organizadores ou da editora.